UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CRISTIANE APARECIDA DE CERQUEIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UMA ANÁLISE DA DELIMITAÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS DO ESTADO DA BAHIA, SEGUNDO A TIPOLOGIA MUNICIPAL

UBERLÂNDIA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CRISTIANE APARECIDA DE CERQUEIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UMA ANÁLISE DA DELIMITAÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS DO ESTADO DA BAHIA, SEGUNDO A TIPOLOGIA MUNICIPAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Economia.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Dantas Neder.
Co-Orientador: Prof. Dr. Antonio César Ortega.

UBERLÂNDIA

2015

C416 Cerqueira, Cristiane Aparecida de.
Políticas públicas de desenvolvimento territorial rural: uma análise da delimitação dos territórios rurais do Estado da Bahia, segundo a tipologia municipal / Cristiane Aparecida de Cerqueira. – Uberlândia, MG: UFU, 2015.
266 f. : il. ; anexos.

Orientador: Henrique Dantas Neder.
Co-orientador: Antonio César Ortega.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia.Programa de Pós-Graduação em Economia.
Inclui referências e apêndices.

1. Desenvolvimento rural – Bahia. 2. Desenvolvimento territorial. 3. Clusters. 4. Políticas públicas. 5. Análise fatorial. 6. Análise espacial (Estatística). I. Título.

CDD 338.98142

OBS:

Essa ficha catalográfica foi elaborada em outra instituição porque no período de preparação da versão final da tese, a partir de 01 de junho do ano de 2015, os servidores técnicos administrativos em educação e, portanto, os servidores da biblioteca da UFU entraram em greve e não estavam realizando o serviço de elaboração de ficha catalográfica, conforme informação presente no site: http://www.bibliotecas.ufu.br/node/767

CRISTIANE APARECIDA DE CERQUEIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UMA ANÁLISE DA DELIMITAÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS DO ESTADO DA BAHIA, SEGUNDO A TIPOLOGIA MUNICIPAL

Tese aprovada para a obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 29 de maio de 2015.

_____

Prof. Dr. Henrique Dantas Neder, UFU/MG

_____

Prof. Dr. Antonio César Ortega, UFU/MG

_____

Prof. Dr. Guilherme Jonas Costa da Silva, UFU/MG

_____

Prof. Dr. Alexandre Gori Maia, UNICAMP/SP

_____

Profa. Dra. Lessi Inês Farias Pinheiro, UESC/BA

Ao Maurício, Raimunda e Terezinha (Rosinha).

AGRADECIMENTOS

A Deus, “O Alfa, e o Ômega, o Primeiro e o Último, o Princípio e o Fim” (Apocalipse 22:13). “Porque Dele, e por meio Dele, e para Ele são todas as coisas” (Romanos 11:36).

Agradeço ao meu esposo e companheiro, Maurício Teles Silva e às minhas mães, Raimunda Sales de Almeida e Terezinha Sales de Almeida (Rosinha). Obrigada porque em qualquer situação posso contar com o amor e a presença de vocês.

Agradeço à família Cerqueira, exemplo de vidas, de amor a Deus, de caráter... Obrigada por cuidarem de mim, por me conduzirem nos caminhos de Deus e me proporcionarem acesso aos estudos. Obrigada Edneusa (Leusa), Davi e Aniran, Cerqueiras por escolha. Que benção pertencer a essa família!!!

Ao meu pai, Enock Dias de Cerqueira (*in memoriam*).

Aos pastores Ricardo Arturo Tatis Batista e Ana Claúdia Aragão Tatis, exemplos de amor e dedicação a Deus. A Valdir Araújo, Flavia Cristina Rodrigues Araújo e toda sua família, por permitirem Deus enchê-los de amor e cuidado por minha família, numa nova caminhada de vida. A cada amoroso da Igreja Batista do Amor (IBA), especialmente aos “Vasos de Honra”, em Uberlândia, onde experimentamos o “Céu na Terra” e testemunhamos o que é VIVER o propósito de Deus.

Agradeço ao professor Aurélio Farias de Macedo e à professora Moema Maria Badaró Cartibani Midlej, colegas e amigos, que desde o primeiro instante que me conheceram acreditaram em mim.

Agradeço à professora Carla Regina Ferreira Freire Guimarães e à professora Ana Elísia de Freitas Meirelles, amigas e companheiras de trabalho, com quem compartilhei muitas coisas, inclusive a luta pelo curso de doutorado.

À professora Elenildes Santana Pereira e ao professor Pedro Lopes Marinho, amigos com os quais sempre pude contar.

Agradeço ao meu orientador, professor Henrique Dantas Neder, um “poço” de humildade e de conhecimento!!! Sem sua participação não teríamos vencido o desafio, e esse trabalho não teria se tornado uma realidade.

Agradeço ao meu co-orientador, professor Antonio César Ortega, que desde a primeira disciplina me conquistou pelo seu profissionalismo, e me fez apaixonar pelo tema desenvolvimento territorial rural. Obrigada por acreditar em mim!!! Ah se todos tivessem um co-orientador como esse!!!

Agradeço ao Clesio Marcelino de Jesus, amigo e companheiro de Núcleo de Estudos Rurais (NERU)/UFU. Como foi importante compartilhar contigo as questões do desenvolvimento territorial rural e aprender muito com sua experiência.

Michelle da Silva Borges, obrigada pela sua amizade e seu apoio. À Sidinéia Maria de Souza, Ana Marcia Rodrigues da Silva e Karine Aparecida Obalhe da Silva, porque juntas compartilhamos os caminhos do conhecimento no curso de doutorado. Ao Filipe Prado Macedo da Silva, com quem pude aprender sobre os territórios baianos.

À Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em especial aos professores do Departamento de Ciências Econômicas (DCEC), por continuamente me apoiarem no percurso da pós-graduação. À Universidade Federal de Uberlândia (UFU), particularmente à Coordenação e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE). A UESC e a UFU foram instituições que promoveram todos os recursos necessários para realização do curso de doutorado.

Ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pela bolsa de estudo em apoio à pesquisa, que muito contribuiu para a concretização dessa tese. Em especial ao Murilo José de Souza Pires, coordenador da pesquisa junto ao IPEA, e ao Ernesto Galindo, técnico do IPEA cujo apoio foi fundamental à realização desse trabalho.

À Camila Lima Bazani, secretária do PPGE/UFU; à Zaíra Zaidan secretária da Gerência de Pesquisa/UESC, pessoas sempre dispostas a nos auxiliar. À Simone Santos Alves, pelo convívio nas atividades de pesquisa no NERU/UFU.

Ao professor Niemeyer Almeida Filho, que fez parte da minha banca de qualificação, com enriquecedoras considerações; sempre aprendemos muito contigo! À banca de defesa da tese, aos professores Alexandre Gori Maia, Guilherme Jonas Costa da Silva e Lessi Inês Farias Pinheiro, pela disposição em avaliar e colaborar com esse trabalho de pesquisa.

RESUMO

Por causa da histórica desigualdade econômica e social, principalmente no meio rural do estado da Bahia, e das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural instituídas nos anos 2000, o objetivo geral desse trabalho é "Discutir a delimitação dos territórios rurais baianos, a partir da identificação das tipologias municipais". Por isso, inicialmente descreve a evolução e as características das iniciativas, políticas e programas públicos internacionais e nacionais de desenvolvimento rural e territorial que inspiraram o planejamento e as ações do governo baiano. Em seguida apresenta o contexto histórico e as especificidades das políticas públicas indutoras do desenvolvimento na Bahia, discorrendo sobre o recente processo de instituição dos programas Territórios Rurais (TRs), Territórios da Identidade (TIs) e Territórios da Cidadania (TCs). Para fundamentar a sistematização científica, esse trabalho conta com uma revisão teórica sobre o desenvolvimento, sobretudo em sua vertente rural e territorial, e uma revisão empírica, que apresenta os principais trabalhos científicos internacionais e nacionais, os quais avaliaram o desenvolvimento através de variáveis multidimensionais e por métodos multivariados. Tudo isso dependeu da pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas as características da Bahia, cuja análise descritiva e a Análise Fatorial (AF) apontaram um estado com perfil rural, mas com condições econômicas, sociais e ambientais aquém da realidade brasileira. Como referência do maior e do menor nível de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) territorial, respectivamente, o Território Litoral Sul e o Território do Sisal passaram a ser objetos da pesquisa. No intuito de descrever em quais aspectos os territórios rurais baianos são ou não semelhantes entre si; e verificar se são ou não constituídos por municípios homogêneos, foi realizada uma análise descritiva e comparativa, além de estimar um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR). Os resultados apontam que ambos territórios registram elevado número de municípios, área e população residente, aspectos que dificultam a coesão histórica, cultural, social e econômica. Embora os dois territórios estejam condizentes com as exigências dos programas TRs, TCs e TIs, o Território do Sisal possui perfil mais rural e condições econômicas e sociais mais críticas. O IDR aponta heterogeneidade nos dois territórios, embora o Território do Sisal, concentre maior número de municípios com níveis inferiores de desenvolvimento rural. Com a intenção de "Propor metodologias para a delimitação de territórios rurais", os resultados apontam 2 ou 3 tipos de *Clusters* Espaciais, tanto para o Território Litoral Sul como para o Território do Sisal, agrupamentos compostos por municípios circunvizinhos e com características homogêneas. Por meio das principais culturas, do efetivo da pecuária, das atividades diversas e do fluxo de deslocamento dos ocupados foram identificadas diferentes ideias-guia ao longo de cada território. Portanto, os resultados revelam que, o Território Litoral Sul e o Território do Sisal são formados por municípios heterogêneos; e, que dependendo da variável de estudo e do tipo de método escolhido, diferentes possibilidades de subdivisão para os territórios são possíveis. O importante é identificar as características demográficas, sociais, culturais, econômicas, ambientais; identificar os problemas, os desafios, as possibilidades, a identidade representativa da coesão territorial, capaz de promover o desenvolvimento rural.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Territorial; Desenvolvimento Rural; Políticas Públicas; Análise Fatorial; *Clusters* Espaciais.

ABSTRACT

Because of the historical economic and social inequality, especially in rural areas the State of Bahia, and public policies for rural territorial development instituted in the 2000s, the general objective of this work is "Discuss the borderline of Bahian rural areas, from the identification municipal types". So initially it describes the evolution and characteristics of initiatives, policies and international and national public programs for rural and regional development that inspired the planning and actions of the Bahian government. Then presents the historical context and the specificities of inducing the development policies in Bahia, talking about the recent process of institution of Rural Territories programs (TRs), Identity Territories (IT) and Citizenship Territories (CTs). In support of scientific systematization, this work has a theoretical review of the development, especially in its rural and territorial aspect, and an empirical review, which presents the main international and national scientific papers, which assessed the development through multidimensional variables and by multivariate methods. All this depended on bibliographical and documentary research. The Bahia characteristics were analyzed, whose descriptive analysis and factor analysis (FA) recorded a state with a rural profile, but with economic, social and environmental conditions short of Brazilian reality. As a reference of the largest and lowest level of Municipal Human Development (HDI) territorial respectively, the Territory South Coast and the Sisal Territory have become objects of research. In order to describe in what aspects Bahian rural areas or are not similar to each other; and check whether they are made of homogeneous municipalities, a descriptive and comparative analysis was performed, and estimate a Rural Development Index (RDI). The results show that both territories record high number of municipalities, area and resident population, aspects that hinder the historical cohesion, cultural, social and economic. Although the two territories are consistent with the requirements of TRs programs, TCs and IT, the Territory Sisal has more rural profile and economic and social conditions most critical. The IDR shows heterogeneity in the two territories, although the Territory of Sisal, focus greater number of municipalities with lower levels of rural development. With the intention of "propose methodologies for the delimitation of rural areas", the results point 2 or 3 types of Spatial Clusters for both the Territory South Coast and for the Territory Sisal, groups composed of surrounding municipalities and with homogeneous characteristics. Through the main crops, the effective livestock, the various activities and displacement flow from the occupied have been identified different along guide ideas of each territory. Therefore, the results reveal that the South Coast Territory and the Sisal Territory are formed by heterogeneous municipalities; and that depending on the study variable and the type of method chosen, different possibilities for subdivision are possible territories. The important thing is to identify the demographic, social, cultural, economic, environmental characteristics; identify problems, challenges, possibilities, representative identity of territorial cohesion, able to promote rural development.

Keywords: Territorial Development; Rural Development; Public Policy; Factor Analysis; Spatial Clusters.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Características demográficas do estado da Bahia e do Brasil 90
Figura 2 - Situação da pobreza, desenvolvimento e desigualdade do estado da Bahia e Brasil 91
Figura 3 - Situação do rendimento no estado da Bahia e no Brasil 91
Figura 4 - Características da participação social no estado da Bahia e no Brasil 92
Figura 5 - Estrutura das atividades econômicas do estado da Bahia e do Brasil 93
Figura 6 - Estrutura das finanças públicas do estado da Bahia 94
Figura 7 - Estrutura fundiária do estado da Bahia e do Brasil 94
Figura 8 - Potencial agropecuário do estado da Bahia e do Brasil, em termos de produtividade econômica 95
Figura 9 - Potencial agropecuário do estado da Bahia e do Brasil, em termos de modernização 96
Figura 10 - Situação ambiental do estado da Bahia e do Brasil, a partir das condições dos estabelecimentos agropecuários 97
Figura 11 - Situação ambiental do estado da Bahia e do Brasil, a partir das condições dos domicílios 98
Figura 12 - Aspecto educacional do estado da Bahia e do Brasil 99
Figura 13 - Situação ocupacional e trabalhadores por setor do estado da Bahia e do Brasil ... 99
Figura 14 - Ocupados por setor de atividade do estado da Bahia e do Brasil 100
Figura 15 - Aspectos da saúde e longevidade da população do estado da Bahia e do Brasil 101
Figura 16 - Características dos domicílios familiares do estado da Bahia e do Brasil 101
Figura 17 - Mapa do estado da Bahia com a delimitação dos Territórios da Identidade (TIs), e localização do Território Litoral Sul e do Território do Sisal, em 2011 132
Figura 18 - Mapa do Território Litoral Sul do estado da Bahia, em 2010 133
Figura 19 - Mapa do Território do Sisal do estado da Bahia, em 2010 134
Figura 20 - Características demográficas do público prioritário dos programas TRs, TCs e TIs no Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e no Território do Sisal 136
Figura 21 - Situação da pobreza e participação social no Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e do Território do Sisal, como características do público prioritário dos programas TRs, TCs e TIs 137
Figura 22 - Finanças públicas da Bahia, Território Litoral Sul e do Território do Sisal 138

Figura 23 - Estrutura fundiária do Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e do Território do Sisal 139
Figura 24 - Modernização e produtividade econômica dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e do Território do Sisal 140
Figura 25 - Situação ambiental dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e Território do Sisal 141
Figura 26 - Situação ocupacional no Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e Território do Sisal 142
Figura 27 - Características dos domicílios do Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e Território do Sisal 143
Figura 28 - Território Litoral Sul, com identificação das categorias dos Índices de Desenvolvimento Rural (IDR), em 2010 148
Figura 29 - Território do Sisal, com identificação das categorias dos Índices de Desenvolvimento Rural (IDR), em 2010 156

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da metodologia Leader 14
Quadro 2 - Territórios classificados como rurais no estado da Bahia, em vigor no ano de 2010, segundo os programas Territórios Rurais (TRs), Territórios da Identidade (TIs) e Territórios da Cidadania (TCs) 60
Quadro 3 - Resumo da revisão empírica de trabalhos científicos que realizaram análise multivariada e análise espacial do desenvolvimento 73
Quadro 4 - Variáveis que caracterizam os aspectos geográficos e demográficos 85
Quadro 5 - Variáveis que caracterizam a situação da pobreza, da desigualdade e da renda da população 85
Quadro 6 - Variáveis que caracterizam a participação social 86
Quadro 7 - Variáveis que representam a estrutura das atividades econômicas e as finanças públicas 86
Quadro 8 - Variáveis que representam a estrutura fundiária 86
Quadro 9 - Variáveis que representam o potencial agropecuário (produtividade econômica e modernização) 87
Quadro 10 - Variáveis que representam a situação ambiental 87
Quadro 11 - Variáveis que caracterizam o aspecto educacional da população 88
Quadro 12 - Variáveis que caracterizam a situação ocupacional da população 88
Quadro 13 - Variáveis que caracterizam aspectos da saúde e longevidade da população 88
Quadro 14 - Variáveis que caracterizam os domicílios familiares 89
Quadro 15 - Intervalos de análise dos valores do KMO 107
Quadro 16 - Categorias de desenvolvimento rural 146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos recursos orçamentários por Eixo de Desenvolvimento da Bahia, conforme o PAA 2004-2007 48
Tabela 2 - Características das mesorregiões do estado da Bahia, em 2000 50
Tabela 3 - Tipologia dos municípios do Estado do Bahia, a partir do número de habitantes, no ano 2000 51
Tabela 4 - Proporção de pobres [FGT(0)] da área metropolitana e não metropolitana da Bahia, com base no Indicador Multidimensional de Pobreza (IMP), em 2001 e 2006 52
Tabela 5 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que caracterizam aspectos demográficos dos municípios da Bahia..... 111
Tabela 6 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), dos aspectos demográficos dos municípios da Bahia..... 111
Tabela 7 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que caracterizam a situação da pobreza, do desenvolvimento, da desigualdade e da renda da população dos municípios do estado da Bahia 112
Tabela 8 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que caracterizam a situação da pobreza, do desenvolvimento, da desigualdade e da renda da população dos municípios do estado da Bahia..... 112
Tabela 9 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que caracterizam a participação social dos municípios baianos..... 113
Tabela 10 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que caracterizam a participação social dos municípios do estado da Bahia..... 114
Tabela 11 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que representam a estrutura das atividades econômicas dos municípios do estado da Bahia 114
Tabela 12 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que representam a estrutura das atividades econômicas dos municípios do estado da Bahia, 2010..... 115
Tabela 13 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que representam a estrutura fundiária dos municípios da Bahia 116
Tabela 14 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que representam a estrutura fundiária dos municípios do estado da Bahia..... 116

Tabela 15 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que representam o potencial agropecuário (produtividade econômica e modernização) dos municípios do estado da Bahia 117
Tabela 16 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que representam o potencial agropecuário (produtividade econômica e modernização) dos municípios do estado da Bahia 117
Tabela 17 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que representam a situação ambiental dos municípios do estado da Bahia 119
Tabela 18 - Variáveis (e respectivas cargas fatoriais), que representam a situação ambiental dos municípios do estado da Bahia 119
Tabela 19 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que representam o aspecto educacional dos municípios baianos 120
Tabela 20 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que representam o aspecto educacional dos municípios do estado da Bahia 120
Tabela 21 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que representam a situação ocupacional dos municípios da Bahia..... 122
Tabela 22 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que representam a situação ocupacional dos municípios do estado da Bahia, 2010..... 122
Tabela 23 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que representam aspectos da saúde e longevidade dos municípios da Bahia..... 123
Tabela 24 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que representam os aspectos da saúde e longevidade dos municípios do estado da Bahia..... 123
Tabela 25 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que caracterizam os domicílios familiares dos municípios da Bahia..... 124
Tabela 26 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que caracterizam os domicílios familiares dos municípios do estado da Bahia 124
Tabela 27 - Aspectos geográficos e demográficos do Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e Território do Sisal, em 2010..... 135
Tabela 28 - Nível de desenvolvimento, renda, condições da estrutura fundiária e da modernização dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e do Território do Sisal 138
Tabela 29 - Situação educacional, da saúde e da longevidade da população do Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e Território do Sisal 142

Tabela 30 - Características rurais, situação ambiental e participação social dos municípios do Território Litoral Sul, estado da Bahia..... 150
Tabela 31 - Características econômicas, da situação ocupacional, da desigualdade e do desenvolvimento dos municípios do Território Litoral Sul, estado da Bahia 151
Tabela 32 - Características rurais, situação ambiental e participação social dos municípios do Território do Sisal, estado da Bahia..... 157
Tabela 33 - Características econômicas, da situação ocupacional, da desigualdade e do desenvolvimento dos municípios do Território do Sisal,..... 158
Tabela 34 - Estatísticas descritivas dos atributos do Território Litoral Sul, estado da Bahia 167
Tabela 35 - Estatísticas descritivas dos atributos do Território do Sisal, estado da Bahia 168
Tabela 36 - Atributos dos municípios do Território Litoral Sul, estado da Bahia 169
Tabela 37 - Atributos dos municípios do Território do Sisal, Bahia 171

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E TERRITORIAL: A EXPERIÊNCIA DA UNIÃO EUROPÉIA E DO BRASIL 10

1.1 Desenvolvimento rural e territorial na UE: a metodologia Leader 10

1.2 Desenvolvimento rural e territorial: diferenças e semelhanças entre as experiências da UE e da ALC 17

1.3 Políticas públicas de desenvolvimento (rural e territorial) no Brasil: os conselhos municipais 19

1.4 Políticas públicas de desenvolvimento (rural e territorial) no Brasil: os conselhos intermunicipais 24

1.5 Políticas públicas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: o programa Territórios Rurais (TRs) 27

1.6 Políticas públicas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: o programa Territórios da Cidadania (TCs) 34

CAPÍTULO 2 – EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DA BAHIA 39

2.1 Breve histórico da ocupação territorial do estado da Bahia 39

2.2 Política e planejamento público de caráter intervencionista para o desenvolvimento da Bahia a partir do início do século XX: evolução, características e resultados 41

2.3 Política e planejamento público de caráter neoliberal para o desenvolvimento da Bahia no final do século XX: evolução, características e resultados 46

2.4 Características socioeconômicas das áreas do estado da Bahia nos anos 2000 49

2.5 O recente processo de indução do desenvolvimento territorial por políticas públicas no estado da Bahia nos anos 2000 53

CAPÍTULO 3 – desenvolvimento (rural e territorial): uma revisão teórica e empírica 62

3.1 Desenvolvimento (rural e territorial): uma revisão teórica 62

3.2 Análise multivariada e espacial do desenvolvimento: uma revisão empírica 72

CAPÍTULO 4 – COMPONENTES PRINCIPAIS REPRESENTATIVOS DAS CARACTERÍSTICAS DO estado da Bahia EM 2010 84

4.1 Metodologia: considerações sobre o conjunto de dados representativos das características do estado da Bahia 84

4.1.1 Seleção das variáveis e as fontes dos dados 84

4.2 Características do estado da Bahia 89

4.3 Metodologia: a modelagem multivariada das características dos municípios do estado da Bahia 103

4.3.1 Coleta e organização dos dados para a modelagem multivariada 103

4.3.2 Considerações sobre a Análise Fatorial 104

4.3.3 O modelo da Análise Fatorial 105

4.4 Os componentes principais representativos das características dos municípios baianos para o ano de 2010 110

4.5 Considerações finais 125

CAPÍTULO 5 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (IDR): UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA OS TERRITÓRIOS DO ESTADO DA BAHIA 130

5.1 Caracterização do Território Litoral Sul e do Território do Sisal 131

5.2 Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) dos municípios do Território Litoral Sul e do Território do Sisal 143

5.2.1 Metodologia: considerações sobre a estimativa do IDR 144

5.2.2 Resultados do IDR para o Território Litoral Sul e Território do Sisal 146

5.3 Considerações finais 161

CAPÍTULO 6 – CLUSTERS ESPACIAIS E IDEIA-GUIA: PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS PARA DELIMITAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA BAHIA 164

6.1 Considerações sobre as variáveis representativas dos critérios estabelecidos para a inserção de municípios nos programas TRs, TCs e TIs 164

6.2 Metodologia: a estatística descritiva univariada 165

6.3 Resultados das estatísticas descritivas dos atributos dos municípios do Território Litoral Sul e Território do Sisal 167

6.4 Territórios X *Clusters* Espaciais: uma análise para o Território Litoral Sul e Território do Sisal 172

6.4.1 O modelo de análise de Cluster Espacial 172

REFERÊNCIAS 232

APÊNDICES 240

Apêndice A - Regiões Urbanas (1958) 241

ANEXOS 242

Anexo A – Resumo do planejamento territorial do governo da Bahia do período 1966-1973 243

Anexo B – Resumo do planejamento territorial do governo da Bahia do período 1990-2007 244

Anexo C – Resumo do planejamento territorial para o estado da Bahia no período 2005-2008 245

Anexo D – Territórios Rurais (TRs) do estado da Bahia em vigor no ano de 2010 246

Anexo E – Territórios de Identidade (TIs) do estado da Bahia em vigor no ano de 2010 . 247

Anexo F – Territórios da Cidadania (TCs) do estado da Bahia em vigor no ano de 2010. 249

Anexo G – Código, nome, definição, período e fonte das variáveis 250

Anexo H – Terriórios (TRs, TIs e TCs) classificados segundo IDH-M pela média simples e IDH-M pela média ponderada 266

INTRODUÇÃO

Com características geográficas e atividades econômicas distintas ao longo do extenso território, desde sua ocupação e ao longo da sua história o estado da Bahia mantém significativa heterogeneidade entre suas regiões, em termos de distribuição da renda e da pobreza, principalmente no espaço rural, o que tem incitado a instituição da política pública em prol do desenvolvimento territorial rural. Tal política envolve programas públicos, recentemente em vigor, os quais carecem de avaliação dos critérios, estratégias e resultados, que permita verificar se os seus desígnios foram alcançados e quais ajustes são necessários.

Considerando a área territorial, a Bahia é o quinto estado do Brasil, com 564.733.081 km². Do total, 69,31% do seu território encontra-se na região Semiárida, embora possua um dos mais extensos litorais, com aproximadamente 1.183 km. O estado registra variação pluviométrica anual, de 2.600 mm no litoral a 400 mm no extremo norte do estado, numa diversidade que apresenta climas úmido, úmido a subúmido, semiárido a árido. A Bahia detém importante potencial ambiental, constituído pelos biomas do cerrado, caatinga e mata atlântica. O cerrado apresenta biodiversidade e potencial aquífero, por isso tem concentrado importantes atividades agrícolas. A caatinga predomina na maior parte do território, com alguns pontos de prosperidade, já a mata atlântica atualmente possui apenas cerca de 6% da área original (BAHIA, 2012).

Consequentemente, as mais importantes atividades econômicas da Bahia estão presentes em áreas específicas do território. Ao leste, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), o setor de serviços e industrial são prevalecentes. Na região central e no Sudoeste, desenvolvem-se a mineração. Nas demais regiões as atividades agropecuárias são dominantes. No Oeste, região do cerrado, destaca-se a produção baiana de grãos, sobretudo a soja e o algodão. Ao Norte, no Submédio São Francisco, predomina a produção de fruticultura irrigada e o maior rebanho caprino do Brasil. Ao Sul concentram-se a produção pecuária bovina, produção de café, a cacauicultura, a silvicultura e a produção industrial de celulose (BAHIA, 2012).

Como resultado desse conjunto de atividades, em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) alcançou R$154,3 bilhões (4,09% do PIB nacional) e o PIB per capita foi de R$11.011,02[1] (IBGE, 2013). Porém, o estado se caracteriza pela concentração do dinamismo econômico. Nesse mesmo ano, a participação do PIB da RMS no PIB da Bahia chegou a 41,49%; dos 417 municípios baianos, os dez maiores responderam por 56,21% do PIB estadual. Nesse ano,

[1] Contra os R$19.763,93 de PIB *per capita* do Brasil.

88,73% dos municípios tinha população inferior a 50 mil habitantes; municípios pequenos, responsáveis por cerca de 40% do PIB (BAHIA, 2013a; BAHIA, 2012).

Em 2010, a RMS, com apenas 24,67% dos habitantes, registrou renda *per capita* média mensal de R$1.421,41. Ao contrário, os municípios baianos com menos de 50 mil habitantes, concentravam 47% da população, registrando renda *per capita* média mensal de R$394,91 (NORONHA, 2011, citando LACERDA, 2011). Uma parte significativa desses pequenos municípios, 43%, registrou população entre 10 e 20 mil habitantes, os quais muitas vezes são classificados como urbanos, fruto das mudanças estabelecidas pelas legislações municipais, mas que apresentam características rurais, cuja economia está centrada na agricultura de subsistência. Nesse mesmo ano, o estado da Bahia concentra o maior contingente rural do país em termos absolutos, 3.914.430 pessoas, correspondente a 13,12% da população rural brasileira (BAHIA, 2012).

Além da concentração do dinamismo econômico e populacional, o estado registra grande discrepância social, dado que a pobreza é maior, mais intensa e mais severa na área rural do que na RMS (LACERDA, 2009). Em 2009, a partir de critérios monetários, mesmo com a sua redução, a pobreza rural permanece mais elevada (17,6%) do que a pobreza urbana (6,9%) (CAVALCANTI et al, 2012).

Ao avaliar os aspectos multidimensionais da pobreza rural na Bahia, em 2009, os indicadores revelam melhorias na renda e nos aspectos sociais, tais como educação, moradia, saneamento, demografia e trabalho, dentre outros, embora ainda sejam avanços incapazes de amenizar as rigorosas privações que dificultam a inserção social e política de grande parte da população. De posse dos dados sobre a renda, o percentual de pobres no espaço rural do estado reduziu de 48,85%, em 2001, para 29,68%, em 2009, mas considerando o conceito multidimensional, a taxa de pobreza, além de ser maior, experimentou pequena redução, de 66,26% para 55,49% da população rural baiana, resultado das melhorias do conjunto de indicadores avaliados (NORONHA, 2011, citando LACERDA, 2011).

Dessa forma, no intuito de reduzir as desigualdades econômicas e sociais, e considerando o "planejamento territorial para o desenvolvimento da Bahia", em 2007 o governo do estado reconhecendo a existência de espaços representativos das especificidades dos arranjos sociais, culturais e econômicos, organizou 26 Territórios da Identidade (TIs). Esses territórios foram instituídos priorizando as regiões mais deprimidas, após a realização de alguns ajustes conceituais e metodológicos das diretrizes do governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que instituiu, na Bahia, 23 Territórios Rurais (TRs), em 2005, e posteriormente oito Territórios da Cidadania (TCs) no ano de 2008.

Segundo o governo federal, para uma microrregião rural se integrar ao programa TRs deve apresentar os seguintes critérios: elementos de coesão social e territorial, baixo dinamismo, pobreza e concentração do público prioritário (agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, famílias assentadas) (BRASIL, 2005a; 2005b; 2005c).

O programa TCs procurou identificar e atuar, especialmente, em grupos de municípios com maior nível de carências e grande concentração da pobreza rural, de acordo com os seguintes critérios: estar incorporado ao programa TRs; menor IDH territorial; maior concentração de beneficiários do programa Bolsa Família (BF); maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas; baixo dinamismo econômico; respeitar a convergência de programas de distintos níveis de governo; maior organização social; menor Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB); e, ter pelo menos um território por estado da federação (BRASIL, 2008).

O governo da Bahia adotou esse modelo de política do governo federal, ao estabelecer as estratégias de desenvolvimento das diversas regiões baianas, por acreditar que a concepção de territórios e de desenvolvimento territorial facilitaria a articulação entre os programas e ações desenvolvidas pelas duas instâncias de governo no território baiano (BAHIA, 2007).

Sendo assim, em 2010 estavam em vigor na Bahia treze TRs, 27 TIs e nove TCs. Nesse ano, os territórios classificados como rurais, por participarem concomitantemente dos três programas (TRs, TIs e TCs), são: i) Irecê; ii) Velho Chico; iii) Chapada Diamantina; iv) Sisal; v) Litoral Sul; vi) Baixo Sul; vii) Sertão do São Francisco; viii) Semiárido Nordeste II; e, ix) Itaparica. Considerando os territórios rurais, do total de 417 municípios baianos, apenas 161 municípios estão distribuídos em nove territórios.

Nesse período, não somente na Bahia e no Brasil, a partir de um novo enfoque teórico, analítico e normativo, estudiosos, agências multilaterais e gestores públicos procuram abordar o desenvolvimento rural em sua vertente territorial, coerentes com os processos contemporâneos. Esses novos enfoques compreendem o rural para além do setor agrícola, território não limitado ao seu aspecto físico, mas como uma construção social, que possua coesão econômica, cultural e social, representando uma identidade, em áreas próximas, pequenas e homogêneas, que possuem necessidades e expectativas comuns, como é o caso dos territórios da União Europeia (UE).

Nesse sentido, o desenvolvimento territorial rural é resultado de um conjunto de ações, do tipo *top-down* (“desde cima”) e do tipo *bottom-up* (“desde baixo”), que pode ser medido

por indicadores multidimensionais, sejam econômicos, sociais, culturais, demográficos, ambientais, dentre outros. Ele pode ser identificado quando os espaços experimentam elevadas taxas de crescimento econômico, redução das desigualdades sociais e preservação ambiental.

Sendo assim, como implicação da vigência dos programas TRs, TCs e TIs levantamos a seguinte indagação: considerando as tipologias municipais, os territórios rurais instituídos no estado da Bahia permitem afirmar que os recortes caracterizam territórios? Especificamente, questiona-se: i) quais são os componentes principais representativos das características dos municípios baianos? ii) quais as características dos territórios rurais do estado da Bahia e qual o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) dos municípios desses territórios? iii) os *Clusters* Espaciais estimados com base nos critérios dos programas de desenvolvimento territorial são condizentes com a demarcação dos territórios rurais baianos? iv) os municípios que compõem cada território rural do estado da Bahia são capazes de representar uma ideia-guia, uma identidade territorial?

Esse trabalho parte da hipótese de que, a partir dos componentes principais representativos das características dos municípios, o estado da Bahia tem perfil rural. Acredita-se que os territórios rurais baianos são heterogêneos entre si, sendo cada um constituído por municípios com diferentes IDR. Quanto à delimitação dos territórios, diferentemente dos *Clusters* Espaciais, é esperado que os programas TRs, TCs e TIs tenham incluído, em um só território, um número relativamente grande de municípios, não homogêneos e distantes entre si. Assim, os territórios rurais são formados por municípios com problemas e necessidades diferentes, além de não haver identidade territorial, o que dificulta a construção de um projeto de desenvolvimento com apoio das políticas públicas territoriais. Considerando a ideia-guia, em termos das atividades econômicas, da identidade territorial e por meio do fluxo de deslocamento, os territórios rurais devem sofrer ajustes em suas demarcações.

Por certo, essa pesquisa se justifica pela importância de se avaliar a delimitação dos territórios rurais instituídos pela política territorial do governo federal e do governo do estado da Bahia, que permitirá identificar problemas de distorções efetivas, ampliará os resultados científicos e a contribuição acadêmica sobre o tema desenvolvimento territorial rural. Essas análises também subsidiarão as políticas públicas e a participação dos agentes sociais nos projetos de desenvolvimento territorial rural. Tudo isto pode contribuir para a eficácia dos referidos programas, no sentido de promover a redução da pobreza e da desigualdade e o desenvolvimento territorial no meio rural baiano.

No intuito de responder àquelas perguntas, o objetivo geral desse trabalho de pesquisa é discutir a delimitação dos territórios rurais do estado da Bahia, a partir da identificação das tipologias municipais, no ano de 2010. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

i) Descrever a evolução e as características das iniciativas, políticas e programas públicos de desenvolvimento rural e territorial da UE e do Brasil, que inspiraram o planejamento e as ações do governo do estado da Bahia;
ii) Apresentar o contexto histórico e as peculiaridades das políticas públicas indutoras do desenvolvimento no estado da Bahia;
iii) Discutir a concepção do desenvolvimento rural sob o enfoque territorial e apresentar uma revisão empírica sobre o tema;
iv) Estimar os componentes principais representativos das características do estado da Bahia, a partir de seus diferentes aspectos;
v) Descrever as características dos territórios baianos e propor um IDR para os municípios desses territórios;
vi) Identificar os *Clusters* Espaciais, comparando-os aos territórios rurais instituídos no estado da Bahia;
vii) Discutir a ideia-guia e a identidade territorial de cada território baiano.

De acordo com os objetivos específicos, diferentes métodos, técnicas, variáveis e fontes permeiam essa pesquisa. A execução dos três primeiros objetivos específicos dependeu da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica diz respeito ao tipo de pesquisa cuja fonte de informações são as obras escritas e que, por isto, já receberam tratamento analítico, tais como os livros e trabalhos científicos (monografias, dissertações, teses e artigos). Quanto à pesquisa documental, esta vale-se de materiais que não receberam tratamento analítico, como leis, decretos, dentre outros (GIL, 2000).

Entretanto, para alcançar os quatro últimos objetivos específicos foi necessário considerar uma diversidade de informações condizentes com a noção de desenvolvimento e desenvolvimento territorial rural, como resultado da combinação de múltiplas escalas (processos econômicos, sociais e políticos-estratégicos, etc.), correspondente ao enfoque territorial de abordagem multiforme e multidimensional (SILVA, 2012).

Para apresentar as peculiaridades do estado da Bahia a partir de um conjunto de variáveis que representem seus diferentes aspectos, foram utilizados dados capazes de representar: i) Aspectos geográficos e demográficos; ii) Situação da pobreza, do desenvolvimento, da desigualdade e da renda; iii) Participação social; iv) Estrutura das

atividades econômicas e das finanças públicas; v) Estrutura fundiária; vi) Potencial agropecuário (produtividade econômica e modernização); vii) Situação ambiental; viii) Aspecto educacional; ix) Situação ocupacional; x) Aspectos da saúde e longevidade; e xi) Características dos domicílios familiares.

Inspirados em diferentes trabalhos empíricos que discutiram o desenvolvimento, essas informações municipais estão presente no IBGE, especificamente o Censo Agropecuário 2006 e o Censo Demográfico de 2010; Atlas do Desenvolvimento Humano (2013) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Tesouro Nacional; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP); e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Inicialmente os dados foram coletados para a Bahia e para o Brasil, no intuito de compreender a posição relativa do estado frente ao país. Em seguida, com a finalidade de "Identificar os componentes principais representativos das características do estado da Bahia", o conjunto de variáveis foi resumido por meio do método de análise multivariada, especificamente através da Análise Fatorial (AF), pelo Método dos Componentes Principais (MCP). A AF é utilizada em pesquisas que trabalham com grande número de variáveis correlacionadas, pois reduz e sumariza os dados, identificando poucos fatores subjacentes que explicam as correlações entre um conjunto de variáveis (MAROCO, 2003).

Para descrever as características dos territórios baianos, mas evitando que as análises ficassem fadigosas e repetitivas, foram selecionados o Território Litoral Sul e o Território do Sisal, representativos de territórios com elevado IDH-M e com reduzido IDH-M, respectivamente. Ademais, buscou-se ampliar o leque de informações, já que esses dois territórios foram objetos da pesquisa e acompanhamento por parte da SDT/MDA. Aqui realizou somente uma análise comparativa dos territórios a partir dos dados originais selecionados.

A proposta do IDR para os municípios do Território Litoral Sul e Território do Sisal foi realizada após uma triagem das variáveis, quando foram selecionadas 25, buscando informações essenciais à análise do desenvolvimento rural e que estivessem relacionadas aos critérios e objetivos dos programas públicos de cunho territorial. Inspirados nos procedimentos metodológicos dos trabalhos realizados por Cheng et al (2013), Stege (2011) e Melo e Parré (2007), através da AF, foi estimado o IDR para cada município por meio do cálculo da média ponderada dos fatores pertencentes a cada observação, para definir as categorias de desenvolvimento rural.

No intuito de propor metodologias para a delimitação dos territórios rurais do estado da Bahia, primeiramente procurou-se avaliar os atributos dos municípios de um mesmo território, a partir dos critérios estabelecidos como condição para participar dos programas públicos territoriais, no intuito de verificar se esses municípios realmente atendem às exigências dos programas TRs, TCs e TIs e se são homogêneos entre si. Para tanto, foi aplicado o método da estatística descritiva, que permite compreender o comportamento dos dados por meio de medidas-resumo (que identificam as tendências, variabilidades e valores atípicos), conforme Fávero et al (2009).

Ainda com base nas variáveis representativas dos critérios dos programas territoriais, em seguida objetivou-se identificar os *Clusters* Espaciais, comparando-os aos territórios rurais instituídos no estado da Bahia. Com essa finalidade foi aplicada a Análise Espacial, que considera o papel da proximidade para estabelecer interação espacial entre os fenômenos geográficos, relativos à renda, ao espaço político, etc. (CUNHA, 2008). Especificamente, e inspirados no trabalho realizado por Scrucca (2005), escolheu-se aplicar a estatística local *G* de *Getis-Ord*, G_i, que procura estimar a associação espacial local, a partir de um indicador de concentração espacial, em que para cada observação *i* a estatística G_i avalia em que medida esta observação é rodeada por alto ou por baixos valores para a variável *x*.

Na intenção de apresentar a ideia-guia dos municípios que compõem cada território, e verificar se há identidade territorial foram utilizadas informações das principais culturas agrícolas, efetivo da pecuária, principais atividades econômicas e do fluxo de deslocamento das pessoas ocupadas. Esses dados, obtidos junto ao IBGE (Produção Agrícola Municipal – PAM e Produção Pecuária Municipal – PPM) e à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foram avaliados por meio da estatística descritiva.

Assim sendo, a tese está dividida em seis capítulos além dessa introdução e das considerações finais. O capítulo 1 objetiva descrever a evolução e as características das iniciativas, políticas e programas públicos internacionais e nacionais de desenvolvimento rural e territorial que inspiraram o planejamento e as ações do governo do estado da Bahia. Sua primeira seção trata de uma pioneira iniciativa, a metodologia "Conexão entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (Leader)". A segunda seção compara as experiências da UE e da América Latina e Caribe (ALC). A terceira seção descreve as políticas públicas de desenvolvimento territorial instituídas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) a partir dos conselhos municipais. A quarta discute as políticas de desenvolvimento territorial rural de âmbito intermunicipal, iniciadas com FHC e mantidas pelo presidente Luis Inácio

Lula da Silva (Lula). A quinta seção apresenta o programa Territórios Rurais (TRs) e a sexta seção discute o programa Territórios da Cidadania (TCs), ambos fruto da recente política pública brasileira de desenvolvimento territorial rural.

O capítulo 2 apresenta o contexto histórico e as especificidades das políticas públicas indutoras do desenvolvimento no estado da Bahia. Na sua primeira seção faz-se um breve histórico da ocupação territorial, responsável pela composição socioeconômica das regiões. A segunda seção centraliza a discussão no planejamento público de cunho intervencionista existente desde o início do século XX. Já a terceira pontua o planejamento público de caráter neoliberal, do final do século XX. Na quarta seção são apresentados alguns dados que comprovam a desigualdade socioeconômica das diferentes regiões baianas no início dos anos 2000. Finalmente, a quinta seção discorre sobre o recente processo de indução do desenvolvimento territorial por políticas públicas, incitado pelo governo federal e que logo obteve a adesão do governo baiano.

O capítulo 3 tem a finalidade de fundamentar a sistematização científica. Assim, a primeira seção apresenta uma revisão teórica, composta de definições dos conceitos sobre o que é, o que envolve e como alcançar o desenvolvimento, sobretudo em sua vertente rural e territorial; também discute a concepção do termo "território". A segunda seção apresenta uma revisão empírica, que compreende os objetivos, variáveis, dados, métodos e técnicas de pesquisa, e os principais resultados dos trabalhos científicos internacionais e nacionais, realizados por diferentes pesquisadores, que avaliaram o desenvolvimento através de variáveis multidimensionais e por métodos multivariados (como a AF e a Análise Espacial).

O capítulo 4 apresenta as características do estado da Bahia a partir de um conjunto de variáveis que representem seus diferentes aspectos, com enfoque nas questões do meio rural. A primeira seção descreve como foi formado o banco de dados, já a segunda seção descreve os resultados para a Bahia tendo como referência as condições brasileiras. A terceira seção trata dos aspectos metodológicos relacionados à AF, que foi aplicada no intuito de resumir os dados e, para concluir, a quarta seção dispõe esses resultados.

O capítulo 5 tem a intenção de avaliar em quais aspectos os territórios são ou não semelhantes entre si e verificar se são ou não constituídos por municípios homogêneos. Por conseguinte, procura descrever as características dos territórios do estado da Bahia e propor um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) dos municípios dos territórios baianos. Inicialmente justifica a seleção do Território Litoral Sul e do Território do Sisal, e das variáveis escolhidas. Sua primeira seção apresenta as características dos dois territórios tendo como referência as características do estado da Bahia. A segunda seção descreve os

procedimentos adotados para a estimativa do IDR, apresenta e discute os resultados do IDR dos municípios de cada território.

A partir da seleção do Território Litoral Sul e do Sisal, o capítulo 6 objetiva propor metodologias para a delimitação de territórios rurais. Por isso, a primeira seção apresenta resumidamente os critérios estabelecidos pelos formuladores dos programas TRs, TCs e TIs, que definem as condições necessárias para que um município participe de tais programas. A segunda seção descreve o método estatístico-descritivo. Já a terceira seção apresenta os resultados das estatísticas descritivas, no intuito de avaliar o nível de homogeneidade dos municípios que compõem cada território. A quarta descreve o modelo de *Cluster* Espacial e os resultados estimados, como uma proposição de delimitação. Finalmente, a quinta seção apresenta as atividades econômicas e os fluxos de deslocamento, capazes de identificarem a ideia-guia e a identidade territorial presente em cada território, capazes de indicar alternativas de delimitação para os referidos territórios baianos.

CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E TERRITORIAL: A EXPERIÊNCIA DA UNIÃO EUROPÉIA E DO BRASIL

A proposta desse capítulo é apresentar a evolução e as características das iniciativas governamentais de políticas e/ou programas de desenvolvimento rural e territorial da UE e do Brasil. Os programas do continente europeu inspiraram o planejamento e as ações, tanto do governo do estado da Bahia como do governo federal. Na primeira seção, portanto, será apresentado e discutido o programa Leader, por seu pioneirismo quanto a políticas territoriais rurais.

A segunda seção faz um apanhado das diferenças e semelhanças entre as experiências de desenvolvimento territorial rural da UE e da ALC. A terceira seção descreve as políticas públicas de desenvolvimento territorial rural brasileiras, instituídas nas duas gestões do presidente FHC e iniciadas a partir dos conselhos municipais. A quarta seção justifica a adoção das primeiras políticas de desenvolvimento territorial rural de âmbito intermunicipal adotadas desde o primeiro governo do presidente Lula.

A quinta seção apresenta o programa TRs fruto da recente política pública brasileira de desenvolvimento territorial rural. Nessa seção são descritos os motivos da sua instituição, no ano de 2003, pelo governo federal, esclarecendo seu funcionamento e suas limitações. A sexta seção discute o atual programa público federal, o programa TCs, instituído no ano de 2008, atrelado à política pública de desenvolvimento territorial rural nacional.

1.1 Desenvolvimento rural e territorial na UE: a metodologia Leader

Há mais de vinte anos na literatura científica a discussão sobre território vem se associando à noção de desenvolvimento, tanto na Europa como nas Américas. As pesquisas vêm influenciando a literatura normativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial (BM), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), além das experiências europeias, a exemplo da iniciativa Leader. Como consequência, o desenvolvimento de cunho territorial tem sido objetivo das instituições, políticas e programas de alguns países da América Latina (FAVARETO, 2010). Por isso, é necessário sistematizar e analisar o processo de desenvolvimento rural e territorial da UE para entender sua recente influência na ALC, no Brasil e no estado da Bahia.

As primeiras políticas de desenvolvimento rural da Europa, instituídas em meados do século XX, não partiram de uma visão integral de território, pois não envolveram a totalidade

dos agentes sociais e econômicos e dos atores sociais. Historicamente, as economias rurais, associadas ao desempenho do setor agrícola, procuraram se diversificar e se integrar às economias nacionais e à globalização econômica (BECERRA; BRAVO, 2008).

Porém, num contexto de redução das atividades e da renda, dos novos padrões do comércio internacional e gestão dos recursos naturais, de exclusão de produtores e regiões, dentre outros problemas enfrentados pelo meio rural europeu, a metodologia de trabalho Leader foi instituída procurando promover a discussão sobre o planejamento capaz de reduzir as desigualdades regionais (GOVERNO DA ESPANHA, 2011; FAVARETO, 2010).

A abordagem Leader "[...] trata-se mais de um método de mobilizar e incentivar o desenvolvimento nas comunidades rurais locais, do que de um conjunto fixo de medidas a implementar [...]" (COMUNIDADE EUROPEIA, 2006, p. 5). Tal abordagem tem disponibilizado às comunidades rurais da UE as ferramentas que as tornam capazes de traçar seu futuro, ao incentivar a participação desde a definição até a implementação das estratégias de desenvolvimento sustentável. Como consequência, as políticas de desenvolvimento rural tornam-se coerentes com as diversas situações das zonas rurais. Na prática, a abordagem Leader busca tornar os territórios rurais competitivos por meio das suas próprias competências, recursos e população, superando a dicotomia rural-urbano e promovendo a aquisição do saber-fazer de forma integrada, o que favorece a melhoria da qualidade de vida da população local (COMUNIDADE EUROPEIA, 2006; GOVERNO DA ESPANHA, 2011; Quadro 1).

O programa Leader valorizou o conceito de espaço e aplicou o enfoque territorial para planejar o desenvolvimento de zonas rurais deprimidas da Comunidade Europeia, alcançado através de iniciativas locais. Dessa forma, o objetivo do programa Leader é:

> [...] permitir aos agentes e territórios rurais valorizar as suas próprias potencialidades, contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural do meio rural, suscitar um espírito de cooperação entre municípios, freguesias e lugares, de modo a despertar solidariedades que reforcem o desenvolvimento das regiões, sensibilizar a população para a riqueza do patrimônio da região, responsabilizando-as pela sua preservação e valorização e criar hábitos de convívio entre a população local, favorecendo os contatos entre os residentes e os visitantes (JESUS, 2013, p. 101).

Dentre as diferentes medidas adotadas pelo programa Leader, destacam-se: apoio técnico, formação de profissionais, auxílio à contratação de profissionais, turismo rural, artesanato, valorização e comercialização de produtos agropecuários, florestais e pesqueiro. Para tanto, exige-se que tudo seja executado nas instâncias locais e territoriais, de acordo com um Plano de Ação Local (JESUS, 2013).

A operacionalização do programa Leader depende da articulação comunitária, do respeito à diversidade das zonas rurais, de métodos claros, do apoio governamental e do suporte técnico. A forma de implantação do programa influencia a interação entre os agentes locais, sua capacidade de identificação de iniciativas e de ações necessárias ao desenvolvimento local. Porém, tudo isso depende das sete características complementares e essenciais da abordagem Leader (COMUNIDADE EUROPEIA, 2006).

A primeira característica da abordagem Leader, denominada "Estratégias locais de desenvolvimento por zona", parte do entendimento que a zona-local deve ser um território de dimensão reduzida (reunindo entre 10.000 e 100.000 habitantes) e homogêneo, caracterizado por tradições comuns, identidade, sentimento de pertença ou por necessidades e expectativas comuns. Também deve possuir recursos humanos, financeiros e econômicos capazes de facilitar a identificação dos principais pontos de estrangulamento e de potencial endógeno. Os territórios não constituem fronteiras fixas, mas podem ser modificados em função da dinâmica local, seja econômica, social, ambiental, etc. Assim, a zona-local não é genérica e nem estática (JESUS, 2013; COMUNIDADE EUROPEIA, 2006).

A segunda característica diz respeito à "Abordagem ascendente". Significa que os atores sociais locais devem passar pela sensibilização e formação para terem desenvolvidas sua capacidade de participação no processo de tomadas de decisões desde a seleção até a implementação e avaliação das estratégias para o desenvolvimento territorial. Os atores locais envolvem representantes dos diferentes grupos (seja econômicos, sociais, culturais, dentre outros) e instituições (tanto públicas como privadas). Ademais, os atores locais devem interagir com as estratégias regionais, nacionais e supranacionais, de abordagem descendente. Acredita-se que só assim as políticas rurais estarão adequadas às necessidades específicas das comunidades (JESUS, 2013; COMUNIDADE EUROPEIA, 2006).

A terceira característica é relacionada às "Parcerias locais dos setores público e privado através dos Grupos de Ação Local (GALs)", responsáveis pela identificação, aplicação e gerência dos recursos do Leader e de outros fundos públicos e privados, facilitando a execução da estratégia de desenvolvimento local. Para tanto, os GALs devem envolver grupos de interesses locais, que sejam ativos e que representem a sociedade civil (agricultores, profissionais não-agrícolas, associações comerciais, microempresas, cidadãos, mulheres, jovens, dentre outros segmentos) e o poder público local, de forma que prevaleça o caráter de espaço e não a dicotomia rural-urbano (JESUS, 2013).

A quarta característica da abordagem Leader, que busca "Facilitar a inovação", está relacionada à forma de atuação dos GALs, cuja liberdade e flexibilidade permitem a geração

de inovações, que vai desde a introdução de um novo produto, a um novo processo ou uma nova forma de organização. A inovação também pode compreender a transferência e adaptação de inovações ocorridas em outras zonas, facilitadas pela adoção de tecnologias de informação e comunicação (JESUS, 2013; COMUNIDADE EUROPEIA, 2006).

A quinta característica da abordagem Leader, designada de "Ações integradas e multisetoriais", parte do pressuposto que os diferentes setores devem estar integrados e coordenados como um todo coerente no território; a integração também pode ocorrer a partir de diferentes ações de um mesmo setor. A sexta característica da abordagem Leader, denominada "Ligação em rede", está relacionada à troca de experiências, de boas práticas, de inovações entre grupos Leader, zonas rurais e organizações da UE. As redes são do tipo institucionais e informais (JESUS, 2013; COMUNIDADE EUROPEIA, 2006).

A sétima característica da abordagem Leader, a "Cooperação", diz respeito à execução de um projeto em conjunto entre grupos GALs. Mais que compartilhar experiências como ocorre nas redes, a cooperação deve ser capaz de gerar aprendizado, solução de conflitos e implantação de inovações, potencializando os resultados de uma ação conjunta. A cooperação deve existir para fortalecer os recursos humanos, financeiros e econômicos, e para realizar ações complementares entre grupos que são especializados num mesmo produto ou serviço (JESUS, 2013; COMUNIDADE EUROPEIA, 2006).

Assim, a iniciativa Leader combina a política do tipo *top-down* (porque tem o apoio dos governos nacionais, regionais e da UE) com a política do tipo *bottom-up* (pois a sociedade civil e o poder público local são articulados) (JESUS, 2013).

De acordo com o Quadro 1 a metodologia Leader passou por um processo de evolução ao longo dos últimos anos. Em março de 1991 foi instituída, pela Comissão Europeia, a iniciativa Leader I (1991-1994), que buscava o desenvolvimento das zonas rurais nas regiões menos desenvolvidas e frágeis da Comunidade Europeia. Fundamentado no novo entendimento de desenvolvimento rural, os projetos deveriam ser diferenciados e associados aos problemas e potencialidades locais, integrados em um território rural de tamanho limitado e com identidade local reconhecida (GOVERNO DA ESPANHA, 2011).

Segundo Becerra e Bravo (2008), fundamentado nos princípios gerais de parceria, integração multisetorial e inovação, o Leader I possuía as seguintes características:

i) Atuar em um território homogêneo, que possuísse entre 10 e 100 mil habitantes;
ii) Possuir parceria vertical entre os diferentes níveis institucionais (municipal, regional, nacional, Comissão Europeia) para estabelecer as orientações gerais e as normas para seleção e aprovação dos projetos;

iii) Possuir parceria horizontal entre atores públicos e privados locais;

iv) Promover ações integradas, inovadoras e multisetoriais para o aproveitamento das vantagens comparativas do território, que resultasse em aumento do valor agregado dos produtos, ampliação das pequenas indústrias, do artesanato, do turismo rural, etc.

Quadro 1 - Evolução da metodologia Leader

Período/denominação	Características
Leader I (1991-1994)	✓ Se aplica aos territórios rurais deprimidos ✓ Se fundamenta em três princípios: i) Acordo de parceria (vertical e horizontal) ii) Integração multisetorial iii) Inovação ✓ Nascem os primeiros GALs ✓ Inicia o enfoque territorial, com certos problemas
Leader II (1995-2000)	✓ Aumenta a área e número de GALs, com resultados desiguais ✓ Cria a rede Europeia de desenvolvimento rural ✓ Incentivo do trabalho entre GALs
Leader+ (2000-2006)	✓ Cobre praticamente a totalidade das áreas rurais ✓ Persegue como objetivos prioritários i) A incorporação das mulheres e dos jovens ii) A competitividade e o emprego ✓ Fomenta as estratégias integradas, as redes e a cooperação
Leader (2007-2013)	✓ Persiste com os princípios de estratégias de desenvolvimento por zonas, enfoque ascendente e redes de acordos de parceria ✓ Processo rigoroso de seleção de áreas rurais ✓ Fomenta as atuações agroambientais e do meio ambiente ✓ Amplia o caráter multifuncional e multisetorial do meio rural ✓ Incentiva a maior cooperação inter e intraterritorial ✓ Busca melhorar a governança local

Fonte: Becerra e Bravo (2008).

Entre 1991 e 1994 foram implantados 217 GALs, numa superfície de 367.000 km^2 e recursos de €442 milhões, sendo somente 1% dos recursos da UE. Como aspectos negativos, cita-se os conflitos (entre o poder público e a sociedade e entre as novas iniciativas e as iniciativas tradicionais) e a centralização nos projetos turísticos. Como aspectos positivos são citados a capacidade de participação social nos GALs e na política de desenvolvimento rural (JESUS, 2013). Para Becerra e Bravo (2008) o programa Leader I contribuiu para mobilizar os agentes locais, constituir redes, financiar operações de pequena representação, aplicar o enfoque territorial e tornar-se um laboratório da metodologia de trabalho (Quadro 1).

Por causa do sucesso do programa Leader I, a Comissão da Comunidade Europeia (CCE) instituiu o Leader II (1994-2000), em 07 de julho de 1994, para garantir a continuidade do programa. O período de transição entre o Leader I e II foi de otimização dos procedimentos, para consolidar e ampliar a atuação da metodologia. O Leader II objetivou

ampliar as trocas de experiências e conhecimento, por meio de uma rede de comunicação europeia de desenvolvimento rural, apoiando os projetos de cooperação transnacional (Quadro 1; BECERRA; BRAVO, 2008; GOVERNO DA ESPANHA, 2011).

Ademais, a Comissão Europeia passou a apoiar a gestão descentralizada do Leader II, tornando a seleção dos projetos, a gestão financeira e administrativa dos programas regionais de responsabilidade das associações regionais ou nacionais, as quais deveriam estar em conformidade com as regulamentações dos fundos estruturais (Quadro 1; GOVERNO DA ESPANHA, 2011). Nesse período foram implantados 698 territórios (perfazendo 906 territórios) na UE, numa superfície de 1.375.144 km^2, e recursos de €1,7 bilhão (JESUS, 2013).

O programa Leader II registrou alguns problemas do tipo: atraso na seleção dos beneficiários e na execução do programa; indefinição das funções dos GALs; e burocracia e dispersão dos recursos financeiros nos inúmeros GALs. Contudo, o programa tornou-se generalizado na maioria dos países, com reduzidas variações, contribuindo para a melhoria das políticas públicas rurais de diferentes nações da Europa (BECERRA; BRAVO, 2008).

A iniciativa Leader+ (2000-2006), ou Leader Plus, foi estabelecida em 21 de junho de 1999 com o objetivo de reformular o programa, no intuito de ampliar ainda mais seu alcance. Para tanto, buscou-se a cooperação interterritorial e transnacional entre os GALs e foram adotadas novas medidas em prol da maior integração do setor privado e para o maior enfoque de gênero. Sendo assim, ficou determinado que: i) Os agentes econômicos e as associações deveriam representar, no mínimo, 50% dos agentes locais de decisão dos GALs; ii) Deveria haver ampliação e fortalecimento das redes e da cooperação e do intercâmbio de experiências e conhecimentos dentro dos territórios rurais, entre territórios de um mesmo Estado-Membro, entre territórios de distintos Estado-Membros ou fora dos limites comunitários; iii) As estratégias que geram emprego para as mulheres e jovens deveriam ser priorizadas (Quadro 1; JESUS, 2013; BECERRA; BRAVO, 2008; GOVERNO DA ESPANHA, 2011).

A iniciativa Leader+ (2000-2006) foi instituída traçando três objetivos de atuação: a) Regiões mais desfavorecidas; b) Regiões com necessidade de reestruturação econômica e social; c) Regiões que necessitam adaptar e modernizar seus sistemas de educação, formação e de acesso ao emprego. Para tanto, procurou-se dar ênfase nas estratégias integradas, reforçar a competitividade através da inovação para transformar as estruturas socioeconômicas das zonas rurais. Conseguiu instituir 893 GALs na UE-15, numa superfície mais ampla (1.577.386 km^2), beneficiados com recursos da ordem de €2,1 bilhões (Quadro 1; JESUS, 2013; BECERRA; BRAVO, 2008).

Até o Leader+ (2000-2006) o caráter era autônomo, com financiamento a nível comunitário, ou seja, funcionava de forma independente de outros programas de caráter regional e nacional (JESUS, 2013). Após essa fase, o enfoque torna-se integrado à PDR e torna-se específico não pelo conteúdo das ações a serem empreendidas, mas pelo modo de empreender essas ações: através das próprias comunidades capacitadas para criar estratégias geradoras de emprego (GOVERNO DA ESPANHA, 2011).

Então, no período 2007-2013 o modelo Leader foi consolidado e tornou-se elemento obrigatório dos programas de desenvolvimento rural (Quadro 1; JESUS, 2013; GOVERNO DA ESPANHA, 2011; COMUNIDADE EUROPEIA, 2006). Como regra geral, para participar a zona rural deve ser formada por um conjunto homogêneo de municípios do ponto de vista físico, econômico e social (BECERRA; BRAVO, 2008), além disso:

> [...] la UE utiliza la única definición de zona rural internacionalmente aceptada, de la OCDE, basada en el porcentaje de población que vive en municipios rurales (menos de 150 habitantes por km^2) en una región dada de nivel NUTS III (según la nomenclatura de las unidades territoriales estadísticas se corresponde a las provincias españolas con una población entre 150.000 y 800.000 habitantes). Sin embargo, en algunos casos no tiene en cuenta plenamente la población que vive en zonas rurales con una densidad de población más elevada, especialmente en las áreas periurbanas (BECERRA; BRAVO, 2008, p.57).

Nesse período foi priorizado o melhor funcionamento do GALs, tornando-os capazes de propor e aplicar uma estratégia de desenvolvimento. Assim, toda ajuda passou a ser atrelada às prioridades comunitárias, tais como: i) Desenvolver a capacidade local; ii) Promover a cooperação entre o setor privado e público; iii) Fomentar as inovações; e iv) Melhorar a governança local. Isto porque, conforme afirmam Becerra e Bravo (2008, p. 59):

> [...] un desarrollo rural equilibrado, integral, sostenible y sostenido solo podrá ser llevado adelante en la medida en que los gestores del mismo (Grupos de desarrollo, asociaciones sin ánimo de lucro, mancomunidades, consorcios etc.) tengan la suficiente madurez organizativa y técnica para solicitar, obtener y gestionar, iniciativas y programas de amplio espectro, que permita cubrir todos los aspectos relacionados con el desarrollo rural [...].

Esse entendimento quanto ao processo que gera desenvolvimento rural e experiências semelhantes aos GALs são identificadas em outros continentes e países, conforme será visto na seção a seguir.

1.2 Desenvolvimento rural e territorial: diferenças e semelhanças entre as experiências da UE e da ALC

Na ALC as discussões em torno do enfoque territorial do desenvolvimento rural avançaram no final dos anos 1990, após a permanência dos índices elevados de pobreza e do reconhecimento das limitações das políticas públicas vigentes até então. Porém, na ALC não existe um modelo geral, mas apenas programas de desenvolvimento territorial rural dispersos, desconectados e com pouca sustentabilidade. Assim, a *praxis* tem sido aplicada de forma muitas vezes tímida através de programas governamentais, como resultado das pressões exercidas pela sociedade rural (SUMPSI, 2007).

Para Sumpsi (2007) as políticas e programas públicos latino americanos se deparam com limitações em relação à:

i) Definição operacional dos territórios rurais;
ii) Arranjos institucionais públicos-privados;
iii) Organização local para promover e gerir o desenvolvimento de territórios;
iv) Elaboração do plano estratégico de desenvolvimento;
v) Instrumentos econômicos;
vi) Sistemas de financiamento rural;
vii) Incentivo para garantir a coordenação horizontal;
viii) Mecanismos para garantir a coordenação vertical.

Por certo, essas dificuldades resultam das diferentes condições econômicas e sociais das áreas rurais latino americanas em relação às europeias, as quais interferem no processo e nos resultados das políticas e programas instituídos com o objetivo de promover o desenvolvimento. No contexto do mercado de trabalho, diferentemente da ALC, a Europa experimentou escassez de mão de obra como consequência da elevada demanda por trabalho urbano-industriais, que incitou o aumento da produtividade e dos salários rurais. Em relação à inversão, a Europa registra maior disponibilidade de capital público e privado, que permite a qualificação das infraestruturas rurais sociais e produtivas; além disso, existem condições favoráveis de mercado para as áreas rurais, não verificáveis na ALC (SUMPSI, 2007).

As alianças políticas e o consenso social presentes na Europa criaram as bases para a implementação das políticas de geração de emprego e renda, e de desenvolvimento rural. Na ALC as políticas voltadas ao combate à pobreza do meio rural estão limitadas à prestação de serviços sociais e transferência de renda. Na Europa, a integração regional é uma realidade, pois a zona de livre comércio, a zona aduaneira comum, o mercado único e a união

econômica e monetária funcionam. Já na ALC o processo de integração regional, como a ALCA e o MERCOSUL, por exemplo, tem acontecido lentamente e com muitas limitações. Na UE apenas 15% da população vive em áreas rurais marginais[2]; já na ALC esse percentual ultrapassa os 50% (SUMPSI, 2007).

A agricultura e a pecuária têm maior importância nas áreas rurais da ALC, onde a população que trabalha e depende desses setores chega a 80%; já na UE esse percentual não atinge os 40%. Na ALC a produtividade agrícola e a diversificação das atividades produtivas no meio rural é reduzida, como resultado da restrição de serviços produtivos e bens públicos. Em relação às instituições e políticas públicas, a ALC apresenta limitações que dificultam a consolidação dos processos de desenvolvimento territorial rural (SUMPSI, 2007).

Na UE a iniciativa Leader sempre foi um mecanismo marginal e complementar das políticas públicas e dos investimentos, instituída em sinergia com a Política de Desenvolvimento Regional, em áreas com infraestruturas e serviços propícios, com algum nível de desenvolvimento. Assim, a metodologia sempre foi aplicada no intuito de manter ou ampliar o grau de desenvolvimento. Diferentemente, na ALC o enfoque de desenvolvimento territorial rural torna-se um instrumento central para promover o desenvolvimento local. Ademais, nas áreas que possuem distintas políticas e programas, estes não possuem coordenação e coerência (SUMPSI, 2007).

Por certo, o Leader constitui-se uma importante metodologia de referência, contudo sua aplicação na ALC requer adaptação aos diferentes contextos e necessidades de cada país. Também é preciso considerar que:

> [...] la Iniciativa Leader no sería efectiva sin el acompañamiento de otras políticas públicas vigorosas y bien dotadas. No es posible, por consiguinte, pensar en el DTR como la via para el desarrollo económico de las áreas rurales de ALC y el alivio de la pobreza, si no se produce el concurso de otras políticas públicas, políticas que en la mayoría de países de la región están ausents. Y esta es, en definitiva, la más seria limitación para que el desarrollo territorial rural sea un camino para reducir la pobreza rural a escala masiva en la región (SUMPSI, 2007, p.89).

Segundo Ortega (2013), nos últimos anos, políticas e programas públicos, discussões e *práxis* em prol do desenvolvimento territorial rural vêm mudando a realidade brasileira, embora muitos ajustes normativos precisem ser realizados e transformações socioeconômicas precisam ser alcançadas. Por isso, parte desse processo será apresentado nas próximas seções.

---

[2] Áreas marginais são espaços distantes ou debilmente articulados aos mercados, fisicamente pouco integrados, territórios isolados e periféricos, com escassa infraestrutura, acesso deficiente ou escasso aos meios de comunicação, informação e serviços, e com população predominantemente pobre e com poucas oportunidades (SUMPSI, 2007).

1.3 Políticas públicas de desenvolvimento (rural e territorial) no Brasil: os conselhos municipais

Na década de 1980 a economia brasileira é marcada pelo aumento dos preços do petróleo, elevada inflação, desemprego e dívida pública (interna e externa); é também período de redução da acumulação e do financiamento externo, fatores que fizeram ampliar a crise do planejamento econômico centralizado. Mesmo com o fim do regime militar e com a Nova República, até 1994 a estagflação e a redução da renda per capita se mantiveram, independente dos seis planos de estabilização instituídos no Brasil (SILVA, 2012).

Consequentemente, a partir do Consenso de Washington[3] e de um contexto de globalização, as ideias neoliberais ganham importância no país. Assim, a menor intervenção estatal e as políticas de desregulamentação, privatização e limitação da atuação sindical apresentam-se como ações necessárias à superação das crises. Ao Estado caberia somente garantir a solidez macroeconômica, ficando desobrigado da oferta de bens públicos (SILVA, 2012).

Contudo, esse enfoque economicista resultou na ampliação das desigualdades e desequilíbrios sociais, quando a Constituição de 1988 instituiu o Plano Plurianual (PPA), visando resgatar o planejamento. Através do PPA, regionalmente deveriam ser estabelecidas diretrizes, objetivos e metas da administração pública, articuladas à Lei de Diretrizes Orçamentárias[4] (LDO) e à Lei do Orçamento Anual[5] (LOA) (SILVA, 2012).

O primeiro PPA, o PPA 1991-1995, foi elaborado na gestão de Fernando Collor de Melo. O referido plano foi tímido porque, limitado pelas crises econômicas e políticas, não apresentou grandes objetivos em prol das causas sociais e regionais. Em 1994, o governo de FHC trouxe a estabilidade econômica alcançada por meio do Plano Real e procurou manter as estratégias neoliberais da gestão de Collor de Mello. Já no PPA 1996-1999, FHC estabeleceu três estratégias: i) Formação de um Estado moderno e eficiente; ii) Inserção competitiva e modernização produtiva; e iii) Redução dos desequilíbrios espaciais e sociais. Dessa forma, o

[3] De acordo com Ortega (2013), o Consenso de Washington enfatizou primeiramente a estabilidade macroeconômica e o crescimento como condições para reduzir a pobreza, mas também requereu o papel subsidiário do Estado na economia.

[4] A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orienta a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do poder público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, as empresas públicas e as autarquias. Objetiva sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no PPA.

[5] A Lei Orçamentária Anual (LOA) é uma lei elaborada pelo poder executivo que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. O orçamento anual visa concretizar os objetivos e metas propostas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO.

PPA1996-1999 trouxe novos conceitos no ordenamento econômico-espacial, conferindo territorialidade para as ações do Estado (SILVA, 2012).

Assim, a partir de meados da década de 1990, as políticas e programas públicos de desenvolvimento territorial foram empreendidos. Todavia, essas políticas apresentaram cunho municipal. Em 1995 foi criado o Programa Comunidade Solidária (PCS), com o objetivo de reduzir a pobreza e a desigualdade econômica e social, não a partir de programas assistencialistas, mas por meio do desenvolvimento das capacidades, do fortalecimento do capital social e da participação social no planejamento público. Ao PCS caberia articular as várias instâncias internas do governo, em diferentes níveis e programas públicos, no intuito de potencializar os impactos em prol do desenvolvimento local. A intenção deste programa foi promover o debate e a parceria entre o governo e a sociedade no Conselho da Comunidade Solidária (CCS), formado pelos Ministros e representantes dos empresários, intelectuais, artistas, etc. A função do CCS era definir prioridades e propostas de uma agenda social, testar modelos de atuação na área social e incentivar a participação da população (ORTEGA, 2008).

Até 1995 as questões do meio rural se limitavam aos cuidados de alguns departamentos governamentais. Contudo, os conflitos agrários, o fortalecimento do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a elevada proporção de estabelecimentos rurais de âmbito familiar salientaram a necessidade da criação de políticas específicas. Por isso, em 1996 foi criado o gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com o intuito de ampliar a capacidade de captação de financiamento, a produção, o emprego e a renda dessa classe de produtores, além de promover o desenvolvimento sustentável de municípios com população de até 25 mil habitantes (ORTEGA, 2008).

Com o PRONAF foram constituídas três linhas de financiamento em operações distintas: i) Crédito; ii) Capacitação; e iii) Infraestrutura e Serviços. O PRONAF Crédito (de custeio e investimento) é programado para ser contratado por cada agricultor individualmente, depois de atendidas as exigências das instituições bancárias, com base nos projetos elaborados. Essa linha foi gerida pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), como o objetivo de disponibilizar recursos financeiros às atividades agropecuárias e não agropecuárias dos agricultores. Foi a modalidade que apresentou maior oferta de recursos em todas as regiões brasileiras e que procurou atender a diversidade de agricultores familiares (ORTEGA, 2008).

A linha Capacitação e a linha Infraestrutura e Serviços objetivaram liberar recursos para a população rural municipal, de conformidade com os Planos Municipais de

Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), elaborados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). O CMDRS deveria elaborar o PMDRS contendo diagnóstico, diretrizes e estratégias para o alcance do desenvolvimento rural, não limitados aos recursos anuais do PRONAF. A linha Capacitação foi criada para habilitar os agricultores familiares e técnicos para atuarem politicamente num espaço de concertação, e para maior qualificação e inserção em mercados agropecuários e não agropecuários. A intenção foi compatibilizar a capacitação com as prioridades e ações do governo, o que deve ser discutido nos CMDRS (CORRÊA, 2010; ORTEGA, 2008).

O PRONAF Infraestrutura e Serviços deveria facilitar a implantação, ampliação e modernização da infraestrutura necessária à dinamização do setor produtivo, o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Nessa linha de financiamento as demandas e os recursos partem e são dirigidos aos municípios, intermediados pelos CMDRS. Os municípios são incluídos no programa se registrarem perfil rural ou microurbano, presença expressiva da agricultura familiar, elevada pobreza, reduzida produtividade agrícola e grandes dificuldades estruturais. Em 1999, por exemplo, 38,7% dos municípios beneficiados por essa linha eram da região Nordeste, representando o esforço de desconcentração desses recursos em favor dos agricultores mais carentes e não integrados economicamente (ORTEGA, 2008).

Então, o PRONAF apresentou dois objetivos: i) Dotar o município de infraestrutura geradora de economias externas e rentabilidade; e ii) Fortalecer a capacidade de organização e de ação dos agentes relacionados, direta e indiretamente, à agricultura familiar, por meio dos CMDRSs. Dessa forma, de acordo com Ortega e Cardoso (2002, p. 284):

> [é] importante reconhecer a proposta mais geral do PRONAF de fermentação de uma cultura pró-ativa de desenvolvimento rural a partir de uma base local, é fundamental avaliar sua capacidade de geração deste ‘caldo de cultura’ do desenvolvimento local, num contexto de precárias condições materiais, sociais, e organizativas [...] que deverá garantir a própria sustentabilidade das estratégias de desenvolvimento de longo prazo [...].

Sendo assim, o PRONAF foi instituído no intuito de garantir melhores condições econômicas e sociais aos produtores familiares, como resultado da participação pública e privada, objetivos semelhantes aos da iniciativa Leader. Os CMDRSs eram semelhantes aos GALs, pois deveriam ter participação de, no mínimo, 50% de agricultores familiares, sendo os demais representantes de outros conselhos municipais, do poder público local, extensionistas rurais, instituições financeiras, etc. (ORTEGA; CARDOSO, 2002)

Contudo, os resultados da implementação do PRONAF e de qualquer programa de desenvolvimento dependem do contexto microrregional socioeconômico em que está inserido

o município. Depende das condições dos meios de transporte, comunicação e energia, da infraestrutura social básica (educação, saúde, etc.), grau de urbanização, grau de capitalização, estrutura fundiária, diversificação agrícola, nível cultural, organização da sociedade civil, organizações econômicas, assistência técnica, acesso ao crédito, recursos naturais, dentre outros fatores. Dessa forma, assim como a iniciativa Leader, os resultados do PRONAF foram melhores nos municípios que já contavam com alguma infraestrutura e dinamismo urbano e rural e elevado capital social (ORTEGA; CARDOSO, 2002).

Ademais, para Ortega e Cardoso (2002), o PRONAF Infraestrutura e Serviços em sua concepção e operacionalização apresentou grande viés agrícola, quando outras experiências de condução do desenvolvimento local e rural, como a iniciativa Leader, já apontam que o caminho para a melhoria das condições de vida da população do meio rural não é exclusivamente agrícola. Como a iniciativa Leader, o PRONAF foi criado para descentralizar a gestão pública, mobilizar a comunidade e incentivar o desenvolvimento territorial nos municípios deprimidos. Contudo, os cursos de capacitação para atuação nos CMDRSs e elaboração dos PMDRSs foram incapazes de preparar para tal. A mobilização não foi capaz de ampliar a participação da sociedade, a atuação dos conselheiros ficou restrita pela incerteza quanto ao caráter consultivo ou deliberativo dos conselhos e os planos tornaram-se altamente influenciados pelos técnicos agrícolas, dificultando a construção de um pacto territorial em prol do desenvolvimento (ORTEGA, 2008).

Entretanto, mesmo em municípios com maior organização social as discussões ficaram restritas à infraestrutura básica do meio rural e foram incapazes de pontuar os caminhos do desenvolvimento local. Os CMDRSs foram envolvidos em problemas políticos, dentre os quais: i) Muitos prefeitos consideravam o referido conselho uma ameaça ao seu poder, mesmo sendo responsáveis pela nomeação dos conselheiros; ii) Metade dos conselhos tinham como presidentes secretários municipais de agricultura; iii) Do total, 75% dos secretários executivos dos conselhos eram técnicos agrícolas; e iv) As comunidades rurais tinham pouca experiência em participação (ORTEGA, 2008).

Por isso, ainda em 1999, no governo de FHC, foi criado o Programa Comunidade Ativa (PCA) com o intuito de combater a pobreza e incentivar o desenvolvimento dos municípios mais deprimidos através dos fóruns locais de concertação. Caberia a esses fóruns a elaboração dos projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS); os governos estaduais e municipais, junto como o Serviço da Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), seriam responsáveis pela operacionalização do programa. Segundo Ortega (2008, p. 159):

> O DLIS é uma estratégia de indução ao desenvolvimento que prevê a adoção de uma metodologia participativa, pela qual se mobilizam recursos das comunidades, em parceria com atores da sociedade civil, de governos e empresas, em todos os níveis, para a realização de diagnósticos da situação de cada localidade, a identificação de potencialidades; a escolha de vocações e a confecção de planos integrados de desenvolvimento.

O projeto DLIS considerou o "local" como todo recorte setorial a partir de uma característica (físico-territorial, econômica, étnico-cultural, político-territorial) que representasse uma identidade. Considerou o "integrado" como um modelo de articulação entre os diferentes atores locais e fatores (econômicos, sociais, culturais, político-institucionais, físico-territoriais, científico-tecnológicos) determinantes do desenvolvimento. Também envolveu o "sustentável" pela preocupação com as gerações futuras (ORTEGA, 2008).

Para ser incluído no PCA o município deveria ter população de até 50 mil habitantes, IDH-M abaixo do índice regional e ambiente natural pouco modificado, podendo assim ser classificado como município rural deprimido. Assim, os fóruns demandavam prioritariamente o fortalecimento das atividades agrícolas, do turismo, da saúde, da agricultura familiar e das agroindústrias, dos programas de infraestrutura, de saneamento, de gestão ambiental, de capacitação e educacional (ORTEGA, 2008).

O DLIS apresentava uma estratégia de superação da cultura política de centralização, assistencialismo e clientelismo, ao entender que o desenvolvimento depende:

> [...] de novos e múltiplos laços de realimentação de reforço que façam com que mais capital humano (conhecimento) gere mais capital social (empoderamento), que gere mais capital empresarial (riqueza), que gere mais renda, que gere mais capital humano, etc., desencadeando círculos virtuosos e "rodando" nesses círculos, por assim dizer, por conta própria (ORTEGA, 2008, p.158).

Então, a intenção do DLIS foi criar autonomia para que o desenvolvimento fosse planejado e decidido no local. Por certo, promoveu a ampliação do capital social, porém mostrou-se limitado quanto à integração das políticas governamentais, criação de projetos inovadores e dinamização das economias rurais locais.

Ainda em 1999, no governo de FHC, foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CNDRS), para deliberar sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS)[6] e traçar as diretrizes, objetivos e metas dos programas voltados às questões rurais (ORTEGA, 2008).

[6] O PNDRS era aprovado nos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

De acordo com Silva (2012), o PPA 1996-1999 introduziu novos conceitos no ordenamento econômico-espacial do Brasil, todavia, no âmbito do plano "Brasil em Ação" os "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento" foram considerados, prioritariamente, como "focos dinâmicos", que deveriam ser modernizados e ampliados para serem conectados ao mercado global. Esse planejamento priorizou o mapeamento dos investimentos em infraestrutura e a garantia das parcerias entre a União, os Estados e os Municípios, como também entre o setor público e o setor privado, no intuito de criar oportunidades para o setor privado. O problema é que esse plano manteve as disparidades regionais, já que as regiões menos competitivas foram excluídas do processo.

1.4 Políticas públicas de desenvolvimento (rural e territorial) no Brasil: os conselhos intermunicipais

Entre o final de 1990 e início dos anos 2000, na academia, movimentos sociais, organizações governamentais, dentre outros segmentos, novas definições relacionadas ao termo desenvolvimento são apresentadas. A ONU passa a divulgar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e ao redor do mundo a ideia em torno da descentralização do planejamento público ressalta o processo de desenvolvimento inclusivo, autônomo e endógeno, fortalecendo as estratégias de desenvolvimento territorial (SILVA, 2012).

No Brasil foi iniciado o debate e a reavaliação do termo desenvolvimento rural, considerando a relação entre o rural e o urbano. Todavia, o PPA 2000-2003, manteve as mesmas diretrizes, consolidando os "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento". Nesse período foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal[7]. Mas, o plano "Avança Brasil" não foi capaz de modificar a situação das regiões mais pobres e menos dinâmicas (SILVA, 2012).

Segundo Ortega (2008), nos dois governos de FHC as reformas do Estado priorizaram a estabilização monetária, o retorno dos investimentos estrangeiros e a reestruturação produtiva brasileira. Por isso, no primeiro e no segundo mandato de FHC, os programas "Brasil em Ação" e "Avança Brasil", respectivamente, buscaram direcionar os investimentos para espaços regionais e locais dinâmicos e de maior efeito multiplicador sobre a economia, que pudessem se tornar competitivos e capazes de se articularem nos mercados globalizados.

No primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), entre 2003 a 2007, buscou-se combinar crescimento econômico com ampla política social, para reduzir as

[7] A Lei de Responsabilidade Fiscal procurou atuar sobre as despesas públicas, colocando limites para os pagamentos de pessoal, dívida pública, gastos correntes e investimentos (SILVA, 2012).

desigualdades sociais e regionais. Dessa forma, as políticas liberais macroeconômicas da gestão de FHC foram mantidas, adicionadas às políticas territoriais, procurando beneficiar os espaços com maior vulnerabilidade socioeconômica, como os espaços rurais. Assim, no PPA 2004-2007 foram contempladas as dimensões econômicas, social, regional, ambiental e democrática, a partir de estratégias territoriais (SILVA, 2012; CORRÊA, 2010).

Para tanto, propôs enfrentar a concentração social e espacial da renda e da riqueza, a pobreza e a exclusão social, através da articulação das forças da sociedade brasileira e de diferentes esferas de governo, em torno de um projeto de desenvolvimento social e regional, sob a condução do Estado (Ministério do Planejamento, 2003, PPA 2004-2007). Dessa forma, o modelo de planejamento participativo e democrático de decisão, implementação e gestão foi consubstanciado desde a elaboração do Plano Plurianual 2004-2007. Nesse documento buscou-se criar e consolidar espaços institucionais onde a sociedade civil, os governos estaduais e municipais participariam das decisões e orientação das políticas públicas, programas e ações em busca do desenvolvimento inclusivo e sustentável. Sendo assim:

> No planejamento estratégico do País, o governo federal fez clara opção por um modelo que supera tanto a visão tecnocrática de planejamento, quanto à concepção de que o mercado prescinde do Estado e da sociedade na definição dos rumos do desenvolvimento. No modelo tecnocrático, dá-se a criação de planos sem consultar a sociedade: o Estado define diretrizes e metas de forma centralista e autoritária. Por outro lado, na concepção segundo a lógica do mercado, este deveria ser capaz de evoluir naturalmente para o crescimento, a eliminação da desigualdade e a realização das melhores possibilidades do País. O planejamento estratégico, ao contrário, está fundado na democratização da gestão (BRASIL, 2003, p. 30-31, PPA 2004-2007)

Então, a partir da concepção do planejamento estratégico, foi criado, no ano de 2003, o Programa Fome Zero (PFZ), um planejamento articulado a partir de várias ações de ministérios, baseada em arranjos sociais, com vistas à segurança alimentar. Inicialmente o PFZ envolvia vários programas, que podem ser subdivididos em três dimensões políticas: 1) Estruturais; 2) Específicos da alimentação; e 3) Locais (ORTEGA, 2008).

Os programas estruturais, que envolveram diferentes esferas de governo e da sociedade civil, buscavam dar condições produtivas e educacionais capazes de garantir renda permanente aos pobres, tais como: i) Geração de emprego e renda (por meio do microcrédito, capacitação profissional, inclusão digital, primeiro emprego, etc.); ii) Intensificação da reforma agrária; iii) Simplificação dos procedimentos trabalhistas; iv) Ampliação da Bolsa Escola; v) Renda mínima para as famílias mais carentes; vi) Incentivo à agricultura familiar (através do crédito, das compras governamentais, etc.) (ORTEGA, 2008).

Os programas específicos de alimentação envolviam: i) O cartão alimentação; ii) A ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT); iii) O combate à desnutrição materno-infantil; iv) A ampliação do programa Merenda Escolar; e v) A aquisição da pequena produção para a formação de estoques de segurança de alimentos. Os programas de âmbito local procuraram desenvolver a gestão participativa, e foram dirigidos às organizações civis, prefeituras e consórcios municipais, tais como: i) Restaurantes populares; ii) Banco de alimentos e colheita urbana; iii) Apoio à agricultura familiar; e iv) Apoio à Agricultura urbana (ORTEGA, 2008).

No âmbito do PFZ foram instituídos os Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADS), como instrumentos de redução da pobreza e das desigualdades sociais, através da geração de emprego e renda em territórios em condições de insegurança alimentar (CORRÊA, 2010). A proposta era que, por meio dos CONSADS, as famílias carentes tivessem acesso aos alimentos produzidos por pequenos agricultores e agroindústrias locais, garantindo segurança alimentar à população pobre e, concomitantemente, gerando renda e emprego em regiões deprimidas. Então, o PFZ não era de caráter imediatista e assistencialista, mas desenvolvimentista (ORTEGA, 2013; SILVA, 2012; ORTEGA, 2008).

Ainda em 2003 foram constituídos quarenta CONSADS pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). Ao reconhecer que existem problemas cujo diagnóstico e solução ocorrem através da articulação entre municípios com algum tipo de identidade, os CONSADS foram instituídos ao considerar: i) O baixo IDH-M; ii) As relações econômicas, políticas, sociais, culturais, etc.; iii) As potencialidades para arranjos socioprodutivos; iii) A dimensão física (pequena população, população rural) e ambiental; iv) A infraestrutura deficiente; v) A economia deprimida e baseada na agricultura familiar; e vi) A institucionalidade (ORTEGA, 2013; ORTEGA, 2008).

Assim, os CONSADS tornaram-se responsáveis pela discussão, elaboração, gerência, operacionalização e avaliação dos resultados do Plano da Ação para o Desenvolvimento Territorial. Com características de fórum, os CONSADS são formados por 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 do poder público dos municípios que o compõem. Cabe aos Conselhos Fiscais dos CONSADS fiscalizar e aprovar as contas e implementar as ações definidas nos fóruns. Sua operacionalização é de responsabilidade de uma Secretaria Executiva composta por representantes das três instâncias de governo, de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) (ORTEGA, 2013; SILVA, 2012; ORTEGA, 2008).

Nos CONSADS, o diagnóstico do território e a seleção de projetos intermunicipais nos fóruns constituem o planejamento do tipo *bottom-up*; já a identificação e integração das experiências intermunicipais a serem apoiadas pelo governo federal constituem o planejamento *top-down*. Dessa forma, esses consórcios intermunicipais buscam o equilíbrio no planejamento com a participação e cooperação da sociedade civil e do poder público na discussão, planejamento e implantação de arranjos socioeconômicos regionais, com ações voltadas à produção, comercialização, consumo, crédito, etc. (ORTEGA, 2013; SILVA, 2012; ORTEGA, 2008).

Porém, segundo Ortega (2008), a heterogeneidade entre os municípios presentes em um mesmo CONSAD dificultou a construção de um pacto intermunicipal. A ausência de um arranjo vertical entre os governos estaduais e federal fragilizou a credibilidade do programa e dificultou a seleção e implementação de projetos. A ausência de um arranjo horizontal do governo federal em todos os níveis, de âmbito deliberativo e executivo, também limitou os resultados do programa. Os CONSADS também ficaram restritos por problemas conjunturais, especificamente as eleições municipais de 2004, que dificultaram a liberação de recursos e reduziram a qualidade dos projetos apresentados, desmobilizando os membros. Além disso, as interferências do poder público local e a reduzida participação social dificultaram a construção do pacto territorial. Como consequência, até os dias atuais permanece o mesmo número de CONSADS, mantidos com reduzidos recursos (ORTEGA, 2013; ORTEGA, 2008).

1.5 Políticas públicas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: o programa Territórios Rurais (TRs)

A permanência da pobreza e das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas resultou em reivindicações da sociedade civil brasileira, quando o governo federal elaborou o documento "Referências para uma estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil", propondo uma política pública nacional para os territórios rurais, visando o desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que:

> [...] deve contemplar medidas que objetivem a melhoria contínua da qualidade de vida do conjunto da população do território, não apenas de parte dela. Portanto, é indispensável que haja uma forte articulação de políticas públicas entre si, nos diversos níveis de governo, com as iniciativas da sociedade, do setor privado dos diversos ramos de atividades (BRASIL, 2005c, p.5).

Nesse ensejo, os documentos oficiais brasileiros pontuam as principais dificuldades a serem vencidas, tais como: altos índices de analfabetismo, educação formal deficiente, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, reduzida participação, pobreza, desemprego, exclusão social, migração, desqualificação dos serviços públicos, concentração fundiária, esgotamento dos recursos naturais, dentre outros (BRASIL, 2005c). Dessa forma, considera que:

> [...] O investimento social é decisivo para que se alcancem melhores condições de vida da população. O acesso aos serviços públicos básicos é condição para que o desenvolvimento se converta em um valor tangível para as populações pobres. A universalização do acesso à educação, à saúde, ao saneamento, à moradia digna, à energia elétrica, à comunicação, ao transporte, aos direitos humanos, à proteção à criança e ao idoso, ao trabalho, são direitos que exigem investimentos públicos e privados, o empenho da sociedade e o estímulo das políticas públicas (BRASIL, 2005c, p. 22)

O governo federal, reconhecendo a extensão e diversidade do território brasileiro, e que as políticas nacionais de desenvolvimento até então vigentes contribuíram para acentuar as assimetrias entre regiões e classes sociais, viu a necessidade de políticas e ações públicas regionalizadas e territorializadas (BRASIL, 2005c). Nesse sentido, o "ordenamento" do território não deve se resumir à caracterização, localização ou a ocupação espacial de um território. O "ordenamento" deve ser entendido como:

> [Um] ciclo proposto de articulação entre o Estado/Governo e a Sociedade/Instituições. É um processo de diagnóstico, "escuta" e estudos, formulação e validação, informação e capacitação, articulação com os interlocutores e implementação. Com a integral participação dos atores sociais, de tal forma que aperfeiçoamentos possam e devam ser feitos, ajustando os instrumentos às condições locais, tendo por objetivo o processo educativo, a participação social e o resultado econômico [...]. Portanto, o desenvolvimento territorial será a consequência induzida, estimulada, apoiada e esperada do ordenamento territorial (BRASIL, 2005c, p. 27-28).

Deste modo, desde o primeiro mandato as políticas públicas do governo Lula começaram a ser traçadas a partir da visão do desenvolvimento territorial, principalmente aquelas direcionadas aos muitos municípios de pequeno porte, os quais registravam os maiores percentuais de pobreza. Para o governo federal:

> O desenvolvimento rural sustentável somente será possível quando a população do campo for efetivamente incluída em processos locais de desenvolvimento. Nesse sentido, foi instituído no PPA 2004-2007 o **Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais** [programa TRs], que deverá apoiar-se no crescimento das competências locais para que os atores sociais assumam o protagonismo dos processos que conduzem ao seu desenvolvimento, numa perspectiva multidimensional e multisetorial do desenvolvimento local. Isto implica na adoção de uma abordagem territorial do desenvolvimento, para que as eventuais

> deficiências locais possam ser enfrentadas pelo esforço compartilhado, pela solidariedade e pela cooperação dentre os atores sociais e entre estes e os responsáveis pela implementação de políticas públicas (BRASIL, 2003, p. 119, grifo do autor).

Segundo Brasil (2005b), a abordagem territorial como estratégia para o desenvolvimento rural se justifica por quatro aspectos:

i) Porque o rural não se resume a um setor econômico, o agrícola, mas é definido por suas características espaciais;

ii) Porque a escala municipal é muito restrita e a escala estadual é muito ampla para representar a heterogeneidade e especificidades locais para o planejamento e organização em prol do desenvolvimento;

iii) Porque a descentralização das políticas públicas tem se ampliado;

iv) Porque o território é a unidade que melhor expressa os laços de proximidade a ser mobilizados em favor do desenvolvimento sustentável.

O governo federal definiu quatro áreas a serem impactadas nos Territórios Rurais (TRs): a) Fortalecimento da gestão social; b) Fortalecimento do capital social; c) Dinamização econômica; e d) Integração de políticas públicas. Com relação ao fortalecimento da gestão social, Brasil (2005b) entende que o desenvolvimento sustentável dos TRs depende da estratégia de concertação social, que defina as formas de utilização dos ativos regionais capazes de gerar riqueza com inclusão social. A concertação social é facilitada quando ocorre em espaços de discussão como consórcios, fóruns, conselhos, comitês, agências e organizações sociais de interesse público, numa capacidade deliberativa, normativa e gerencial. Construídos nesses espaços, os "Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável" deverão apresentar os projetos de desenvolvimento territorial. Dessa forma, nessa abordagem o capital social é entendido como:

> [...] o conjunto de relações (pessoais, sociais, institucionais) que podem ser mobilizadas pelas pessoas, organizações e movimentos visando a um determinado fim, o capital social tem na sua raiz processos que são, a um só tempo, baseados e geradores de confiança, reciprocidade, cooperação. Implica a habilidade de pessoas e grupos em estabelecerem relações duradouras, obter recursos financeiros, materiais, cognitivos e empreender ações com a finalidade de reduzir custos das transações por meio da associação, da administração, da compra e da venda conjuntas, do uso compartilhado de bens, da obtenção e difusão de informações (BRASIL, 2005b, p. 9).

Para Brasil (2005b) a dinamização econômica é mais do que a aplicação de recursos em um específico ramo produtivo, é o resultado do investimento público e privado em diferentes formas de organização da produção e distribuição, capaz de diminuir as diferenças entre os retornos privados e sociais. Para tanto, no espaço econômico deve haver integração

entre atividades rurais e urbanas, agrícolas e não-agrícolas, que agreguem valor aos produtos locais, diversificando-os e ampliando a competitividade, as ocupações produtivas, as oportunidades, a renda, a remuneração, os direitos, o acesso a bens e serviços e a qualidade de vida do cidadão.

Brasil (2005b) também propõe a articulação entre as políticas originadas de diferentes níveis e de diferentes estruturas governamentais (secretarias, ministérios e programas); articulações interinstitucionais do tipo horizontal e vertical.

De acordo com Brasil (2005b) a proposta de desenvolvimento territorial rural sustentável corresponde a múltiplas dimensões, tais como:

i) Dimensão Econômica: representada pela inovação e diversificação das redes produtivas, baseada nos recursos locais, capazes de gerar emprego e renda;
ii) Dimensão Sociocultural: entendida com a maior equidade social graças à participação dos cidadãos nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores, a cultura e a melhoria da qualidade devida das populações;
iii) Dimensão Político-institucional: envolvendo institucionalidades que facilitam a criação de políticas territoriais negociadas, numa governabilidade democrática;
iv) Dimensão Ambiental: que considera a gestão sustentada dos recursos naturais.

Para formalizar a intervenção em prol do desenvolvimento rural sustentável, capaz de provocar transformações das condições de vida de aproximadamente 50 milhões de moradores dos 4.500 municípios brasileiros "essencialmente rurais", em 2003 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ao MDA caberia jurisdicionar aspectos relativos à abordagem territorial, a partir de quatro diretrizes: i) Ampliação e fortalecimento da agricultura familiar; ii) Reforma agrária; iii) Inclusão social e combate à pobreza rural; e iv) Promoção do desenvolvimento sustentável dos TRs. Sendo assim, o MDA deveria propor um programa de desenvolvimento sustentável em âmbito nacional, e atuar associado aos demais órgãos da administração federal, estadual e municipal, e da sociedade civil (BRASIL, 2005b; BRASIL, 2005c).

Ainda em 2003 o MDA criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), responsável pela promoção do desenvolvimento rural sustentável para além da produção agropecuária. Na esfera da SDT, território é definido como:

> Espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam

> identidade e coesão social, cultural e territorial. [Já os territórios rurais] São territórios onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos 'rurais'. Nesses territórios, incluem-se os espaços "urbanizados" que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados (ORTEGA, 2008, p.165-166, citando BRASIL, 2003).

Segundo a SDT, para ser caracterizado como TR deve prevalecer o ambiente natural pouco modificado, atividades agrícolas, silvicultoras e pastoril, pequena população e baixa densidade demográfica, além de hábitos e tradições culturais próprias do meio rural e economia de base primária, sem desconsiderar os encadeamentos das atividades secundárias e terciárias. Um município é classificado como rural quando possui densidade demográfica de até 80 hab/km² e população total até 50.000 habitantes; já uma microrregião geográfica é considerada rural quando possui densidade demográfica de até 80 hab/km² e população média de 50.000 habitantes por município componente (SILVA, 2012, CORREA, 2010; ORTEGA, 2008; BRASIL, 2005c).

De acordo com o governo federal, para uma microrregião rural participar do programa TRs deve estar em conformidade com os seguintes critérios: apresentar elementos de coesão social e territorial, baixo dinamismo, pobreza e concentração do público prioritário (agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, famílias assentadas). A escolha dos TRs é realizada após consultas à sociedade civil e ao Governo Estadual, quando aprovados pelos Conselhos Estaduais e pelo Conselho Nacional (BRASIL, 2005b).

Os TRs passaram a ser coordenados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Agricultura Familiar (CONDRAF)[8]. O CONDRAF[9], instituído pela SDT, tornou-se um conselho paritário, constituído por dezenove representantes de movimentos sociais e dezenove representantes do poder público. Então, esse conselho deveria constituir um espaço de debate entre representantes dos diferentes níveis de governo e organizações da sociedade civil. Em 2004 o CONDRAF[10] designou que os recursos da linha Infraestrutura e Serviços do PRONAF fossem destinados a apoiar o desenvolvimento dos TRs (ORTEGA, 2013; SILVA, 2012; CORRÊA, 2010; ORTEGA, 2008; BRASIL, 2003).

Dessa forma, por meio da instituição da SDT, o governo federal criou ações relacionadas à promoção e apoio às iniciativas capazes de facilitar a melhoria dos níveis de

[8] Instituído pelo Decreto nº 4.854 de 8 de outubro de 2003, da Casa Civil.
[9] Nesse período, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) foi transformado no CONDRAF (SILVA, 2012; CORRÊA, 2010; ORTEGA, 2008).
[10] Resolução CONDRAF nº 37 de 16 de fevereiro de 2004.

qualidade de vida da população rural, colaborando para a redução da pobreza, exclusão social e desigualdades sociais e regionais. Assim, à SDT cabe promover a infraestrutura e serviços, capacitação, apoio às associações e cooperativas e apoio a negócios diversos; também é de sua responsabilidade indicar, organizar e planejar os TRs, conjuntamente com as demandas das populações territoriais e organizações da sociedade civil, fortalecendo a rede nacional de órgãos colegiados (Conselho Nacional, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável) (BRASIL, 2005b).

Portanto, a missão da SDT é ampliar as capacidades humanas e institucionais, auxiliar a organização e o fortalecimento da gestão participativa, contribuir para a integração e articulação entre o governo e a sociedade civil e promover a implementação de políticas públicas. A SDT passou a atuar nas seguintes áreas: i) Realização de estudos, análises e capacitação; ii) Animação de redes; iii) Apoio e supervisão técnica dos planos territoriais; iv) Articulação e negociação das ações governamentais; iv) Planejamento, acompanhamento e avaliação das ações; e vi) Apoio ao CONDRAF. Enfim, a SDT tornou-se responsável por identificar as demandas sociais, traçar os critérios da ação pública, guiar a estratégia de desenvolvimento e avaliar os resultados das políticas (SILVA, 2012; ORTEGA, 2008).

Assim, em 2003, foram homologados vinte Conselhos Estaduais e quarenta TRs (em 800 municípios). Em 2004 foram agregados mais cinquenta TRs, perfazendo aproximadamente 1.500 municípios de todas as Unidades da Federação (BRASIL, 2005b). Cada TR passou a representar um projeto de desenvolvimento territorial, identificado e elaborado a partir de acordos municipais e de identidades regionais. Seguindo esses critérios, em 2006, 44,93% dos municípios (2.500), 56,02% da população rural, 58,45% dos agricultores familiares, 73,27% de famílias assentadas, 71,32% de quilombolas, 56,27% de área indígena, 43,5% de beneficiados do Programa Bolsa Família (PBF), 66,9% municípios baixa renda[11] foram reunidos em 164 TRs (ORTEGA, 2013; ORTEGA, 2008).

Todavia, o programa TRs não foi capaz de superar a visão setorial, pois entre 2003 e 2006, dos projetos financiados 44,8% foram de cunho agropecuário, enquanto somente 13,5% destinados às agroindústrias e apenas 1,37% relacionados às atividades não-agropecuárias; do total, 35,5% estiveram voltados à capacitação e 3,9% às atividades culturais e de infraestrutura. Ademais, o percentual de municípios dinâmicos[12] atendidos (72,95%) é muito

[11] Municípios de Baixa Renda: baixa renda dos domicílios e baixo dinamismo econômico municipal.
[12] Município Dinâmico: renda média e baixa dos domicílios, porém com dinâmica econômica municipal significativa.

superior ao percentual dos municípios estagnados[13] (41,87%) contemplados pelo programa TRs (ORTEGA, 2013; ORTEGA, 2008).

Segundo Silva (2012), a falta de articulação das ações e programas ministeriais também prejudicou a consolidação dos TRs. Para Brasil (2005a, p. 9-10):

> É preciso considerar finalmente que, para dar conta das necessidades dos territórios, esse leque de políticas e instrumentos sob coordenação da SDT e mesmo o conjunto mais amplo sob responsabilidade do próprio MDA, embora cubram um razoável leque de demandas, estão longe de ser o suficiente. Há todo um conjunto de recursos e de programas sob alçada de outras estruturas de governo que precisam igualmente ser mobilizados e postos a serviço desses territórios. Este é o caso, sobretudo, das políticas de educação e saúde, das políticas de proteção social e de transferência de renda, mas também de investimentos em infraestrutura e tecnologia, ou de políticas ambientais. Isto apenas no âmbito federal, sem falar na igualmente necessária integração entre os três níveis de governo.

De acordo com Ortega (2008) o programa TRs não obteve mais sucesso porque enfrentou as seguintes dificuldades:

i) Limitada capacitação para diagnosticar, formular e administrar projetos;
ii) Oligarquias políticas, que limitaram a construção de um pacto territorial;
iii) Significativa carência de infraestrutura básica;
iv) Limitada articulação em arranjos horizontais e verticais;
v) Desconsideração do ambiente macroeconômico;
vi) Desconsideração das políticas nacionais;
vii) Desconsideração da história e da inserção dos TRs na ordem capitalista;
viii) Seleção de municípios por imposição;
ix) Rivalidade política entre municípios;
x) Reduzido capital social.

Para Favareto (2010), logo no primeiro mandato do presidente Lula a política territorial foi fortalecida com a criação da SDT. Em sua fase inicial os Colegiados Territoriais avançaram quando comparados aos CMDRS da década de 1990, pois reduziram a "prefeiturização", tornaram as articulações de caráter intermunicipal, instituíram o controle social das políticas de desenvolvimento e possibilitaram a disseminação da abordagem territorial. Todavia, também apresentam limites: não promoviam o diálogo que considerasse prioritariamente as dinâmicas locais e a diversidade de atores das regiões rurais e se limitaram a elaborar e gerir projetos do PROINF[14]. Ademais, a estrutura de governo e a forma de

[13] Município Estagnado: renda média dos domicílios, porém com baixo dinamismo econômico municipal.
[14] O PROINF substituiu o PRONAF Infraestrutura.

operacionalização dos programas dificultavam a realização de ações consistentes e eficientes em prol do desenvolvimento territorial rural.

1.6 Políticas públicas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: o programa Territórios da Cidadania (TCs)

Buscando aperfeiçoar as políticas públicas de desenvolvimento territorial rural, o governo federal constituiu, a partir dos TRs, os Territórios da Cidadania (TCs), instituídos em 25 de fevereiro de 2008[15], na segunda gestão do presidente Lula. O PPA 2008-2011 apresentou como proposta o crescimento econômico, a inclusão social e a redução das desigualdades regionais. Para tanto, indicou com destaque obras e ações de infraestrutura econômica e social, para ampliar a potencialidades locais e superar os limites ao crescimento e desenvolvimento econômico. O referido plano foi construído com a participação da sociedade em conferências, fóruns e conselhos, além das fronteiras ministeriais e por meio de parcerias com o setor privado, governos estaduais e municipais (BRASIL, 2007).

Dessa forma, conforme Brasil (2007, p.13), o PPA 2008-2011 considera a dimensão territorial do planejamento com o objetivo de promover:

i) A superação das desigualdades sociais e regionais;

ii) O fortalecimento da coesão social e unidade territorial;

iii) Os potenciais de desenvolvimento sustentável das diferentes regiões;

iv) A valorização da inovação e da diversidade cultural e étnica da população;

v) O uso sustentável dos recursos naturais;

vi) O apoio à inserção e integração competitiva autônoma no mundo globalizado.

Segundo Brasil (2007), a redução das desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional faz parte do planejamento estratégico e busca do avanço das regiões menos desenvolvidas e menos dinâmicas do Brasil, por meio de políticas públicas integradas e ajustadas às realidades regionais e locais. A proposta é buscar eficiência, competitividade, equidade, sustentabilidade e coesão, através do aproveitamento e valorização dos diversos recursos dos territórios.

Em relação aos TRs, o PPA 2008-2011 propõe que as ações continuem implementadas pelo MDA, com o apoio dos atores e instituições locais articulados em torno da construção e gestão social dos PTDRS. A proposta é que a partir dos TRs fossem instituídos os TCs. A

[15] Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto de 25 de fevereiro de 2008.

estratégia utilizada é a inclusão produtiva, como resultado de ações governamentais coordenadas, da universalização dos programas de cidadania e da maior participação da sociedade civil (ORTEGA, 2013; SILVA, 2012; CORRÊA, 2010; ORTEGA, 2008, BRASIL, 2008, BRASIL, 2007).

De acordo com Brasil (2008), o programa TCs tornou-se mais restrito, como uma nova institucionalidade capaz de identificar e atuar, prioritariamente, a partir da sinergia existente em um grupo de municípios com maior nível de carências e grande concentração da pobreza rural, atendendo aos seguintes critérios:

- Estar incorporado ao programa TRs;
- Menor IDH territorial;
- Maior concentração de beneficiários do programa Bolsa Família (BF);
- Maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária;
- Maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas;
- Baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais, da Política Nacional de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional;
- Respeitar a convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo;
- Maior organização social;
- Menor Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB).

Os TCs são configurados por agrupamentos de municípios com densidade populacional média de 80 hab/km^2 e população média municipal de, no máximo, 50 mil habitantes. Cada TC deve possuir identidade historicamente construída e identificada a partir de critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos. Porém, segundo Brasil (2008), para que o programa TCs alcance seus objetivos e promova o desenvolvimento territorial rural torna-se necessário:

i) Integração de políticas públicas com base no planejamento territorial;
ii) Ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios;
iii) Ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;
iv) Inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e etc.;
v) Valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

Em 2008, o programa TCs mobilizou e articulou vários ministérios e órgãos do governo federal[16]. Em 2009 o funcionamento dos TCs e a institucionalidade do programa é formada pelo Comitê Gestor Nacional, Comitê de Articulação Estadual e Colegiados Territoriais (BRASIL, 2013d; ORTEGA, 2013; SILVA, 2012; CORRÊA, 2010; ORTEGA, 2008).

Em 2008, sessenta TRs foram convertidos em TCs, dos quais 41 (68,33%) foram classificados como territórios deprimidos, porque dezenove estavam presentes em regiões estagnadas e 22 em regiões de baixa renda. Em relação aos demais TCs, dezesseis estavam presentes em regiões dinâmicas e três em regiões de alta renda (ORTEGA, 2008). Nesse ano, sessenta TCs estavam presentes em 958 municípios brasileiros (17% do total), os quais receberam investimentos no montante de R$11,3 bilhões (CORRÊA, 2010).

Em 2009 foram instituídos mais 60 TCs, formando os atuais 120 TCs. São 33,27% (1.851) de municípios envolvidos, 46,19% da população rural, 46,79% dos agricultores familiares, 66,68% de famílias assentadas, 66,33% de quilombolas, 51,8% de áreas indígenas, 36,65% dos beneficiados do BF, 62,48% de municípios de baixa renda. Do mesmo modo, o percentual de municípios dinâmicos atendidos (62,18%) é maior do que o percentual de municípios estagnados (26,99%) (ORTEGA, 2013). Nesse ano, os TCs receberam investimentos no montante de R$23,5 bilhões (Brasil, 2013a; Corrêa, 2010). Contudo, mesmo reconhecendo os avanços das políticas públicas voltadas à redução da pobreza e desigualdade social no meio rural, Ortega (2013, p.137) afirma:

> A pesar del relativo mejoramiento de la situación de pobreza rural en Brasil, todavia hay mucho que hacer, requiriendo políticas públicas conconocimiento más preciso de "quienes sonlos pobres del campo" para orientar mejor sus acciones. Enese sentido hay que reconocer que las políticas orientadas a lamejoría de las condiciones de vida de los hogares rurales no siempre están obteniendo los resultados esperados. Como consecuencia, las políticas dirigidas al combate contra la pobreza rural necesitan teneren cuenta las características específicas y las condiciones sociales y económicas que enfrentan las personas y lãs familias de este tipo de población.

Nesse sentido, Corrêa (2010) questiona o fato dos TRs serem delimitados a partir das microrregiões geograficamente estabelecidas, que envolvem municípios de perfis diferentes, e não a partir do critério de semelhança quanto à situação de carência de municípios fisicamente próximos. Também questiona o fato de apenas 70% dos TCs serem classificados como

[16] i) Desenvolvimento Agrário/Incra; ii) Desenvolvimento Social; iii) Saúde; iv) Educação; v) Integração Nacional; vi) Trabalho e Emprego; vii) Meio Ambiente; viii) Cidades; xix) Minas e Energia; x) Secretaria de Políticas para as Mulheres; xi) Secretaria Promoção da Igualdade Racial; xii) Secretaria de Aquicultura e Pesca; xiii) Secretaria da Justiça/Funai; xiv) Agricultura, Pecuária e Abastecimento; xv) Cultura; xvi) Secretaria Geral; xvii) Planejamento; xviii) Secretaria de Relações Institucionais; xix) Casa Civil (ORTEGA, 2008).

territórios rurais deprimidos, quando o principal critério do programa é atender as regiões estagnadas.

De acordo com Corrêa (2010), na Região Nordeste foram instituídos 29 TCs, os quais envolveram 53,2% da população rural. Nessa região, quando se considera o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) e o IDH-M, há grande diversidade entre os TCs e dentro dos territórios há diferenças significativas entre os municípios. Ou seja, dentro de um mesmo TC existem municípios com valores muito superiores ou inferiores ao IDR e ao IDH-M do estado ou do próprio território. Ao comparar as condições dos municípios que fazem parte dos TCs com aqueles que não fazem parte, não houve diferença pelo IDR e pelo IDH-M. A pesquisadora também destaca que o programa TCs deixou de incluir muitos municípios economicamente deprimidos.

Destacando o caso do Estado da Bahia, apenas 40,8% da sua população rural participa do programa TCs, cerca de 4.297.902 pessoas. Esse estado apresenta IDR de 0,292, a segunda pior média; e registra IDH-M de 0,626. Na Bahia, os municípios que participam dos TCs apresentaram IDR de 0,278, e os que não fazem parte apresentaram IDR de 0,300, uma diferença pouco significativa. Assim, a partir dos resultados apresentados para a região Nordeste e especificamente para o Estado da Bahia, Corrêa (2010, p. 163) conclui:

> [...] a grande diversidade [entre os territórios e entre os municípios de um mesmo território] é um fator que pode gerar problema na "concertação" que se irá efetuar no interior dos Conselhos Intermunicipais de Desenvolvimento e na definição das localidades que receberão recursos. Ainda que as propostas sejam efetuadas coletivamente, seu direcionamento será a espaços específicos, podendo beneficiar ou relegar determinados municípios. Diferenças muito expressivas podem gerar capacidades distintas de fazer valer os anseios de cada um dos participantes. Ademais, condições díspares podem gerar capacidades maiores ou menores de lidar com os recursos [...].

Portanto, diferente da política neoliberal, que apostava no desenvolvimento endógeno, constituído por meio de arranjos organizados pela capacidade da própria sociedade, a vantagem da política criada em prol do desenvolvimento territorial é mais ampla, tornando-se capaz de reduzir a pobreza e a desigualdade. De acordo como Ortega (2008, p. 168):

> Em contraste com o ideário liberalizante, que vê, nas estratégias de desenvolvimento local, uma alternativa "autônoma" de desenvolvimento dos espaços locais, inclusive com a "liberação" dos Estados Nacionais de muitas das responsabilidades que lhes são atribuídas, a incorporação das estratégias de desenvolvimento territorial nas políticas públicas federais vem denotando um traço distintivo daquele ideário. A presença do Estado, não somente implementando um grande conjunto de políticas sociais, mas, ainda, investindo na infraestrutura básica, na capacitação dos atores sociais locais, na assistência técnica oficial, dentre outras ações, tem representado um avanço no resgate de uma parcela importante dos espaços rurais deprimidos brasileiros.

Considerando os dois mandatos do presidente FHC e do presidente Lula existem semelhanças e diferenças entre as políticas de desenvolvimento territorial adotadas. De forma semelhante, as políticas reconheceram a importância da organização social local (o empoderamento), promoveram a descentralização política administrativa e se submeteram ao ideário econômico ortodoxo de maior desobrigação do governo. Diferentemente de FHC, no governo Lula houve combinação de estratégias *bottom-up* e *top-down;* as políticas procuraram superar a dicotomia rural-urbana e tornaram-se intermunicipais (ORTEGA, 2008).

Com a instituição dos TCs procurou-se abandonar a fragmentação das políticas e ampliar a intervenção pública para incitar e fortalecer as iniciativas locais (ORTEGA, 2008). Por tudo isso, entende-se que as políticas de desenvolvimento territorial rural instituídas por FHC e, principalmente, pelo presidente Lula foram inspiradas nas políticas de desenvolvimento rural de enfoque territorial da UE, especialmente na iniciativa Leader.

CAPÍTULO 2 – EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DA BAHIA

A proposta desse capítulo é apresentar o contexto histórico e as peculiaridades das políticas públicas indutoras do desenvolvimento no estado da Bahia. Assim, na primeira seção faz-se um breve histórico da ocupação territorial, que criou a base da estrutura socioeconômica das regiões baianas. Já a segunda seção descreve a evolução das políticas e do planejamento público de caráter intervencionista, no estado da Bahia. A ideia é pontuar as características e as implicações dos diferentes planos, programas, ações e formas de regionalização instituídas desde o início do século XX.

Para complementar esse histórico, a terceira seção pontua a evolução das políticas e do planejamento público de caráter neoliberal, no estado da Bahia, do final do século XX. Nesse último caso, com especial atenção, foram abordados os Eixos de Desenvolvimento, inseridos no Plano Plurianual (PAA) 2000/2003 e 2004/2007, procurando verificar os efeitos socioeconômicos desse planejamento estadual ao longo do território baiano.

Na quarta seção são apresentados alguns dados que comprovam a desigualdade socioeconômica das diferentes regiões do estado da Bahia no início dos anos 2000, principalmente quando comparado às condições da área metropolitana, urbana e rural, que serviram de inspiração para as políticas públicas de desenvolvimento territorial rural entre 2000 e 2010.

A quinta seção esclarece como deu início o recente processo de indução do desenvolvimento territorial por políticas públicas no estado da Bahia, incitado pelo governo federal e que logo obteve a adesão do governo baiano. A intenção nessa seção foi detalhar os procedimentos de construção social e institucional da política territorial e apresentar a delimitação dos TRs, Territórios da Identidade (TIs) e TCs da Bahia.

2.1 Breve histórico da ocupação territorial do estado da Bahia

A ocupação territorial do estado da Bahia criou as bases que explicam a configuração da estrutura das atividades econômicas, das condições sociais e da concentração regional da renda verificada no território desde a sua formação até os dias atuais. A ocupação do território baiano ocorreu durante a expansão comercial europeia quando, no início do século XVI, Portugal tornou o Brasil uma colônia de exploração voltada à produção de gêneros comercializáveis no mercado internacional (MIDLEJ, 2004).

Pelas características climáticas e facilidade de escoamento, no período colonial o litoral baiano, principalmente a Baía de Todos os Santos, concentrou as principais atividades econômicas, e em especial a cana-de-açúcar. Nessa época a organização político-econômica era realizada pelos donatários das Capitanias Hereditárias, cuja base produtiva era a monocultura desenvolvida em grandes extensões de terras e com base no trabalho escravo, responsáveis pelos elevados lucros dos engenhos, pela concentração da propriedade e da renda (ALVES, 2003; MIDLEJ, 2004).

Contudo, no início do século XVII a ampliação da oferta da cana-de-açúcar nas colônias inglesas, holandesas e francesas resultou no declínio da economia açucareira baiana, que foi sendo aos poucos substituída por outras atividades como a pecuária e extração de ouro, prata e pedras preciosas ao longo da região da Chapada Diamantina, com a ascensão da classe dos comerciantes, já no início do século XVIII. Essa ocupação do interior da Bahia também se deu na região do Recôncavo pelos colonos que derrotavam os índios e plantavam algodão e mandioca, e no sertão ocupavam as margens do Rio São Francisco com a criação de gado. Na região Sul do estado, em 1746, a lavoura cacaueira foi implantada (MIDLEJ, 2004).

Ainda no século XVIII, a junção das capitanias Bahia de Todos os Santos, Porto Seguro, São Jorge dos Ilhéus, Paraguaçu e Itaparica/Tamarandiva, formaram a Capitania da Bahia. No século XIX (em 1827), a comarca do Rio São Francisco (pertencente à Capitania de Pernambuco) foi incorporada à Capitania da Bahia, configurando o atual território do estado da Bahia (MIDLEJ, 2004).

No início do século XIX, seguindo a ordem econômica vigente, o Brasil permanecia trocando seus alimentos e matérias-primas pelos manufaturados estrangeiros. Ao longo do período imperial (1822-1889) a economia baiana dependia da exportação de produtos primários e da importação de bens industrializados. Contudo, no decorrer do século, os produtos brasileiros foram perdendo espaço no mercado internacional e a economia baiana perdendo importância na economia nacional (MIDLEJ, 2004).

Por causa da Primeira Guerra (1914-1918) houve dificuldade de importação, o que estimulou o crescimento da indústria doméstica de bens de consumo. Durante o regime republicano (1889-1930) os senhores de engenho do litoral e os fazendeiros instalados no interior se mantiveram no poder. Ao longo do Rio São Francisco a construção de estradas de ferro possibilitou a ocupação do sertão e incitou o aparecimento de vilas e povoados. Dessa forma, coube ao interior, à região do Semiárido, desenvolver atividades de autoabastecimento voltadas ao mercado interno. Assim, foi estabelecida a forma da ocupação do estado: a urbanização no litoral e o povoamento de características agrária no interior. Esse modelo dual

determinou o processo histórico de acumulação, de crescimento e de desenvolvimento econômico desigual ao longo do território da Bahia (MIDLEJ, 2004; ALVES, 2003).

2.2 Política e planejamento público de caráter intervencionista para o desenvolvimento da Bahia a partir do início do século XX: evolução, características e resultados

Na década de 1930, o planejamento baiano resultou na criação do Programa de autarquias, que visava a defesa e o estímulo da atividade agrícola, especificamente da lavoura cacaueira e do fumo. Sendo assim, o governo da Bahia criou alguns institutos: o Instituto de Cacau da Bahia – ICB (1933), o Instituto Baiano do Fumo (1935) e o Instituto de Economia e Finanças da Bahia – IEFB (1937) (SILVA, 2012; SOUZA, 2008). Com o Estado Novo (1937-1945), dentro de um estilo nacional desenvolvimentista, foram estabelecidas as condições para o crescimento e diversificação econômica, com a instituição do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Plano Nacional de Eletrificação e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), dentre outras ações (MIDLEJ, 2004).

Na década de 1940 a Bahia foi regionalizada pela primeira vez. Nesse período o Conselho Nacional de Geografia dividiu o estado em dezesseis "Zonas Fisiográficas", a partir das semelhanças econômicas e sociais dos municípios. Em 1949, no governo de Octávio Mangabeira, foi elaborado o Plano de Ação Econômica para o estado da Bahia, que objetivamente apenas reestruturou o ICB (SILVA, 2012; SOUZA, 2008).

Sendo assim, o modelo agroexportador vigorou na economia baiana até o início do século XX, quando a cana-de-açúcar, o fumo, a produção de couro e peles, a mamona e o sisal se destacavam. Nesse período, o cacau, cultivado na região sul da Bahia, também era importante produto da pauta brasileira de exportações. Por isso a estrutura da economia baiana estava atrelada aos ciclos agrícolas tradicionais, atividades organizadas em grandes propriedades rurais, de cultivo extensivo, com baixos índices de mecanização e produtividade, voltadas à exportação e que limitou a criação de um mercado de consumo dinâmico (MIDLEJ, 2004; VIEIRA et al, 2000).

Nos anos 1950, o desenvolvimento brasileiro foi baseado no processo de substituição de importações visando a transformação da matriz produtiva nacional. Nessa perspectiva Juscelino Kubistchek buscou a atração de capitais estrangeiros para setores prioritários do país. Diante dessa conjuntura e pelas dificuldades de inserção no processo de industrialização iniciado na região sudeste do Brasil, na primeira metade do século XX as elites baianas começaram a manifestar insatisfação. As classes burguesas da Bahia questionavam os

entraves econômicos e políticos que mantinham o estado com características agrárias e dificultavam o desenvolvimento urbano e industrial (SILVA, 2012; SOUZA, 2008).

Com a divulgação do Plano de Metas, do governo federal, em meio a uma das maiores secas no Nordeste, o planejamento na Bahia aparece com mais evidência no governo de Antônio Balbino, entre 1955 e 1959. Logo no início dessa gestão foi instituído o Conselho de Desenvolvimento Econômico da Bahia (Condeb) e a Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE) (MIDLEJ, 2004; SILVA, 2012; SOUZA, 2008; VIEIRA et al, 2000).

O Condeb era um conselho político formado por instituições e a CPE era responsável pelos estudos e pela proposição de medidas que resultassem em estabilidade e desenvolvimento equilibrado. A CPE diagnosticou fatores indutores do atraso da economia para definir programas e projetos, vinculados à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e ao BNB, condizentes com a modernização nacional, que objetivasse o aumento e estabilização da renda per capita (SILVA, 2012; SOUZA, 2008).

Na década de 1950 diferentes causas foram atribuídas ao atraso na industrialização do estado da Bahia: dependência da sazonalidade das safras agrícolas e das flutuações dos mercados exteriores, subcapitalização pela baixa poupança interna e reduzido estoque de capital, escassez de investimentos, desgaste do câmbio comercial interno, resistência do capital agroexportador, reduzido poder aquisitivo do mercado local, mão de obra desqualificada, retardamento técnico, falta de insumos básicos e frágeis condições da infraestrutura. Por certo, a maioria desses problemas era decorrente da estrutura agrário-mercantil (SILVA, 2012; SOUZA, 2008; MIDLEJ, 2004; ALVES, 2003; VIEIRA et al, 2000).

Por tudo isso a CPE enfatizou a necessidade de investimentos no setor de transporte, comunicação e industrial, e pontuava a diversificação da produção e a ampliação do mercado interno como alternativa ao desenvolvimento. A CPE organizou o Programa de Recuperação Econômica da Bahia, todavia, sem grandes avanços. Por isso, em 1958, desconsiderando a regionalização denominada “Centralidade” indicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), outra proposta foi apresentada, as 09 “Regiões Urbanas” (Apêndice A), consideradas mais funcionais pelo geógrafo Milton Santos (SILVA, 2012; SOUZA, 2008).

Após 1959, no governo de Juracy Magalhães, o planejamento regional volta a ser contemplado com a instituição do Plano de Desenvolvimento da Bahia (Plandeb). O Plandeb é considerado o mais autêntico e ousado planejamento estadual do período, que além das propostas de combate à seca, objetivava transformar a economia e a sociedade oligárquica baiana em uma sociedade capitalista com bases industriais. Para tanto, o Plandeb adotou

projetos integrados na agricultura, indústria e comércio, e considerou a infraestrutura física e urbana-social (SILVA, 2012; SOUZA, 2008).

O modelo apresentado pelo Plandeb era de integração econômica com a região sudeste do Brasil, por meio do abastecimento de bens intermediários produzidos na Bahia. Dessa forma, em meados do século XX ganha força a proposta de complementaridade econômica, em que competiria à Bahia desenvolver setores industriais que não estivessem implantados no sul e sudeste do país. A ideia era fortalecer a economia brasileira sem estabelecer concorrência com as indústrias já existentes (SILVA, 2012; SOUZA, 2008; ALVES, 2003).

Por isso, houve transformações na base da economia baiana, que deixou de ser meramente primário-exportadora e passou a experimentar um processo de substituição de importações, com a instalação de indústrias (MIDLEJ, 2004). Nessa época se deu o primeiro ciclo de desenvolvimento da Bahia, estabelecendo o planejamento econômico para o desenvolvimento industrial (VIEIRA et al, 2000).

Porém, a industrialização se deu de forma parcial, consubstanciada em bens intermediários, quando a Bahia passou de exportadora de *commodities* agrícolas à exportadora de *commodities* industriais à região sudeste do Brasil, estratégia considerada de "desconcentração concentrada" porque limitou a internalização integral da industrialização no território baiano. Ou seja, a industrialização ocorreu de forma concentradora em alguns espaços do estado e limitada a poucos bens intermediários. Esse modelo também resultou numa dependência maior da economia baiana em relação à economia nacional. Ademais, mesmo que tenha permanecido atrelado aos interesses capitalistas internacionais e nacionais, o Plandeb tornou-se limitado por divergir, em alguns pontos, dos programas federais e pela resistência de algumas classes dirigentes locais a profundas mudanças (SILVA, 2012; SOUZA, 2008; MIDLEJ, 2004; ALVES, 2003; VIEIRA et al, 2000).

Por isso, em 1961 foi constituído o Conselho de Desenvolvimento Industrial, e após 1963, na gestão de Antônio Lomanto Júnior, tentou-se retomar a política econômica estadual e o planejamento regional a partir de critérios econômicos e geográficos. Em 1964, com a ditadura militar, o desenvolvimentismo permaneceu como objetivo do governo federal, quando foi estabelecido o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PND). No entanto, o golpe militar de 1964 suprimiu a autonomia dos estados e, por conseguinte, a capacidade de planejamento, que ficou restrita a programas e declarações de intenções atreladas aos interesses do governo federal, possibilitando relativo desenvolvimento econômico na Bahia no final dos anos 1960 (SILVA, 2012; MIDLEJ, 2004).

Mesmo em meio ao período ditatorial, ainda no governo de Antônio Lomanto Júnior, em 1966 foi possível consolidar uma reforma administrativa. Essa reforma buscou aperfeiçoar o planejamento numa nova estrutura organizada na assessoria geral, nas assessorias setoriais e regionais. Por meio da consultoria do IBGE, o estado foi dividido em 21 Regiões Administrativas (Anexo A), como espaços contínuos, em que cada região possuía como centro uma sede urbana, onde seriam instaladas as agências e órgãos de atuação governamental. Contudo, o governo delimitou apenas dezessete "Regiões Administrativas" (SILVA, 2012; SOUZA, 2008).

Além da modernização da "máquina" do estado, a reforma administrativa visava a promoção da industrialização da Bahia, quando foram instituídos a Secretaria da Indústria e Comércio, o Banco de Desenvolvimento do estado da Bahia e o Centro Industrial de Aratu (CIA). A referida secretaria foi responsável pela formulação política, o banco pela concessão de financiamentos e a CIA pela disponibilidade de áreas com infraestrutura e pela atração de investimentos (SILVA, 2012).

No mandato de Luís Viana Filho (1967-1971), especificamente em 1967, o IBGE instituiu 26 "Microrregiões Homogêneas" (Anexo A) em termos dos aspectos naturais, sociais e econômicos. Todavia, em 1968 o governo do estado elegeu somente dezesseis "Microrregiões Programadas" (Anexo A), sem clareza quanto à metodologia e aos aspectos funcionais. No período, a CIA foi consolidada, a Usina Siderúrgica da Bahia foi implantada, e iniciou-se a construção do Complexo Petroquímico de Camaçari, assim como a industrialização em algumas áreas do interior (SILVA, 2012; SOUZA, 2008).

No período 1971-1975, da primeira administração de Antônio Carlos Magalhães (ACM), buscou-se facilitar os contatos na esfera federal e internacional, além de maior eficiência na ação coordenada dos diferentes órgãos estaduais. Para tanto, em 1971 o governador ACM cria a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplantec) e em 1972 o IBGE delimitou 22 "Regiões Funcionais Urbanas" (Anexo A). Todavia, em 1973 o governo baiano, formou somente dezessete "Regiões Administrativas" (Anexo A), com a intenção de fazer um recorte geográfico, criando nova estrutura governamental, cujos serviços seriam descentralizados, a fim de promover maior funcionalidade ao espaço e dinamismo econômico (SILVA, 2012; SOUZA, 2008).

Considerando que no início da década de 1970 havia ampliado o número de cidades intermediárias e acúmulo de funções e órgãos estatais na capital, o Projeto "Regiões Administrativas" objetivou delimitar as regiões seguindo uma perspectiva quantitativa, do conhecimento do sistema administrativo, da estrutura básica (do sistema de transporte e

comunicações) e das tipologias regionais, fundamentado num sistema de dominação/dependência para identificar as cidades centros regionais. Sendo assim, buscou-se identificar unidades físicas homogêneas, com base no relevo e hidrografia, fluxos de comercialização agrícola, do movimento de passageiros e considerou-se o estado de conservação das estradas e aeroportos para definir a funcionalidade. Para estabelecer os limites e o contingente populacional de cada região selecionou-se quatro estudos: Zonas de Influência Urbana (1958), Centralidade (1958), Regiões Administrativas (1966) e Regiões Funcionais Urbanas (1972). Ademais, utilizou-se a regionalização operacional criada pelas secretarias de Estado, as denominadas "Regiões Especiais". Contudo, as "Regiões Administrativas" apenas apresentaram um caráter funcional, tornando-se ineficiente no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico ou desequilíbrios regionais, resultando em uma regionalização conservadora (SOUZA, 2008).

Entre 1975 e 1979, no comando de Roberto Santos, foram mantidos os planos e projetos de capacitação do quadro de técnicos especializados e para consolidação do Complexo Petroquímico, pela sua capacidade de reduzir as limitações setoriais e dinamizar a economia baiana (SILVA, 2012; SOUZA, 2008). Assim, na década de 1970 o setor industrial ainda era baseado na produção de bens intermediários e numa relação complementar ao parque produtivo do sudeste do Brasil (VIEIRA et al, 2000).

No pós-64 e por toda a década de 1970 os capitais privados passaram a ser atraídos por meio de subsídios, isenções de impostos, doações de terrenos e financiamentos. O governo estadual também assumiu o papel de investidor em grandes empreendimentos e o governo federal participou através das agências de fomento. O Estado promoveu a construção e/ou ampliação de infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos, aeroportos e energia) e a qualificação da mão de obra; ações concentradas foram realizadas na região litorânea e na Região Metropolitana de Salvador (RMS), acirrando as desigualdades econômicas e sociais na Bahia (SILVA, 2012; SOUZA, 2008; ALVES, 2003).

Entre 1979 e 1983 o governador ACM, em seu segundo mandato, manteve a política de consolidação das indústrias da RMS. Como resultado das ações do primeiro ciclo, lançou-se as bases para o segundo ciclo de desenvolvimento industrial. Sendo assim, entre 1975 e 1985 a participação do setor secundário no PIB estadual supera a participação do setor primário, também pela estagnação ou declínio dos produtos agrícolas tradicionais. Por isso, entre 1983 e 1987 o governador João Durval passou a estimular os municípios a buscarem o desenvolvimento local. Porém, foi entre 1987 e 1991, na gestão de Waldir Pires, que as crises econômicas internacionais e nacionais, como a crise internacional do petróleo, os elevados

juros internacionais e a hiperinflação, dificultaram a sustentação dos investimentos públicos e do padrão de desenvolvimento brasileiro, tornando impraticáveis o planejamento e os projetos públicos de grande desenvoltura. Ao longo dos anos 1980 a estagflação dá sinais que o modelo de industrialização por substituição de importações se esgota (SILVA, 2012; SOUZA, 2008; MIDLEJ, 2004; VIEIRA et al, 2000).

Por isso, por toda a década de 1980 o planejamento tornou-se setorizado, já que cada órgão do governo realizava o planejamento conforme suas necessidades e objetivos. Assim, foi estabelecida uma multiplicidade de formas de regionalização na Bahia, que resultou em desorganização e ineficácia das ações públicas quanto à redução das desigualdades, as quais procuraram priorizar a adequação das regiões às exigências da iniciativa privada (SOUZA, 2008). Consequentemente, novas áreas especializadas na agroindústria moderna e competitiva passaram a se destacar e dinamizar o Oeste, Norte e Sul da Bahia. É o caso da região de Barreiras, com a soja, café e fruticultura irrigada, da região de Juazeiro com a fruticultura e do Extremo Sul com a madeira para celulose (MIDLEJ, 2004). No final dos anos 1980 ficou evidente que o crescimento da renda e o desenvolvimento econômico na Bahia estava espacialmente concentrado em poucas áreas que experimentaram industrialização e urbanização, em detrimento da maioria da população residente ao longo do território baiano, que permaneceu em situação de extrema pobreza (SILVA, 2012).

2.3 Política e planejamento público de caráter neoliberal para o desenvolvimento da Bahia no final do século XX: evolução, características e resultados

A década de 1990 inicia com recessão, intensificação da ideologia e do modelo político-econômico neoliberal, e com esvaziamento do Estado, que apenas mantém programas casuais, transferindo para o setor privado parte de suas atividades. Por isso, entre 1991-1994, durante a terceira administração de ACM, a atuação do governo baiano passou de executor para apenas promotor dos projetos estaduais, os quais permitiram o crescimento da economia baiana por meio do setor industrial (SILVA, 2012). A partir desse entendimento, inicia-se o terceiro ciclo de desenvolvimento da Bahia, fundamentada na implantação da indústria de bens finais, como resultado da concessão de incentivos fiscais que atraiu capitais privados, num período de abertura comercial e desregulamentação econômica (VIEIRA et al, 2000).

Logo em 1991, o governo da Bahia organizou os centros urbanos das 26 “Regiões de Influência Urbana” (Anexo B), semelhantes às Regiões Administrativas (SILVA, 2012). As

“Regiões de Influência Urbana” foram fundamentadas nos conceitos da Geografia Urbana e Regional, mesmo reconhecendo que:

> [...] a regionalização da Bahia a partir do seu sistema urbano teria limites impostos pela própria realidade estadual como: discrepâncias socioeconômicas; baixas densidades demográficas; baixo grau relativo de urbanização; hipertrofia da rede urbana, insipiências da articulação inter-regional (SOUZA, 2008, p. 79, citando BAHIA, 1991).

No entanto, essa nova forma de regionalização de critérios frágeis foi aplicada de forma limitada, sendo rapidamente substituída pelas “Regiões Econômicas”.

As quinze “Regiões Econômicas” (Anexo B) foram propostas quando o governo do estado da Bahia apregoava a necessidade de uma nova regionalização, justificada pela ocorrência de vários novos fluxos econômicos e comerciais no território. As “Regiões Econômicas” foram entendidas como: “Espaço contínuo polarizado por uma cidade de maior porte, tendo por suporte uma ou mais atividades produtivas que caracterizam e determinam o potencial da região” (SOUZA, 2008, p. 81). As denominações regionais procuraram indicar as características naturais ou as formas de relevo, fundamentadas em critérios físicos e, por isso, frágeis, principalmente quanto à localização das regiões em relação à capital. Assim, as “Regiões Econômicas” partiam de uma visão econômica, numa pretensão de delimitar áreas de melhor retorno aos investimentos privados, numa seletividade territorial, que beneficiou as regiões das extremidades em detrimento das áreas centrais (do semiárido) do território, acirrando as desigualdades econômicas e sociais inter-regionais no estado da Bahia (SILVA, 2012).

Como a globalização passou a requerer transformações na função dos territórios, o governo baiano apregoou como necessária a modernização administrativa, ajustes das contas públicas, privatização das estatais e concessão de serviços públicos. Por isso, no período 1995-1998, diante das necessidades de estabilização econômica e abertura comercial, o governador Paulo Ganem Souto priorizou o saneamento das finanças e da máquina administrativa; assim, as políticas sociais permaneceram tênues (SILVA, 2012; SOUZA, 2008).

Entre 1998 e 2002, a gestão de César Rabello Borges permaneceu priorizando a captação dos investimentos privados, estabelecendo políticas territoriais que ressaltassem as competitividades em termos de qualificação de mão de obra, capacidade organizacional, ampliação e modernização do sistema modal, dentre outras ações de infraestrutura social e

econômica. A ideia era criar novos polos de desenvolvimento com base em diferentes setores (agropecuária, mineração, indústria, comércio, turismo, etc.) (SILVA, 2012; SOUZA, 2008).

Sendo assim, o PPA 2000-2003 do governo baiano deu ênfase a um novo conceito de segmentação espacial visando a gestão do desenvolvimento econômico. Essa política territorial foi inspirada nas "Regiões Econômicas", quando, em 1999, foram estabelecidos os oito Eixos de Desenvolvimento (Anexo B): 1) Metropolitano 2) Grande Recôncavo; 3) São Francisco; 4) Mata Atlântica; 5) Planalto; 6) Extremo Sul; 7) Chapada; e 8) Nordeste. A distribuição desses eixos considerou os corredores de circulação e escoamento da produção, no intuito de reduzir os custos, promover maior competitividade aos produtos locais e estimular a atividade econômica (SILVA, 2012; SOUZA, 2008; VIEIRA et al, 2000).

Na segunda gestão de Paulo Ganem Souto, entre 2002 e 2007, as mesmas linhas de ação foram resguardadas. Assim, em 2003 é lançado o PPA 2004-2007, quando foram criados mais cinco eixos, instituindo um total de treze Eixos de Desenvolvimento (Anexo B e Tabela 1), ao desmembrar os Eixos Chapada, Planalto e São Francisco. Essa regionalização manteve-se condizente com os critérios espaciais de alocação e reprodução do capital privado, em que o desenvolvimento ficou restrito aos eixos selecionados, subespaços de maior dinamismo localizados nos extremos do território baiano (SILVA, 2012; SOUZA, 2008).

Tabela 1 - Distribuição dos recursos orçamentários por Eixo de Desenvolvimento da Bahia, conforme o PAA 2004-2007

Ordem	Eixo	Munic.	População (mil habitantes)	IDH	PPA (R$ mil)	PPA (%)	PPA per capita (R$ mil)
1	Oeste São Francisco	22	497	0,630	284.572	2,1	573
2	Extremo Sul	21	693	0,653	389.295	2,9	562
3	Planalto Central	29	570	0,641	302.062	2,2	530
4	Metropolitano	10	3.076	0,736	1.490.053	10,9	484
5	Chapada Sul	33	511	0,631	218.106	1,6	427
6	Centro Leste S. Francisco	19	378	0,604	155.568	1,1	412
7	Mata Atlântica	45	1.155	0,621	474.134	3,5	410
8	Chapada Norte	49	1.017	0,612	340.984	2,5	335
9	Médio São Francisco	16	343	0,616	112.101	0,8	327
10	Baixo Médio S. Francisco	8	421	0,619	124,758	0,9	296
11	Nordeste	46	1.192	0,602	346.847	2,5	291
12	Grande Recôncavo	78	2.223	0,633	600.806	4,4	270
13	Planalto Sudoeste	39	1.162	0,616	293.721	2,2	253
Diversas regiões					4.530.558	33,3	
Todo o estado					3.954.505	29,0	
Total					13.618.070	100	

Fonte: Vieira (2006).

Conforme a Tabela 1, considerando todos os Eixos de Desenvolvimento, a RMS, além de absorver 10,9% do total de recursos do PPA, cerca de R$484,00 por pessoa, é detentora do maior IDH (0,736). Verifica-se que os menores IDHs são das regiões Nordeste (0,602), Centro Leste São Francisco (0,604) e Chapada Norte (0,612), as quais não necessariamente receberam os maiores percentuais dos recursos orçamentários do poder público, respectivamente, 2,5%, 1,1% e 2,5%. Em termos de recurso orçamentário per capita, as regiões com os menores IDHs tampouco foram priorizadas, dado que a região Nordeste recebeu R$291,00, a região Centro Leste São Francisco absorveu R$412,00 e a região Chapada Norte R$335,00.

Dessa forma, a partir da década de 1990 o modelo de planejamento e de desenvolvimento regional baiano esteve atrelado ao processo de acumulação e concentração do capital privado nacional e internacional. O estado passou a configurar mais como um agente de desenvolvimento, com responsabilidade de sinalizar as áreas com maior potencial de retorno dos investimentos privados, geralmente localizadas nas extremidades do território baiano. À região central coube menores investimentos, o atraso e a estagnação, preservando as desigualdades socioeconômicas e regionais da Bahia (SILVA, 2012; SOUZA, 2008).

2.4 Características socioeconômicas das áreas do estado da Bahia nos anos 2000

Independente do tipo de regionalização adotada para analisar o território da Bahia, se grandes áreas, mesorregiões, tipologia de municípios ou região metropolitana e não-metropolitana (urbana e rural), no início dos anos 2000 discrepâncias dos indicadores econômicos e sociais são verificadas. Considerando as “grandes áreas” do estado da Bahia, em 2000, o litoral contribuiu com 69,7% do PIB estadual, concentrando 47,9% da população; o cerrado foi responsável por apenas 3,3% do PIB e somente 3,7% da população; o semiárido participou com 26,9% do PIB baiano e concentrou 48,3% da população (ALVES, 2003).

O litoral da Bahia é a região que concentra a maior parte das atividades econômicas dinâmicas do Estado, como as indústrias intensivas de capital da RMS e as indústrias de papel e celulose do Extremo Sul. O turismo também constitui uma atividade de destaque nessa área. Mesmo assim no Litoral baiano a desigualdade interna é muito grande (ALVES, 2003).

Na região do Cerrado após a instituição do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), do governo federal, que apoiou o cultivo de grãos, alguns municípios registram diversificação (com produção de café, milho, arroz e fruticultura) e elevada produtividade resultante da mecanização e intensificação do uso de insumos agrícolas. Como

consequência, desenvolveu-se uma infraestrutura logística, novas estradas e serviços, embora o potencial produtivo da região ainda não tenha sido todo explorado (ALVES, 2003).

A região do Semiárido é bastante representativa no estado da Bahia, pois ocupa 69,31% do território (BAHIA, 2011). É uma área tradicionalmente agrícola, onde grande parte da população reside no meio rural. As culturas agrícolas tradicionais são produzidas com reduzida competitividade, num modelo de baixa produtividade e investimentos, dependentes das variações do clima; os rebanhos se baseiam numa atividade extensiva. Após a utilização de novas tecnologias, a fruticultura irrigada do São Francisco vem se destacando pela elevada produtividade, qualidade e capacidade de exportação. Nessa área existe um processo de industrialização em reduzida parcela dos municípios, mas em geral, o setor de serviços continua limitado (ALVES, 2003).

A Tabela 2 apresenta as diferentes características demográficas das "mesorregiões" do estado da Bahia no ano de 2000. Nesse ano, existiam mesorregiões com elevado percentual da população vivendo no meio urbano, como na RMS (92,47%), Sul (70,4%) e Centro Norte (59,85%), enquanto em outras mesorregiões havia grande percentual de residentes no meio rural, a exemplo da região Nordeste (55,05%), Centro Sul (47,86%) e Extremo Oeste (46,77%).

Tabela 2 - Características das mesorregiões do estado da Bahia, em 2000

Mesorregiões	População urbana (%)	População rural (%)	Municípios	Pessoas com renda *per capita* abaixo de (%)		IDH-M
				¼ SM	½ SM	
Bahia	67,12	32,88	415	31,13	55,32	0,69
Centro Norte	59,85	40,15	80	43,22	69,43	0,61
Centro Sul	52,14	47,86	118	39,8	67,41	0,63
Extremo Oeste	53,23	46,77	23	47,41	70,85	0,63
Região Metropolitana	92,47	7,51	38	30,36	56,93	0,68
Nordeste	44,95	55,05	59	43,24	70,08	0,59
Sul	70,40	29,6	70	37,02	66,00	0,53
Vale do São Francisco	56,52	43,48	27	47,17	70,72	0,62

Fonte: Adaptado de Lacerda (2009).

A Tabela 2 também registra a desigualdade do rendimento pessoal entre as mesorregiões no ano 2000, considerando como pobres as pessoas com renda inferior à ½ SM e indigentes àqueles com renda inferior a ¼ do SM. Os maiores percentuais de pessoas indigentes estão nas mesorregiões Extremo Oeste (47,41%), Vale do São Francisco (47,17%) e Nordeste (43,24%). Nessas mesmas mesorregiões estão os maiores percentuais de pessoas

pobres: Extremo Oeste (70,75%), Vale do São Francisco (70,72%) e Nordeste (70,08%). Por outro lado, os menores percentuais de pessoas indigentes estão nas mesorregiões Metropolitana (30,36%), Sul (37,02%) e Centro Sul (39,8%); do mesmo modo que os menores percentuais de pessoas pobres estão nas mesorregiões Metropolitana (56,93%), Sul (66%) e Centro Sul (67,41%). Assim, os dados evidenciam que os maiores percentuais de pobres e indigentes estão presentes nas regiões mais rurais.

As condições sociais nas áreas de saúde, educação e renda *per capita* podem ser percebidas através do IDH-M, apresentado na Tabela 2. Em 2000, a RMS apresentava o maior IDH-M (0,68), indicando que esta seria a área de maior desenvolvimento, e a região Sul apresenta o menor IDH-M (0,53), classificada como a menos desenvolvida; uma desigualdade significativa entre o nível de desenvolvimento de duas regiões urbanas, a RMS e a região Sul. Tal desigualdade também se verifica quando comparada o IDH-M da região Nordeste (0,59), a mais rural, com o IDH-M da RMS, a mais urbana.

Levando em consideração a "tipologia municipal" a partir do número de habitantes, segundo a Tabela 3, em 2000, dos 415 municípios baianos, 394 municípios (94,9%) possuíam até 50 mil habitantes (41,4% do total da população baiana) e 71 municípios (17,1%) tinham população entre 10 e 20 mil habitantes (12,5% do total de habitantes da Bahia). Os municípios dessa última categoria muitas vezes são classificados como urbanos, fruto das mudanças estabelecidas pelas legislações municipais, mas apresentam características rurais, cuja economia está centrada na agricultura de subsistência. Somente 21 municípios (5,1%) registram população total acima de 50 mil pessoas.

Tabela 3 - Tipologia dos municípios do Estado do Bahia, a partir do número de habitantes, no ano 2000

Tamanho do município (mil habitantes)	Municípios		Habitantes	
	(Total)	(%)	(Total)	(%)
Menos de 5	166	40	469.634	6,1
Mais de 5 até 10	125	30,1	873.481	10,7
Mais de 10 até 20	71	17,1	1.019.513	12,5
Mais de 20 até 50	32	7,7	984.001	12,1
Mais de 50 até 100	11	2,7	770.308	9,5
Mais de 100 até 200	7	1,7	927.998	11,4
Mais de 200 até 500	2	0,5	634.689	7,8
Acima de 500	1	0,2	2.439.823	29,9
Total	415	100		100

Fonte: BAHIA (2002).

Em 2000, o estado da Bahia concentrava o maior contingente de população rural do Brasil em termos absolutos, 4.297.902 pessoas (33% da população baiana total, 13% da população rural do país e 29% da população rural do Nordeste) (BAHIA, 2003; BAHIA, 2002). E considerando somente o aspecto renda, o percentual de pobres no meio rural baiano, em 2001, era de 46,95% (LACERDA, 2009).

No entanto, para Lacerda (2009) o estudo da pobreza deve ser muito mais abrangente e multidimensional, considerando aspectos sociais adicionais tais como condições de moradia, segurança alimentar, participação política, acesso aos serviços básicos de infraestrutura, dentre outros, aspectos não assimilados pela linha de pobreza monetária e apresentados de forma limitada pelo IDH. Por isso, a pesquisadora, no intuito de estimar a pobreza multidimensional considerou a "área metropolitana e não metropolitana (urbana e rural)", a partir de seis diferentes dimensões (moradia, saneamento, educação, trabalho, renda e demografia), ao estimar o Indicador Multidimensional de Pobreza (IMP), medida equivalente ao índice FGT(0) (LACERDA, 2009).

Com base nesses critérios, Lacerda (2009) constatou que há grande divergência entre as áreas pesquisadas do território baiano, pois na região metropolitana, a proporção de indivíduos pobres era bem menor (30,61%) do que o verificado para as áreas urbanas não metropolitana (47,53%) e rural não metropolitana (66,26%). A proporção de pobres na área urbana era a que mais se aproximava da média do estado (49,67%) (Tabela 4). Assim, na visão multidimensional, em 2001, na área rural a proporção de pobres (66,26%) era a mais elevada do que as estimativas baseadas somente em critérios monetários (46,95%).

Tabela 4 - Proporção de pobres [FGT(0)] da área metropolitana e não metropolitana da Bahia, com base no Indicador Multidimensional de Pobreza (IMP), em 2001 e 2006

Área/Proporção de Pobres	2001	2006
Bahia	49,67	46,78
Metropolitana	30,61	35,63
Urbano	47,53	44,80
Rural	66,26	57,95

Fonte: Lacerda (2009).

Observando dados micros, em nível de domicílio, as desigualdades entre a área rural e a área urbana do estado da Bahia também se verificam. Em 2001, do total de 3.421.888 famílias baianas, 1.079.112 (31,55%) residiam no meio rural e 2.342.226 (68,45%) residiam no meio urbano. A renda per capita média da família baiana era de R$452,12; maior no meio urbano (R$536,46) e muito menor no meio rural (R$190,04). Em 2001, na Bahia o chefe de

família possuía, em média, 6 anos de estudo; no meio urbano 7 anos, mas no meio rural somente 3 anos (CAVALCANTI et al, 2012).

2.5 O recente processo de indução do desenvolvimento territorial por políticas públicas no estado da Bahia nos anos 2000

Seja por critérios monetários ou por critérios multidimensionais, a elevada proporção da pobreza em áreas rurais não se restringe ao território baiano, mas faz parte da realidade nacional[17]. Sendo assim, em 2003, a SDT/MDA instituiu no Brasil o programa TRs[18]. De acordo com Couto Filho (2007), no estado da Bahia a SDT realizou a "Oficina Estadual de Construção da Estratégia para o Desenvolvimento Territorial", durante três eventos. Em julho de 2003 aconteceu o primeiro evento no intuito de promover a divisão territorial da Bahia, envolvendo representantes de dezesseis organizações, a saber:

i) SDT;
ii) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
iii) Secretaria de Combate à Pobreza e Desigualdades Sociais (SECOMP);
iv) Centro de Recursos Ambientais (CRA);
v) Banco do Nordeste;
vi) Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG);
vii) Serviço de Assessoria a Organizações Sociais Populares (SASOP);
viii) Central de Associações do Litoral Norte (CEALNOR);
ix) Comissão Pastoral da Terra (CPT);
x) Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA);
xi) Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados, Quilombolas (CETA);
xii) Movimento de Organização Comunitária (MOC);
xiii) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
xiv) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF);
xv) Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado da Bahia (FETAG);
xvi) Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF).

[17] Segundo a PNAD 2001, considerando a população rural brasileira, 54% eram pobres e 28% extremamente pobre. Essa pesquisa considerou-se as áreas rurais de todos os estados, menos do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, que passaram a ser abrangidas apenas em 2004. Foram consideradas pobres as famílias com renda mensal per capita inferior a R$140,00 e como extremamente pobres aquelas com renda até R$70,00, tendo como referência os atuais parâmetros do Programa Bolsa Família (DEL GROSSI, 2012).
[18] Maiores detalhes sobre o programa TRs, ver o Capítulo 1 dessa tese (especificamente a seção 1.5).

Nessa primeira oficina foram apresentadas as abordagens conceituais do desenvolvimento territorial e criou-se grupos de trabalho para: i) estabelecer os critérios necessários à identificação dos territórios da Bahia; ii) mobilizar os agentes-chave de cada território; e iii) proceder a delimitação dos territórios. Foram propostos 24 TRs para a Bahia. Conforme Couto Filho (2007), os critérios adotados para identificação desses territórios foram:

i) Estudos e trabalhos de territorialização já realizados;
ii) Experiências de sucesso de processos organizacionais e produtivos agroecológicos;
iii) Concentração de agricultura familiar;
iv) Concentração de segmentos sociais fragilizados (assentados da reforma agrária, acampados, quilombolas, ribeirinhos e outras);
v) Indicadores sociais dos municípios;
vi) Caracterização dos agroecossistemas;
vii) Identidade cultural e social das comunidades presente nos municípios.

A segunda oficina ocorreu em novembro de 2003, quando a territorialização proposta foi discutida e levada às respectivas bases locais para avaliação, ajustes e legitimação. Também foram discutidos critérios para a criação de uma instância política de representação para a Bahia. Assim, entre a segunda e a terceira oficina foi criada outra proposta de territorialização mais condizente com a multifacetada realidade estadual (COUTO FILHO, 2007).

A terceira oficina ocorreu em abril de 2004, quando foram identificados 22 TRs baianos. Todavia, após novas discussões entre representantes de cada território e por causas da dinâmica social própria desses espaços, em 2005 a Bahia foi mapeada com 23 TRs (Anexo C). Nessa fase, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) passou a representar a institucionalidade responsável pela homologação dos territórios, os quais passariam a receber recursos financeiros da SDT/MDA. Nessa oficina também foi instituída a Coordenação Estadual de Territórios (CET) com as funções de fortalecer as articulações institucionais, intensificar a integração das políticas e atualizar a territorialização quando necessário (COUTO FILHO, 2007). Além das dezesseis organizações citadas anteriormente, a CET incluiu:

i) Pastoral Rural;
ii) Terra Viva;
iii) Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL);

iv) Central Única dos Trabalhadores (CUT);
v) Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE);
vi) Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS);
vii) Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC);
viii) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
ix) Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MDA;
x) Secretaria de Segurança Alimentar (SESAN) do MDS;
xi) SEPLAN;
xii) FAO.

Assim, a concertação institucional, passou a ser constituída de 28 organizações públicas, privada e não governamentais. De acordo com Couto Filho (2007), a CET atuou em duas frentes de trabalho: i) a sistematização de uma metodologia de referência para o desenvolvimento territorial rural no Estado; e ii) a consolidação de um fórum em cada território, capaz de promover o debate, o planejamento e a integração da temática desenvolvimento territorial e políticas públicas.

A partir da metodologia de referência para o desenvolvimento territorial rural a CET elaborou os mapas da territorialização do estado da Bahia, em duas linhas estratégicas de atuação: a política e a técnica. A intenção da linha política foi conjecturar sobre ações relacionadas à articulação das instituições locais e instituições externas em torno dos objetivos do território. Nesse caso, ao fórum de cada território caberia a defesa da política de desenvolvimento, o estabelecimento de obrigações para as instituições e a articulação de recursos e políticas públicas, tudo presente no PTDRS (COUTO FILHO, 2007).

Em seu sentido operacional, a linha política foi dividida em dois blocos. No primeiro bloco foi organizada a oficina para a formação e organização do fórum, além de elaborar o PDT. No segundo bloco ocorreram as atividades de animação, redação de pautas e atas das reuniões. Tudo isso foi necessário para que o território se transforme em CONSAD e em beneficiário dos programas da SDT (COUTO FILHO, 2007).

A linha técnica da metodologia de referência buscou identificar, caracterizar e classificar em ordem de prioridade as experiências locais ou intermunicipais, quer fossem projetos produtivos, culturais ou sociais, e que poderiam promover o desenvolvimento territorial. Em seu sentido operacional, essa linha foi dividida em dois blocos. O primeiro bloco compreendeu as atividades de diagnóstico, de capacitação e da inserção de projetos pilotos. O segundo bloco envolveu as atividades de identificação, caracterização e

classificação das experiências existentes. A intenção foi elaborar planos de desenvolvimento fundamentados na realidade das comunidades. Por isso, Couto Filho (2007, p.119) afirma:

> [...] a política articulada de desenvolvimento territorial rural implementada no estado da Bahia diferencia-se do *modus operandi* de planejamento e implementação de políticas, historicamente adotado, uma vez que está amplamente fundamentada em abordagens territoriais [...] tal política foi construída a partir de uma lógica de concepção que coloca os partícipes vinculados e situados nos territórios trabalhados – em outras palavras, as pessoas que representam os territórios – no centro das articulações e decisões que envolvem os próprios territórios. Isso gera uma consequência extremamente positiva para a viabilização da política em questão: a ampliação de sua legitimidade.

No período dessa mobilização em prol do desenvolvimento, os dados ainda revelavam concentração dos benefícios econômicos e sociais em áreas específicas do território baiano. Em 2005, a participação da RMS no PIB da Bahia era de, aproximadamente, 50%, e a participação dos cinco municípios com mais de 200 mil habitantes chegou a 10,61%. Do total de 417 municípios, quinze foram responsáveis por mais de 60% do PIB do estado; restando aos demais municípios, os de pequeno porte, cerca de 40% do PIB baiano. Os municípios com até 50 mil habitantes apresentaram PIB per capita (R$3.528,21) muito inferior ao do estado (R$6.582,76), enquanto a RMS apresenta PIB per capita (R$13.667,26) duas vezes maior do que o PIB per capita de estado (LACERDA, 2009).

Em 2006 havia concentração da população baiana na RMS[19] e nos municípios com mais de 200 mil habitantes[20]. Porém, é preciso reconhecer que, aproximadamente 50% da população do estado da Bahia residem em municípios de pequeno porte, com população inferior a 50 mil habitantes. Ademais, é preciso considerar que 68% destes municípios possuíam até 20 mil habitantes, os quais mesmo classificados como urbanos, apresentam características rurais, pois têm na agricultura de subsistência a atividade principal. O problema é que este ramo de atividade permanece incapaz de produzir renda necessária ao atendimento das necessidades básicas das famílias (LACERDA, 2009).

Voltando ao indicador multidimensional da pobreza, disponível na Tabela 4, ao comparar o ano de 2001 ao ano de 2006, à exceção da área metropolitana, verifica-se que houve uma redução na proporção de pobres em todo o estado da Bahia que passou de 49,67% para 46,78%. No meio urbano não metropolitano da Bahia a proporção de pobres caiu de 47,53% para 44,8%, e no meio rural não metropolitano de 66,26% para 57,95. Portanto, entre 2001 e 2006 a redução da pobreza foi mais expressiva na área rural, embora no último ano em

[19] Em 2006, eram dez municípios pertencentes à RMS: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho, Vera Cruz.
[20] Na estimativa de cada grupo de municípios, por tamanho da população, excluíram-se aqueles inseridos na RMS.

análise a pobreza ainda permaneça mais elevada na área rural do que nas outras áreas (LACERDA, 2009).

Sendo assim, eleito em 2006, o governador Jacques Wagner (2007-2011) abandonou as formas de regionalização denominadas "Regiões Econômicas" e "Eixos de Desenvolvimento[21]", ao considerar as propostas de regionalização até então vigentes como incapazes de reduzir as disparidades econômicas e sociais entre as diferentes regiões e áreas do estado da Bahia (SILVA, 2012; SOUZA, 2008). Por isso, o PPA 2008-2011 propõe a implementação de um novo modelo de desenvolvimento para a Bahia, que envolva novas formas de produção e promova a inclusão social, ao entender que:

> A implementação da Estratégia de Desenvolvimento da Bahia dependerá da articulação de interesses diversos, muitas vezes conflitantes. Será através da articulação destes interesses, da identificação dos elementos de convergência, do estabelecimento de negociações sobre os pontos de divergência e da construção de consensos que a estratégia de desenvolvimento se tornará efetivamente um elemento orientador da tomada de decisões, constituindo-se em balizador do processo de mudanças que, efetivamente, já está em curso [...] A valorização das políticas capazes de gerar emprego e renda é elemento essencial da estratégia, com destaque àquelas voltadas para a agricultura familiar, ciência e tecnologia, reforma agrária, crédito e as infraestruturas econômico-sociais. Ao lado das políticas de crescimento econômico, com foco na geração de empregos e distribuição da renda, serão implementadas políticas sociais que promovam maior equidade no acesso aos serviços públicos e bens de uso coletivo, promovendo a melhoria da qualidade de vida [...] Por fim, o processo de desenvolvimento deve perseguir a redução das desigualdades regionais, através do estímulo ao desenvolvimento local e da priorização das áreas e regiões mais deprimidas e carentes na distribuição dos investimentos públicos [...] (BAHIA, 2007 p.46-47).

A referida gestão reconheceu o modelo de política e de planejamento territorial do governo federal e incorporou as diretrizes dos programas TRs. O governador Jaques Wagner optou por vincular a estratégia de desenvolvimento das diversas regiões baianas aos programas instituídos pelo governo federal, por acreditar que a concepção de territórios facilitaria a articulação entre as ações desenvolvidas pelo governo estadual e os programas federais atuantes no território baiano (BAHIA, 2007).

Também partiu do entendimento de que a instituição dos territórios na Bahia promoveria a intensa participação social no planejamento governamental (POMPONET, 2012; SILVA, 2012; SOUZA, 2008). Como resultado, o PPA 2008-2011 propõe uma política de desenvolvimento territorial, ao considerar o planejamento territorial o modelo capaz respeitar as especificidades de cada local, reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável (BAHIA, 2007).

[21] Para maiores detalhes sobre as formas de regionalização denominadas Regiões Econômicas e Eixos de Desenvolvimento ver a seção 2.3 desse capítulo.

O território baiano foi subdividido em TIs, os quais passariam a ter uma gestão social por meio dos fóruns, espaços formados pela sociedade civil e poder público. Os TIs foram estabelecidos através da Lei Nº 10.705 de 14 de novembro de 2007. Porém, ao reconhecer que os TRs foram originalmente concebidos para atender especificamente a agricultura familiar, os quilombolas e os ribeirinhos, o governo da Bahia realizou alguns ajustes visando a ampliação das populações envolvidas e maior alcance dos diferentes setores econômicos e espaços, tanto rurais como urbanos (POMPONET, 2012; BAHIA, 2007).

O Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010, instituiu o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), órgão de instância colegiada da Seplan e fórum permanente de caráter consultivo, com o propósito de facilitar o diálogo entre as instituições públicas, a sociedade civil organizada e os colegiados territoriais. De acordo como o referido decreto, especificamente compete ao CEDETER: i) propor diretrizes para a elaboração dos programas e projetos; ii) elaborar os critérios de agrupamento de municípios; iii) analisar propostas de criação e modificação dos TIs; iv) homologar a criação, o regimento interno e analisar as propostas dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETERs); v) facilitar o apoio político-institucional em função da geração de renda e a qualidade de vida da população; e vi) fomentar eventos que estimulem o debate e a difusão da abordagem territorial (BAHIA, 2010).

O CEDETER deve ser composto por um representante das seguintes organizações: i) Secretaria do Planejamento (presidência); ii) Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (vice-presidência); iii) Secretaria da Saúde; iv) Secretaria da Educação; v) Secretaria de Cultura; vi) Secretaria de Desenvolvimento Urbano; vii) Secretaria de Relações Institucionais; viii) Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária; ix) Delegacia Estadual (MDA); x) Ministério da Integração Regional; xi) CODETERs[22] (BAHIA, 2010).

Por considerar o desenvolvimento sustentável um processo dinâmico e multidimensional, dependente da articulação e conciliação dos diferentes setores econômicos, serviços públicos, sujeitos sociais, práticas culturais e realidades ambientais, a Resolução CEDETER nº 02 de 25 de fevereiro de 2011 "Dispõe sobre a normatização da dinâmica de funcionamento, organização e homologação dos CODETERs" (BAHIA, 2011). Os CODETERs constituem espaços articuladores das políticas públicas federais, estaduais e municipais, relacionadas ao desenvolvimento dos TIs do estado da Bahia, por isso são fóruns de caráter consultivo e de discussão dos programas, projetos e ações, formados paritariamente

[22] Nesse caso devem ser oito representantes.

por representantes dos diferentes níveis de governo e representantes da sociedade civil organizada, numa prática de planejamento democrático e de controle social (BAHIA, 2010).

Após realizar alguns ajustes conceituais e metodológicos em relação à proposta dos TRs, em 2007 a dimensão territorial foi contemplada e foram organizados como unidade de planejamento 26 "Territórios de Identidade" (TIs) na Bahia (Anexo C). Assim, dos 23 TRs constituídos em 2005 pelo governo federal para a Bahia, 22 foram mantidos pelo governo estadual, que acrescentou mais quatro TIs: Médio Rio de Contas, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru e Metropolitano de Salvador (SILVA, 2012, POMPONET, 2012; SOUZA, 2008).

Portanto, segundo os documentos oficiais, os TIs foram instituídos com o propósito de considerar as características socioeconômicas, políticas, culturais e geoambientais da cada espaço; foram consideradas o sentimento de pertencimento da população e a teia de relações sociais e econômicas, em políticas que representasse os anseios de população (SOUZA, 2008). Segundo Souza (2008, p.126), os TIs objetivam:

> [...] identificar oportunidades de investimento e prioridades temáticas definidas a partir da realidade local de cada território possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões [...] Territórios de Identidade constituídos a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar.

De acordo com o governo estadual, a proposta dos TIs é a integração entre as políticas econômicas, sociais, ambientais, dentre outras, numa visão ampla de desenvolvimento. Os objetivos dos TIs são: crescimento econômico, fortalecimento dos pequenos empreendimentos, ampliação do emprego e melhor distribuição de renda, maior qualidade de vida, equilíbrio (social, de gênero, étnico, racial e sócio territorial) e fortalecimento de identidades culturais. Para o desenvolvimento local e redução das desigualdades, o programa TIs defende a primazia dos investimentos públicos para as áreas e regiões mais deprimidas e carentes (SOUZA, 2008).

Em 2008, outros ajustes na política nacional de desenvolvimento territorial rural se fizeram necessários e o governo federal instituiu o programa TCs[23]. Nesse mesmo ano, no estado da Bahia, foram constituídos oito TCs (Anexo C). Assim, em 2010 estavam em vigor no território baiano treze TRs (Anexo D), 27 TIs (Anexo E) e nove TCs (Anexo F). Ao observar os Anexos D, E, e F, verifica-se que os territórios Bacia do Jacuípe, Bacia do Rio Corrente, Piemonte Paraguaçu e Sertão Produtivo são considerados pelos programas TRs e

[23] Os ajustes que culminaram na instituição dos TCs estão descritos no Capítulo 1, especificamente na seção 1.6.

TIs, mas não pelo programa TCs. Já os territórios Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Vale do Jequiriça, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Piemonte da Diamantina, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Recôncavo, Médio Rio das Contas, Piemonte Norte do Itapicuru, Costa do Descobrimento e Metropolitana de Salvador só foram delimitados pelo Programa TIs.

O Quadro 2 elenca os territórios classificados como rurais no estado da Bahia (e seus respectivos municípios) e que são coincidentes ao considerar, concomitantemente, os três programas: TRs, TIs e TCs. Estes são: i) Irecê; ii) Velho Chico; iii) Chapada Diamantina; iv) Sisal; v) Litoral Sul; vi) Baixo Sul; vii) Sertão do São Francisco; viii) Semiárido Nordeste II; e ix) Itaparica.

Quadro 2 - Territórios classificados como rurais no estado da Bahia, em vigor no ano de 2010, segundo os programas Territórios Rurais (TRs), Territórios da Identidade (TIs) e Territórios da Cidadania (TCs)

Territórios Rurais	Municípios	Total
1. Irecê	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Xique-Xique.	20
2. Velho Chico	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato.	16
3. Chapada Diamantina	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Tapiramutá, Utinga, Wagner.	24
4. Sisal	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.	20
5. Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajudo Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca.	26
6. Baixo Sul	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.	14
7. Sertão São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaça, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá.	10
8. Semi-árido Nordeste II	Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto.	18
9. Itaparica (BA/PE)	Abaré, Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Chorrochó, Floresta, Glória, Itacuruba, Jatobá, Mucururé, Paulo Afonso, Petrolândia, Rodelas, Tacaratu.	13
Total de municípios		161

Fonte: BRASIL (2013).

Portanto, do total de 417 municípios baianos apenas 161 municípios, distribuídos em nove diferentes territórios, foram contemplados pelos três programas públicos de cunho territorial, um de âmbito do governo estadual (TIs) e os outros dois de âmbito do governo federal (TRs e TCs) (Quadro 2).

CAPÍTULO 3 – DESENVOLVIMENTO (RURAL E TERRITORIAL): UMA REVISÃO TEÓRICA E EMPÍRICA

Para servir de referência a esse trabalho de pesquisa, esse capítulo objetiva fundamentar a sistematização científica. Assim, a primeira seção apresenta uma revisão teórica, composta de definições dos conceitos de desenvolvimento, sobretudo em sua vertente rural e territorial, com destaque para uma discussão sobre a concepção do termo "território".

A segunda seção apresenta uma revisão empírica, que abrange os objetivos, variáveis, dados, métodos e técnicas de pesquisa, e os principais resultados dos trabalhos científicos internacionais e nacionais que avaliaram o desenvolvimento, e que foram realizados por diferentes pesquisadores.

3.1 Desenvolvimento (rural e territorial): uma revisão teórica

Considerando as transformações socioeconômicas e a reestruturação institucional ocorridas nos últimos anos[24], novas abordagens teóricas e analíticas procuram apresentar definições para o termo desenvolvimento rural coerentes com os processos contemporâneos. Os estudos atuais sugerem alterações de enfoque, de uma associação setorial (agropecuária) para uma espacial do rural e de ações exclusivamente do tipo *top-down* ("desde cima") para incluir também as ações do tipo *bottom-up* ("desde baixo"), ou seja, do produtor para as redes de atores. Mas, principalmente, propõem o território como a melhor unidade de referência para se analisar os processos de reestruturação da sociedade (SCHNEIDER, 2004).

Recentemente estudiosos trouxeram importantes contribuições e proposições sobre o desenvolvimento rural na perspectiva territorial, que serão resumidas nessa seção. Analisando os países em desenvolvimento, Ellis (2000) apresenta uma nova abordagem para o desenvolvimento rural, a partir da diversificação das possibilidades de rendas (agrícolas e não agrícolas), ações e iniciativas, ou seja, um conjunto de estratégias de sobrevivência familiar, existentes nas próprias localidades, capazes de garantir a reprodução social, cultural e econômica. Sendo assim, por desenvolvimento rural podemos apreender "[...] um conjunto de ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, visando estimular um processo de participação que empodera (*empowerment*) os habitantes rurais, tornando-os capazes de definir e controlar suas prioridades para a mudança" (SCHNEIDER, 2004, p. 95).

[24] Nas primeiras seções do Capítulo 1 e do Capítulo 2 dessa tese são detalhadas as transformações econômicas, sociais e institucionais que ocorreram nos diferentes espaços internacionais e nacionais, principalmente após a globalização e a expansão do ideário e do modelo neoliberal.

Segundo Schneider (2004), considerando os países desenvolvidos, o desenvolvimento rural é resultado de um processo múltiplo, amparado em seis transformações gerais:

i) Um rural que pode fornecer muito mais do que alimentos e matérias-primas;
ii) Um modelo agrícola que respeite as sinergias entre as atividades agrícolas e não-agrícolas diversificadas, e entre ecossistemas locais e regionais;
iii) Um novo papel dos centros urbanos e o estímulo à pluriatividade;
iv) Um novo significado da comunidade rural, que contemple as relações entre os atores locais (agricultores e novos usuários - proprietários de sítios de lazer, moradias secundárias, empresas, etc.);
v) Na necessidade de um novo papel das políticas públicas e das instituições, não somente voltados à agricultura;
vi) No uso sustentável dos recursos naturais.

Dessa forma, o desenvolvimento rural é resultado:

> [...] de reconstrução das bases econômicas, sociais e ambientais, e das próprias unidades familiares, em face das limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista. [...] representaria uma possibilidade de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência desenvolvida por unidades familiares rurais que buscam, através de seu esforço e disposições, incrementar as possibilidades de garantir sua reprodução (SCHNEIDER, 2004, p. 96).

Para Schneider (2004, p.97-99), o desenvolvimento rural é definido como:

> [...] um fenômeno intrinsecamente local e regional. As localidades e regiões que melhor conseguissem desenvolver-se seriam aquelas que apresentariam maior capacidade de organizar os fatores endógenos, direcionando-os para o fortalecimento da organização social, para o aumento da autonomia local dos atores na tomada de suas decisões, para a capacidade de reter e reinvestir capitais em nível local, enfim, para promover a inclusão social e o aumento da capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente. [Dessa forma, é] um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafoclimáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial.

Schneider (2004) ainda apresenta importante unidade de análise conceitual e referência normativa da abordagem territorial do desenvolvimento rural, pois:

> [...] pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas não se trata

> apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo (SCHNEIDER, 2004, p.99).

No Brasil, Navarro (2001) associa a noção de desenvolvimento rural ao seu uso prático, com o objetivo de caracterizar estratégias e ações do estado que visam alterar as condições de vida no meio rural. O autor procura ressaltar as interconexões entre o desenvolvimento rural e urbano, e destaca a importância do apoio do Estado para o estabelecimento de arranjos locais, fortalecimento da agricultura familiar e diversificação das economias (por meio dos setores de serviços e da pluriatividade).

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural no Brasil ocorreu a partir da instituição de políticas públicas, especialmente com a criação, em 2003, da SDT, ligada ao MDA[25]. Dois processos promoveram tal emergência: i) o esgotamento da abordagem regional; e ii) o questionamento sobre a dinâmica setorial, que passou a se expandir a partir de uma lógica de escopo do que de escala (SCHNEIDER, 2004).

A abordagem regional procura descrever as características geográficas dos espaços, tipificando-as com a finalidade de medir a eficiência econômica do seu uso. A partir desse entendimento, estima-se a geração de riqueza de cada região conforme as escalas (micro, meso e macro). De acordo com Schneider (2004, p.101), segundo esses critérios, regiões desenvolvidas "[...] apresentavam indicadores favoráveis de crescimento como os demográficos, educacionais e, sobretudo, econômicos (medidos pelo PIB, renda per capita, etc.). E foi por este viés que, por muitas décadas, se orientaram as ações de planejamento e atuação do Estado [...]".

Porém, o esgotamento da abordagem regional se deu com a crise da capacidade de intervenção macroeconômica ocorrida a partir de meados da década de 1970 e principalmente na década de 1980, justamente no período de hegemonia da perspectiva neoliberal. Nesse período, não somente o crescimento econômico, mas questões relacionadas à sustentabilidade ambiental e qualidade de vida foram atribuídas à noção de desenvolvimento, alterando o conteúdo conceitual e normativo da noção de regiões desenvolvidas, podendo não ser exatamente aquelas que fazem uso eficiente dos fatores de produção. Como consequência, a abordagem regional perde seu poder explicativo e capacidade instrumental para o planejamento e ações do Estado (SCHNEIDER, 2004).

Nesta conjuntura ganha reconhecimento o território, não em seu teor somente geopolítico atrelado à definição de Estado-Nação, mas o território relacionado às mudanças

[25] Maiores detalhes sobre a criação da SDT/MDA estão apresentados no Capítulo 1, especificamente a seção 1.5 dessa tese.

socioespaciais e político-institucionais do capitalismo contemporâneo. A partir desse entendimento, destacam-se a descentralização das políticas públicas; a participação dos atores da sociedade civil e a redefinição do papel das instituições, cujas ações de intervenção denomina-se desenvolvimento territorial (SCHNEIDER, 2004).

Quanto ao questionamento sobre a dinâmica setorial, as transformações econômicas recentes contribuíram para a manifestação de perspectivas de análises relacionadas ao enfoque do desenvolvimento territorial, pois de acordo com Schneider (2004, p.104-105):

> [...] a abordagem territorial promoveu a superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços, etc.) e suplantou a dicotomia espacial entre o rural versus urbano ou o campo versus cidade. Na perspectiva territorial, as dicotomias e os antagonismos são substituídos pelo escrutínio da diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores (indivíduos, empresas ou instituições) adotam visando sua reprodução social e econômica.

Veiga (2002) também trata do debate sobre as tendências da diferenciação espacial cidade/campo presente em algumas pesquisas sobre temas rurais, criticando a tendência de relacionar desenvolvimento e urbanização, e de considerar impossível que áreas rurais se desenvolvam mantendo-se rurais. O autor esclarece que várias combinações entre diferentes atividades econômicas resultam em ampliação da renda, da educação e da saúde em áreas rurais, que dependem mais do patrimônio natural e cultural, e das atividades de serviços. Para o referido autor, os dados revelam que o desenvolvimento em algumas zonas rurais não seria explicado pelas diferenças nas estruturas setoriais. Do mesmo modo, para Abramovay (2011) o meio rural deixa de ser resumido a um setor e passa a ser entendido como um conjunto diversificado de atividades, ampliando seu desempenho e seus resultados, em decorrência do fortalecimento do capital social e da capacitação das populações dos territórios.

Conforme Schejtman e Berdegué (2003), a abordagem do desenvolvimento rural na perspectiva territorial é constituída por sete elementos:

i) Ambiente competitivo, que permite a sobrevivência das unidades de produção;
ii) Inovação tecnológica, que permanece como variável-chave para elevar a produtividade da mão de obra e as rendas da população rural;
iii) Competitividade, como um fenômeno sistêmico e dependente dos ambientes territoriais;
iv) Demanda externa, que possui papel importante sobre as transformações produtivas;
v) Vínculos rural-urbanos, essenciais às atividades agrícolas e não-agrícolas;
vi) Desenvolvimento institucional, de fundamental importância;

vii) Território não como um espaço físico, mas uma construção social (constituído por um conjunto de relações sociais frutos de uma identidade e de um sentimento de pertencimento).

Com vista ao desenvolvimento territorial rural, Schejtman e Berdegué (2003) propõem a constituição de uma arquitetura institucional em que o Estado e a sociedade civil operem de forma conjugada e complementar. Para tanto, sugerem a implementação de programas e ações que possam produzir transformações produtivas e institucionais, que compreendam a rural no seu sentido amplo, desenvolva as capacitações e iniciativas baseadas na identidade local, supere os problemas estruturais, relacionados às desigualdades e à pobreza rural. Esses programas e ações podem dar apoio ao desenvolvimento tecnológico, migrações, à criação de ocupações não-agrícolas e/ou serem fundamentados em políticas compensatórias.

Ortega (2008) também afirma ser possível criar uma trajetória de desenvolvimento ao identificar-se uma ideia guia, ou seja, uma ou mais atividades produtivas líderes no território, e que possuam elevado efeito multiplicador sobre ele, e que mobiliza capacidades, recursos, valores e atitudes. Nesse sentido, as políticas públicas devem instigar uma trajetória de desenvolvimento a partir daquela identificação, sempre de maneira inclusiva de todos os segmentos sociais e garantir as condições necessárias, por exemplo, com financiamento, infraestrutura, etc. Nesse sentido, as políticas públicas devem instigar uma trajetória de desenvolvimento a partir de uma cultural proativa de base local. Na intenção de esclarecer qual deve ser a natureza das políticas públicas, o referido autor afirma:

> Um primeiro ponto a demarcar é que as mencionadas políticas públicas inovadoras devem contemplar as regiões de modo mais abrangente, incorporando amplos segmentos populacionais nas estratégias de desenvolvimento local [...]. Além de envolver a parceria de diferentes atores públicos e privados: governos municipais, estaduais, instituições de apoio técnico à atividade produtiva, empresas públicas, produtores locais, grandes empresas privadas nacionais e internacionais, deveriam ter um caráter transversal. Devem abranger, ainda, de modo geral, o acesso a infraestruturas (sociais, físicas, econômico-financeiras, tecnológicas) que são imprescindíveis à efetivação de um ambiente propício à ação empreendedora e, portanto, às dinâmicas de geração de emprego e distribuição de renda (ORTEGA, 2008, p. 76)

No caso das políticas dirigidas às áreas rurais, conforme Ortega (2008), estas não podem se referir apenas às atividades agropecuárias, pelo contrário, elas devem colaborar para a criação de diferentes possibilidades de inserção da população rural em novos mercados, tanto de produtos, como de trabalho. Portanto, três linhas de argumentação comprovam a importância do local no processo de desenvolvimento:

1) É preciso reconhecer o valor das bases sociais, pois o processo de reestruturação depende do conhecimento, da capacidade, do capital social e cultural local;
2) É relevante um pacto territorial firmado a partir de uma identidade local, capaz de construir uma "ideia guia", como a atividade líder ou o conjunto de atividades econômicas enraizadas, cujos atores econômicos tenham maior grau de envolvimento e que apresentem maior efeito multiplicador do emprego e renda no território;
3) A descentralização das políticas públicas facilita a participação dos cidadãos nos processos decisivos, trazendo maior legitimidade e eficácia aos modelos de desenvolvimento territorial.

Assim, segundo Ortega (2008), no período mais recente duas estratégias de planejamento para o desenvolvimento territorial se apresentam:

i) O desenvolvimento local orientado de cima para baixo (*top-down*), planejado pelo governo federal, mais centrado no provimento de infraestrutura e de maior potencial econômico;
ii) O desenvolvimento local orientado de baixo para cima (*bottom-up*), que apresenta planos descentralizados, elaborados pelas diferentes esferas públicas e privadas, que busca fortalecer o organização social e por isso tem maior potencial social.

Por certo as estratégias *bottom-up* são eficientes porque permitem maior conhecimento das necessidades e características do local, possibilita maior consciência e comprometimento da comunidade e por isso maior legitimidade do modelo de desenvolvimento. Contudo, citando Moyano-Estrada (1999), Ortega (2008, p. 31) ressalta:

> [...] para que esse tipo de estratégia descentralizada seja bem-sucedido, é necessário que a comunidade esteja integrada de forma sólida em torno de um objetivo comum, que exista solidariedade, cooperação e confiança entre os agentes. Tudo isso, sem que se desconsidere ou minimize a existência de conflitos políticos sociais (intra e interclasse) nos territórios [...]

Ortega (2008) também cita quatro possíveis equívocos nos modelos de planejamento *bottom-up*:

i) Desconsideração do ambiente macroeconômico;
ii) Minimização da existência de diferentes estruturas das classes sociais;
iii) Minimização dos papéis do espaço e das políticas nacionais;
iv) Necessidade de levar em consideração a história e a inserção na ordem capitalista.

A descentralização das políticas públicas pode ocorrer com a combinação de estratégias *bottom-up* com as *top-down*, organizadas por uma forte intervenção do governo central, capaz de financiar a infraestrutura básica e induzir a participação de todos os

segmentos sociais locais (ORTEGA, 2008). Embora a combinação das estratégias *top-down* e *bottom-up* seja um desafio complexo e difícil, ela é necessária, pois:

> Mesmo que as decisões externas tenham um papel decisivo na reestruturação socioeconômica do município ou localidade, o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo. Do contrário, o mais provável é que as mudanças geradas desde o exterior não criem raízes no local e não se traduzam em efeito desenvolvimento e não se internalizem na estrutura social, econômica e cultural local ou municipal, reduzindo as possibilidades de irradiação e transbordamento das oportunidades no dinamismo econômico e no aumento da qualidade de vida de forma sustentável (BUARQUE, 2002, citado por ORTEGA, 2008, p.32).

Mas, é preciso estar atento para que as estratégias *bottom-up* não representem dispersão dos objetivos e que as estratégias *top-down* não gerem grande burocracia ou sufoquem as iniciativas locais. Eis o grande desafio, combinar as duas formas de planejamento visando o desenvolvimento: desde cima, com políticas estruturantes, e desde baixo, num pacto territorial. Um processo técnico de construção do futuro (ORTEGA, 2008).

- **Definindo "território"**

Compreender o processo que resulta no desenvolvimento territorial rural requer o entendimento claro do que envolve a expressão "território". Segundo Haesbaert (2006), existe uma polissemia de concepções para o termo "território", cujas diferenças estão associadas às questões priorizadas por cada linha teórico-conceitual e/ou perspectiva. Embora de forma tímida, desde os anos 1960 vem acontecendo nas Ciências Sociais a discussão sobre espaço e territorialidade. Nos anos 1960 e 1970 houve um balanço sociológico do significado de territorialidade e foi escrita a primeira grande obra sobre o assunto com o enfoque na Geografia. Nas Ciências Humanas, especificamente na Antropologia, Ciência Política e na História desenvolveu-se o debate sobre território nos últimos anos. Essa discussão interdisciplinar sobre o tema "território" torna-se essencial, pois:

> [...] Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto "força produtiva"); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do "neotribalismo" contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2006, p.37).

Procurando sintetizar as diferentes noções de território Haesbaert (2006) e Perico (2009) agruparam as concepções de território em quatro vertentes:

i) Naturalista: compreende território a partir das relações sociedade-natureza, considerando o equilíbrio entre o grupo e os recursos pertencentes ao meio;
ii) Jurídico-Política: refere-se às relações espaço-poder em geral ou institucionalizadas, em que o território é compreendido como um espaço delimitado e controlado, no qual se exerce o poder, muitas vezes relacionado ao poder político;
iii) Econômica: compreende território como fonte de recursos, da relação entre classes sociais e do capital-trabalho;
iv) Cultural: refere-se à dimensão subjetiva, na qual o território é compreendido como produto da valorização simbólica de um grupo.

Haesbaert (2006) também organiza o seu raciocínio num patamar mais amplo, ao classificar as perspectivas teóricas do território em dois conjuntos: a) O binômio materialismo-idealismo, que às vezes apresenta uma visão parcial a partir de uma única dimensão (ou natural, ou política, ou cultural, ou econômica), outras vezes numa visão integradora a partir de todas aquelas dimensões; e b) O binômio espaço-tempo, seja no seu caráter relacional, e/ou na sua historicidade e geograficidade. Por isso, Haesbaert (2006, p.42) procura compreender "[...] o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o 'imaginário geográfico' que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações".

Grande maioria dos estudiosos fazem parte da perspectiva materialista do território, até porque em suas origens, no século VI, o território foi associado ao espaço físico, à terra apropriada, e, portanto, à materialidade. As concepções naturalista, jurídico-política e econômica fazem parte da perspectiva materialista, sendo que a primeira relaciona a territorialidade ao caráter biológico, ao comportamento instintivo, analisando a relação da sociedade com a natureza. Já a perspectiva jurídico-política tem como foco a base material, pois o solo favorece ou entrava o crescimento dos Estados, tornando o território um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano. Assim, segundo Haesbaert (2006, p.67), para essa perspectiva um território é "o conjunto de terras agrupadas em uma unidade que depende de uma autoridade comum e que goza de um determinado regime".

A concepção de base econômica é considerada a principal perspectiva de dimensão material, como área definida em razão da disponibilidade de recursos necessários à reprodução de um grupo, pois nesta:

> Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (HAESBAERT, 2006, p.56, citando GODELIER, 1984).

Coligado a essa perspectiva, Schneider (2004, p.104), considera que os territórios são:

> [...] espaços organizadores de funções econômicas, onde se iniciam, desenvolvem-se e se potencializam processos relacionais de estruturação produtiva, originando materialidades econômicas particulares em cujo contexto de funcionamento as referências de ordem local podem ser significativas.

De acordo com Haesbaert (2006), na área de Economia existem mais trabalhos de Economia Regional ou Espacial fundamentados no conceito de espaço, espacialidade e região, do que no conceito de território. Alguns geógrafos trabalham com abordagens de dimensão econômica na definição do conceito de território, a exemplo de Milton Santos, que em seus trabalhos usa a expressão "território usado" termo correspondente ao de "espaço geográfico".

> O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes [...]. O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso (HAESBAERT, 2006, p.59, citando SANTOS et al, 2000).

A perspectiva idealista de território relativiza a lógica territorial cartesiana das fronteiras, a partir dos Estados-nações, que dá pouca importância aos fluxos. Na perspectiva idealista a lógica culturalista dá ênfase a representação da identidade cultural ou identidade territorial, ao valor simbólico, que considera as redes múltiplas. Dessa forma, nessa abordagem o território é antes de tudo uma concepção, uma ideia, que existe entre o meio físico e o homem. Então, o espaço está investido de valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos, ou seja, o território não diz respeito apenas ao ter, mas ao ser (HAESBAERT, 2006).

Porém, Haesbaert (2006) ressalta que o território sempre é constituído da dimensão simbólica ou cultural e da dimensão material, de natureza política e econômica, por isso sugere que os estudos sobre território devam partir de uma visão integradora. Essa visão integradora também diz respeito à necessidade de considerar o contexto histórico em que está inserido o território, pois:

> O fato de considerarmos o território num sentido amplo, multidimensional e multiescalar, jamais restringindo-o a um espaço uniescalar como o do Estado-nação, não implica em menosprezar suas especificidades geo-históricas, sua diferenciação de acordo com os contextos históricos e geográficos em que é produzido. [...]

> Território construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou, de modo mais estrito, para muitos autores, da relação de poder. [...] relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço; os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo [...] (HAESBAERT, 2006, p.96, 80 e 78).

Por isso, nenhum corte espacial pode ser passivo, sem contexto institucional e histórico, porque as escalas não são exatas e imutáveis, mas são esculpidas, material e simbolicamente, em processos, por natureza, sociais. As escalas revelam os processos sociais, econômicos e políticos particulares (BRANDÃO, 2011; 2007).

Para Perico (2009) é a identidade que permite a coesão territorial, que se manifesta através de traços socioculturais, sociogeográficos, socioeconômicas e sociopolíticos. A identidade compreende o compartilhar valores, costumes, princípios, crenças, simbologias e formas de vida em um espaço. É a identidade que possibilita o *pacto* territorial. Do mesmo modo, Abramovay (2011, p.1) considera que:

> Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades [...] territórios não são entidades dadas de uma vez por todas por qualquer tipo de mão mágica ou de dotação natural. Eles são o resultado de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir [...].

Sendo assim, o território é uma área geográfica de construção de um projeto político-institucional em torno de objetivos comuns. Ou seja, no território os projetos produtivos, sociais, culturais e ambientais são liderados por um projeto dominante, que pode ser cognominado "ideia-guia" (CORREIA, 2015). Conforme Abramovay (2006; 2011), numa perspectiva mais sociológica, as discussões sobre o capital social ressaltam como a cooperação, reciprocidade e solidariedade, que são elementos explicativos das economias de proximidades e da relativização dos conflitos locais. Dessa forma, o capital social tem papel fundamental no processo de desenvolvimento dos territórios rurais, decorrente da capacidade de mobilização em torno de um projeto dominante ou uma "ideia-guia".

Por tudo isso Abramovay (2006) defende que a noção de territórios fortalece os estudos das regiões rurais em quatro dimensões. Na primeira dimensão a noção de territórios convida a abandonar o recorte setorial, que apresenta a agricultura como o único setor e os agricultores como únicos atores importantes. Em consequência, do ponto de vista operacional, ocorre o aperfeiçoamento dos instrumentos estatísticos que delimitam o rural a partir da organização de seus ecossistemas, da densidade demográfica relativamente baixa, da sociabilidade de conhecimento, na dependência com relação às cidades e das atividades rurais

não agrícolas. Do ponto de vista teórico, territórios deixam de ser definidos por limites físicos e passa a ser constituídos pelas interações sociais (cooperação, partilha de conhecimentos e experiências entre atores), destacando o papel dos atores e das organizações no processo de crescimento do território.

Na segunda dimensão a noção de territórios impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento; e a pobreza rural é entendida como um fenômeno multidimensional, expressão das históricas instituições, das diferentes atividades, processos migratórios, transferências públicas, dentre outras condições. Na terceira dimensão destaca a importância do estudo empírico dos atores e de suas organizações, no intuito de compreender situações específicas. Na quarta dimensão ressalta os sistemas sociais e a organização produtiva, que limitam a expansão dos territórios (ABRAMOVAY, 2006).

3.2 Análise multivariada e espacial do dsenvolvimento: uma revisão empírica

- **O caso da China, Turquia e Brasil**

Conforme descrito no início desse capítulo, nessa seção é apresentada uma revisão empírica, ao descrever os objetivos, variáveis, métodos e técnicas de pesquisa, e os principais resultados de alguns trabalhos científicos (internacionais e nacionais) que avaliaram o desenvolvimento, especialmente com enfoque rural, e que foram realizados por diferentes pesquisadores, conforme esquematizado no Quadro 3.

Na literatura científica vários pesquisadores no mundo e no Brasil realizam trabalhos empíricos sobre o tema "desenvolvimento", que requer a consideração de um conjunto de variáveis e dados representativos dos seus vários aspectos. Muitos também são os métodos aplicados a estes dados, dentre esses a Análise Multivariada e a Análise Espacial são bastante empregadas. Por isso, Cheng et al (2013) buscou avaliar as desigualdades regionais na China, no intuito de obter um entendimento científico e contribuir para a construção de uma nova realidade. Nesse intuito, 48 municípios foram selecionados para analisar a desigualdade rural na província de Jilin, referente aos anos de 2000, 2005 e 2009 (Quadro 3).

Quadro 3 - Resumo da revisão empírica de trabalhos científicos que realizaram análise multivariada e análise espacial do desenvolvimento

Autoria	Objetivo geral	Variáveis	Métodos	Principais resultados
Cheng et al (2013)	Analisar a desigualdade do desenvolvimento rural na província Jilin (China).	12 variáveis de 48 municípios: Vendas no varejo de bens de consumo; valor da produção agrícola, pecuária, silvicultura e pesca; valor do produto industrial; despesa financeira agrícola; área de produção de grãos; área de irrigação; empregado não-agrícola rural; lucro líquido; leitos em hospitais; área habitada, etc.	Análise Multivariada: Análise dos Componentes Principais (ACP), para estimar Índice de Desenvolvimento Rural (IDR). Análise Exploratória dos Dados Espaciais (AEDE): I Moran; LISA.	Considerando o IDR, há desigualdade entre diferentes regiões rurais. O *I Moran* do IDR indicou não existir aglomeração espacial nas regiões de nível alto e baixo IDR.
Yilmaz et al (2010)	Estabelecer os fatores que afetam o desenvolvimento rural na Turkia.	36 variáveis de 96 aldeias: uso da terra, tipo de solo, profundidade do solo, nível de erosão, proximidade de rio, temperatura e umidade, floresta, produto animal, produto agrícola, área sem uso agrícola, área de pastagem, área vegetal, população, crescimento da população, densidade populacional, proporção de mulheres, número de domicílios, proporção da população ativa, tipo de estrada, de água potável, de banheiro, proporção de analfabetos e população em idade escolar, número de escolas, serviços de saúde, cooperativa, renda per capita e etc.	Análise Multivariada: Análise dos Componentes Principais (ACP), para estimar Índice de Desenvolvimento Rural (IDR).	Foram estimados 12 fatores. Pelo IDR as aldeias subdesenvolvidas precisam ter prioridade em termos de investimentos em infraestrutura física e social. As aldeias desenvolvidas precisam apenas manter a funcionalidade dessas estruturas e serviços.
Stege (2011)	Analisar o desenvolvimento rural das microrregiões do Brasil.	22 variáveis das 558 microrregiões do Brasil: Domicílios com energia elétrica, água, esgoto e lixo coletado; densidade demográfica rural; ocupados na agropecuária; comparecimento nas eleições; transferências governamentais; valor da produção e salário médio na agropecuária; valor dos financiamentos; municípios que não registravam poluição da água, e atividade agrícola e pecuária não prejudicial ao ambiente, dentre outras.	Análise Multivariada: Análise Fatorial (AF), para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR). Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE): I Moran e LISA.	Foram estimados 6 fatores. I Moran do IDR indica autocorrelação positiva. Presença de *clusters* espaciais do tipo alto-alto (Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste) e do tipo baixo-baixo (Norte, Nordeste e Sudeste), concluindo que o IDR sofre influência da proximidade espacial.

Lemos e Assunção (2002)	Apresentar uma proposta de regionalização do desenvolvimento agrícola brasileiro.	157 variáveis, divididas em seis grupos: Intensidade de exploração da terra; intensidade de uso da força de trabalho; grau de modernização do processo produtivo e das relações de trabalho; escassez relativa e processo de modernização do período inicial; dinamismo da atividade; e, grau de produtividade. Fonte: Censos Agropecuários 1970 e 1985.	Análise Multivariada: Análise Fatorial (AF), por grupo de variáveis.	Heterogeneidade do desenvolvimento agrícola, podendo pontuar três tipos de regiões: "maduras" (Sul do BR e São Paulo), "decadentes" (regiões mineiras "zona da mata"; extremo sul e sul da Bahia) e "em expansão" (Triângulo Mineiro, Sul de Goiás, Dourados, Campo Grande, Rondonópolis).
Melo e Parré (2007)	Mensurar o índice de desenvolvimento rural dos municípios do Estado do Paraná.	17 variáveis dos 399 municípios: Densidade demográfica; população rural; migrantes; domicílios com sanitários; matriculados na zona rural; intoxicações por agrotóxicos; energia elétrica rural; ocupados e salários em atividades agrícolas; produtividade agrícola; produtividade da terra; financiamento; investimento; comercialização, etc. Fonte: IBGE, RAIS, BACEN.	Análise Multivariada: Análise Fatorial (AF) para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR).	5 fatores explicam 66,17% da variância total. Médio IDR de 43,63. Heterogeneidade do IDR. A maioria dos municípios (55,14%) com IDR baixo, muito baixo e muitíssimo baixo.
Tonin (2009)	Caracterizar o desenvolvimento rural no Estado do Mato Grosso.	24 variáveis dos 141 municípios: Energia rural; produtividade do trabalho, renda municipal e valor da produção agrícola; produtividade da terra; número de tratores; financiamentos; população e domicílios rurais, escolas, docentes e alunos na zona rural; pessoal ocupado; área desmatada; número de tratores, etc.	Análise Multivariada: Análise Fatorial (AF), para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR). Análise de *Cluster* (AC).	2 fatores e 7 *clusters* dispersos geograficamente. Na área Norte: municípios com maiores IDR. Nas regiões fronteiriças: municípios com menores IDR.
Melo (2005)	Caracterizar os níveis de desenvolvimento rural entre os municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.	21 variáveis de 64 municípios: Densidade demográfica; população rural e migrante; analfabetismo; escolaridade; abastecimento de água, escoadouro, iluminação elétrica; proporção de pobres; desocupação; rendimento médio; ocupados agrícolas; irrigação, conservação do solo e monocultura, etc. Fonte: Censo Demográfico, Agropecuário.	Análise Multivariada: Análise dos Componentes Principais (ACP) e Análise de *Clusters* (AC).	7 fatores e 6 *clusters* (grupos) de municípios com distintos níveis de desenvolvimento rural, o que permite concluir que a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba apresenta padrão de desenvolvimento rural heterogêneo.

Torres (2011)	Identificar os padrões espaciais da pobreza rural na Bacia do Rio São Francisco (BRSF), Brasil.	Municípios da BRSF, a partir: Linha de pobreza, aferida a partir das informações sobre renda e consumo calórico. Fonte: Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2002/03; Censo Demográfico de 2000.	Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE): I Moran e LISA.	*I Moran* (0,83). Municípios do *Cluster 1* (SE e AL) e do *Cluster 2* (Norte de MG e Oeste da BA) com elevada pobreza rural. Municípios do *Cluster 3* (DF e BH) com menor pobreza rural.
Bahia (2008)	1º Capítulo: Verificar se a queda no nível de pobreza ocorreu de forma espacialmente distribuída ou concentrada.	Variáveis: Porcentagem de indigentes, de pobres, e da renda apropriada pelos 20% mais pobres.	Análise Multivariada: Análise Fatorial (AF), pelo MCP. Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE): I Moran e LISA.	1 fator. Em 1991, I Moran (12,8%) indica aglomerados não nítidos. Em 2000, o I *Moran* (41,1%) indica claros aglomerados de pobreza.
	2º Capítulo: Evolução das condições econômicas dos municípios da BA.	Variáveis: Valor adicionado per capita; consumo per capita de energia elétrica no setor de serviços, comércio, rural e residencial; e, renda per capita.	Análise Multivariada: Análise Fatorial (AF). Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE): I Moran e LISA.	1 fator. Homogeneidade espacial do fator econômico: "alto-alto" na RMS e Extremo Sul e "baixo-baixo" na maior parte do estado.
	3º Capítulo: Avaliar a distribuição regional dos aspectos sociais na BA.	Variáveis: Educação (crianças na escola e frequentando o ensino fundamental; adolescentes com menos de 4 anos de estudo; jovens analfabetos). Saúde (mortalidade infantil; fecundidade; mulheres de 15-17 anos com filhos)	Análise Multivariada: Análise Fatorial (AF). Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE): I Moran e LISA.	2 fatores. Final de 1990 crescem as aglomerações espaciais do fator educação e demográfico.
	4º Capítulo: Identificar e interpretar a situação das Regiões Administrativas da Bahia.	14 variáveis: Segundo os Capítulos 1, 2 e 3.	Análise Multivariada: Análise de *Cluster* (AC)	5 grupos. Melhores condições: RMS e Extremo Sul. Piores condições: Rio São Francisco e Nordeste da BA.
Oliveira et al (2014)	Analisar o desenvolvimento municipal baiano em 2000 e 2010.	4 variáveis: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) geral e os seus respectivos subíndices (Emprego & Renda; Educação e Saúde).	Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE): I Moran.	Em 2010: 5 *Clusters.* Elevado nível de desenvolvimento na RMS e no Centro-Sul.

Doze indicadores foram selecionados: vendas de bens de consumo; valor da produção agrícola, pecuária, silvicultura e pesca; valor do produto industrial; despesa financeira agrícola; área de produção de grãos; área de irrigação; empregado não-agrícola rural; lucro líquido; leitos em hospitais; área habitada, etc. Os indicadores foram agrupados em três temas: força econômica, produção agrícola e condições de vida (CHENG et al, 2013; Quadro 3).

Com base nos indicadores selecionados, a Análise dos Componentes Principais (ACP) foi aplicada para estimar os fatores capazes de avaliar a desigualdades do desenvolvimento rural. A estatística Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) foi de 0,728, revelando forte correlação entre as variáveis e a aplicabilidade do método de ACP. Seis componentes principais representaram mais de 80% da variância e da correlação entre os dados originais. O resultado da ACP foi usado para estimar o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) (CHENG et al, 2013).

Nessa pesquisa o método Análise Exploratória dos Dados Espaciais (AEDE) foi aplicado. O indicador espacial global *I Moran* e o indicador espacial local LISA foram usados para medir a autocorreção espacial do IDR. Os resultados apontaram que os municípios do leste e norte da província Jilin foram os de mais baixos níveis do IDR, enquanto os municípios de tamanhos médios foram as áreas de rápido crescimento econômico. O *I Moran* do IDR indicou que não existia aglomeração espacial nas regiões de nível alto e baixo IDR (CHENG et al, 2013; Quadro 3).

Segundo Yilmaz et al (2010), na Turquia o planejamento estatal define a alocação de recursos públicos e estimula investimentos privados para as áreas prioritárias, no intuito de promover o desenvolvimento local. Além disso, afirma que as aldeias, que constituem uma parte importante da população das províncias (cerca de 30 a 35%), apresentam significativa importância no processo de desenvolvimento. Conforme a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Rural da Turquia, o desenvolvimento rural deve ser resultado das condições de trabalho e de vida da população rural a partir dos recursos locais, sendo uma questão multidimensional que envolve vários aspectos: naturais, ambientais, econômicos e sociodemográficos.

Entretanto, para Yilmaz et al (2010), muitos estudos realizam avaliações subjetivas e não consideram quantitativamente o conjunto de aspectos que envolvem o desenvolvimento, tais como: infraestrutura, educação, saúde, produtividade agrícola, água potável e para irrigação, condições do solo, terras cultiváveis e serviços governamentais. Dessa forma, os autores salientam que para alcançar o desenvolvimento rural, é preciso avaliar o desenvolvimento econômico e as estruturas sociopolíticas da região.

De acordo com Yilmaz et al (2010), há disparidades no nível de desenvolvimento inter-regional da Turquia, país que é composto por 81 províncias, 924 distritos, 2.103 municípios e 38.500 aldeias. Sendo assim, os autores objetivaram estabelecer os fatores mais importantes que afetam o desenvolvimento rural na Turquia. Para tanto, selecionaram 96 aldeias de dois municípios no Bartin, província escolhida porque é essencialmente rural e registra renda per capita muito inferior à média do país, além de possuir o maior percentual da população residindo em aldeias e elevada proporção de trabalhadores agrícolas (Quadro 3).

Segundo Yilmaz et al (2010), os dados foram coletados a partir de 2007 nos registros do Governo de Bartin, no sistema de informações geográficas e complementados com entrevistas com líderes da aldeia. Foram escolhidas 36 variáveis, relativas às dimensões ambiental, econômica e socioculturais, que envolveram: uso da terra, tipo de solo, profundidade do solo, nível de erosão, proximidade de rio, temperatura e umidade, floresta, produto animal, produto agrícola, área sem uso agrícola, área de pastagem, área vegetal, população, crescimento da população, densidade populacional, proporção de mulheres, número de domicílios, proporção da população ativa, tipo de estrada, de água potável, de banheiro, proporção de analfabetos e população em idade escolar, número de escolas, serviços de saúde, cooperativa, renda per capita, etc. (Quadro 3).

A ACP estimou doze fatores capazes de afetar o desenvolvimento das aldeias, sendo que, a partir desses fatores, o IDR foi estimado e as aldeias foram agrupadas de acordo com ele. De posse dos resultados, Yilmaz et al (2010) sugerem que as estratégias de desenvolvimento sejam específicas para cada grupo de aldeias. Sendo assim, as aldeias subdesenvolvidas precisam ter prioridade em termos de investimentos em infraestrutura física e social, ampliando a disponibilidade de fertilizantes, irrigação e educação, e incentivando a formação de cooperativas, por exemplo. As aldeias desenvolvidas precisam apenas manter a funcionalidade dessas estruturas e serviços (Quadro 3).

Após uma discussão detalhada sobre o conceito de rural e de desenvolvimento rural, num contexto multidimensional em que o desenvolvimento rural é entendido como um processo que envolve as dimensões socioculturais, demográficas, político-institucionais, econômicas e ambientais, Stege (2011) objetivou analisar o desenvolvimento rural das 558 microrregiões do Brasil. Foram selecionadas 22 variáveis, a saber: domicílios com energia elétrica, água, esgoto e lixo coletado; densidade demográfica rural; ocupados na agropecuária; comparecimento nas eleições; transferências governamentais; valor da produção e salário médio na agropecuária; valor dos financiamentos; municípios que não registravam poluição da água; atividade agrícola e pecuária não prejudicial ao ambiente; dentre outras (Quadro 3).

Para análise dos dados, Stege (2011) inicialmente aplicou a análise multivariada, especialmente a Análise Fatorial (AF), no intuito de estimar o IDR das microrregiões. Em seguida procurou verificar a existência de dependência espacial do IDR nas microrregiões por meio da AEDE (I de *Moran* global e a estatística LISA). Os resultados apontam a existência de seis fatores e um IDR bastante heterogêneo. O *I de Moran* do IDR, de 0,4112, indica que a autocorrelação é positiva. Foram identificados *clusters* espaciais do tipo alto-alto (região Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste) e do tipo baixo-baixo (região Norte, Nordeste e Sudeste), concluindo que o IDR sofre influência da proximidade espacial, em que as condições do IDR de cada microrregião interferem na microrregião vizinha (Quadro 3).

Lemos e Assunção (2002) objetivaram apresentar uma proposta de regionalização do desenvolvimento agrícola brasileiro, utilizando informações dos Censos Agropecuários do ano de 1970 e 1985, ao utilizar 157 variáveis, reunidas em seis grupos: intensidade de exploração da terra; intensidade de uso da força de trabalho; grau de modernização do processo produtivo e das relações de trabalho; escassez relativa e processo de modernização do período inicial; dinamismo da atividade; e grau de produtividade (Quadro 3).

Lemos e Assunção (2002) estimaram o modelo de AF, que através dos escores fatoriais, forneceu índices capazes apontar significativa heterogeneidade de desenvolvimento agrícola, em três tipos de regiões: “maduras”, “decadentes” e “em expansão”. As “regiões maduras” estão presentes nos Estados do Sul e São Paulo, e experimentam crescimento intensivo, baseado nas vantagens naturais e “criadas” de qualidade das terras, fertilidade e acesso ao mercado. As regiões “decadentes” tem se desarticulado do desenvolvimento agrícola nacional, baseado na mecanização e inovações bioquímicas, apesar da modernização relativa e da escala de produção, como é o caso das regiões mineiras “Zona da Mata”, Extremo Sul e Sul da Bahia. As “regiões em expansão” do Oeste brasileiro, inclui os Cerrados (Triângulo Mineiro, Sul de Goiás, Dourados, Campo Grande, Rondonópolis); estas registram inovações mecânicas, bioquímicas e elevada produtividade do trabalho (Quadro 3).

Melo e Parré (2007) mensuraram o IDR em 2000 para 399 municípios paranaenses, identificando os fatores determinantes. Considerando o caráter multidimensional do conceito de desenvolvimento os autores selecionaram dezessete variáveis: densidade demográfica; população rural; migrantes; domicílios com sanitários; alunos matriculados na zona rural; intoxicações por agrotóxicos; consumo de energia elétrica rural; ocupados em atividades agrícolas; produtividade do trabalho agrícola; salário na agropecuária; produtividade da terra; financiamento de custeio; investimento e comercialização; e área plantada (Quadro 3). As variáveis são relacionadas ao dinamismo populacional, domicílios rurais, saúde, condições de

trabalho, meio ambiente, estrutura e desempenho econômico, especialização na produção, dentre outros aspectos. Os dados foram obtidos junto ao IBGE, à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, ao Banco Central do Brasil (BACEN) e aos institutos e órgãos do Estado do Paraná (MELO; PARRÉ, 2007).

Para a análise das variáveis Melo e Parré (2007) selecionaram a análise multivariada, especificamente a técnica da AF, pelo ACP, extraindo cinco fatores, que explicam 66,17% da variância total. Por meio dos escores fatoriais foi estimado o IDR de 43,63, classificado como médio. Do total, seis municípios apresentaram IDR "muitíssimo alto"; sete apresentaram IDR "muito alto"; cinquenta municípios apresentaram IDR "alto"; esses 63 municípios corresponderam a 15,79% dos municípios do Estado. Com IDR médio encontram-se 116 municípios (29,07%), porém a maioria, 55,14% ou 220 municípios registraram IDR "baixo", "muito baixo" e "muitíssimo baixo". Dessa forma, os resultados apontam para uma heterogeneidade de condições, em que a reorganização produtiva, a modernização, a melhor competitividade e qualidade de vida não são verificados em todo o espaço rural paranaense (Quadro 3).

Tonin et al (2009) procuraram caracterizar o desenvolvimento rural no Estado do Mato Grosso, identificando as heterogeneidades intra-regionais por meio do IDR dos 141 municípios. Devido ao caráter multidimensional do conceito de desenvolvimento rural, os autores selecionaram 24 variáveis: energia rural; produtividade do trabalho, renda municipal e valor da produção agrícola; produtividade da terra; número de tratores; financiamentos; população e domicílios rurais, escolas, docentes e alunos na zona rural; pessoal ocupado; área desmatada; número de tratores, etc. As fontes de informações foram SEPLAN (Anuário Estatístico 2006) e o IBGE (Pesquisa Agrícola Municipal 2006 e Censo Agropecuário 2006).

Tonin et al (2009) empregaram a análise estatística multivariada, por meio do método de AF e Análise de *Cluster* (AC). Os resultados apontam quatro fatores, cujos escores permitiram estimar o IDR e sete *clusters* (ou municípios classificados em sete níveis de desenvolvimento) dispersos geograficamente. Na área Norte do Mato Grosso estão os municípios com maiores IDR e nas regiões fronteiriças os municípios com menores IDR. Ao final os autores sugerem a realização de uma análise espacial do desenvolvimento rural (Quadro 3).

O trabalho de Melo (2005) objetivou caracterizar os níveis de desenvolvimento rural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A partir da concepção do rural como um espaço de múltiplas dimensões e do desenvolvimento rural para além das questões fundiárias e agrícolas, que garanta o bem-estar e a cidadania da população rural, a pesquisadora selecionou

64 municípios e 21 variáveis do Censo Demográfico e Censo Agropecuário, a saber: densidade demográfica; população rural; analfabetismo; escolaridade; abastecimento de água, escoadouro, iluminação elétrica; proporção de pobres; desocupação; rendimento médio; ocupados agrícolas; irrigação, conservação do solo, monocultura, etc. (Quadro 3).

Para o tratamento e análise dos dados, Melo (2005) empregou técnicas de análise multivariada, especificamente a ACP e a AC. Os resultados apontaram sete fatores, responsáveis por 72% da variância total. Foram identificados seis grupos de municípios com diferentes níveis de desenvolvimento rural, o que permite concluir que a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba apresenta padrão de desenvolvimento rural heterogêneo (Quadro 3).

Torres et al (2011) procuraram identificar os padrões espaciais de pobreza rural na Bacia do Rio São Francisco (BRSF) a partir dos dados municipais. Inicialmente definiram a linha de pobreza para aferir o número de famílias pobres a partir das informações sobre renda e consumo calórico, com dados fornecidos pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2002/03 e pelo Censo Demográfico 2000.

Torres et al (2011) estimaram o *I Moran* de 0,83, indicando que na BRSF a pobreza rural é fortemente autocorrelacionada no espaço. Os indicadores locais LISA apontam que os municípios pertencentes ao *Cluster 1* (principalmente os localizados no Nordeste, Estados de Sergipe e Alagoas) e *Cluster 2* (principalmente do Norte de Minas Gerais e Oeste da Bahia) foram mais propensos a apresentar elevados níveis de pobreza rural. Por outro lado, municípios pertencentes ao *Cluster 3* (localizados na porção Sul, de elevada precipitação e próximos aos grandes centros urbanos de Brasília ou Belo Horizonte) apresentaram menores níveis de pobreza rural (Quadro 3).

Em suma, os resultados encontrados por Torres et al (2011) indicam haver autocorrelação espacial positiva da pobreza rural no BRSF, em que municípios com níveis elevados de pobreza rural tendem a ser cercados por municípios com níveis de pobreza, e municípios com menores níveis de pobreza tendem a ser cercados por municípios semelhantes, os menos pobres. Dessa forma, os dados revelam que, por diversas razões, a pobreza em um município é afetada por (ou afeta) a pobreza em países vizinhos municípios. Ou seja, há *spillovers*, externalidades espaciais, sejam eles positivos ou negativos.

- **O caso do estado da Bahia**

Para o estado da Bahia é possível encontrar pesquisas realizadas no intuito de avaliar as condições socioeconômicas. Dentre esses trabalhos, alguns se destacam por considerar um

conjunto expressivo de variáveis e aplicar os métodos multivariados em suas análises, como AF, índice de I *Moran* global e local, mapas do tipo LISA, AC e Análise Descriminante.

Uma das proeminentes pesquisas foi a efetivada por Bahia (2008), que procurou identificar e analisar a evolução temporal das manchas de pobreza na Bahia. A proposta do primeiro capítulo foi "Verificar se a queda no nível de pobreza ocorreu de forma espacialmente distribuída ou concentrada". Para tanto, considerou as seguintes variáveis: porcentagem de indigentes[26]; porcentagem de pobres[27]; e porcentagem da renda apropriada pelos 20% mais pobres. A partir dessas variáveis, através da AF pelo MCP, foi estimado o indicador de pobreza municipal. Os resultados apontam a presença de um único fator de pobreza, que explica 73% da variância total das variáveis. Em 1991 a estatística Moran global era de apenas 12,8%, quando a maior parte dos municípios do interior apresentava níveis de pobreza elevados, mas sem constituir aglomerados espaciais muito nítidos. Em 2000 a estatística Moran global alcança 41,1%, quando os padrões de associação espacial se tornam mais claros (Quadro 3).

O segundo capítulo discute a "Evolução das condições econômicas dos municípios da Bahia", entre 1991 e 2000, a partir das seguintes variáveis: valor adicionado per capita; consumo per capita de energia elétrica no setor de serviços, comércio, rural e residencial; e renda per capita. Por meio da AF foi estimado um fator, que explica, aproximadamente, 76% da variabilidade observada. O índice de *I Moran* global indicou que a autocorrelação espacial entre os municípios passou de 27,9% para 40,1%. Em 2000 foram localizadas duas aglomerações de municípios do tipo "alto-alto", ao derredor da RMS e Extremo Sul, mas na maior parte do estado predomina poucos aglomerados do tipo "baixo-baixo" e grande maioria dos municípios sem apresentar padrões de associação espacial (BAHIA, 2008; Quadro 3).

O terceiro capítulo objetivou "Avaliar a distribuição regional dos aspectos sociais", para apresentar mais elementos capazes de explicar a evolução das manchas de pobreza no estado da Bahia. As variáveis escolhidas para compor a dimensão educação foram: percentual de crianças de 5 a 6 anos na escola; percentual de crianças de 7 a 14 anos frequentando o ensino fundamental; percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo; e percentual de jovens de 18 a 24 anos analfabetos. Para compor a dimensão saúde, as variáveis selecionadas foram: taxa de mortalidade infantil; taxa de fecundidade; e percentual de mulheres de 15 a 17 anos com filhos (BAHIA, 2008; Quadro 3).

---

[26] Correspondente a uma linha de indigência de renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo, ou R$ 37,75 per capita, em valores atualizados para agosto de 2000.

[27] Correspondente a uma linha de pobreza de ½ salário mínimo per capita, ou R$ 75,50 per capita, em valores atualizados para agosto de 2000.

Do mesmo modo que nos capítulos anteriores, os dados foram analisados pela técnica da AF e pelo índice *I Moran* global e local. Pela AF foram estimados dois fatores, que juntos explicam 64% da variância total. Entre 1991 e 2000 o índice *I Moran* global do fator educação cresceu de 14% para 40%, esclarecendo que no período inicial não existia um padrão de associação espacial muito claro, mas posteriormente esses padrões aumentam significativamente. A estatística *I Moran* local indica que no fim da década de 1990 há maior semelhança entre a variável educação de um determinado município e a média dos municípios vizinhos (BAHIA, 2008; Quadro 3).

O indicador de *I Moran* global para o fator demográfico cresceu de 8,6% para 48,6% entre 1991 e 2000, sugerindo aumento da diferenciação regional. A estatística *I Moran* local do fator demográfico sinaliza que em 1991 o grau de semelhança entre um município e seus vizinhos era relativamente baixo; já em 2000 cresce a formação de aglomerações espaciais grandes e bem definidas (BAHIA, 2008; Quadro 3).

O quarto capítulo sintetizar as informações sobre a distribuição espacial da pobreza, situação econômica, escolaridade dos jovens e condições demográficas, como o objetivo de "Identificar e interpretar a situação das Regiões Administrativas da Bahia". Neste, o modelo estatístico multivariado aplicado é a AC. Após o teste de algumas alternativas, optou-se por construir cinco grupos, por acreditar serem esses capazes de assegurar um padrão de diferenciação adequado. Os cinco grupos apresentaram relativa heterogeneidade entre si, em que o Grupo 1 corresponde a melhor situação encontrada para a maior parte dos fatores e o Grupo 5 a pior situação (BAHIA, 2008; Quadro 3).

Os resultados do quarto capítulo reforçam o argumento relativo ao aumento da heterogeneidade espacial da pobreza na Bahia, pois os eixos RMS e Extremo Sul são aqueles em melhores condições socioeconômicas; numa situação intermediária, encontram-se os eixos Recôncavo, Mata Atlântica e Planalto Sudoeste; ficando os demais eixos com variações significativas no tipo de problema social. Assim, em vez de uma grande massa homogênea de municípios pobres no estado da Bahia como no ano de 1991, em 2000 tem-se uma situação relativamente heterogênea, demonstrando a necessidade de pesquisas territorialmente mais desagregadas, capazes de melhor orientar as políticas públicas (BAHIA, 2008; Quadro 3).

Considerando os quatro capítulos, as principais conclusões foram: i) No decorrer da década de 1990 as áreas com maior concentração de pobreza vão se diferenciando; ii) Os aglomerados de pobreza se tornam mais nítidos em 2000, em *clusters* ao longo do Rio São Francisco e no Nordeste do estado; iii) As áreas com menores concentrações de pobres são identificadas na RMS, no Extremo Sul, e nas vizinhanças do município de Vitória da

Conquista; e iv) Os grupos de municípios com piores condições educacionais não coincidem com aqueles com piores condições demográficas e com aqueles com maiores concentrações de pobreza. Assim, as políticas públicas devem responder a questões distintas para regionalizações diferenciadas (BAHIA, 2008; Quadro 3).

Para Oliveira et al (2014) identificar fatores que influenciam no nível de crescimento e de desenvolvimento torna-se essencial à formulação de políticas públicas que almejam reduzir as desigualdades. Nesse sentido, os autores defendem a ideia de que o fenômeno do transbordamento facilita a convergência de indicadores de crescimento e de desenvolvimento. Por isso as análises espaciais têm sido utilizadas para compreender as implicações da proximidade com áreas desenvolvidas ou subdesenvolvidas (Quadro 3).

Sendo assim, Oliveira et al (2014) procuraram analisar o desenvolvimento municipal baiano em 2000 e 2010, buscando verificar a presença de correlação espacial e a possível formação de *clusters* entre o seus municípios". Para alcançar esses objetivos os autores coletaram os dados, especificamente o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), junto à Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN). Foi realizada a Análise Estatística Descritiva e a Análise Exploratória dos Dados Espaciais (AEDE) (Quadro 3).

Os resultados encontrados por Oliveira et al (2014) apontam autocorrelação espacial positiva entre os municípios para os dois períodos considerados. No ano 2000 foram identificados três *clusters*, sendo dois de alto e um de baixo desenvolvimento. Já no ano de 2010 foram identificados cinco *clusters*, sendo os municípios da RMS e da mesorregião Centro-Sul os de mais elevado nível de desenvolvimento. Os autores concluem que a maioria dos municípios da Bahia apresentou melhora para o índice geral e para os subíndices do IFDM, exceto o índice de Emprego & Renda, que regrediu em alguns municípios (Quadro 3).

Portanto, as literaturas teórica e empírica dispostas nesse capítulo, além de demonstrarem a reflexão e a construção formal da análise do desenvolvimento (rural e territorial), elaborada por reconhecidos autores e pesquisadores, indicam a forma de aplicabilidade dos conceitos e definições, por meio variáveis diversas capazes de representar a complexa realidade das diferentes áreas e regiões. Assim, esses trabalhos servem de parâmetro para a escolha dos dados necessários ao estudo inovador proposto nessa tese, a saber: "análise da delimitação dos territórios rurais do estado da Bahia, instituídos pelos programas TRs, TIs e TCs", cujos resultados serão apresentados nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 4 – COMPONENTES PRINCIPAIS REPRESENTATIVOS DAS CARACTERÍSTICAS DO ESTADO DA BAHIA EM 2010

O objetivo desse capítulo é apresentar as peculiaridades do estado da Bahia a partir de um conjunto de variáveis que representem seus diferentes aspectos, com enfoque nas questões do meio rural. Por isso, o capítulo é composto por cinco seções. A primeira seção descreve com detalhes o conjunto de variáveis selecionadas a partir de uma revisão[28], e como foi formado o banco de dados, restrito ao ano de 2010, e suas respectivas fontes.

A segunda seção apresenta as caraterísticas do estado da Bahia, por meio da disposição dos dados originais, tendo como parâmetro para as análises a condição brasileira. Posteriormente, a terceira seção traz, primeiramente, informações sobre a coleta e a organização dos dados, para em seguida apresentar os aspectos metodológicos de como esse grande conjunto de dados dos municípios baianos foi mais apurado e resumido através da modelagem multivariada, especificamente por meio da Análise Fatorial (AF), pelo Método dos Componentes Principais (MCP). Já a quarta seção descreve as características dos municípios do estado da Bahia, sintetizadas através da AF pelo MCP. Por fim, a quinta e última seção apresenta as considerações finais.

4.1 Metodologia: considerações sobre o conjunto de dados representativos das características do estado da Bahia

Para selecionar as variáveis capazes de "Caracterizar o estado da Bahia", que expressam as especificidades socioeconômicas, culturais e ambientais, nesse capítulo considerou-se diferentes trabalhos científicos realizados sobre tema, indicados como fontes dos Quadros 4 ao 14.

4.1.1 Seleção das variáveis e as fontes dos dados

As 95 variáveis utilizadas neste capítulo, relacionadas e agrupadas nos Quadros 4 ao 14, representam: i) Aspectos geográficos e demográficos; ii) Situação da pobreza, do desenvolvimento, da desigualdade e da renda; iii) Participação social; iv) Estrutura das atividades econômicas e das finanças públicas; v) Estrutura fundiária; vi) Potencial agropecuário (produtividade econômica e modernização); vii) Situação ambiental; viii) Aspecto educacional; ix) Situação ocupacional; x) Aspectos da saúde e longevidade; e xi)

[28] Para maior detalhes sobre os trabalhos que serviram de inspiração para a seleção das variáveis, ver principalmente o Capítulo 3.

Características dos domicílios familiares. O Anexo G apresenta maiores detalhes sobre essas variáveis, tais como o código, nome, definição e fontes dos dados coletados.

Quadro 4 - Variáveis que caracterizam os aspectos geográficos e demográficos

Variável	Descrição	Fonte
X_1	Área do município	IBGE
X_2	População residente	IBGE
X_3	Densidade demográfica	IBGE
	População residente urbana	IBGE
X_4	Percentual da população residente urbana	IBGE
	População residente rural	IBGE
X_5	Percentual da população residente rural	IBGE
	População indígena	IBGE
X_6	Percentual da população indígena	IBGE
	Estabelecimentos de agricultores familiares	IBGE
X_7	Percentual dos estabelecimentos de agricultores familiares	IBGE
	Estabelecimentos de proprietários assentados	IBGE
X_8	Percentual dos estabelecimentos com proprietários assentados	IBGE
	Pessoas ocupadas	IBGE
	Pessoas ocupadas em deslocamento	IBGE
X_9	Percentual de pessoas ocupadas em deslocamento	IBGE

Fonte: Kageyama (2004); Melo (2005); Melo e Parré (2007); Brasil (2008); Silva (2012).

Quadro 5 - Variáveis que caracterizam a situação da pobreza, da desigualdade e da renda da população

Variável	Descrição	Fonte
X_{10}	Percentual de pobres	PNUD
X_{11}	Percentual de extremamente pobres	PNUD
	Famílias beneficiadas pelo "Programa Bolsa Família"	Brasil
	Famílias residentes em domicílios particulares	IBGE
X_{12}	Percentual de famílias beneficiadas pelo "Programa Bolsa Família"	Brasil
X_{13}	IDH-M	PNUD
X_{14}	Índice de *Gini*	PNUD
X_{15}	Índice de *Theil*	PNUD
X_{16}	Rendimento per capita	PNUD
X_{17}	Rendimento per capita médio do décimo mais rico	PNUD
X_{18}	Rendimento médio dos ocupados	PNUD
X_{19}	Percentual dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo	PNUD
X_{20}	Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho	PNUD

Fonte: Kageyama (2004); Melo (2005); Brasil (2008); Silva (2012).

Quadro 6 - Variáveis que caracterizam a participação social

Variável	Descrição	Fonte
	Estabelecimentos associados a cooperativas	IBGE
X_{21}	Percentual dos estabelecimentos associados a cooperativas	IBGE
	Estabelecimentos associados a entidades de classes	IBGE
X_{22}	Percentual dos estabelecimentos associados a entidades de classes	IBGE
	Estabelecimentos associados a cooperativas e entidades de classes	IBGE
X_{23}	Percentual estabelecimentos associados a cooperativas e entidades de classes	IBGE
	Estabelecimentos não associados	IBGE
X_{24}	Percentual dos estabelecimentos não associados	IBGE
	Eleitores alistados	TSE
	Eleitores que compareceram às eleições	TSE
X_{25}	Percentual de eleitores que compareceram às eleições	TSE

Fonte: Stege (2011); Silva (2012).

Quadro 7 - Variáveis que representam a estrutura das atividades econômicas e as finanças públicas

Variável	Descrição	Fonte
X_{26}	PIB	IBGE
X_{27}	PIB per capita	IBGE
	Valor adicionado total	IBGE
	Valor adicionado da agropecuária	IBGE
X_{28}	Participação da agropecuária no valor adicionado total	IBGE
	Valor adicionado da indústria	IBGE
X_{29}	Participação da indústria no valor adicionado total	IBGE
	Valor adicionado dos serviços	IBGE
X_{30}	Participação dos serviços no valor adicionado total	IBGE
	Valor adicionado dos serviços públicos	IBGE
	Valor adicionado dos serviços privados	IBGE
X_{31}	Participação dos serviços públicos no valor adicionado total	IBGE
X_{32}	Participação dos serviços privados no valor adicionado total	IBGE
	Receita corrente	Tesouro Nacional
	Receita tributária (IPTU, ISS, ITBI, Taxas, etc)	Tesouro Nacional
X_{33}	Participação receita tributária na receita corrente	Tesouro Nacional
	Receita de transferências correntes (IPVA, ICMS, IPI, etc)	Tesouro Nacional
X_{34}	Participação receitas de transferências correntes na receita corrente	Tesouro Nacional
	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	Tesouro Nacional
X_{35}	Participação da Cota-Parte do FPM na receita corrente	Tesouro Nacional
	Cota-Parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	Tesouro Nacional
X_{36}	Participação da Cota-Parte do ICMS na receita corrente	Tesouro Nacional

Fonte: Silva (2012).

Quadro 8 - Variáveis que representam a estrutura fundiária

Variável	Descrição	Fonte
X_{37}	Índice de *Gini* (referente à estrutura fundiária)	IBGE
	Área dos estabelecimentos agropecuários	IBGE
	Estabelecimentos agropecuários	IBGE
X_{38}	Área média dos estabelecimentos agropecuários	IBGE
	Estabelecimentos agropecuários: 0-20 hectares	IBGE
X_{39}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 0-20 hectares	IBGE

	Estabelecimentos agropecuários: 20-50 hectares	IBGE
X_{40}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 20-50 hectares	IBGE
	Estabelecimentos agropecuários: 50-100 hectares	IBGE
X_{41}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 50-100 hectares	IBGE
	Estabelecimentos agropecuários: 100-500 hectares	IBGE
X_{42}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 100-500 hectares	IBGE
	Estabelecimentos agropecuários: 500-1000 hectares	IBGE
X_{43}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 500-1000 hectares	IBGE
	Estabelecimentos agropecuários: acima de 1000 hectares	IBGE
X_{44}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários: > 1000 hectares	IBGE

Quadro 9 - Variáveis que representam o potencial agropecuário (produtividade econômica e modernização)

Variável	Descrição	Fonte
	Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários	IBGE
X_{45}	Valor da produção por estabelecimento agropecuário	IBGE
	Pessoal ocupado no setor agropecuário	IBGE
X_{46}	Valor da produção por pessoal ocupado no setor agropecuário	IBGE
	Valor dos investimentos realizados pelos estabelecimentos agropecuários	IBGE
X_{47}	Valor da produção por valor dos investimentos realizados pelos estabelecimentos agropecuários	IBGE
	Valor dos financiamentos contraídos pelos estabelecimentos agropecuários	IBGE
X_{48}	Valor da produção por valor dos financiamentos contraídos pelos estabelecimentos agropecuários	IBGE
X_{49}	Valor dos investimentos realizados por estabelecimento agropecuário	IBGE
X_{50}	Valor dos financiamentos contraídos por estabelecimento agropecuário	IBGE
	Estabelecimentos agropecuários que possuem energia elétrica	IBGE
X_{51}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários que possuem energia elétrica	IBGE
	Estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica	IBGE
X_{52}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários que recebeu orientação técnica	IBGE

Fonte: Lemos e Assunção (2002); Melo e Parré (2007); Yilmaz et al (2010); Stege (2011); Cheng (2013).

Quadro 10 - Variáveis que representam a situação ambiental

Variável	Descrição	Fonte
	Estabelecimentos que utilizam adubação e corretivos	IBGE
X_{53}	Percentual dos estabelecimentos que utiliza adubação e corretivos	IBGE
	Estabelecimentos que utilizam agrotóxicos	IBGE
X_{54}	Percentual dos estabelecimentos que utilizam agrotóxicos	IBGE
	Estabelecimentos que utilizam queimadas	IBGE
X_{55}	Percentual de estabelecimentos que utiliza queimadas	IBGE
	Estabelecimentos que utilizam práticas agrícolas	IBGE
X_{56}	Percentual de estabelecimentos que utilizam práticas agrícolas	IBGE
	Área plantada com a principal cultura	IBGE
	Área plantada total	IBGE
X_{57}	Percentual da área plantada com a principal cultura	IBGE
	Área de pastagens naturais	IBGE
X_{58}	Percentual da área de pastagens naturais	IBGE
	Área de matas e florestas naturais	IBGE
X_{59}	Percentual da área de matas e florestas naturais	IBGE
	Domicílios particulares permanentes	IBGE

	Domicílios rurais particulares permanentes	IBGE
	Domicílios urbanos particulares permanentes	IBGE
	Domicílios rurais com esgotamento sanitário do tipo rede geral	IBGE
X_{60}	Percentual de domicílios rurais com esgotamento sanitário do tipo rede geral	IBGE
	Domicílios urbanos com esgotamento sanitário do tipo rede geral	IBGE
X_{61}	Percentual de domicílios urbanos com esgotamento sanitário do tipo rede geral	IBGE
	Domicílios rurais com lixo coletado por serviço de limpeza	IBGE
X_{62}	Percentual de domicílios rurais com lixo coletado por serviço de limpeza	IBGE
	Domicílios urbanos com lixo coletado por serviço de limpeza	IBGE
X_{63}	Percentual de domicílios urbanos com lixo coletado por serviço de limpeza	IBGE

Fonte: Lemos e Assunção (2002); Kageyama (2004); Melo (2005); Melo e Parré (2007); Yilmaz et al (2010).

Quadro 11 - Variáveis que caracterizam o aspecto educacional da população

Variável	Descrição	Fonte
X_{64}	Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB)	INEP
X_{65}	Percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	PNUD
X_{66}	Percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	PNUD
X_{67}	Taxa de analfabetismo	PNUD
X_{68}	Percentual da população com ensino fundamental completo	PNUD
X_{69}	Percentual da população com ensino médio completo	PNUD
X_{70}	Percentual da população com ensino superior completo	PNUD
X_{71}	Expectativa de anos de estudo	PNUD

Fonte: Melo (2005); Yilmaz et al (2010); Silva (2012).

Quadro 12 - Variáveis que caracterizam a situação ocupacional da população

Variável	Descrição	Fonte
X_{72}	Taxa de atividade	PNUD
X_{73}	Taxa de desocupação	PNUD
X_{74}	Grau de formalização dos ocupados	PNUD
X_{75}	Percentual dos ocupados no setor agropecuário	PNUD
X_{76}	Percentual dos ocupados no setor extrativo mineral	PNUD
X_{77}	Percentual dos ocupados na indústria de transformação	PNUD
X_{78}	Percentual dos ocupados no setor de construção	PNUD
X_{79}	Percentual dos ocupados no setor de comércio	PNUD
X_{80}	Percentual dos ocupados no setor de serviços	PNUD
X_{81}	Percentual de trabalhadores do setor público	PNUD
X_{82}	Percentual de trabalhadores por conta própria	PNUD
X_{83}	Percentual de empregadores	PNUD

Fonte: Melo (2005); Yilmaz et al (2010); Silva (2012).

Quadro 13 - Variáveis que caracterizam aspectos da saúde e longevidade da população

Variável	Descrição	Fonte
X_{84}	Taxa de fecundidade	PNUD
X_{85}	Esperança de vida ao nascer	PNUD
X_{86}	Mortalidade até 1 ano de idade	PNUD
X_{87}	Mortalidade até 5 anos de idade	PNUD
X_{88}	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos de idade	PNUD
X_{89}	Razão de dependência	PNUD
X_{90}	Taxa de envelhecimento	PNUD

Fonte: Melo (2005); Silva (2012); Cheng (2013).

Quadro 14 - Variáveis que caracterizam os domicílios familiares

Variável	Descrição	Fonte
X_{91}	Percentual da população em domicílios com energia elétrica	PNUD
X_{92}	Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada	PNUD
X_{93}	Percentual da população em domicílios com coleta de lixo	PNUD
X_{94}	Percentual de pessoas em domicílio em que ninguém tem fundamental completo	PNUD
X_{95}	Percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	PNUD

Fonte: Kageyama (2004); Melo (2005); Yilmaz et al (2010); Stege (2011).

Como visto nos Quadros 4 ao 14, vários trabalhos científicos serviram de referência para a seleção das variáveis, e as fontes dos dados foram: IBGE, especificamente o Censo Agropecuário 2006 e o Censo Demográfico de 2010, que são os mais recentes; Atlas do Desenvolvimento Humano 2013 da Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Tribunal Superior Eleitoral (TSE); e Tesouro Nacional, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Os dados foram coletados para a Bahia e para o Brasil, no intuito de compreender a posição relativa do estado frente ao país.

4.2 Características do estado da Bahia

No intuito de "Caracterizar o estado da Bahia", essa seção descreverá os aspectos geográficos, demográficos, da situação da pobreza, desenvolvimento, desigualdade, renda, participação social, atividades econômicas e finanças públicas, estrutura fundiária, potencial agropecuário, situação ambiental, aspecto educacional, situação ocupacional, aspectos da saúde e longevidade e características dos domicílios familiares, conforme descrito nos Quadros 4 ao 14. A intenção é avaliar as condições do estado da Bahia em relação à situação brasileira.

Quanto aos aspectos geográficos e demográficos, a Bahia e o Brasil apresentam semelhanças e diferenças. Com 564.733,081 km^2, população residente de 14.016.906 habitantes e densidade demográfica de 24,82 pessoas, em 2010, o estado da Bahia possui 72,07% da sua população residindo em áreas urbanas e 27,93% da população residindo no meio rural, percentual superior ao do Brasil (15,64%). Tanto na Bahia como no Brasil, apenas 0,4% da população é de indígenas, poucos estabelecimentos pertencem a proprietários assentados, porém mais de 80% são estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares. Esses dados presentes na Figura 1 revelam que o estado da Bahia tem características rurais.

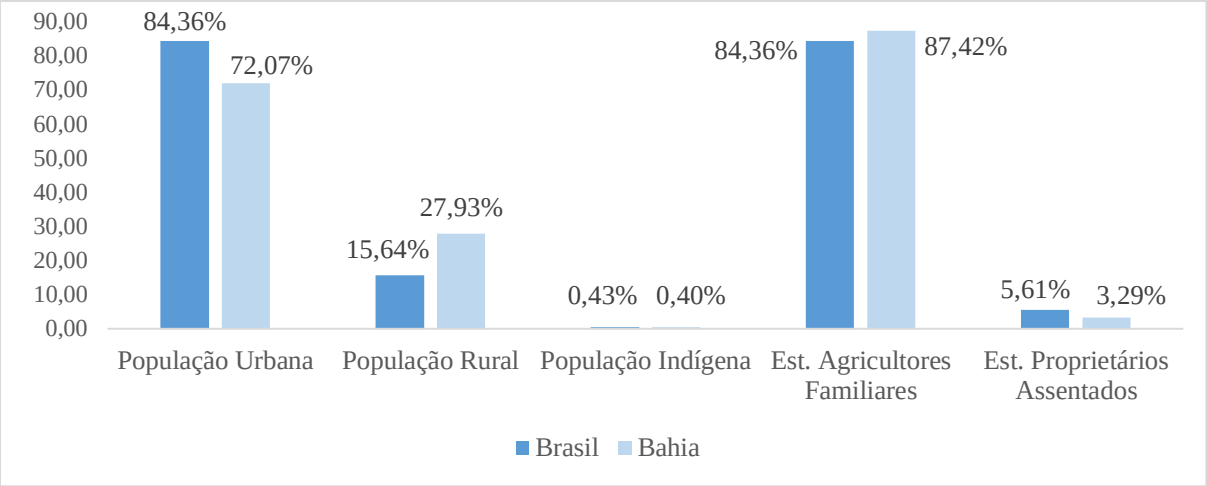

Figura 1 - Características demográficas do estado da Bahia e do Brasil

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013); Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013)

Quanto à situação da pobreza e da extrema pobreza medida somente pela renda, a Figura 2 indica que na Bahia o percentual de pobres (28,72%) e de extremamente pobres (13,79%) é muito superior e chega a ser quase o dobro registrado para o Brasil (15,2% de pobres e 6,62% de extremamente pobres). Por isso, na Bahia 56,51% das famílias recebem recursos do programa Bolsa Família (BF), contra os 23,73% de famílias brasileiras beneficiadas por esses recursos públicos.

O IDH da Bahia (0,660), indica que o estado se encontra num nível médio de desenvolvimento diferentemente do Brasil, que alcançou um IDH de 0,727, sendo por esse índice classificado como um país com alto nível de desenvolvimento. O Índice de *Gini* da Bahia e do Brasil são muito próximos, talvez porque esse indicador seja menos sensível à desigualdade associada à riqueza ou pobreza extremas. Já o Índice de *Theil-L* da Bahia (0,730) é maior que o do Brasil (0,680), apontando de forma mais coerente as desigualdades existentes (Figura 2).

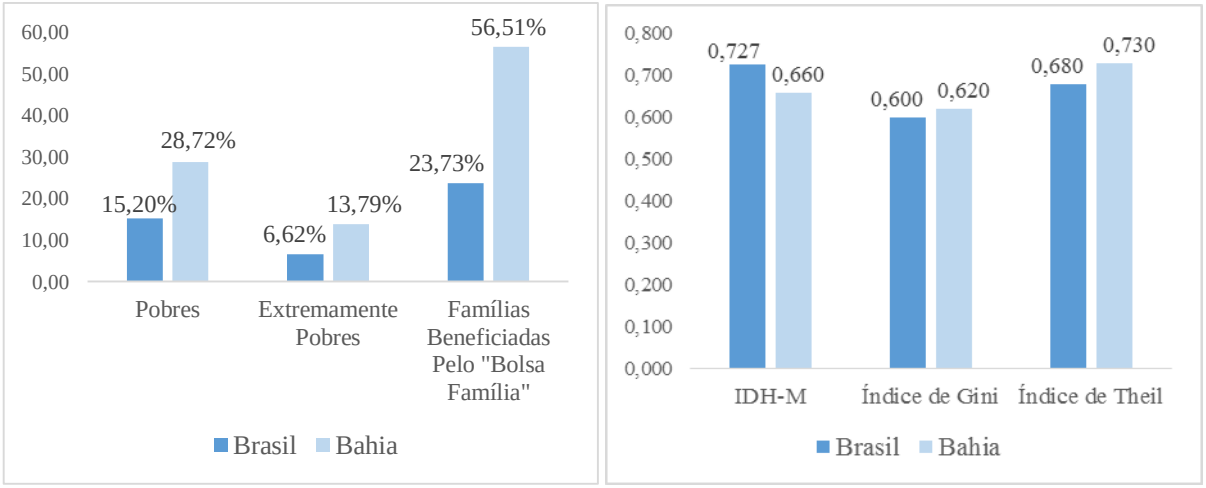

Figura 2 - Situação da pobreza, desenvolvimento e desigualdade do estado da Bahia e Brasil

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013); Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014); MDS (BRASIL, 2014b).

A Figura 3 mostra que em todas as medidas de rendimento o estado da Bahia está em situação inferior ao Brasil. Enquanto os baianos possuem renda per capita de R$496,73, no Brasil este valor chega a R$793,87. Entre o décimo mais rico, também há significativa diferença, pois na Bahia esta parte da população aufere R$2.535,73, mas no Brasil aufere R$3.884,61. Considerando o rendimento médio dos ocupados, na Bahia estes recebem R$858,51, enquanto no Brasil recebem R$1.296,19. Não há grande diferença entre o percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho, que está em torno de 70% de toda a renda recebida pelos baianos e brasileiros. Porém, na Bahia 40,92% dos ocupados recebem até um Salário Mínimo (S.M.), percentual que no Brasil está próximo dos 20%.

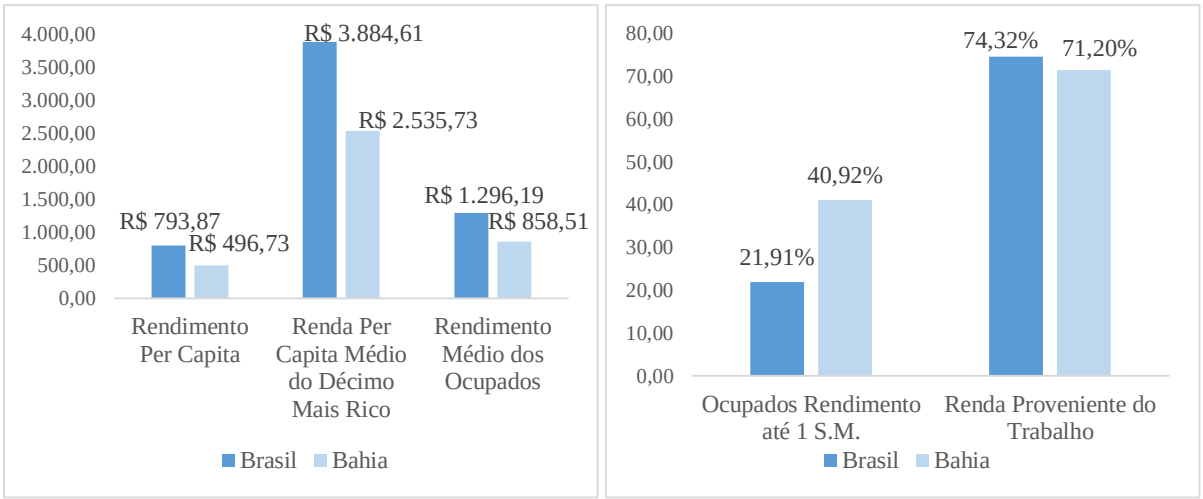

Figura 3 - Situação do rendimento no estado da Bahia e no Brasil

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013); Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

As condições que caracterizam a participação social estão apresentadas na Figura 4 através de *proxies*. Inicialmente considerou-se o comparecimento nas eleições, em que o eleitor exerce seus direitos políticos de escolher seus representantes, mesmo sendo um limitado *proxy* de participação social, porque é resultado de um processo obrigatório. Verificou-se que em torno de 80% dos eleitores alistados compareceram (votando nominalmente, em branco ou em nulo) às eleições para prefeito em 2008 tanto na Bahia como no Brasil. Outro *proxy* utilizado foi o percentual de estabelecimentos associados ou não associados. Os resultados apontam que cerca de 60% dos estabelecimentos baianos e brasileiros não são associados, ou seja, não buscam representação econômica e política. Dos estabelecimentos associados, a Bahia tem níveis inferiores de associação a cooperativas e entidades de classe (0,47%) e a cooperativas (1,27%), quando comparado aos estabelecimentos brasileiros, 3,92% e 6,69%, respectivamente.

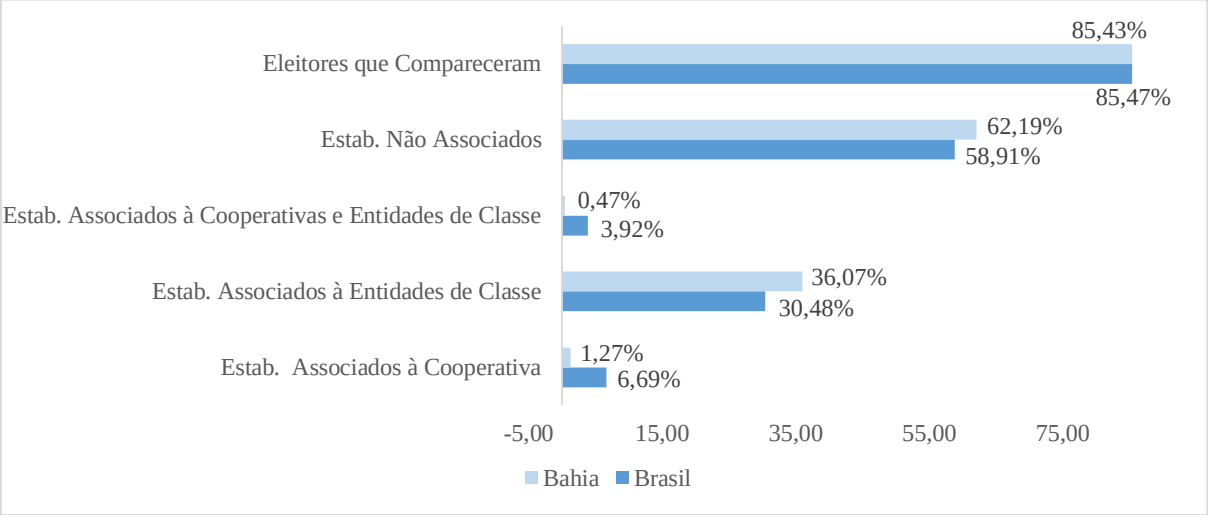

Figura 4 - Características da participação social no estado da Bahia e no Brasil

Fonte: STE (BRASIL, 2008b); Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013).

Em 2010 o PIB da Bahia alcançou R$154.340.458.000, representando 4,09% do PIB do Brasil (R$3.770.084.872.000). Já o PIB per capita da Bahia foi de R$11.011,02, bem inferior ao nacional (R$19.763,93). Observando a estrutura das atividades econômicas constata-se muitas semelhanças entre a Bahia e o Brasil. Na Figura 5 é possível verificar que na Bahia o setor de serviços tem a maior participação no valor adicionado (62,50%), principalmente os serviços privados (45,19%), seguidos pelo setor industrial (30,28%). Assim, na Bahia a contribuição do setor agropecuário no valor adicionado é bem menor (7,22%), sendo que esta também é a realidade nacional.

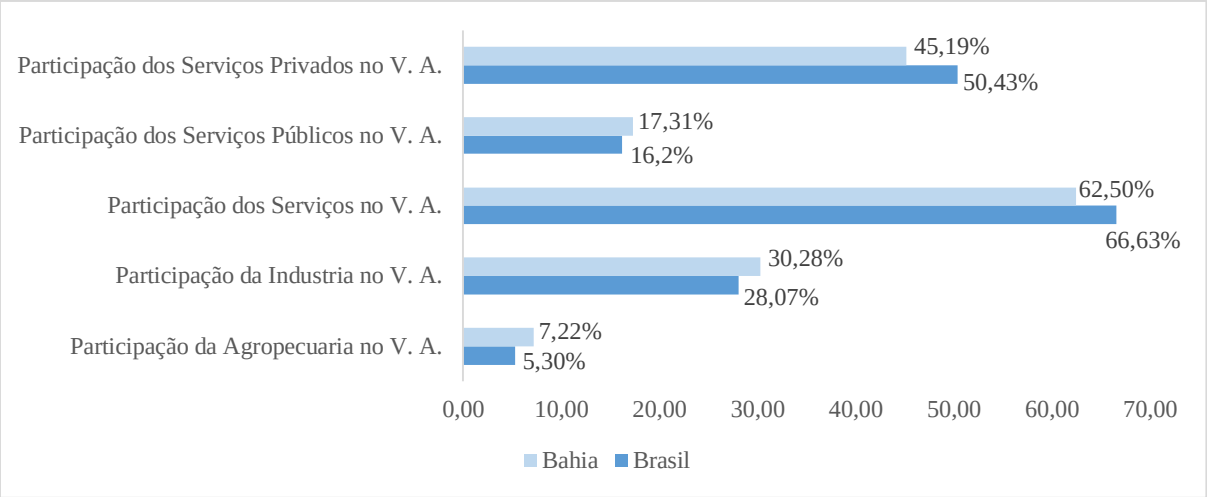

Figura 5 - Estrutura das atividades econômicas do estado da Bahia e do Brasil

Fonte: IBGE (2013).

Considerando todas as receitas do estado (a receita corrente), tais como receitas de transferências, tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, dentre outras, a estrutura das finanças públicas da Bahia revela fragilidades da economia local. A Figura 6 indica que da receita corrente 81,53% é relativa às transferências intergovernamentais, o que independe da contraprestação direta de bens e serviços gerados naquele território, e somente 12,91% diz respeito à arrecadação tributária, relativa aos impostos, taxas e contribuições de melhoria, relacionadas à prestação de bens e serviços ofertados no território baiano. Por isso, resta às demais atividades a geração de apenas 5,56% da receita corrente do estado da Bahia. Esse limitado desempenho autônomo da economia baiana também pode ser percebido na pequena participação da Cota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na receita corrente (14,9%) e maior participação da Cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) na receita corrente (26,2%).

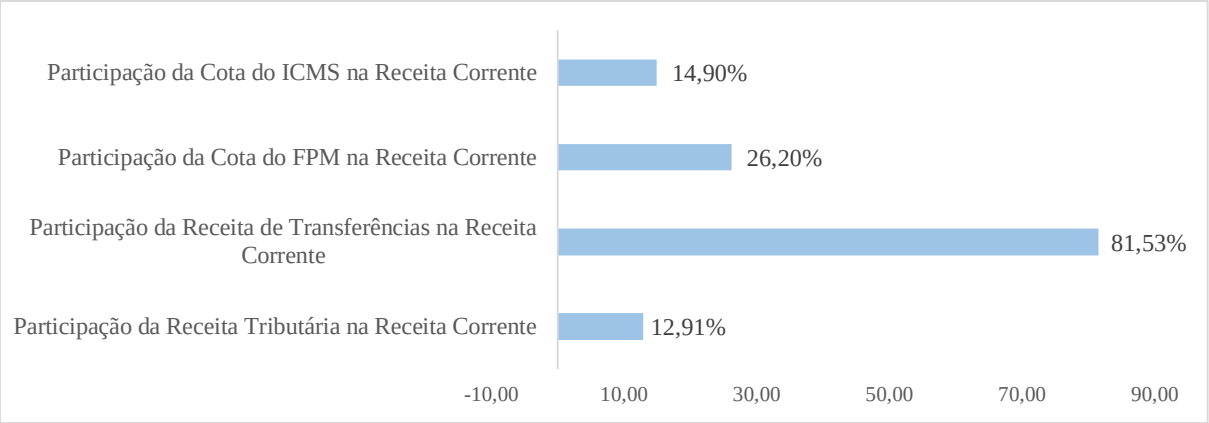

Figura 6 - Estrutura das finanças públicas do estado da Bahia

Fonte: Tesouro Nacional 2010 (BRASIL, 2014).

Em relação à estrutura fundiária no ano de 2006, o Índice de *Gini* Estrutura Fundiária indica concentração forte a muito forte tanto na Bahia (0,840) como no Brasil (0,872), embora a área média dos estabelecimentos agropecuários baianos seja de 38,84 hectares, bastante inferior à do Brasil, 64,47 hectares. Por certo, a Figura 7 explica esse resultado quando descreve que a Bahia tem maior percentual de estabelecimentos que possuem de 0 a 20 hectares (71,09%) do que o Brasil (62,1%), mas em relação aos maiores estabelecimentos baianos, aqueles entre 50 e 100 hectares (5,75%), entre 100 a 500 hectares (4,38%), entre 500 a 1000 hectares (0,58%) e acima de 1000 hectares (0,45%), o Brasil registra percentuais muito maiores, 7,55%, 7,15%, 1,05% e 0,92%, respectivamente.

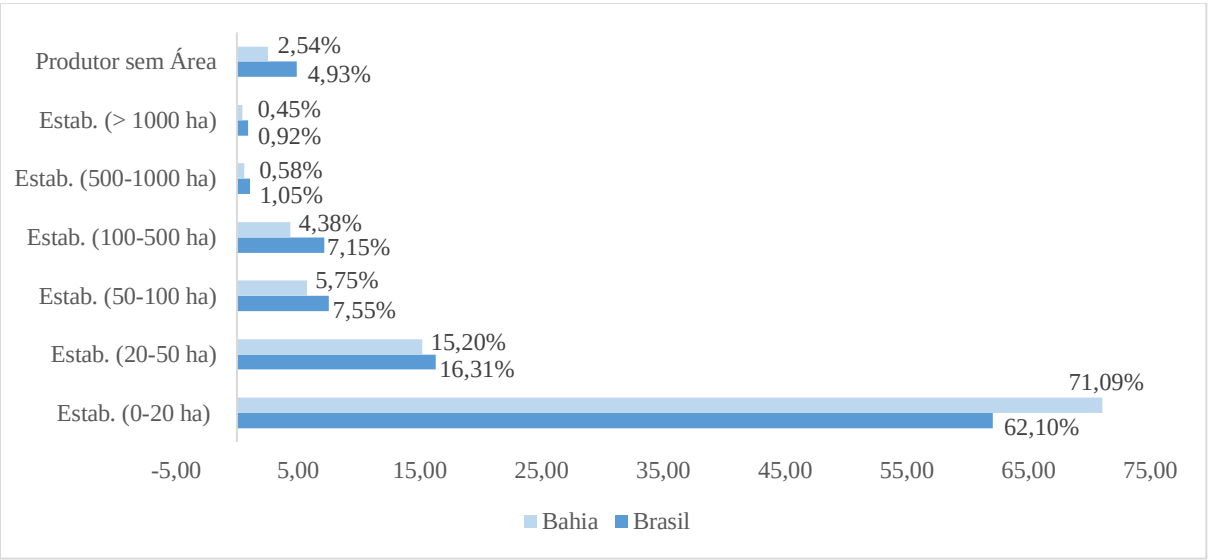

Figura 7 - Estrutura fundiária do estado da Bahia e do Brasil

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013).

O potencial agropecuário dos estabelecimentos também foi avaliado apresentando poucas semelhanças e muito mais diferenças entre o estado da Bahia e o Brasil. Conforme a Figura 8, em termos de produtividade econômica as semelhanças estão restritas ao valor da produção agropecuária por valor dos investimentos, de aproximadamente R$7.000,00, ao investir em novas culturas, novas terras, preparo da terra, construção e reforma de imóveis, máquinas, equipamentos, etc. As diferenças são registradas para o valor da produção agropecuária por valor dos financiamentos, que na Bahia foi de R$9.092,61 enquanto no Brasil foi de R$7.614,97, revelando que os produtores baianos obtiveram maior produtividade por financiamentos e empréstimos junto a bancos (inclusive provenientes de programas governamentais), cooperativas de crédito e comerciantes, dentre outras fontes. Em contraposição, a produtividade medida pelo valor da produção por pessoal ocupado foi muito menor na Bahia (R$3.854,91) do que no Brasil (R$9.832,97). Do mesmo modo, a produtividade econômica geral, estimada pelo valor da produção por estabelecimento, é bem inferior na Bahia (R$11.776,12) quando comparado ao do Brasil (R$31.477,22).

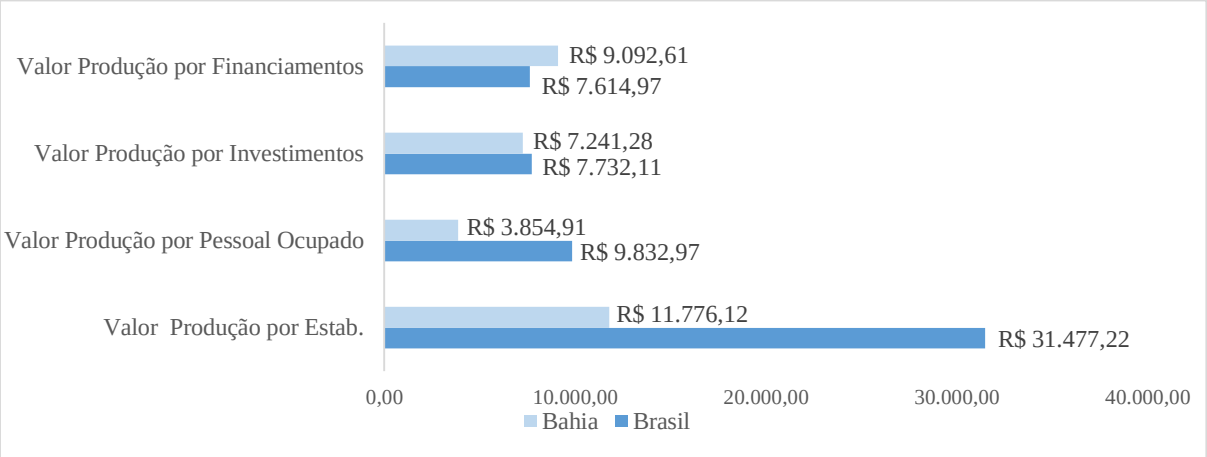

Figura 8 - Potencial agropecuário do estado da Bahia e do Brasil, em termos de produtividade econômica

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013).

O potencial agropecuário em termos de modernização está disposto na Figura 9, sendo que o estado da Bahia está aquém das condições nacionais em todos os itens. O valor dos investimentos por estabelecimento agropecuário baiano é de apenas R$1.626,25, enquanto no Brasil é de R$4.070,97. Já o valor do financiamento por estabelecimento agropecuário na Bahia é de R$1.295,13; no Brasil é de R$4.133,60. As mesmas disparidades são verificadas para o percentual de estabelecimentos que possuem energia elétrica: na Bahia perfazem

49,8%, mas no Brasil alcança quase 70%. Porém, a orientação técnica habitual, prestada por profissionais habilitados para orientar os produtores, é reduzida tanto na Bahia (2,48%) como no Brasil (9,32%).

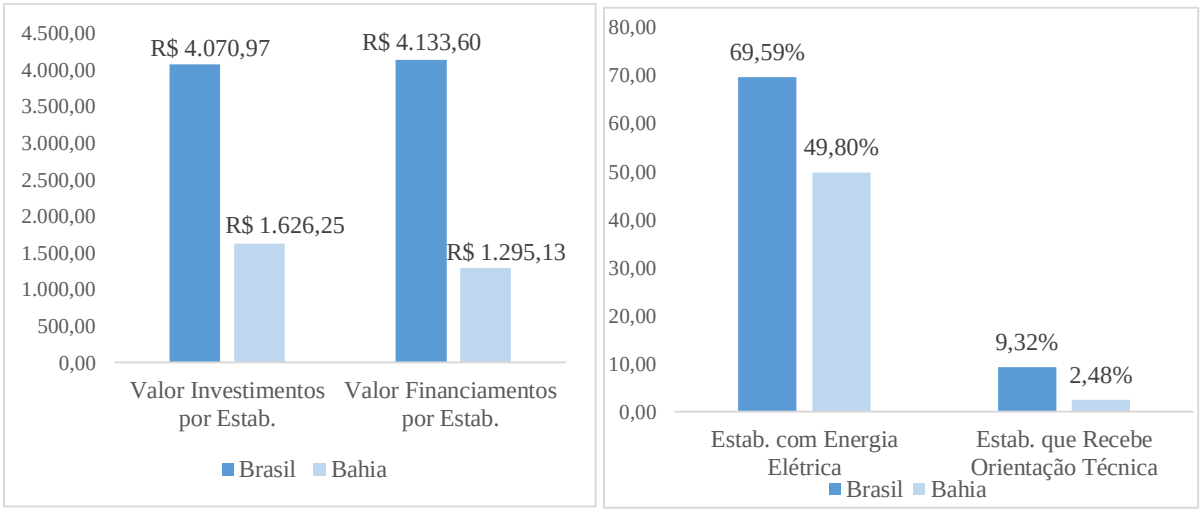

Figura 9 - Potencial agropecuário do estado da Bahia e do Brasil, em termos de modernização

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013).

Foram selecionadas alguns *proxies* para avaliar a situação ambiental, e conforme a Figura 10, a partir dos estabelecimentos agropecuários verifica-se algumas semelhanças entre o estado da Bahia e o Brasil. O percentual da área com matas e florestas naturais, com pastagens naturais e o percentual de estabelecimentos que utiliza práticas agrícolas benéficas (tais como pousio ou descanso do solo, recuperação de pastos e rotação de pastagens e culturas), embora sejam relativamente reduzidos, não diferem nos casos baiano e brasileiro.

Como práticas prejudiciais ao meio ambiente, a Figura 10 mostra que as queimadas são menos comuns na Bahia (9,03%) do que no Brasil (13,56%); e o uso de agrotóxicos menor na Bahia (11,09%) do que no Brasil (26,59%). A adubação e o uso de corretivos são práticas que devem ser utilizadas com moderação, de forma que possam recuperar a fertilidade do solo sem prejudicar o meio ambiente; estas são menos presentes nos estabelecimentos baianos (25,96) do que nos estabelecimentos brasileiros (40,67%).

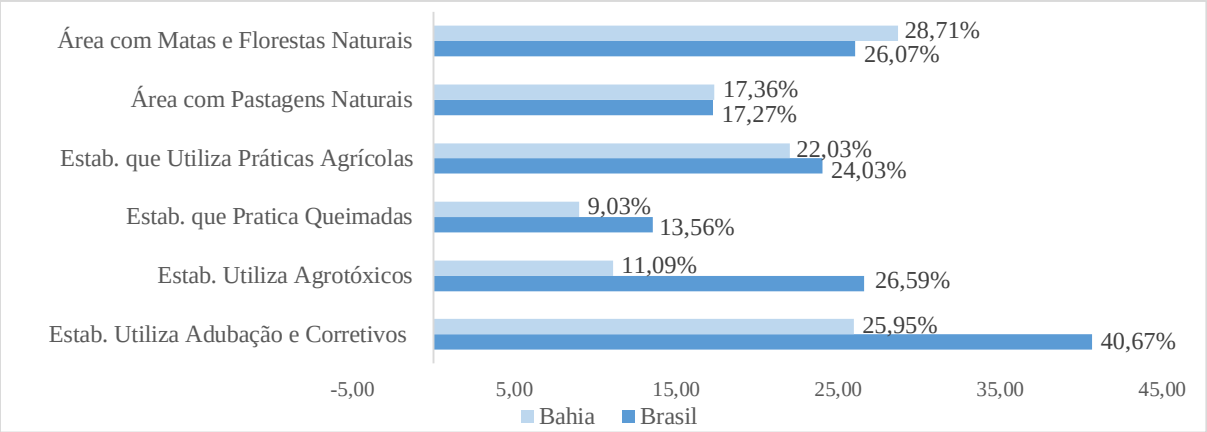

Figura 10 - Situação ambiental do estado da Bahia e do Brasil, a partir das condições dos estabelecimentos agropecuários

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013).

A questão ambiental também foi avaliada a partir dos domicílios familiares, considerando que a forma de escoar as águas residuais e a forma de acondicionar, circular e depositar os resíduos sólidos após a utilização humana podem prejudicar ou não o meio ambiente e a saúde da população. As águas residuais contêm matéria orgânica e mineral, e bactérias; essas águas podem ser transportadas por tubulações diretamente aos rios, lagos ou mares ou levadas às estações de tratamento. Nesse último caso, a denominada rede de esgoto pluvial é um sistema de coleta misturado ao sistema de esgotos sanitários dos domicílios.

Assim, considerando o esgotamento sanitário do tipo rede geral ou pluvial como o mais apropriado à preservação do meio ambiente, através da Figura 11, verifica-se que tanto nos domicílios rurais baianos (3,12%), como nos domicílios rurais brasileiros (3,11%), os que possuem tal sistema são exceção e não regra. Entre os domicílios urbanos da Bahia e do Brasil os resultados são mais animadores, pois aproximadamente 60% estão servidos por rede geral de esgotamento sanitário.

Os resíduos sólidos são materiais sem utilidades que são descartados e constituídos por três frações distintas, os recicláveis, os orgânicos biodegradáveis e os rejeitos. Grande parte dos resíduos domiciliares são compostos por materiais orgânicos, que inclui os restos de comida, e outros materiais que se decompõem pela natureza. Essa fração orgânica se decompõe, gerando mau cheiro e atraindo animais diversos que servem de vetores para micro-organismos, que podem ser patogênicos. Assim, esse material torna-se perigoso ao meio ambiente e à saúde humana, principalmente quando não são coletados diretamente pelo serviço de limpeza e são queimados, enterrados nas propriedades ou jogados nos rios, lagos, mares, terrenos baldios, etc. Através da Figura 11 é possível constatar que, dentre os

domicílios rurais baianos (20,82%) e brasileiros (26,92%), poucos têm disponível a coleta de lixo pelo serviço de limpeza. Por outro lado, entre os domicílios urbanos da Bahia (95,55%) e do Brasil (97,36%) a coleta de lixo pelo serviço de limpeza alcança quase a totalidade da população.

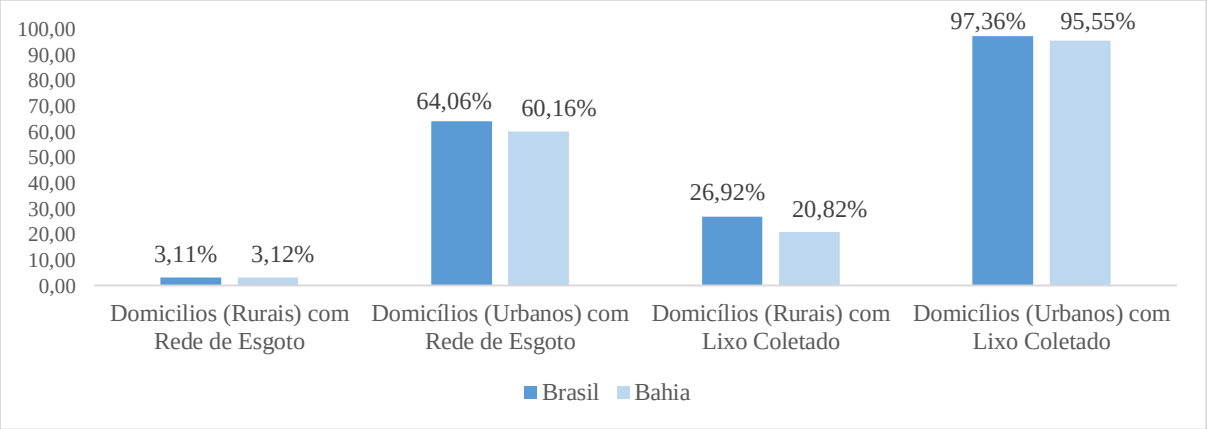

Figura 11 - Situação ambiental do estado da Bahia e do Brasil, a partir das condições dos domicílios

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013).

Em relação aos aspectos educacionais, a maioria dos indicadores, selecionados e apresentados na Figura 12, apontam que a Bahia está em pior situação quando comparado ao Brasil. A taxa de analfabetismo na Bahia (17,73%) é muito superior à taxa de analfabetismo no Brasil (10,19%); além disso, o ensino fundamental foi concluído por 46,07% dos baianos e por 54,92% dos brasileiros. Apenas 6,4% dos baianos concluíram o curso superior; no Brasil esse percentual é o dobro, 11,27%, embora muito aquém do esperado para um país de alto nível de desenvolvimento. Quanto à expectativa de anos de estudo, os baianos alcançam 8,63 anos, enquanto os brasileiros chegam a estudar 9,54 anos. As semelhanças referem-se ao percentual da população que possuem o ensino médio completo e ao percentual de crianças (de 0 a 5 anos e de 6 a 14 anos) fora da escola, que é praticamente o mesmo na Bahia e no Brasil, ambos sinalizadores da carência de investimentos públicos na área da Educação.

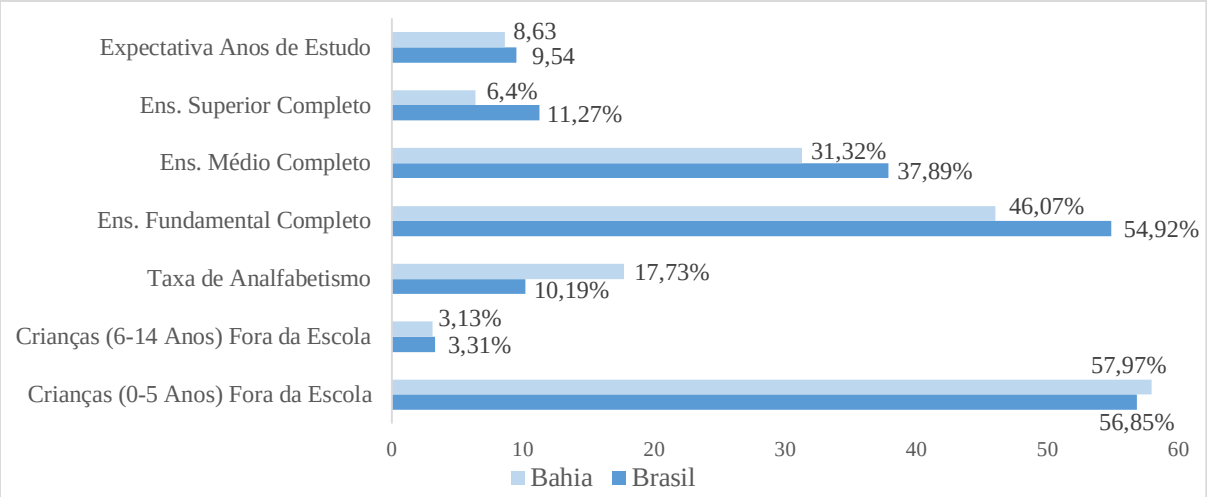

Figura 12 - Aspecto educacional do estado da Bahia e do Brasil

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013); Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Conforme a Figura 13, da situação ocupacional existem mais semelhanças do que diferenças entre a Bahia e o Brasil. É reduzido o número de empregadores tanto entre os baianos (1,45%) como entre os brasileiros (2,05%), sendo que cerca de 20% dos trabalhadores trabalham por conta própria na Bahia e no Brasil. Poucos são trabalhadores do setor público entre os baianos (4,41%) e os brasileiros (5,61%). A taxa de atividade da Bahia (64,64%) é muito semelhante à do Brasil (66,54%), mas o grau de formalização dos ocupados na Bahia (42,91%) é menor que o do Brasil (59,32%).

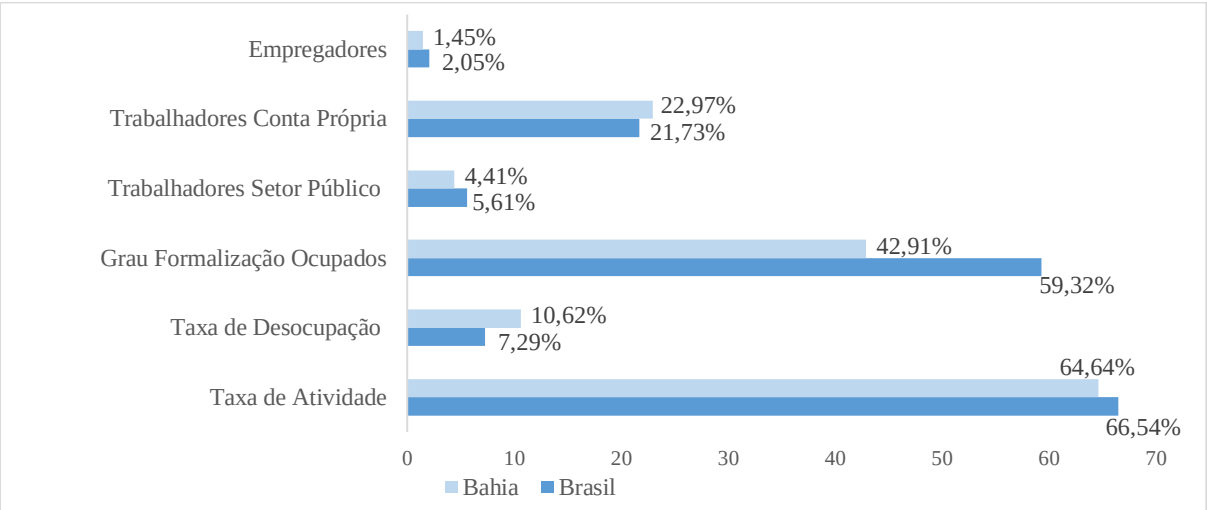

Figura 13 - Situação ocupacional e trabalhadores por setor do estado da Bahia e do Brasil

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

A Figura 14 mostra a distribuição dos ocupados por setor de atividade. O setor de serviços se destaca dentre os demais, porque perfaz 39,47% das ocupações na Bahia e 44,29% das ocupações no Brasil. Em seguida, o setor agropecuário ganha importância na Bahia, com 24,75% das ocupações, enquanto no Brasil esse setor absorve somente 13,55% da mão de obra ocupada. Já o setor comercial é responsável por 14,63% das ocupações baianas e 15,38% das ocupações brasileiras e o setor de construção ocupa aproximadamente 7% da mão de obra, tanto na Bahia como no Brasil. A indústria de transformação absorve apenas 6,7% dos baianos ocupados, enquanto esse setor contrata 11,92% dos brasileiros ocupados. Sendo assim, na Bahia, afora o setor de serviços, o setor agropecuário é um dos maiores responsáveis pelas ocupações.

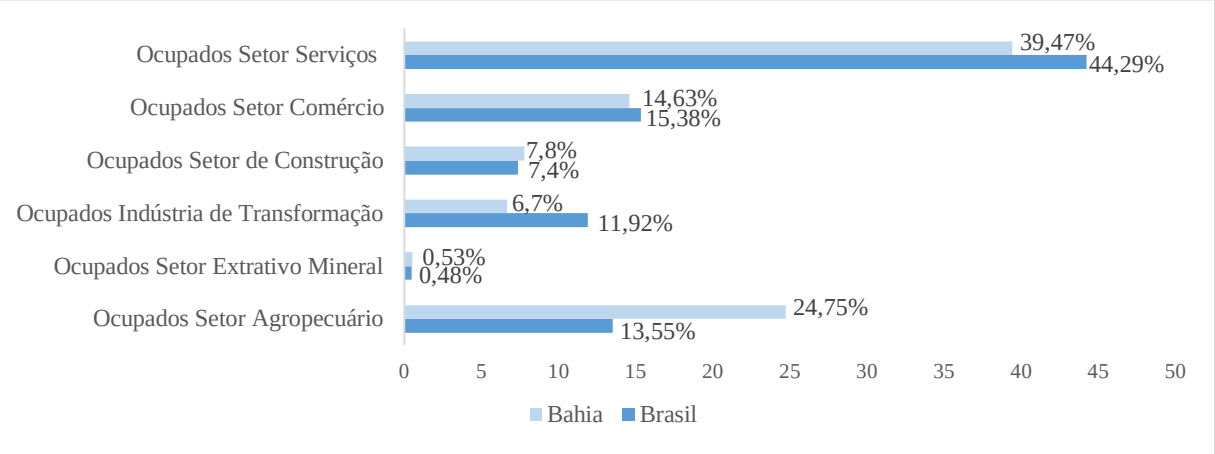

Figura 14 - Ocupados por setor de atividade do estado da Bahia e do Brasil

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Se tratando dos aspectos relativos à saúde e longevidade da população, a Bahia tem muitas semelhanças ao ser comparada com as condições brasileiras. A Figura 15 indica que a taxa de fecundidade entre os baianos é de 2,05 filhos e entre os brasileiros é de 1,89 filhos. A mortalidade entre as crianças ainda é alta, pois na Bahia a mortalidade até 1 ano de idade é de 21,73, e no Brasil é de 16,7; a mortalidade até 5 anos de idade é de 23,49 na Bahia e de 18,83 no Brasil. Mesmo assim, a probabilidade de sobrevivência até 60 anos é elevada, em torno de 85% na Bahia e no Brasil, e a esperança de vida ao nascer também é alta e semelhante entre os baianos (71,97 anos) e os brasileiros (73,94 anos). Talvez por esses últimos aspectos a razão de dependência (razão entre a população dependente e a população potencialmente ativa) seja elevada e perfaça cerca de 40%.

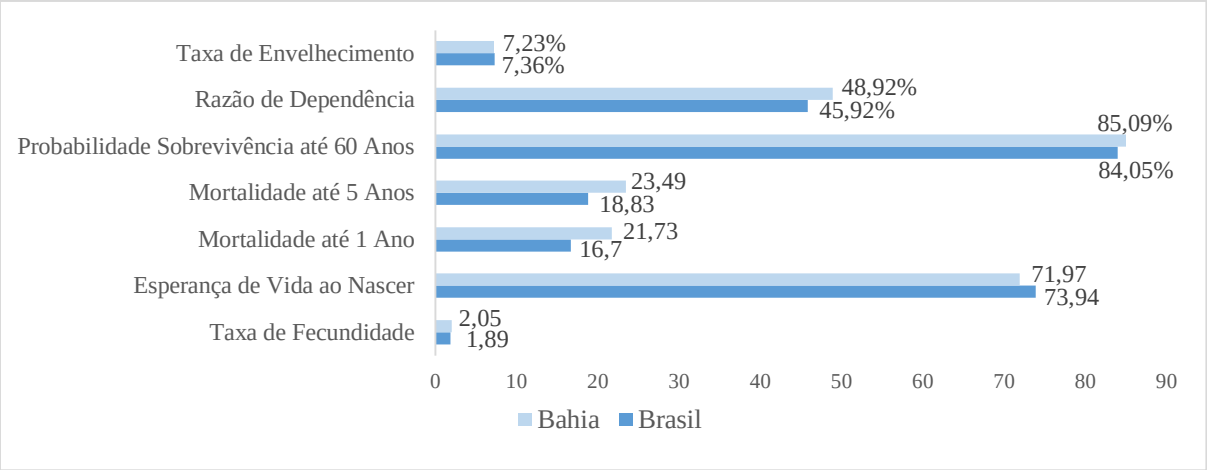

Figura 15 - Aspectos da saúde e longevidade da população do estado da Bahia e do Brasil

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

As informações apresentadas na Figura 16 permitem avaliar as características dos domicílios familiares. Quase a totalidade dos domicílios da Bahia (96,45%) e do Brasil (98,58%) possuem energia elétrica; o serviço de coleta de lixo também está disponível para quase todos os domicílios baianos (95,35%) e brasileiros (97,02%). Já o acesso a banheiro e a água encanada estão disponíveis em um percentual menor de domicílios do Brasil (87,16%) e, principalmente, da Bahia (77,6%). Na Bahia 23,62% dos domicílios são vulneráveis à pobreza, nos quais ninguém tem o fundamental completo; este percentual é menor no Brasil (13,46%). Embora apresente pequeno percentual, existe o dobro de pessoas vulneráveis e dependentes de idosos na Bahia (4,39%) do que no Brasil (2,49%).

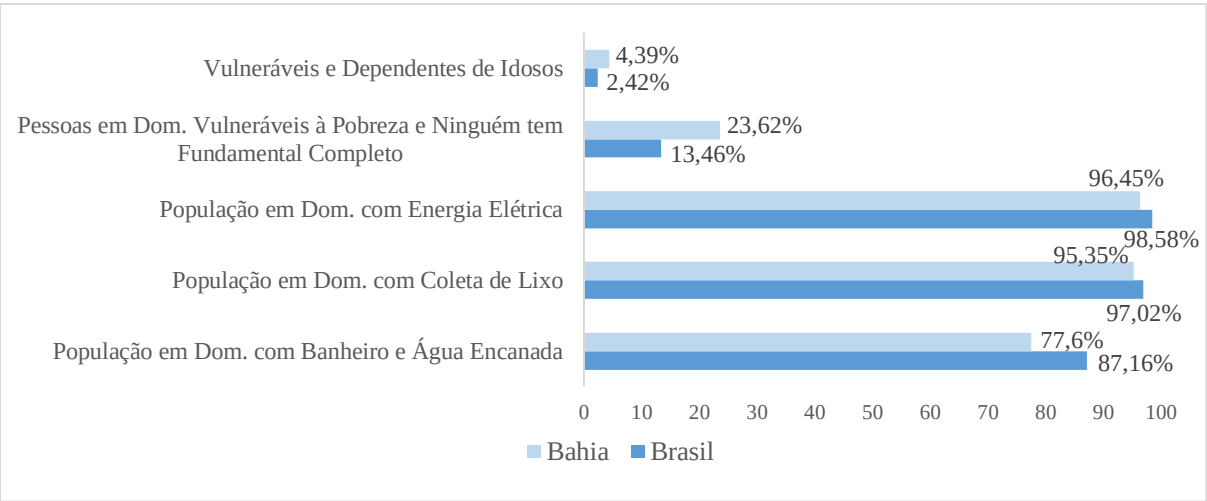

Figura 16 - Características dos domicílios familiares do estado da Bahia e do Brasil

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Assim, os dados apresentados nas Figuras 1 a 16 revelam que o estado da Bahia tem perfil rural, elevado percentual da população em situação de pobreza e extrema pobreza, e dependentes de transferências de renda. A elevada desigualdade da renda e os demais indicadores de rendimentos auferidos em níveis inferiores ao nacional podem ser explicados pela reduzida participação social, que é capaz de promover transformações econômicas e sociais.

O setor de serviços é responsável por grande percentual do valor adicionado baiano; nesse sentido a agropecuária tem pequena importância. O estado é fortemente dependente das transferências e pouco capaz de gerar receitas autônomas. Como no Brasil, a estrutura fundiária da distribuição das terras é muito concentrada na Bahia, mesmo que grande percentual dos estabelecimentos tenham somente de 0 a 20 hectares. A produtividade econômica dos estabelecimentos agropecuários é maior em termos dos financiamentos contraídos do que em termos dos investimentos e pessoal ocupado no setor agropecuário. Como medidas de modernização, o acesso à energia elétrica está restrito à metade dos estabelecimentos agropecuários e a orientação técnica é quase inexistente.

Quanto ao meio ambiente, poucos são os estabelecimentos que utilizam práticas agrícolas que preservam. Com proporções menores que a do Brasil, na Bahia ainda ocorrem queimadas e o uso de agrotóxicos e corretivos podem estar prejudicando o ambiente natural. Como ocorre no Brasil, os domicílios rurais baianos depreciam o meio ambiente por terem pouco acesso à rede de esgotos do tipo rede geral e serviço de coleta de lixo.

Do mesmo modo que no Brasil, na Bahia tanto crianças como adultos carecem de maior acesso à educação. Entre os baianos, o grau de formalização dos ocupados é mais reduzido e a taxa de desocupação é acima de 10%. Considerando os ocupados por setor, após o setor de serviços o setor agropecuário desponta como um dos mais importantes absorvedores de mão de obra.

Na Bahia, a mortalidade infantil é elevada, embora a probabilidade de sobrevivência até 60 anos alcance grande parcela da população, e a esperança de vida ao nascer ultrapasse os 70 anos. Cabe destacar que a razão de dependência (razão entre a população dependente e a população potencialmente ativa) é elevada. Grande maioria dos domicílios baianos tem acesso à energia elétrica e à coleta de lixo; muitos também têm acesso a banheiro e água encanada. Todavia, é significativa a proporção de domicílios vulneráveis à pobreza no estado da Bahia.

4.3 Metodologia: a modelagem multivariada das características dos municípios do estado da Bahia

4.3.1 Coleta e organização dos dados para a modelagem multivariada

Nessa parte da pesquisa, buscou-se "Identificar os componentes principais representativos das características municípios baianos no ano de 2010". Durante o processo de coleta dos dados alguns ajustes foram necessários. As informações dos municípios desmembrados após o ano 2000 foram realocadas nos seus respectivos municípios de origem, como no caso dos dados do município de Barrocas, que voltaram a ser adicionados aos dados do município de Serrinha, e as informações do município Luís Eduardo Magalhães, que voltaram a ser contabilizadas com as informações do município de Barreiras. Já o município de Madre de Deus foi eliminado do banco de dados, por não apresentar informações quanto ao Índice de *Gini* Estrutura Fundiária, variável considerada essencial à análise.

As observações ausentes para uma determinada variável em um determinado município (células em branco), foram substituídas por ponto ("."); quando a observação não existia ("-") esta foi substituída pelo valor zero ("0"); quando a observação era representada pela letra "X", nos casos onde havia até três informantes, para evitar sua individualização e manter o sigilo, esta foi substituída por ponto ("."). Estas conformações foram realizadas para evitar problemas com as demais estimativas desse estudo: a análise multivariada dos dados.

Também foi realizada uma seleção mais apurada das variáveis, buscando trabalhar com as informações consideradas importantes e/ou que registrassem menor número de valores *missing*. Por isso, das 95 variáveis antes apresentadas no Quadro 4 ao 14, foram selecionadas 72 variáveis, a saber: X_5, X_6, X_7, X_8, X_{10}, X_{11}, X_{13}, X_{14}, X_{15}, X_{16}, X_{19}, X_{20}, X_{21}, X_{22}, X_{23}, X_{28}, X_{29}, X_{30}, X_{31}, X_{32}, X_{37}, X_{38}, X_{39}, X_{40}, X_{41}, X_{42}, X_{43}, X_{44}, X_{45}, X_{46}, X_{51}, X_{52}, X_{53}, X_{55}, X_{56}, X_{57}, X_{58}, X_{59}, X_{60}, X_{61}, X_{62}, X_{63}, X_{65}, X_{66}, X_{67}, X_{68}, X_{69}, X_{70}, X_{71}, X_{72}, X_{73}, X_{74}, X_{75}, X_{76}, X_{77}, X_{78}, X_{79}, X_{80}, X_{81}, X_{82}, X_{83}, X_{84}, X_{85}, X_{86}, X_{87}, X_{88}, X_{89}, X_{91}, X_{92}, X_{93}, X_{94} e X_{95}.

Essas variáveis estão relacionadas à: i) Aspectos geográficos e demográficos; ii) Situação da pobreza, do desenvolvimento, da desigualdade e da renda; iii) Participação social; iv) Estrutura das atividades econômicas e das finanças públicas; v) Estrutura fundiária; vi) Potencial agropecuário (produtividade econômica e modernização); vii) Situação ambiental; viii) Aspecto educacional; ix) Situação ocupacional; x) Aspectos da saúde e longevidade; e xi) Características dos domicílios familiares.

Contudo, trabalhos que envolvem um número relativamente grande de informações torna a análise tabular, gráfica e mesmo estatística de difícil compreensão, por isso a

modelagem multivariada tem sido aplicada em pesquisas que envolvem fenômenos complexos e que exigem a consideração de grande quantidade de variáveis e observações, porque facilita a determinação de como ocorrem as inter-relações entre elas. Assim, a análise multivariada é útil para os modelos em que todas as variáveis sejam aleatórias e inter-relacionadas, cujos objetivos são: i) A redução dos dados ou a simplificação estrutural, sem importantes perdas de informação, para representar o fenômeno estudado de forma mais simples e facilitar sua interpretação (AF e/ou ACP); e ii) A seleção ou o agrupamento de grupos de informações ou de variáveis similares a partir de suas características (Análise de Conglomerados-AC) (FÁVERO et al, 2009).

4.3.2 Considerações sobre a Análise Fatorial

A AF é um tipo de modelagem multivariada de interdependência dos dados; é uma técnica de redução dos dados, que condensa a informação contida em um grupo de variáveis originais em um grupo menor de variáveis, denominadas fatores. Por isso que para Fávero et al (2009), dentre as possibilidades de aplicação, os resultados da AF são úteis para o formulador de políticas públicas que almeja estimar um indicador sociodemográfico de distritos municipais a partir de variáveis diversas como a renda, taxa de mortalidade infantil, nível de escolaridade e etc.

Segundo Fávero et al (2009, p. 9):

> O principal propósito da Análise Fatorial é descrever as relações de covariância entre diversas variáveis em termos de poucos e não-observáveis fatores, ou seja, é procurar ou identificar fatores não-observáveis ou constructos latentes que possam explicar a intercorrelação entre as variáveis.

Nesse mesmo sentido, Moroco (2003, p. 261) esclarece que:

> A Análise Fatorial (AF) é uma técnica de análise exploratória de dados, que tem por objetivo descobrir e analisar a estrutura de um conjunto de variáveis interrelacionadas de modo a construir uma escala de medida para fatores (intrínsecos) que de alguma forma (mais ou menos explícita) controlam as variáveis originais. Em princípio, se duas variáveis estão correlacionadas (e a correlação não é espúria), essa associação resulta da partilha de uma característica comum não diretamente observável (i.e. de um fator comum latente) como se ilustra na Figura seguinte.

Segundo Maroco (2003, p. 261) “a Análise Fatorial usa as correlações observadas entre as variáveis originais para estimar o(s) fator(es) comum(ns) e as relações estruturais que ligam os fatores (latentes) às variáveis”. A AF produz um escore (quantificação) que é uma

representação parcimoniosa das informações existentes nas muitas variáveis originais, e que identifica as relações estruturais entre essas variáveis, resumidas em poucos fatores não diretamente observáveis. Sendo assim, um fator representa a combinação linear das variáveis originais (MAROCO, 2003; FÁVERO et al, 2009).

4.3.3 O modelo da Análise Fatorial

O modelo de AF considera que as *p* variáveis observáveis (X_1, X_2, X_3, ..., X_p), extraídas de uma população com vetor de média μ e matriz de covariância $\sum$, são linearmente dependentes de algumas variáveis não observáveis F_1, F_2, F_3, ..., F_m, denominadas fatores comuns, e de *p* fontes adicionais de variação ε_1, ε_2, ε_3,..., ε_p, denominadas de erros ou fatores específicos (FÁVERO et al, 2009). O modelo de AF é apresentado da seguinte forma:

$$\begin{aligned} X_1 &= \mu_1 + a_{11}F_1 + a_{12}F_2 + \ldots + a_{1m}F_m + \varepsilon_1 \\ X_2 &= \mu_2 + a_{21}F_1 + a_{22}F_2 + \ldots + a_{2m}F_m + \varepsilon_2 \\ &\vdots \\ X_p &= \mu_p + a_{p1}F_1 + a_{p2}F_2 + \ldots + a_{pm}F_m + \varepsilon_p \end{aligned} \quad (1)$$

O coeficiente a_{ij} é denominado de *loading* ou carga fatorial, e representa o peso da variável *i* no fator *j*, isto é, o grau e correlação entre as variáveis originais e os fatores. Ao padronizar a variável *X* (média 0 e desvio padrão 1), o modelo fatorial passa a ser escrito da seguinte forma geral:

$$X_i = a_{i1}F_1 + a_{i2}F_2 + \ldots + a_{im}F_m + \varepsilon_i \ (i = 1, \ldots, p) \quad (2)$$

Neste caso, X_i representa as variáveis padronizadas, a_i as cargas fatoriais, F_m os fatores comuns e ε_i os fatores específicos. Esse modelo assume as seguintes premissas:

i) Os fatores comuns (F_k) são independentes (ortogonais) e igualmente distribuídos, com média 0 e variância 1 (k = 1, ..., m).

ii) Os fatores específicos (ε_i) são independentes e igualmente distribuídos, com média 0 e variância Ψ_i (i = 1, ..., p).

iii) F_k e ε_i são independentes.

O termo Ψ_i representa a variância de ε_i, ou seja, Var(ε_i) = Ψ_i. Segundo Fávero et al (2009), o modelo fatorial será ortogonal se forem respeitadas as três premissas anteriores.

Voltando à expressão (2), sua variância será dada por:

$$Var(X_i) = Var(a_{i1}F_1 + a_{i2}F_2 + \ldots + a_{im}F_m + \varepsilon_i) = 1$$
$$= 1 = a_{i1}^2 Var(F_1) + a_{i2}^2 Var(F_2) + ... + a_{im}^2 Var(F_m) + \Psi_i \quad (3)$$
$$= a_{i1}^2 + a_{i2}^2 + ... + a_{im}^2 + \Psi_i$$

Pela expressão (3) acima observa-se que a variância de X_i pode ser decomposta em duas partes: a comunalidade ($h_i^2 = a_{i1}^2 + a_{i2}^2 + ... + a_{im}^2$) representa uma estimativa da variância de X_i que é explicada pelos fatores comuns; e Ψ_i é chamada de especificidade de X_i, pois não está ligada ao fator comum. Assim, a comunalidade é um índice da variabilidade total explicada por todos os fatores para cada variável (FÁVERO et al, 2009). Assim:

$$Var(X_i) = h_i^2 + \psi_i \quad (i = 1, 2, ..., p) \quad (4)$$

Em notação matricial, o modelo fatorial pode ser expresso por:

$$X - \mu = \Lambda F + \varepsilon \quad (5)$$

Em que:

$(X-\mu)_{px1} = \begin{bmatrix} X_1 - \mu_1 \\ X_2 - \mu_2 \\ \vdots \\ X_p - \mu_p \end{bmatrix}$ representa o vetor das p variáveis padronizadas;

$F_{px1} = \begin{bmatrix} F_1 \\ F_2 \\ \vdots \\ F_p \end{bmatrix}$ representa o vetor dos fatores comuns;

$\varepsilon_{px1} = \begin{bmatrix} \varepsilon_1 \\ \varepsilon_2 \\ \vdots \\ \varepsilon_p \end{bmatrix}$ representa o vetor dos fatores específicos;

$\Lambda_{pxm} = \begin{bmatrix} a_{11} & a_{12} & \ldots & a_{1m} \\ a_{21} & a_{22} & \ldots & a_{2m} \\ \vdots & & & \\ a_{p1} & a_{p2} & \ldots & a_{pm} \end{bmatrix}$ representa a matriz dos pesos fatoriais.

- **Adequação da utilização da Análise Fatorial: os testes *Bartlett* e *KMO***

Em relação ao tamanho da amostra selecionada, Fávero et al (2009) explica que esta deve ser igual ou superior a 100 observações; também indica utilizar um mínimo de cinco

vezes mais observações do que o número de variáveis que consta no banco de dados, recomendando que este coeficiente seja, preferencialmente, de dez observações para cada variável.

Para verificar se a AF é adequada para determinada amostra é preciso verificar o teste de Esfericidade de *Bartlett* e a estatística de *Kaiser-Meyer-Olkin* (*KMO*). O primeiro avalia a hipótese de que a matriz das correlações pode ser uma matriz identidade, sendo que se a hipótese nula (H_0: a matriz de correlações é uma matriz identidade) não for rejeitada, significa que as variáveis não estão correlacionadas, não sendo adequada a utilização da AF. Mas, se a hipótese nula for rejeitada, há sinais que existem correlações significativas entre as variáveis originais (FÁVERO et al, 2009). Todavia, Maroco (2003) enfatiza que este teste é pouco utilizado, tendo em vista que é muito sensível à dimensão da amostra, pois para grandes amostras a tendência é rejeitar H_0 mesmo quando as correlações são reduzidas.

A estatística mais utilizada é a *KMO*, a qual compara as correlações simples com as correlações parciais, sendo medida pela expressão abaixo:

$$KMO = \frac{\sum\sum_{i \neq j} r_{ij}^2}{\sum\sum_{i \neq j} r_{ij}^2 + \sum_{i \neq j} a_{ij}^2} \qquad (6)$$

No cálculo do *KMO*, r_{ij} representa o coeficiente de correlação entre variáveis e a_{ij} o coeficiente de correlação parcial. Os valores do KMO variam entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 0 o valor do KMO, mais a AF pode não ser adequada, porque há correlação fraca entre as variáveis; quanto mais próxima de 1 o valor do KMO, mais a AF pode ser adequada, pois há forte correlação entre as variáveis. O Quadro 15 abaixo apresenta os intervalos de análise dos valores do KMO:

Quadro 15 - Intervalos de análise dos valores do KMO

Valor do KMO	Recomendação relativa à AF
1 – 0,9	Excelente
0,8 – 0,9	Boa
0,7 – 0,8	Média
0,6 – 0,7	Razoável
0,5 – 0,6	Má, mais ainda aceitável
≤ 0,5	Inaceitável

Fonte: Maroco (2003); Fávero et al (2009).

- **Extração dos fatores**

Para estimar o número de fatores comuns capazes de representar a estrutura latente dos dados originais, é preciso decidir o método de extração dos fatores e como determinar o número de fatores. Com relação ao método de extração nesta pesquisa escolheu-se a Análise dos Componentes Principais (ACP), e com relação ao número de fatores foi escolhido o Critério da Raiz Latente (Critério *Kaiser*).

A ACP considera a variância total dos dados, relacionada à variância comum (comunalidade), à variância específica (ligada à variável individual) e ao termo de erro (que representa a variância ligada aos fatores aleatórios). A ACP combina linearmente as variáveis observadas, maximizando a variância total explicada. A título de exemplo, considerando as variáveis X_1, X_2, X_3 e X_4 altamente correlacionadas, estas serão combinadas formando um fator que explicará a maior quantidade de variância na amostra. O segundo fator apresentará a segunda maior quantidade de variância e não será correlacionado com o primeiro fator, e, assim, sucessivamente. Por isso, a AF possibilita que seus resultados sejam utilizados como *inputs* de outras técnicas multivariadas (MAROCO, 2003; FÁVERO et al, 2009).

No Critério *Kaiser* o número de fatores retidos ocorre em função do número de fatores próprios (autovalores ou *eigenvalues*), que são ordenados por dimensão. Os *eigenvalues* mostram quanto cada fator consegue explicar da variância total. Pela ACP deve-se escolher os componentes que apresentam *eigenvalues* maior que 1, pelo fato de que, no mínimo, o componente deve explicar a variância de uma variável utilizada no modelo (que foram padronizadas com média 0 e variância igual a 1) (FÁVERO et al, 2009).

- **Rotação dos fatores**

Para melhor interpretar os fatores extraídos geralmente aplica-se um método de rotação, que tem como objetivo transformar os coeficientes dos componentes principais numa estrutura simplificada. No processo de rotação dos fatores as cargas fatoriais (os fatores) podem ser representadas como pontos entre eixos, que podem ser girados sem alterar a distância entre os pontos. Contudo, na rotação as coordenadas do ponto (observação da variável) em relação aos eixos (os fatores) são modificadas. Assim, após a rotação as cargas fatoriais (relação entre fator e variável) são modificadas (MAROCO, 2003; FÁVERO et al, 2009).

Nesse trabalho foi selecionado um método de rotação ortogonal, porque este produz fatores que não são correlacionados entre si. Dentre os métodos ortogonais, selecionou-se um dos mais aplicados, o método *Varimax*, que procura, para cada componente principal estimar alguns pesos significativos e todos os outros próximos de zero. Por isso, esse método objetiva maximizar a variação entre os pesos de cada componente principal (ou minimizar o número de variáveis que tem elevadas cargas em um fator) (FÁVERO et al, 2009).

A matriz de componentes após a rotação ortogonal objetiva extremar os valores das cargas fatoriais (*loadings*), de forma que cada variável esteja associada apenas a um fator, facilitando a interpretação dos mesmos. Devem ser utilizadas somente variáveis com elevadas cargas fatoriais (*loadings*). Destaca-se que a rotação não modifica a qualidade de juste do modelo fatorial, as comunalidades e o total da variância explicada pelos fatores; modifica apenas o percentual da variância explicada em cada fator (FÁVERO et al, 2009).

- **Interpretação dos fatores**

De acordo com Fávero et al (2009, p.246): "Como regra geral considera-se que as cargas fatoriais maiores que 0,3 atingem o nível mínimo; cargas de 0,4 são consideradas mais importantes; se forem maiores que 0,5, serão consideradas estatisticamente significativas". Todavia, semelhante ao trabalho realizado por Stege (2011), nesta pesquisa determinou-se que seriam selecionadas cargas fatoriais acima de 0,60, em valor absoluto. Como essas cargas fatoriais representam a associação entre o fator e a(s) variável(eis), o fator foi interpretado em termos das características das variáveis que o compuseram. Quanto ao número de fatores extraídos, este deveria ser determinado pelo total de fatores capazes de responder por, no mínimo, 60% da variância acumulada dos dados.

- **Estimação dos valores dos fatores (*factor scores*)**

Segundo Fávero et al (2009), os fatores são estimados pela combinação linear das variáveis, da seguinte forma:

$$\begin{aligned} F_1 &= d_{11}X_1 + d_{12}X_2 + \ldots + d_{1m}X_i \\ F_2 &= d_{21}X_1 + d_{22}X_2 + \ldots + d_{2m}X_i \\ &\vdots \\ F_m &= d_{m1}X_1 + d_{m2}X_2 + \ldots + d_{mi}X_i \end{aligned} \qquad (7)$$

Sendo F_m os fatores comuns, d_{mi} os coeficientes dos escores fatoriais e X_i as variáveis originais. O escore fatorial é resultado da multiplicação dos coeficientes d_{mi} pelo valor das variáveis originais.

Para Maroco (2003), mesmo que um fator seja uma variável hipotética derivada de um conjunto de variáveis originais diretamente medidas, é possível possuir um "*score*" nesse(s) fator(es) hipotético(s), que possa(m) ser utilizado(s) em outras análises.

Na próxima seção serão apresentadas as estimativas da AF e as interpretações dos fatores calculados a partir das 72 variáveis selecionadas para os 414 municípios do estado da Bahia, no ano 2010. Nesse trabalho a AF foi estimada por grupos de variáveis conforme a distribuição nos Quadros 4 ao 14.

4.4 Os componentes principais representativos das características dos municípios baianos para o ano de 2010

Os resultados apresentados nas Tabelas 5 a 26, indicam que a AF foi consistentemente aplicada na grande maioria dos grupos de variáveis, de acordo com os Quadros 4 ao 14, e capaz de "Apresentar os componentes principais representativos das características dos municípios baianos". Considerando o primeiro grupo de variáveis, às relacionadas aos aspectos demográficos, a AF possibilitou a extração de dois fatores com raízes características maior que a unidade e que sintetizam as informações contidas nas variáveis originais.

De acordo com a Tabela 5, após a rotação, os dois fatores, Fator 1A (F1A) e Fator 2A (F2A), explicam 68,24% da variância total das quatro variáveis originais. O teste KMO, que analisa a adequabilidade da amostra, apresentou valor de 0,529, indicando que a amostra é passível de ser analisada pela técnica da AF. O teste *Bartlett´s* (147,222) mostrou-se significativo, rejeitando a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade. As comunalidades revelam que as variáveis têm suas variabilidades captadas e representadas pelos dois fatores.

As Tabelas 5 e 6 apresentam as cargas fatoriais, interpretadas quando assumem valores superiores a 0,6, e que foram destacadas em negrito. Dessa forma, o Fator 1A (F1A) está positiva e fortemente relacionado com as variáveis X_5 (Percentual da população de residente rural) e X_7 (Percentual de estabelecimentos de agricultores familiares). Observa-se que as variáveis estão ligadas à características demográficas que denotam e possibilitam nomear o Fator 1A (F1A) de "Presença da população rural e de agricultores familiares".

Tabela 5 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que caracterizam aspectos demográficos dos municípios da Bahia

Variáveis/cargas fatoriais	Cargas fatoriais		Comunalidade
	Fator 1A (F1A)	Fator 2A (F2A)	
X_5- Percentual da população residente rural	**0,863**	-0,063	0,748
X_6- Percentual da população indígena	-0,027	**0,791**	0,627
X_7- Percentual estabelecimentos de agricultores familiares	**0,863**	-0,055	0,747
X_8- Percentual estabelecimentos com proprietários assentados	-0,081	**0,775**	0,608
Proporção da variância total explicada	37,40%	30,85%	
Variância explicada acumulada	37,40%	68,24%	

Nota: KMO = 0,529; *Bartlett´s Test of Sphericity* = 147,222; df = 6, Sig. 0,000; *Extraction Method: Principal Component Analysis; Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization; Rotation converged in* 3 *iterations.*

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013); Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013); Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Tabela 6 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), dos aspectos demográficos dos municípios da Bahia

Fator	Carga fatorial
Fator 1A (F1A) – Presença da população rural e agricultores familiares	
X_5 - Percentual da população residente rural	0,863
X_7 - Percentual estabelecimentos de agricultores familiares	0,863
Fator 2A (F2A) – Presença de indígenas e assentados	
X_6 - Percentual da população indígena	0,791
X_8 - Percentual estabelecimentos com proprietários assentados	0,775

As Tabelas 5 e 6 permitem verificar que o Fator 2A (F2A) está positiva e fortemente relacionado com as variáveis X_6 (Percentual da população indígena) e X_8 (Percentual de estabelecimentos com proprietários assentados). Essas variáveis, igualmente relacionadas a características demográficas, permite nomear o Fator 2A (F2A) como "Presença de indígenas e assentados". Tanto o Fator 1A (F1A) como o Fator 2A (F2A) estão associados a variáveis que revelam a importância da população rural, de agricultores familiares, indígenas e assentados.

A AF aplicada ao segundo grupo de variáveis, relativas à situação da pobreza, da desigualdade e da renda, possibilitou a extração de dois fatores com raízes características maior que a unidade, capazes de resumir as informações contidas nas variáveis originais. Conforme a Tabela 7, após a rotação dos dois fatores, Fator 1B (F1B) e Fator 2B (F2B), estes explicam 86,91% da variância total das oito variáveis originais. Essa amostra mostrou-se adequada a aplicação da técnica de AF dado que o teste KMO apresentou valor de 0,777. O teste *Bartlett´s* (4636,75) mostrou-se significativo, o que permite afirmar que a matriz de correlação não é uma matriz identidade. Os valores das comunalidades indicam que as variáveis têm suas variabilidades captadas e representadas pelos dois fatores.

As cargas fatoriais presentes nas Tabelas 7 e 8, foram interpretadas se assumissem valores maiores que 0,6, o que foi destacado em negrito. Assim, o Fator 1B (F1B) está positiva e fortemente relacionado com as variáveis X_{10} (Percentual de pobres), X_{11} (Percentual de extremamente pobres) e X_{19} (Percentual de ocupados com rendimento de até 1 S.M.). Este mesmo fator está negativa e fortemente relacionado com as variáveis X_{13} (IDH-M), X_{16} (Rendimento per capita) e X_{20} (Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho). Por isso, o Fator 1B (F1B) foi denominado "Pobreza medida pela renda".

Tabela 7 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que caracterizam a situação da pobreza, do desenvolvimento, da desigualdade e da renda da população dos municípios do estado da Bahia

Variáveis/cargas fatoriais	Cargas fatoriais		Comunalidade
	Fator 1B (F1B)	Fator 2B (F2B)	
X_{10} - Percentual de pobres	**0,934**	0,238	0,928
X_{11} - Percentual de extremamente pobres	**0,888**	0,370	0,925
X_{13} - IDH-M	**-0,854**	0,230	0,782
X_{14} - Índice de *Gini*	-0,037	**0,988**	0,978
X_{15} - Índice de *Theil*	0,014	**0,990**	0,981
X_{16} - Rendimento per capita	**-0,910**	0,275	0,904
X_{19} - Percentual dos ocupados com rendimento de até 1 S.M.	**0,888**	-0,022	0,789
X_{20} - Percentual renda proveniente de rendimentos do trabalho	**-0,816**	0,005	0,666
Proporção da variância total explicada	58,42%	28,49%	
Variância explicada acumulada	58,42%	86,91%	

Nota: KMO = 0,777; *Bartlett´s Test of Sphericity* = 4636,75, df = 28, Sig. 0,000; *Extraction Method: Principal Component Analysis; Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization; Rotation converged in* 3 *iterations.*

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013); Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Tabela 8 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que caracterizam a situação da pobreza, do desenvolvimento, da desigualdade e da renda da população dos municípios do estado da Bahia

Fator	Carga fatorial
Fator 1B (F1B) – Pobreza medida pela renda	
X_{10} - Percentual de pobres	0,934
X_{11} - Percentual de extremamente pobres	0,888
X_{13} - IDH-M	-0,854
X_{16} - Rendimento per capita	-0,910
X_{19} - Percentual dos ocupados com rendimento de até 1 S.M.	0,888
X_{20} - Percentual renda proveniente de rendimentos do trabalho	-0,816
Fator 2B (F2B) – Desigualdade de renda	
X_{14} - Índice de *Gini*	0,988
X_{15} - Índice de *Theil*	0,990

Como a pobreza e a extrema pobreza foram estimadas apenas a partir da renda, os resultados da AF das Tabelas 7 e 8 corroboram a relação inversa entre estes dois indicadores (percentual de pobres e extremamente pobres) e os indicadores de rendimento (rendimento

per capita e percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho). Ou seja, aumenta o percentual de pobres e extremamente pobres quanto menor o rendimento per capita e a renda proveniente de rendimentos do trabalho, e vice-versa. Como esperado, quanto maior o percentual de pobres e extremamente pobres, e menor os rendimentos, menor o IDH-M dos municípios baianos. O Fator 2B (F2B) está positiva e fortemente relacionado com as variáveis X_{14} (Índice de *Gini*) e X_{15} (Índice de *Theil*), por isso foi nomeado "Desigualdade de Renda".

Em relação ao terceiro grupo de variáveis, relativas à participação social, pela técnica da AF foram extraídos dois fatores com raízes características maior que a unidade, os quais resumiram as informações contidas nas variáveis originais. A Tabela 9 indica que, após a rotação dos dois fatores, Fator 1C (F1C) e Fator 2C (F2C), estes explicam 84,80% da variância total das três variáveis originais. A significância do teste *Bartlett´s* (129,695) permite afirmar que a matriz de correlação não é uma matriz identidade, e os valores das comunalidades afirmam que as variáveis têm suas variabilidades captadas e representadas pelos dois fatores. Contudo, o teste *KMO*, no valor de 0,373, revelou que a amostra não é apropriada a aplicação da técnica de AF.

As Tabelas 9 e 10, descrevem as cargas fatoriais, que ao assumir valores acima de 0,6 foram destacadas em negrito. O Fator 1C (F1C) está positiva e fortemente relacionado com as variáveis X_{21} (Percentual dos estabelecimentos associados a cooperativas) e X_{23} (Percentual dos estabelecimentos associados a cooperativas e entidades de classes), e por essas características foi nomeado por "Associações de representação econômica e políticas". O Fator 2C (F2C) está positiva e fortemente associado apenas à variável X_{22} (Percentual dos estabelecimentos associados a entidades de classes), por isso foi denominado de "Associação a entidades de classes".

Tabela 9 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que caracterizam a participação social dos municípios baianos

Variáveis/cargas fatoriais	Cargas fatoriais		Comunalidade
	Fator 1C (F1C)	Fator 2C (F2C)	
X_{21} - Percentual dos estabelecimentos associados a cooperativas	**0,747**	-0,498	0,806
X_{22} - Percentual dos estabelecimentos associados a entidades de classes	0,051	**0,942**	0,889
X_{23} - Percentual dos estabelecimentos associados a cooperativas e entidades de classes	**0,889**	0,242	0,849
Proporção da variância total explicada	45,03%	39,78%	
Variância explicada acumulada	45,03%	84,80%	

Nota: KMO = 0,373; *Bartlett´s Test of Sphericity* = 129,695, df = 3, Sig. 0,000; *Extraction Method: Principal Component Analysis; Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization; Rotation converged in* 3 iterations.

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013).

Tabela 10 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que caracterizam a participação social dos municípios do estado da Bahia

Fator	Carga fatorial
Fator 1C (F1C) – Associações de representação econômica e políticas	
X_{21} - Percentual dos estabelecimentos associados a cooperativas	0,747
X_{23} - Percentual dos estabelecimentos associados a cooperativas e entidades de classes	0,889
Fator 2C (F2C) – Associação a entidades de classes	
X_{22} - Percentual dos estabelecimentos associados a entidades de classes	0,942

Ao aplicar a técnica de AF para o quarto grupo de variáveis, relacionadas à estrutura das atividades econômicas, foram extraídos dois fatores com raiz característica maior que a unidade, os quais sintetizaram as informações contidas nas variáveis originais. Após a rotação dos dois fatores, o Fator 1D (F1D) e Fator 2D (F2D), explicam 81,09% da variância total presente nas cinco variáveis originais. Não foi possível obter o nível de significância do teste *Bartlett´s*, não permitindo avaliar se a matriz de correlação é uma matriz identidade ou não. Também não foi possível estimar o valor do teste KMO para avaliar se a amostra é ou não apropriada à técnica da AF. Todavia, os valores das comunalidades afirmam que as variáveis têm suas variabilidades captadas e representadas pelos dois fatores (Tabelas 11).

Tabela 11 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que representam a estrutura das atividades econômicas dos municípios da Bahia

Variáveis/cargas fatoriais	Cargas fatoriais		Comunalidade
	Fator 1D (F1D)	Fator 2D (F2D)	
X_{28} - Participação da agropecuária no valor adicionado total	0,028	**-0,918**	0,844
X_{29} - Participação da indústria no valor adicionado total	**-0,864**	0,247	0,808
X_{30} - Participação dos serviços no valor adicionado total	**0,772**	0,634	0,999
X_{31} - Participação serviços públicos no valor adicionado total	**0,883**	0,077	0,785
X_{32} - Participação serviços privados no valor adicionado total	-0,011	**0,787**	0,619
Proporção da variância total explicada	42,47%	38,62%	
Variância explicada acumulada	42,47%	81,09%	

Notas: *Extraction Method: Principal Component Analysis; Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization; Rotation converged in* 3 iterations.
Fonte: IBGE (2013).

As Tabelas 11 e 12, apresentam as cargas fatoriais, com destaque em negrito para aquelas com valores superiores a 0,6. O Fator 1D (F1D) está positiva e fortemente relacionado com as variáveis X_{30} (Participação dos serviços no valor adicionado total) e X_{31} (Participação dos serviços públicos no valor adicionado total); mas está negativa e fortemente associado à variável X_{29} (Participação da indústria no valor adicionado total). O Fator 1D (F1D) foi nomeado "Relação entre a participação do setor serviços públicos e o setor industrial". Dessa forma, o Fator 1D (F1D) corrobora os resultados anteriores, que afirmam

ser elevada a participação dos serviços públicos no valor adicionado e menor a participação do setor industrial, o que geralmente acontece nos municípios de pequeno porte.

Tabela 12 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que representam a estrutura das atividades econômicas dos municípios do estado da Bahia, 2010

Fator	Carga fatorial
Fator 1D (F1D) – Relação entre a participação do setor serviços públicos e o setor industrial	
X_{29} - Participação da indústria no valor adicionado total	-0,864
X_{30} - Participação dos serviços no valor adicionado total	0,772
X_{31} - Participação serviços públicos no valor adicionado total	0,883
Fator 2D (F2D) – Relação entre participação do setor serviços privados e o setor agropecuário	
X_{28} - Participação da agropecuária no valor adicionado total	-0,918
X_{32} - Participação serviços privados no valor adicionado total	0,787

O Fator 2D (F2D) está positiva e fortemente relacionado à variável X_{32} (Participação dos serviços privados no valor adicionado total), mas negativa e fortemente associado à variável X_{28} (Participação da agropecuária no valor adicionado total). O Fator 2D (F2D) foi denominado como "Relação entre participação do setor serviços privados e o setor agropecuário". Do mesmo modo que o Fator 1D (F1D), o Fator 2D (F2D) destaca características dos municípios baianos de pequeno porte, uma relação inversa entre a participação dos serviços privados e serviços do setor agropecuário (Tabelas 11 e 12).

Em relação ao quinto grupo de variáveis, relativas à estrutura fundiária, foram extraídos dois fatores com raízes características maior que a unidade, os quais sintetizaram as informações contidas nas variáveis originais. A Tabela 13 indica que após a rotação os dois fatores, Fator 1E (F1E) e Fator 2E (F2E), explicam 79,63% da variância total contida nas oito variáveis originais. O teste *Bartlett´s* (3472,668) com elevado nível de significância garante que a matriz de correlação não é uma matriz identidade. O teste KMO, no valor de 0,742, indica que a amostra é apropriada a aplicação da técnica de AF. Os valores das comunalidades afirmam que as variáveis têm suas variabilidades captadas e representadas pelos dois fatores, embora a variável X_{37} (Índice de *Gini* Estrutura Fundiária) apresente comunalidade de 0,551, que significa que os dois fatores, Fator 1E (F1E) e Fator 2E (F2E), captaram somente 55% da variabilidade da variável X_{37}.

As cargas fatoriais acima de 0,6, sinalizadas em negrito, presentes nas Tabelas 13 e 14, indicam que o Fator 1E (F1E) está positiva e fortemente relacionado com as variáveis X_{38} (Área média dos estabelecimentos agropecuário), X_{42} (Percentual estabelecimentos agropecuários: 100-500 ha), X_{43} (Percentual estabelecimentos agropecuários: 500-1000 ha) e X_{44} (Percentual dos estabelecimentos agropecuários: > 1000 ha). O Fator 1E (F1E) foi

nomeado "Médios e grandes estabelecimentos agropecuários", e indica que nos municípios baianos, a área média dos estabelecimentos é bastante influenciada pelas médias e grandes propriedades.

Tabela 13 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que representam a estrutura fundiária dos municípios da Bahia

Variáveis/cargas fatoriais	Cargas fatoriais		Comunalidade
	Fator 1E (F1E)	Fator 2E (F2E)	
X_{37} - Índice de *Gini* (referente à estrutura fundiária)	0,366	**-0,646**	0,551
X_{38} - Área média dos estabelecimentos agropecuários	**0,938**	0,126	0,895
X_{39} - Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 0-20 ha	-0,574	**-0,780**	0,938
X_{40} - Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 20-50 ha	0,131	**0,860**	0,756
X_{41} - Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 50-100 ha	0,392	**0,804**	0,801
X_{42} - Percentual estabelecimentos agropecuários: 100-500 ha	**0,764**	0,446	0,783
X_{43} - Percentual estabelecimentos agropecuários: 500-1000 ha	**0,877**	0,115	0,783
X_{44} - Percentual dos estabelecimentos agropecuários: > 1000 ha	**0,930**	0,009	0,865
Proporção da variância total explicada	46,65%	32,98%	
Variância explicada acumulada	46,65%	79,63%	

Nota: KMO = 0,742; *Bartlett´s Test of Sphericity* = 3472,668, df = 28, Sig. 0,000. *Extraction Method: Principal Component Analysis; Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization; Rotation converged in* 3 *iterations.*

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013).

Nas Tabelas 13 e 14 é possível verificar que o Fator 2E (F2E) está positiva e fortemente relacionado à variável X_{40} (Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 20-50 ha) e X_{41} (Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 50-100 ha), mas negativa e fortemente associado à variável X_{39} (Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 0-20 ha). O Fator 2E (F2E) foi denominado por “Pequenos estabelecimentos agropecuários”, mas revela que os menores estabelecimentos (aqueles com 0-20 hectares) se diferenciam dos demais.

Tabela 14 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que representam a estrutura fundiária dos municípios do estado da Bahia

Fator	Carga fatorial
Fator 1E (F1E) – Médios e grandes estabelecimentos agropecuários	
X_{38} - Área média dos estabelecimentos agropecuários	0,938
X_{42} - Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 100-500 ha	0,764
X_{43} - Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 500-1000 ha	0,877
X_{44} - Percentual dos estabelecimentos agropecuários: > 1000 ha	0,930
Fator 2E (F2E) – Pequenos estabelecimentos agropecuários	
X_{37} - Índice de *Gini* (referente à estrutura fundiária)	-0,646
X_{39} - Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 0-20 ha	-0,780
X_{40} - Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 20-50 ha	0,860
X_{41} - Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 50-100 ha	0,804

A aplicação da técnica de AF para o sexto grupo de variáveis, referentes ao potencial agropecuário (produtividade econômica e modernização), resultou em dois fatores extraídos, cada um com raízes características maior que a unidade, os quais sintetizaram as informações contidas nas variáveis originais. A Tabela 15 indica que após a rotação o Fator 1F (F1F) e o Fator 2F (F2F) explicam 77,34% da variância total contida nas quatro variáveis originais. O teste *Bartlett´s* (989,557) sinaliza elevado nível de significância e que a matriz de correlação não é uma matriz identidade. O teste KMO, no valor de 0,533, confirma que a amostra não é a mais adequada, porém é aceitável para a aplicação da técnica de AF.

Os valores das comunalidades afirmam que as variáveis X_{45} (Valor da produção por estabelecimento agropecuário), X_{46} (Valor da produção por pessoal ocupado no setor agropecuário) e X_{51} (Percentual de estabelecimentos agropecuários que possui energia elétrica) têm suas variabilidades captadas e bem representadas pelos dois fatores, exceto no caso da variável X_{52} (Percentual estabelecimentos agropecuários que recebeu orientação técnica) (Tabela 15).

Tabela 15 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que representam o potencial agropecuário (produtividade econômica e modernização) dos municípios do estado da Bahia

Variáveis/cargas fatoriais	Cargas fatoriais		Comunalidade
	Fator 1F (F1F)	Fator 2F (F2F)	
X_{45} - Valor da produção por estabelecimento agropecuário	**0,961**	0,053	0,926
X_{46} - Valor da produção por pessoal ocupado no setor agropecuário	**0,966**	0,039	0,935
X_{51} - Percentual estabelecimentos agrop. que possuem energia elétrica	0,142	**0,908**	0,844
X_{52} - Percentual estab. agrop. que receberam orientação técnica	0,448	-0,433	0,388
Proporção da variância total explicada	51,94%	25,40%	
Variância explicada acumulada	51,94%	77,34%	

Nota: KMO = 0,533; *Bartlett´s Test of Sphericity* = 989,557, df = 6, Sig. 0,000; *Extraction Method: Principal Component Analysis; Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization; Rotation converged in* 3 *iterations.*

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013).

Tabela 16 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que representam o potencial agropecuário (produtividade econômica e modernização) dos municípios do estado da Bahia

Fator	Carga fatorial
Fator 1F (F1F) – Produtividade econômica do setor agropecuário	
X_{45} - Valor da produção por estabelecimento agropecuário	0,961
X_{46} - Valor da produção por pessoal ocupado no setor agropecuário	0,966
Fator 2F (F2F) – Infraestrutura agropecuária	
X_{51} - Percentual estabelecimentos agrop. que possuem energia elétrica	0,908

As Tabelas 15 e 16 apresentam as cargas fatoriais acima de 0,6, acentuadas em negrito, e que indicam a relação positiva e intensa entre o Fator 1F (F1F) e as variáveis X_{45}

(Valor de produção por estabelecimento agropecuário) e X_{46} (Valor da produção por pessoal ocupado no setor agropecuário). O Fator 1F (F1F) foi designado de "Produtividade econômica do setor agropecuário". O Fator 2F (F2F) está positiva e grandemente relacionado apenas à variável X_{51} (Percentual de estabelecimentos agropecuários que possui energia elétrica), e por isso foi cognominado por "Infraestrutura agropecuária".

Do sétimo grupo de variáveis, relativas à situação ambiental, foram extraídos quatro fatores com raízes características maior que a unidade, os quais sintetizaram as informações contidas nas variáveis originais. De acordo com a Tabela 17, após a rotação, os quatro fatores, Fator 1G (F1G), Fator 2G (F2G), Fator 3G (F3G) e Fator 4G (F4G), explicam 60,86% da variância total das dez variáveis originais. O teste KMO, que analisa a adequabilidade da amostra apresentou valor de 0,624, indicando que a amostra é passível de ser analisada pela técnica da AF. O teste *Bartlett´s* (559,930) mostrou-se significativo, rejeitando a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade. As comunalidades revelam que as variáveis têm suas variabilidades captadas e representadas pelos quatro fatores, exceto no caso das variáveis X_{56} (Percentual de estabelecimentos que utiliza práticas agrícolas) e X_{63} (Percentual de domicílios urbanos com lixo coletado).

As Tabelas 17 e 18 apresentam as cargas fatoriais, interpretadas se assumirem valores superiores a 0,6, e que foram destacadas em negrito. Dessa forma, o Fator 1G (F1G) está positiva e fortemente associado à variável X_{58} (Percentual da área de pastagens naturais), mas negativa e fortemente associado à variável X_{59} (Percentual da área de matas e florestas naturais). Assim, o Fator 1G (F1G) foi denominado "Percentual de área natural nos estabelecimentos".

O Fator 2G (F2G) está positiva e fortemente relacionado às variáveis X_{60} (Percentual domicílios rurais com esgotamento sanitário) e X_{62} (Percentual de domicílios rurais com lixo coletado), e por isso é intitulado "Domicílios rurais com serviço de esgoto e lixo". As Tabelas 17 e 18 também apontam que o Fator 3G (F3G) está positiva e fortemente relacionado à variável X_{55} (Percentual de estabelecimentos que usa queimadas), mas negativa e fortemente relacionado à variável X_{53} (Percentual de estabelecimentos que usa adubação e corretivo). Assim, este Fator foi nomeado "Estabelecimentos que degradam o solo". Já o Fator 4G (F4G) está positiva e grandemente associado à variável X_{57} (Percentual da área plantada com a principal cultura), por isso foi intitulado "Presença de monocultura".

Tabela 17 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que representam a situação ambiental dos municípios do estado da Bahia

Variáveis/cargas fatoriais	Cargas fatoriais				Comunalidade
	Fator 1G (F1G)	Fator 2G (F2G)	Fator 3G (F3G)	Fator 4G (F4G)	
X_{53} - Percentual estabelecimentos que utiliza adubação e corretivos	-0,056	-0,105	**-0,797**	0,039	0,651
X_{55} - Percentual de estabelecimentos que utiliza queimadas	-0,238	-0,320	**0,668**	-0,078	0,611
X_{56} - Percentual de estabelecimentos que utiliza práticas agrícolas	0,055	0,039	0,447	-0,439	0,397
X_{57} - Percentual da área plantada com a principal cultura	-0,025	0,008	-0,077	**0,810**	0,662
X_{58} - Percentual da área de pastagens naturais	**0,803**	-0,012	0,132	0,076	0,668
X_{59} - Percentual da área de matas e florestas naturais	**-0,750**	-0,082	0,344	0,045	0,690
X_{60} - Percentual domicílios rurais com esgotamento sanitário	0,117	**0,735**	0,121	0,375	0,709
X_{61} - Percentual domicílios urbanos com esgotamento sanitário	0,504	0,257	-0,028	0,559	0,633
X_{62} - Percentual de domicílios rurais com lixo coletado	-0,078	**0,869**	-0,215	-0,064	0,811
X_{63} - Percentual de domicílios urbanos com lixo coletado	0,314	0,378	0,062	-0,090	0,253
Proporção da variância total explicada	16,44%	16,25%	14,88%	13,28%	
Variância explicada acumulada	16,44%	32,69%	47,58%	60,86%	

Nota: KMO = 0,624; *Bartlett´s Test of Sphericity* = 559,930, df = 45, Sig. 0,000; *Extraction Method*: *Principal Component Analysis; Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization; Rotation converged in* 5 *iterations.*

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013); Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013) e Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Tabela 18 - Variáveis (e respectivas cargas fatoriais), que representam a situação ambiental dos municípios do estado da Bahia

Fator	Carga fatorial
Fator 1G (F1G) – Percentual de área natural nos estabelecimentos	
X_{58} - Percentual da área de pastagens naturais	0,803
X_{59} - Percentual da área de matas e florestas naturais	-0,750
Fator 2G (F2G) – Domicílios rurais com serviços de esgoto e lixo	
X_{60} - Percentual domicílios rurais com esgotamento sanitário	0,735
X_{62} - Percentual domicílios rurais com lixo coletado	0,869
Fator 3G (F3G) – Estabelecimentos que degradam o solo	
X_{53} - Percentual de estabelecimentos que utiliza adubação e corretivos	-0,797
X_{55} - Percentual de estabelecimentos que utiliza queimadas	0,668
Fator 4G (F4G) – Presença de monocultura	
X_{57} - Percentual da área plantada com a principal cultura	0,810

Considerando o oitavo grupo de variáveis, relativas ao aspecto educacional, os resultados da AF apontam que foram extraídos dois fatores com raízes características maior que a unidade, os quais sintetizaram as informações contidas nas variáveis originais. Conforme a Tabela 19, após a rotação, os dois fatores, Fator 1H (F1H) e Fator 2H (F2H), explicam 73,56% da variância total das sete variáveis originais. O teste KMO, no valor de 0,786, indica a adequabilidade da amostra, assegurando que esta é passível de ser analisada pela técnica da AF. O resultado do teste *Bartlett´s* (2300,180) mostrou-se significativo e permitiu rejeitar a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade. Através das comunalidades entende-se que as variáveis têm suas variabilidades captadas e representadas pelos dois fatores, exceto no caso da variável X_{65} (Percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola).

Tabela 19 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que representam o aspecto educacional dos municípios baianos

Variáveis/cargas fatoriais	Cargas fatoriais		Comunalidade
	Fator 1H (F1H)	Fator 2H (F2H)	
X_{65} - Percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	-0,170	**0,615**	0,407
X_{66} - Percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	0,097	**0,830**	0,698
X_{67} - Taxa de analfabetismo	**-0,867**	0,262	0,821
X_{68} - Percentual população com ensino fundamental completo	**0,958**	-0,172	0,947
X_{69} - Percentual da população com ensino médio completo	**0,949**	-0,196	0,940
X_{70} - Percentual da população com ensino superior completo	**0,854**	0,094	0,738
X_{71} - Expectativa de anos de estudo	0,216	**-0,743**	0,598
Proporção da variância total explicada	48,36%	25,20%	
Variância explicada acumulada	48,36%	73,56%	

Note: KMO = 0,786; *Bartlett´s Test of Sphericity* = 2300,180, df = 21, Sig. 0,000; *Extraction Method:* Principal *Component Analysis; Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization; Rotation converged in* 3 *iterations.*

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013) e Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Tabela 20 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que representam o aspecto educacional dos municípios do estado da Bahia

Fator	Carga fatorial
Fator 1H (F1H) – Relação entre escolaridade e analfabetismo	
X_{67} - Taxa de analfabetismo	-0,867
X_{68} - Percentual da população com ensino fundamental completo	0,958
X_{69} - Percentual da população com ensino médio completo	0,949
X_{70} - Percentual da população com ensino superior completo	0,854
Fator 2H (F2H) – Relação entre crianças fora da escola e expectativa de anos de estudo	
X_{65} - Percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	0,615
X_{66} - Percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	0,830
X_{71} - Expectativa de anos de estudo	-0,743

As cargas fatoriais descritas nas Tabelas 19 e 20 foram destacadas em negrito e interpretadas se assumissem valores superiores a 0,6. Dessa forma, o Fator 1H (F1H) está

positiva e fortemente relacionada às variáveis X_{68} (Percentual população com ensino fundamental completo), X_{69} (Percentual da população com ensino médio completo) e X_{70} (Percentual da população com ensino superior completo). Esse mesmo fator, o Fator 1H (F1H) apresentou negativa e forte relação com a variável X_{67} (Taxa de analfabetismo). Assim, esses resultados vêm confirmar a relação inversa entre o percentual da população escolarizada e a taxa de analfabetismo, permitindo caracterizar o fator como "Relação entre escolaridade e analfabetismo".

O Fator 2H (F2H) se apresentou positiva e fortemente associado à variável X_{65} (Percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola) e X_{66} (Percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola); porém, a relação entre o Fator 2H (F2H), e a variável X_{71} (Expectativa de anos de estudo) é negativa e forte. Por isso o fator foi denominado "Relação entre crianças fora da escola e expectativa de anos de estudo" (Tabelas 19 e 20).

A técnica da AF aplicada ao nono grupo de variáveis, relativas à situação ocupacional, apontam que foram extraídos três fatores com raízes características maior que a unidade, os quais sintetizaram as informações contidas nas doze variáveis originais. A Tabela 21 apresenta os três fatores, Fator 1I (F1I), Fator 2I (F2I) e Fator 3I (F3I), que após a rotação passaram a explicar 62,09% da variância total das doze variáveis originais. O teste KMO, no valor de 0,505, diz que a amostra é adequada para a aplicação da técnica de AF. O resultado do teste *Bartlett´s* (3202,391), além de significativo, apontou para a rejeição da hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade. As comunalidades indicam que as variáveis têm suas variabilidades captadas e representadas pelos dois fatores, exceto no caso da variável X_{76} (Percentual de ocupados no setor extrativo mineral).

As cargas fatoriais presentes nas Tabelas 21 e 22, destacadas em negrito, foram interpretadas se assumissem valores superiores a 0,6. Sendo assim, o Fator 1I (F1I) está positiva e fortemente associado à variável X_{74} (Grau de formalização dos ocupados), X_{79} (Percentual dos ocupados no setor de comércio), X_{80} (Percentual dos ocupados no setor de serviços) e X_{83} (Percentual de empregadores). O Fator 1I (F1I) também está fortemente associado à variável X_{75} (Percentual de ocupados no setor agropecuário), porém de forma inversa. Por isso, o Fator 1I (F1I) foi designado como "Ocupados formais no comércio/serviços e entre empregadores".

Ainda na Tabela 21 e 22 verifica-se que o Fator 2I (F2I) apresentou positiva e fortemente associado às variáveis X_{72} (Taxa de atividade) e X_{82} (Percentual de trabalhadores por conta própria), por isso foi denominado "Taxa de atividade entre trabalhadores conta própria". O Fator 3I (F3I) foi denominado "Trabalhadores do setor público" porque está

negativa e fortemente relacionado à apenas uma variável, X_{81} (Percentual de trabalhadores do setor público).

Tabela 21 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que representam a situação ocupacional dos municípios da Bahia

Variáveis/cargas fatoriais	Cargas fatoriais			Comunali-dades
	Fator 1I (F1I)	Fator 2I (F2I)	Fator 3I (F3I)	
X_{72} - Taxa de atividade	0,235	**0,665**	0,248	0,560
X_{73} - Taxa de desocupação	0,500	-0,543	0,019	0,545
X_{74} - Grau de formalização dos ocupados	**0,810**	-0,122	0,311	0,767
X_{75} - Percentual de ocupados no setor agropecuário	**-0,946**	0,109	-0,221	0,956
X_{76} - Percentual de ocupados no setor extrativo mineral	0,046	-0,231	0,397	0,213
X_{77} - Percentual ocupados na indústria de transformação	0,440	0,105	0,560	0,518
X_{78} - Percentual dos ocupados no setor de construção	0,555	-0,364	0,332	0,551
X_{79} - Percentual dos ocupados no setor de comércio	**0,840**	0,245	0,002	0,765
X_{80} - Percentual dos ocupados no setor de serviços	**0,874**	-0,189	-0,124	0,816
X_{81} - Percentual de trabalhadores do setor público	0,099	-0,168	**-0,735**	0,578
X_{82} - Percentual de trabalhadores por conta própria	-0,110	**0,711**	-0,104	0,529
X_{83} - Percentual de empregadores	**0,657**	0,454	-0,126	0,654
Proporção da variância total explicada	35,70%	14,97%	11,42%	
Variância explicada acumulada	35,70%	50,67%	62,09%	

Nota: KMO = 0,505; *Bartlett´s Test of Sphericity* = 3202,391, df = 66, Sig. 0,000; *Extraction Method: Principal Component Analysis; Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization; Rotation converged in* 4 *iterations.*

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Tabela 22 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que representam a situação ocupacional dos municípios do estado da Bahia, 2010

Fator	Carga fatorial
Fator 1I (F1I) – Ocupados formais no comércio/serviços e entre empregadores	
X_{74} - Grau de formalização dos ocupados	0,810
X_{75} - Percentual dos ocupados no setor agropecuário	-0,946
X_{79} - Percentual dos ocupados no setor de comércio	0,840
X_{80} - Percentual dos ocupados no setor de serviços	0,874
X_{83} - Percentual de empregadores	0,657
Fator 2I (F2I) – Taxa de atividade entre trabalhadores conta própria	
X_{72} - Taxa de atividade	0,665
X_{82} - Percentual de trabalhadores por conta própria	0,711
Fator 3I (F3I) – Trabalhadores do setor público	
X_{81} - Percentual de trabalhadores do setor público	-0,735

Aplicada ao décimo grupo de variáveis, relativas aos aspectos da saúde e longevidade da população, a técnica da AF permitiu a extração de dois fatores com raízes características maiores que a unidade, os quais sintetizaram as informações contidas nas seis variáveis originais. A Tabela 23 apresenta os dois fatores, Fator 1J (F1J) e Fator 2J (F2J), que após a rotação passaram a explicar 94,34% da variância total das seis variáveis originais. O teste KMO, no valor de 0,761, indica que a amostra é adequada para a aplicação da técnica de AF. O resultado do teste *Bartlett´s* (7312,113) além de significativo apontou para a rejeição da

hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade. As comunalidades indicam que as variáveis têm suas variabilidades captadas e representadas pelos dois fatores.

Tabela 23 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que representam aspectos da saúde e longevidade dos municípios da Bahia

Variáveis/cargas fatoriais	Cargas fatoriais		Comunalidades
	Fator 1J (F1J)	Fator 2J (F2J)	
X_{84} – Taxa de fecundidade	0,155	**0,906**	0,845
X_{85} – Esperança de vida ao nascer	**-0,976**	-0,214	0,997
X_{86} – Mortalidade até 1 ano de idade	**0,978**	0,200	0,997
X_{87} – Mortalidade até 5 anos de idade	**0,973**	0,217	0,993
X_{88} – Probabilidade sobrevivência até 60 anos de idade	**-0,978**	-0,208	0,999
X_{89} – Razão de dependência	0,232	**0,881**	0,829
Proporção da variância total explicada	64,80%	29,54%	
Variância explicada acumulada	64,80%	94,34%	

Nota: KMO = 0,761*; Bartlett´s Test of Sphericity* = 7312,113, df = 15, Sig. 0,000; *Extraction Method: Principal Component Analysis; Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization; Rotation converged in* 3 *iterations.*

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Tabela 24 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que representam os aspectos da saúde e longevidade dos municípios do estado da Bahia

Fator	Carga fatorial
Fator 1J (F1J) – Relação entre mortalidade infantil e sobrevivência	
X_{85} – Esperança de vida ao nascer	-0,976
X_{86} – Mortalidade até 1 ano de idade	0,978
X_{87} – Mortalidade até 5 anos de idade	0,973
X_{88} – Probabilidade sobrevivência até 60 anos de idade	-0,978
Fator 2J (F2J) – Relação entre fecundidade e razão de dependência	
X_{84} – Taxa de fecundidade	0,906
X_{89} – Razão de dependência	0,881

As Tabelas 23 e 24, apresentam as cargas fatoriais, que estão em negrito para serem interpretadas porque assumiram valores superiores a 0,6. Assim, o Fator 1J (F1J) está positiva e fortemente associado à variável X_{86} (Mortalidade até 1 ano de idade) e X_{87} (Mortalidade até 5 anos de idade), contudo esse fator está negativa e fortemente relacionado à variável X_{85} (Esperança de vida ao nascer) e X_{88} (Probabilidade de sobrevivência até 60 anos de idade). Com essas configurações o Fator 1J (F1J) ficou denominado de "Relação entre mortalidade infantil e sobrevivência". O Fator F2J (F2J) está positiva e fortemente relacionado à variável X_{84} (Taxa de fecundidade) e X_{89} (Razão de dependência), caracterizando o fator como "Relação entre fecundidade e razão de dependência".

A técnica da AF também foi aplicada ao décimo primeiro grupo de variáveis, relativas às características dos domicílios familiares. Através da referida técnica foi possível extrair dois fatores com raízes características maior que a unidade, os quais sintetizaram as

informações contidas nas cinco variáveis originais. Conforme a Tabela 25, após a rotação, os dois fatores, Fator 1K (F1K) e Fator 2K (F2K), passaram a explicar 65,49% da variância total das cinco variáveis originais. Pelo teste KMO, que resultou num valor de 0,700, a amostra é adequada para a aplicação da técnica de AF. O teste *Bartlett´s* (388,867) apresentou-se significativo permitindo rejeitar a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade. Pelos resultados das comunalidades as variáveis têm suas variabilidades captadas e representadas pelos dois fatores, exceto a variável X_{95} (Percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos).

Tabela 25 - Matriz rotacionada: cargas fatoriais, comunalidades e variância explicada pelas variáveis que caracterizam os domicílios familiares dos municípios da Bahia

Variáveis/cargas fatoriais	Cargas fatoriais		Comunalidades
	Fator 1K (F1K)	Fator 2K (F2K)	
X_{91} - Percentual da população em domicílios com energia elétrica	**0,735**	0,163	0,566
X_{92} - Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada	**0,748**	0,352	0,683
X_{93} - Percentual da população em domicílios com coleta de lixo	0,018	**0,960**	0,923
X_{94} - Percentual pessoas em domicílio em que ninguém tem fundamental completo	**-0,836**	0,061	0,703
X_{95} - Percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	**-0,622**	0,113	0,400
Proporção da variância total explicada	43,71%	21,78%	
Variância explicada acumulada	43,71%	65,49%	

Nota: KMO = 0,700; *Bartlett´s Test of Sphericity* = 388,867, df = 10, Sig. 0,000; *Extraction Method*: *Principal Component Analysis; Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization; Rotation converged in* 3 *iterations.*

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Tabela 26 - Variáveis (e suas respectivas cargas fatoriais), que caracterizam os domicílios familiares dos municípios do estado da Bahia

Fator	Carga fatorial
Fator 1K (F1K) – Relação entre infraestrutura dos domicílios, escolaridade e vulnerabilidade da população (rural e urbana)	
X_{91} – Percentual da população em domicílios com energia elétrica	0,735
X_{92} – Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada	0,748
X_{94} – Percentual de pessoas em domicílio em que ninguém tem fundamental completo	-0,836
X_{95} – Percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	-0,622
Fator 2K (F2K) – Domicílios com coleta de lixo	
X_{93} – Percentual da população em domicílios com coleta de lixo	0,960

As cargas fatoriais presentes nas Tabelas 25 e 26, e que estão em negrito, foram interpretadas quando assumiam valores superiores a 0,6. O Fator 1K (F1K) está positiva e fortemente associado à variável X_{91} (Percentual da população em domicílios com energia elétrica) e X_{92} (Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada);

porém, esse mesmo fator está negativa e fortemente relacionado à variável X_{94} (Percentual de pessoas em domicílio em que ninguém tem fundamental completo) e X_{95} (Percentual de pessoas em domicílio vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos).

Sendo assim, conforme a Tabela 26, o Fator 1K (F1K) é nomeado "Relação entre infraestrutura dos domicílios, escolaridade e vulnerabilidade da população (rural e urbana)". O Fator 2K (F2K) está positiva e fortemente relacionada a apenas uma variável, X_{93} (Percentual da população em domicílios com coleta de lixo), por isso foi nomeado "Domicílios com coleta de lixo".

4.5 Considerações finais

Na primeira parte desse capítulo foram apresentadas as características socioeconômicas, culturais e ambientais do estado da Bahia em comparação às especificidades do Brasil para o ano de 2010. Os resultados apontam que, considerando o percentual da população que reside no meio rural e de estabelecimentos cujo proprietário é agricultor familiar, a Bahia pode ser classificada como um estado de perfil rural. Quanto à pobreza e extrema pobreza, os níveis chegam a quase o dobro do verificado para o Brasil, por isso mais da metade das famílias baianas recebem recursos do programa Bolsa Família.

Pelo IDH-M a Bahia possui nível médio de desenvolvimento, e o Índice de *Theil-L* indica que há considerável desigualdade inter e intragrupos. Ao avaliar as diferentes medidas de rendimento (renda per capita, renda per capita média do décimo mais rico, renda média dos ocupados, percentual dos ocupados com rendimento até um salário mínimo e percentual da renda proveniente do trabalho) verificou-se que a Bahia possui níveis bastante inferiores quando comparado aos níveis do Brasil. As condições da pobreza, do desenvolvimento e da desigualdade podem também ser reflexo da reduzida participação social, que foi representada pela associação ou não dos estabelecimentos agropecuários a cooperativas e/ou entidades de classes, e pelo nível de comparecimento dos eleitores nas eleições.

O PIB per capita da Bahia é bastante inferior ao do Brasil, mas a estrutura das atividades econômicas é muito semelhante: elevada participação do setor de serviços no valor adicionado e reduzida participação do setor agropecuário. Na Bahia é baixo o desempenho autônomo da economia local, porque maior parte da receita corrente é oriunda de transferências intergovernamentais (principalmente do FPM) e pequena parte é oriunda da contraprestação direta de bens e serviços gerados no próprio território, em termos de arrecadação tributária.

Em relação à estrutura fundiária, da mesma forma que o Brasil, a Bahia apresenta concentração de terras forte a muito forte, embora a área média dos estabelecimentos baianos seja muito inferior à do Brasil; isso porque a Bahia possui maior percentual de pequenos estabelecimentos e menor percentual de grandes estabelecimentos.

Na Bahia a produtividade econômica dos estabelecimentos agropecuários é maior que a do Brasil, quando se considera o valor dos financiamentos contraídos. Porém, essa produtividade é reduzida e menor que a do Brasil quando se considera os investimentos e o pessoal ocupado no setor agropecuário. Em termos de modernização (investimentos, financiamentos acesso à energia elétrica e orientação técnica), o potencial agropecuário da Bahia é bastante inferior ao do Brasil.

Sobre a situação ambiental, quando avaliada as práticas benéficas, tais como manutenção de áreas com matas e florestas naturais, com pastagens naturais e demais práticas agrícolas (pousio, recuperação de pastos e rotação de culturas e pastagens), a Bahia não difere do Brasil, pois carecem de políticas de conscientização e apoio aos estabelecimentos que decidam preservar o meio ambiente, mantendo e/ou ampliando as áreas naturais e as práticas agrícolas de preservação do solo.

Das práticas prejudiciais ao meio ambiente (o uso de agrotóxicos, adubação, corretivos e queimadas), os estabelecimentos agropecuários da Bahia os utilizam em menor proporção do que os do Brasil. Analisando a questão ambiental pela ótica dos domicílios, o meio rural da Bahia e do Brasil merecem maior atenção e investimentos públicos, no que diz respeito à coleta de lixo e, principalmente, de rede geral de esgotamento pluvial.

Quanto aos aspectos educacionais, os resultados indicam que a situação da Bahia e do Brasil têm muitas semelhanças, porque tanto para as crianças como para os adultos a presença nos estabelecimentos de ensino é reduzida, a taxa de analfabetismo é elevada e poucos conseguiram concluir o ensino fundamental, médio e, principalmente, o superior. Nas diferenças, o estado da Bahia apresenta-se ainda mais carente de investimentos públicos na área da educação.

Do mesmo modo, há muitas semelhanças entre a Bahia e o Brasil quanto à situação ocupacional. Poucos são empregadores e trabalhadores do setor público e somente ¼ trabalham por conta própria. Todavia, na Bahia a taxa de desocupação é maior que a do Brasil e o grau de formalização dos ocupados é menor, não alcançando nem a metade do total dos ocupados. Analisando a distribuição dos ocupados por setor de atividade, a Bahia e o Brasil apresentam o setor de serviços como o mais importante. Contudo, na Bahia o setor

agropecuário aparece como o segundo mais importante, diferente do Brasil em que o setor comercial é o segundo que mais contrata mão de obra.

Quantos aos aspectos de saúde e longevidade, para muitos dos indicadores a Bahia e o Brasil se aproximam. A mortalidade infantil é elevada, mas a esperança de vida ao nascer está acima dos 70 anos, o que torna alta a razão de dependência. Avaliando os domicílios familiares, a grande maioria, tanto na Bahia quanto no Brasil, possuem energia elétrica e coleta de lixo. O acesso a banheiro e à água encanada é mais restrito, principalmente nos domicílios baianos. O percentual de domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos na Bahia supera o percentual do Brasil.

Na segunda parte das análises desse capítulo buscou-se "Identificar os componentes principais representativos das características dos municípios baianos no ano de 2010". Para tanto, foram consideradas 72 variáveis representativas das condições socioeconômicas, culturais e ambientais dos 414 municípios do estado da Bahia. A partir desse banco de dados foi estimado, por grupos de variáveis, a AF pelo MCP que condensa a informação contida em um grupo de variáveis originais em um grupo menor de variáveis, denominadas fatores. O intuito foi apresentar o conjunto de características dos municípios baianos de forma mais resumida, sem perder informações relevantes.

Os resultados apontaram que 25 fatores são capazes de representar resumidamente as características dos municípios baianos. Considerando os aspectos demográficos dois fatores foram estimados: o Fator 1A (Presença da população rural e agricultores familiares) e o Fator 2A (Presença de indígenas e assentados). Em relação à situação da pobreza, do desenvolvimento, da desigualdade e da renda, dois fatores foram extraídos: Fator 1B (Pobreza medida pela renda) e o Fator 2B (Desigualdade de renda). Quanto à participação social, dois fatores foram estimados: Fator 1C (Associações de representação econômica e políticas) e o Fator 2C (Associação a entidades de classes).

Se tratando das estruturas das atividades econômicas, dois fatores foram extraídos: Fator 1D (Relação entre participação de setor serviços públicos e o setor industrial) e o Fator 2D (Relação entre participação do setor de serviços privados e o setor agropecuário). Considerando a estrutura fundiária, dois fatores foram estimados: Fator 1E (Médios e grandes estabelecimentos agropecuários) e o Fator 2E (Pequenos estabelecimentos agropecuários). O potencial agropecuário pode ser representado por dois fatores extraídos: Fator 1F (Produtividade econômica) e o Fator 2F (Infraestrutura agropecuária).

Em relação à situação ambiental, quatro fatores foram estimados: Fator 1G (Percentual da área natural nos estabelecimentos), o Fator 2G (Domicílios rurais com serviços de esgoto e

lixo), o Fator 3G (Estabelecimentos que degradam o solo) e o Fator 4G (Presença de monocultura). No que diz respeito aos aspectos educacionais, dois fatores foram extraídos: Fator 1H (Relação entre escolaridade e analfabetismo) e o Fator 2H (Relação entre crianças fora da escola e expectativa de anos de estudo). Quanto à situação ocupacional, três fatores foram estimados: Fator 1I (Ocupados formais no comércio/serviços e entre empregadores), o Fator 2I (Taxa de atividade entre trabalhadores conta própria) e o Fator 3I (Trabalhadores do setor público).

Considerando os aspectos da saúde e longevidade, dois fatores foram extraídos: o Fator 1J (Relação entre mortalidade infantil e sobrevivência) e o Fator 2J (Relação entre fecundidade e razão de dependência). Por fim, as características dos domicílios familiares são representadas por dois fatores: o Fator 1K (Relação entre infraestrutura dos domicílios, escolaridade e vulnerabilidade da população) e o Fator 2K (Domicílios com coleta de lixo).

Cada um dos 25 fatores estimados corroboram as primeiras análises baseadas na disposição dos dados originais, de que o estado da Bahia tem população com perfil rural, grande maioria dos estabelecimentos agropecuários de propriedade de agricultores familiares, baixos rendimentos, elevado nível de pobreza, grande desigualdade de renda e reduzido desenvolvimento municipal. Além disso, mesmo diante dessas condições, a participação social é diminuta, principalmente quando se considera o meio rural.

No estado da Bahia o setor de serviços é o que mais contribui na geração do valor adicionado, principalmente quando se trata de serviços públicos. É reduzida a participação do setor industrial no valor adicionado, e o setor agropecuário é o que menos contribui. A estrutura fundiária é bastante concentrada, embora existam muito pequenos proprietários com estabelecimentos que possuem entre 0 e 20 hectares. Como um estado de perfil rural, e que registra significativo percentual dos ocupados atuantes no setor agropecuário, também torna-se necessário ampliar o grau de formalização nesse setor.

O potencial agropecuário baiano, em termos de produtividade econômica e modernização, pode ser mais qualificado, assim como as condições que definem a situação ambiental, tais como a manutenção e/ou ampliação das áreas naturais, de domicílios rurais com acesso ao esgotamento sanitário e coleta de lixo. Também é preciso persistir na redução de práticas que degradam o solo (como o uso de queimadas e corretivos) e na presença de monoculturas.

No estado da Bahia é preciso criar maiores condições de acesso e permanência da população de crianças e de adultos na escola, para reduzir a taxa de analfabetismo e o nível de escolaridade. Embora a esperança de vida ao nascer, a probabilidade de sobrevivência até 60

anos de idade e o acesso à coleta de lixo, a banheiros e a água encanada seja relativamente alta, a taxa de mortalidade infantil e o percentual de pessoas vulneráveis à pobreza precisa ser reduzida.

CAPÍTULO 5 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (IDR): UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA OS TERRITÓRIOS DO ESTADO DA BAHIA

Esse capítulo tem a finalidade de "Descrever as características dos territórios do estado da Bahia" e "Propor um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) dos municípios dos territórios baianos". A intenção é avaliar em quais aspectos os territórios são ou não semelhantes entre si e verificar se são ou não constituídos por municípios homogêneos, em consonância com a noção teórica, analítica e normativa de território.

Conforme destacado no Capítulo 2, especificamente no final da seção 2.5, e apresentado no Quadro 2, do total dos 417 municípios baianos existentes no ano de 2010[29] apenas 161 municípios foram distribuídos nos nove diferentes territórios contemplados concomitantemente pelos três programas públicos de cunho territorial, um de âmbito do governo estadual, TIs, e os outros dois de âmbito do governo federal, TRs e TCs: i) Irecê; ii) Velho Chico; iii) Chapada Diamantina; iv) Sisal; v) Litoral Sul; vi) Baixo Sul; vii) Sertão do São Francisco; viii) Semiárido Nordeste II; e ix) Itaparica.

Como ficaria muito fadigosa e repetitiva a análise dos 161 municípios dos nove territórios, foi selecionado entre eles um dos territórios menos desenvolvidos e um dos territórios mais desenvolvidos para discutir minuciosamente as suas características. Para tanto, utilizou-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do ano de 2010, para estimar o IDH de cada território pela média ponderada, ao considerar a população de cada município pertencente ao respectivo território.

De acordo com o IDH dos territórios baianos (Anexo H), um dos mais desenvolvido é o Território Litoral Sul (IDH: 0,646), e um dos menos desenvolvido é o Território do Sisal (IDH: 0,579). Ademais, esses dois territórios foram objetos da pesquisa e acompanhamento por parte da SDT/MDA, com vistas à aquisição de informações que foram dispostas pelo Sistema de Gestão Estratégica (SGE)[30]. Por essas razões, nesse capítulo somente dois territórios serão alvos de discussão, com a finalidade de ampliar o leque de informações.

[29] Como esclarecido no Capítulo 4, especificamente na seção 4.1.1, o Censo Agropecuário 2006 e o Censo Demográfico 2010, do IBGE, apresentam o conjunto de dados mais recente, capaz de identificar o nível de desenvolvimento municipal.

[30] O SGE é uma ferramenta que a SDT/MDA disponibiliza para que os Colegiados Territoriais e os diferentes gestores da Política de Desenvolvimento Territorial qualifiquem seu próprio desempenho a partir da gestão de informações e de processos de comunicação.

Nesse intuito, foram considerados os dados originais relacionados às seguintes variáveis apresentadas nos Quadros 4 ao 14[31]: X_1, X_2, X_3, X_5, X_6, X_7, X_8, X_{10}, X_{11}, X_{12}, X_{13}, X_{24}, X_{25}, X_{27}, X_{33}, X_{34}, X_{35}, X_{36}, X_{37}, X_{38}, X_{39}, X_{40}, X_{41}, X_{42}, X_{43}, X_{44}, X_{45}, X_{46}, X_{47}, X_{48}, X_{49}, X_{50}, X_{51}, X_{52}, X_{53}, X_{54}, X_{55}, X_{56}, X_{58}, X_{59}, X_{67}, X_{71}, X_{73}, X_{74}, X_{75}, X_{85}, X_{87}, X_{92}, X_{93} e X_{95}. Ademais, o número de municípios e a população média foram avaliados.

Sendo assim, esse capítulo é dividido em três seções. A primeira seção apresenta as características do Território Litoral Sul e do Território do Sisal, tendo como referência as peculiaridades do estado da Bahia. Já a segunda descreve os procedimentos adotados para a estimativa do IDR, apresenta e discute os resultados do IDR dos municípios de cada território. Finalmente, a terceira e última seção apresenta as considerações finais.

5.1 Caracterização do Território Litoral Sul e do Território do Sisal

Conforme salientado, essa seção objetiva "Descrever as características do Território Litoral Sul e do Território do Sisal", ao realizar uma análise comparativa entre os territórios, e destes em relação às condições do estado da Bahia. De acordo com a Figura 17, em 2010 o estado da Bahia possuía 27 TIs (Anexo E); dentre esses, treze territórios também foram classificados como TRs (Anexo D) e nove como TCs (Anexo F). O Território Litoral Sul é um TC e, como o próprio nome revela, fica localizado na parte litoral, mais ao sul do estado da Bahia. O Território do Sisal é igualmente um TC, mas fica localizado na área nordeste do estado.

Conforme a Figura 18, o Território Litoral Sul é formado por 26 municípios, a saber: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca.

A Figura 19 indica que o Território do Sisal é constituído por vinte municípios: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. Como já justificado no início do Capítulo 4, nesse capítulo não consideramos o desmembramento do município de Serrinha (Serrinha = Serrinha - Barrocas), por isso trabalhamos com dezenove municípios para o Território do Sisal.

[31] Esses Quadros, apresentados no início do Capítulo 4, pontuam detalhadamente todas as variáveis utilizadas na parte empírica dessa Tese.

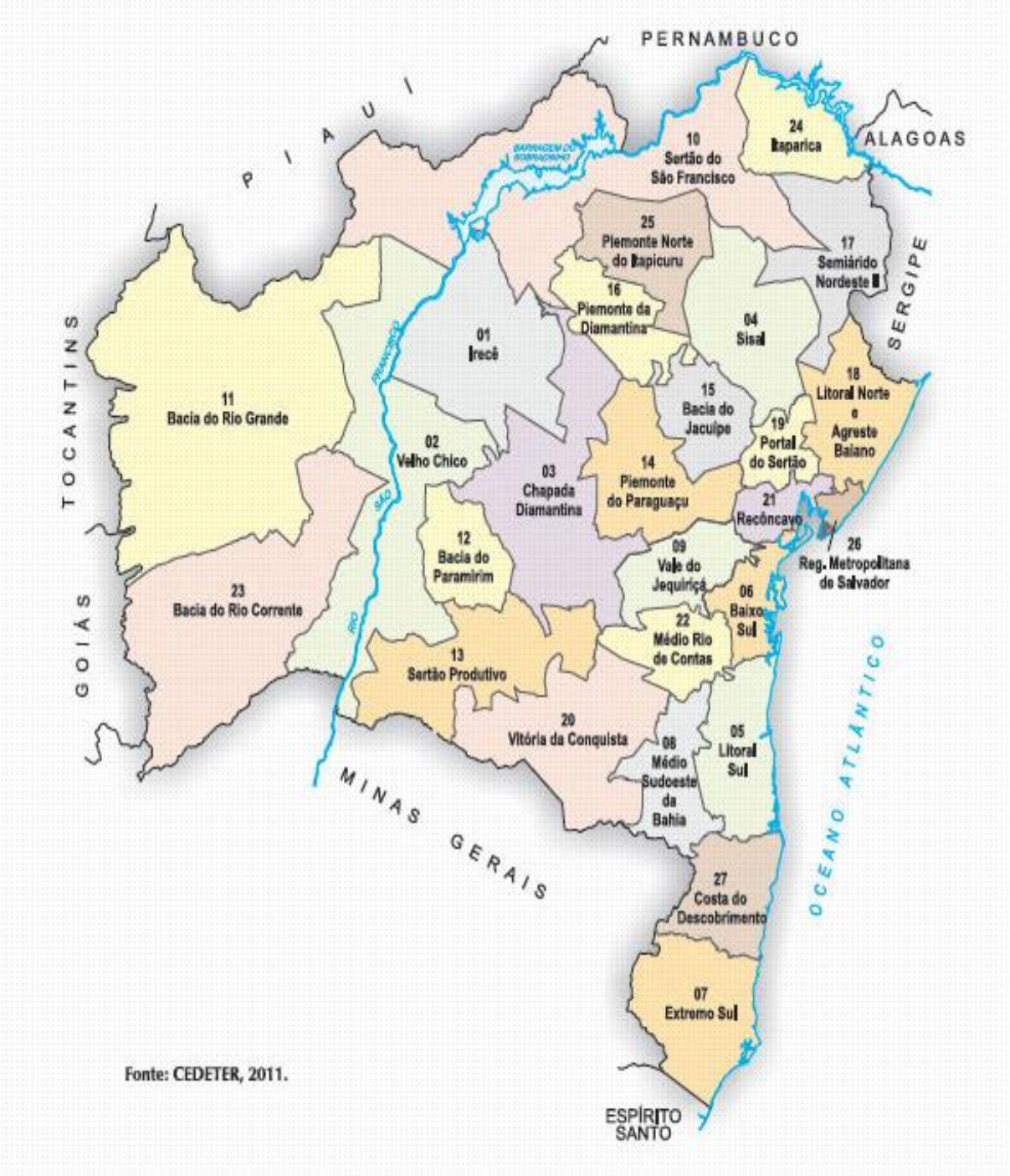

Figura 17 - Mapa do estado da Bahia com a delimitação dos Territórios da Identidade (TIs), e localização do Território Litoral Sul e do Território do Sisal, em 2011

Fonte: Bahia (2011).

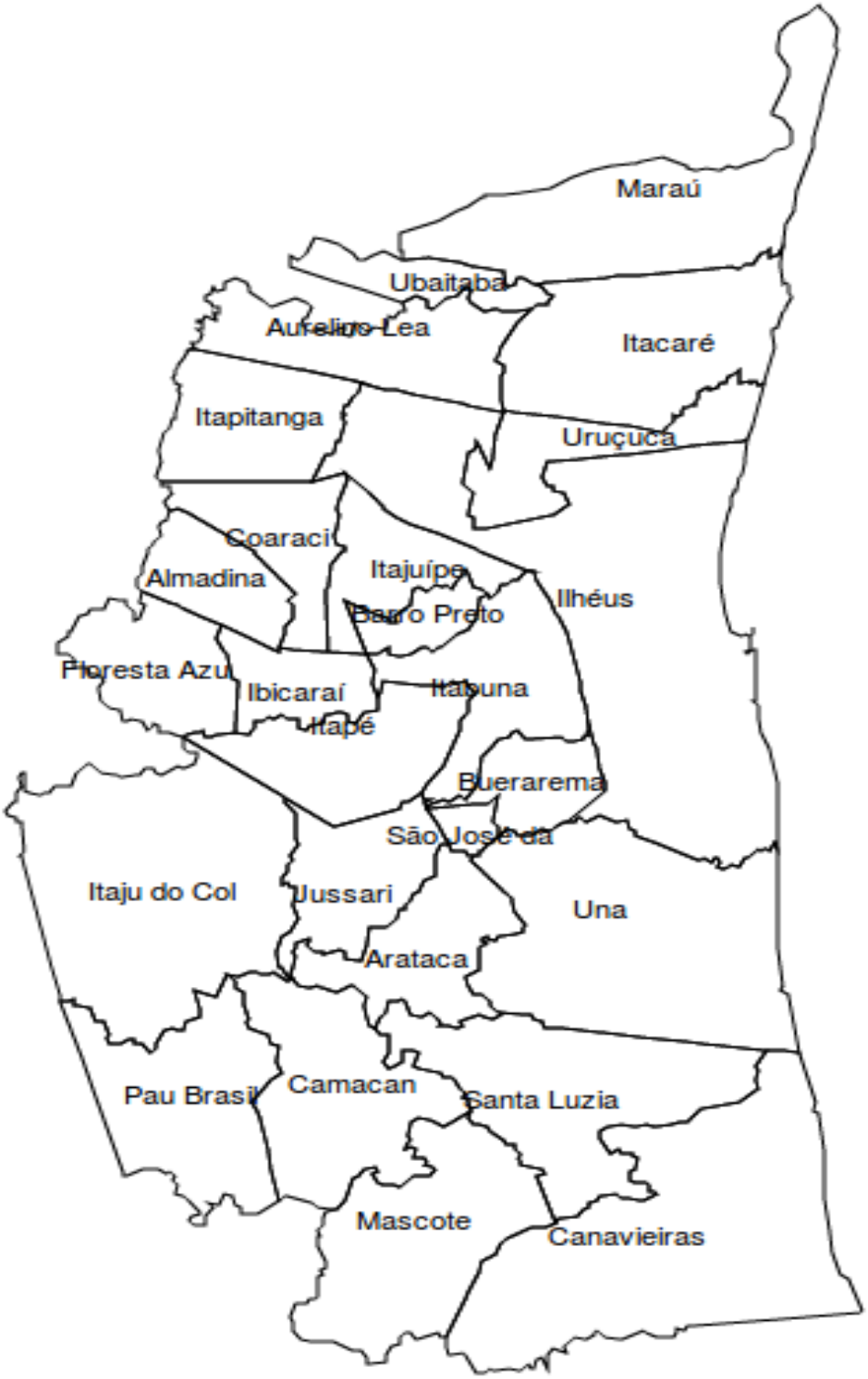

Figura 18 - Mapa do Território Litoral Sul do estado da Bahia, em 2010

Fonte: Dados de pesquisa.

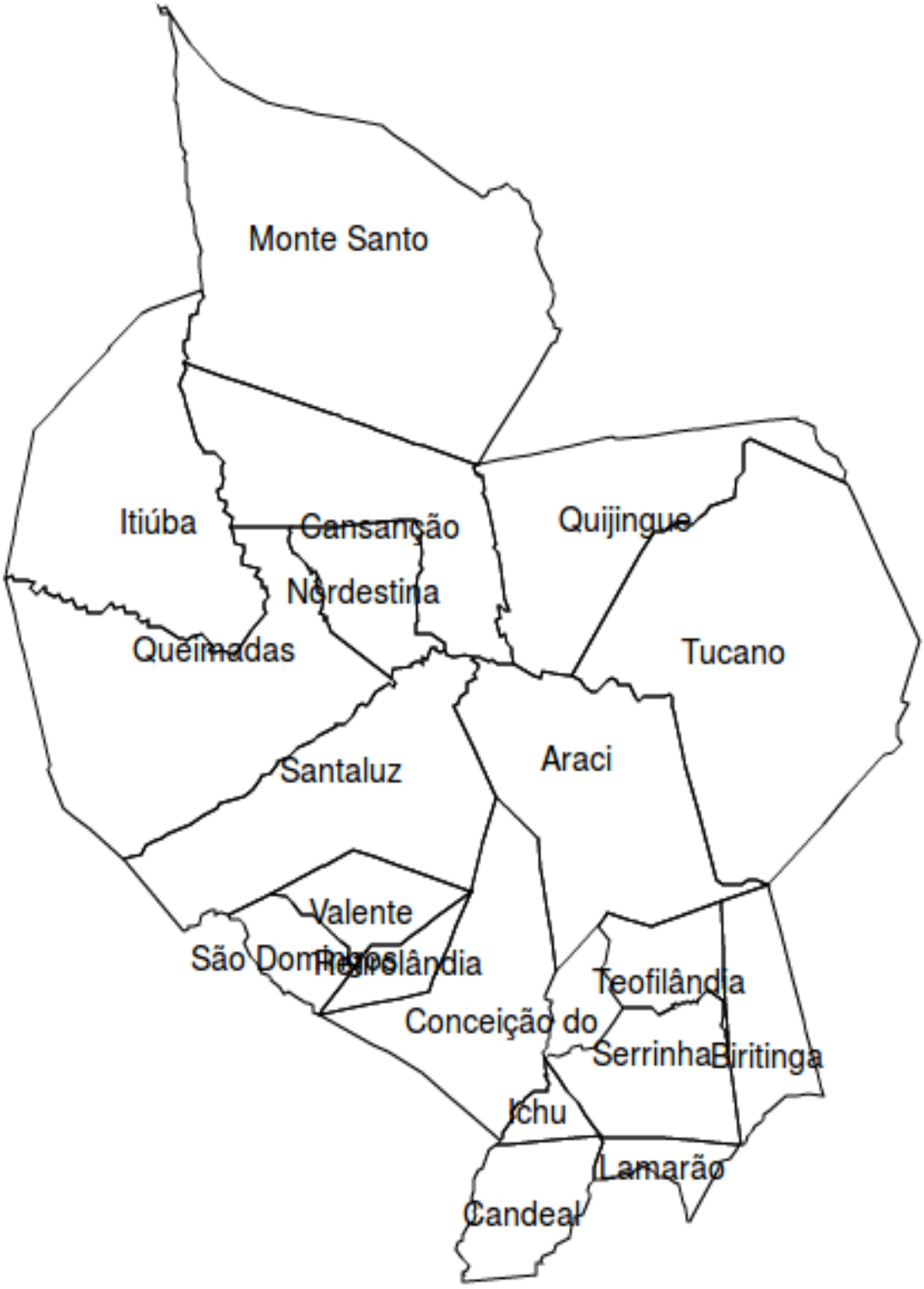

Figura 19 - Mapa do Território do Sisal do estado da Bahia, em 2010

Fonte: Dados de pesquisa.

Em relação à delimitação de um território, uma microrregião geográfica é considerada rural quando possui densidade demográfica de até 80 hab./km² e população média de até 50.000 habitantes por município componente (SILVA, 2012, CORREA, 2010; ORTEGA, 2008). Segundo Jesus (2013), a demarcação de pequenos territórios na Espanha se dá a partir do número de habitantes, do número de municípios e do tamanho máximo da área, com o objetivo de promover a coesão história, cultural, social e econômica de áreas próximas e homogêneas, que possuem necessidades e expectativas comuns. Tomando como exemplo dois territórios rurais pioneiros espanhóis, o autor descreve que o Território *Médio Guadalquivir* agrupa treze municípios com área total de 1.161,2 km^2, cuja população total é de 97.112 habitantes; já os Territórios *Guadajoz* e *Campiña* agrupam somente cinco municípios, em 727,5 km^2 e população total de 39.661 habitantes. Já um município é classificado como rural quando possui densidade demográfica de até 80 hab./km² e população total até 50.000 habitantes[32].

Conforme a Tabela 27, o Território Litoral Sul pode ser considerado de perfil rural porque possui população média de 29.718,58 pessoas e tem densidade demográfica de 52,69 hab./km^2. Todavia, o referido território é composto por 26 municípios, numa área de 14.665 km^2 e registra população total de 772.683 habitantes, apresentando assim extensa área e população total, que dificulta a coesão territorial, econômica e social. O Território do Sisal também pode ser classificado como rural quando se considera a população média (29.116,45 pessoas) e a densidade demográfica (28,55 hab./km^2). Do mesmo modo esse território, que é formado por vinte municípios, num área de 20.399 km^2, e possui população total de 582.329 habitantes, tem sua coesão territorial, econômica e social comprometida.

Tabela 27 - Aspectos geográficos e demográficos do Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e Território do Sisal, em 2010

Território	Municípios (unidade)	Área (km^2)	População (habitantes)	Densidade Demográfica (hab./km^2)	População Média
BR	5.565	8.515.767,049	190.755.799	22,43	34.277,77
BA	417	564.733,177	14.016.906	24,82	33.613,68
Litoral Sul	26	14.665	772.683	52,69	29.718,58
Sisal	20	20.399	582.329	28,55	29.116,45

Fonte: IBGE (2013).

[32] Ver a definição designada pela SDT/MDA, presente na seção 1.5 dessa tese.

A Figura 20 apresenta às características demográficas do público prioritário dos programas TRs, TCs e TIs, e indica que o Território Litoral Sul tem pequena proporção de estabelecimentos cuja propriedade é de assentados (7,19%) e reduzida percentual de população indígena (1,34%). Da população total, 25,71% reside no meio rural, mas 60,66% dos estabelecimentos agropecuários pertencem a agricultores familiares. No Território do Sisal somente 1,52% dos proprietários de estabelecimentos agropecuários são assentados e tem ínfima população indígena (0,15%). Contudo, superando as características do Brasil, da Bahia e do Território Litoral Sul, no Sisal 58,12% da sua população vive no meio rural, e semelhante ao Brasil e à Bahia, grande maioria dos estabelecimentos agropecuários, 87,73%, é pertencente a agricultores familiares.

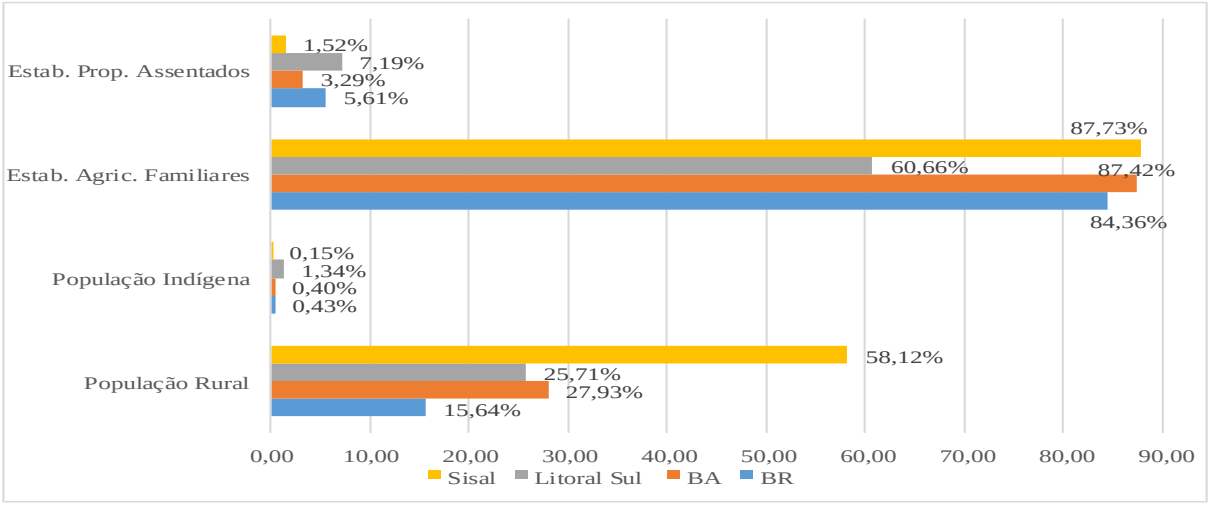

Figura 20 - Características demográficas do público prioritário dos programas TRs, TCs e TIs no Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e no Território do Sisal

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013); Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013) e Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

A Figura 21 apresenta informações quanto à situação da pobreza. O percentual da população pobre no Território Litoral Sul (34,67%) é superior ao da Bahia (28,72%) e do Brasil (15,20%), mas inferior ao do Território do Sisal (42,85%). O mesmo ocorre com as condições de extrema pobreza: o Território Litoral Sul (14,27%) apresenta percentuais superiores ao da Bahia (13,79%) e do Brasil (6,62%), mas inferiores ao percentual registrado para o Território do Sisal (23,57%). Esses resultados, a princípio, destoam dos dados do público beneficiado pelo programa BF, porque o percentual de famílias atendidas no Território Litoral Sul (66,05%) supera o Território do Sisal (60,87%), ambos com percentuais muito superiores ao do Brasil (23,73%).

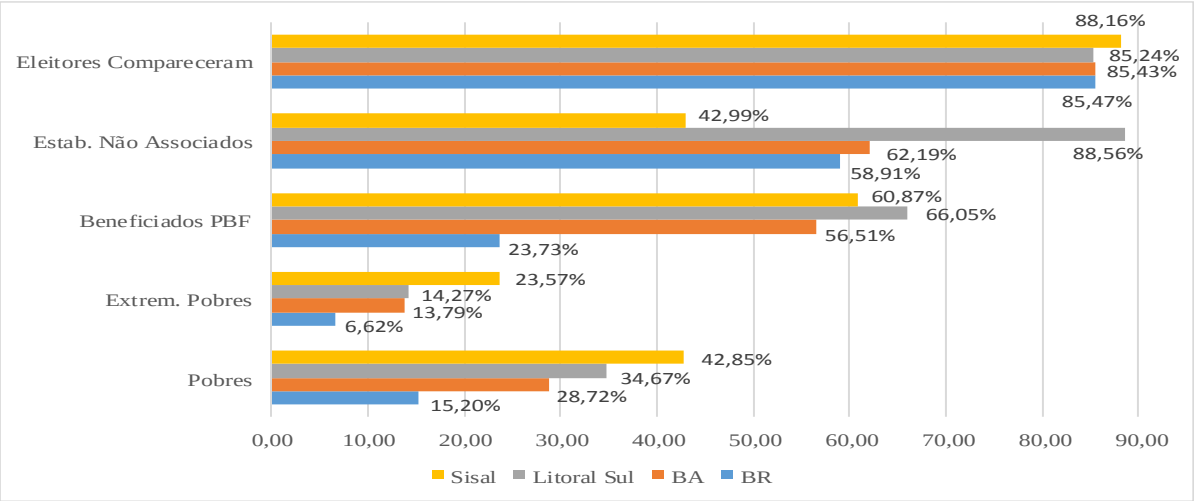

Figura 21 - Situação da pobreza e participação social no Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e do Território do Sisal, como características do público prioritário dos programas TRs, TCs e TIs

Fonte: TSE (BRASIL, 2008b), Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013) e Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Em relação ao processo obrigatório de participação social, relacionado ao comparecimento nas eleições, o Território Litoral Sul e o Território do Sisal apresentam situação semelhante, e quando comparado às condições estaduais e nacionais, em que grande maioria dos eleitores comparecem. Porém, se considerarmos a participação dos estabelecimentos agropecuários em associações, o Território Litoral Sul apresenta características muito mais preocupantes que o Território do Sisal, porque 88,56% e 42,99% dos proprietários, respectivamente, não são associados (Figura 21).

Os dados do IDH-M e do PIB per capita, presentes na Tabela 28, ainda são informações referentes às características do público prioritário definidas pelos programas TRs, TCs e TIs. Quanto ao IDH-M, diferente do Brasil (0,727) e da Bahia (0,660), o Território Litoral Sul (0,593) e o Território do Sisal (0,579) apresentam baixo desenvolvimento. O PIB per capita do Território Litoral Sul (R$5.653,01), embora um pouco maior que o PIB per capita do Território do Sisal (R$4.328,74), é de aproximadamente 1/3 do PIB per capita do Brasil (R$19.763,93), e cerca de metade do valor do PIB per capita do estado da Bahia (R$11.011,02). Dessa forma, tanto pelo IDH-M, como pelo PIB per capita, o Território Litoral Sul e o Território do Sisal satisfazem às exigências dos programas públicos.

Tabela 28 - Nível de desenvolvimento, renda, condições da estrutura fundiária e da modernização dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e do Território do Sisal

Territórios	IDH-M	PIB per capita (R$)	Índice *Gini* (Estrutura Fundiária)	Área Média Estab. Agropecuários (ha)	Estab. com Energia Elétrica (%)	Estab. com Orientação Técnica (%)
BR	0,727	19.763,93	0,872	64,47	69,59	9,32
BA	0,660	11.011,02	0,840	38,84	49,80	2,48
Litoral Sul	0,593	5.653,01	0,688	67,67	45,07	9,59
Sisal	0,579	4.328,74	0,747	22,39	42,42	1,87

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013); Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013) e Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Em relação às finanças públicas, através da Figura 22 verifica-se que, considerando toda a receita corrente municipal, a participação das receitas tributárias é reduzida tanto no Território Litoral Sul (5,03%) como no Território do Sisal (2,87%); além de ser a realidade do território baiano (12,91%). As receitas tributárias são utilizadas como indicadores do nível de desempenho econômico e como medida de autonomia financeira dos municípios, por isso no caso dos territórios aqui estudados, os resultados indicam baixo dinamismo econômico.

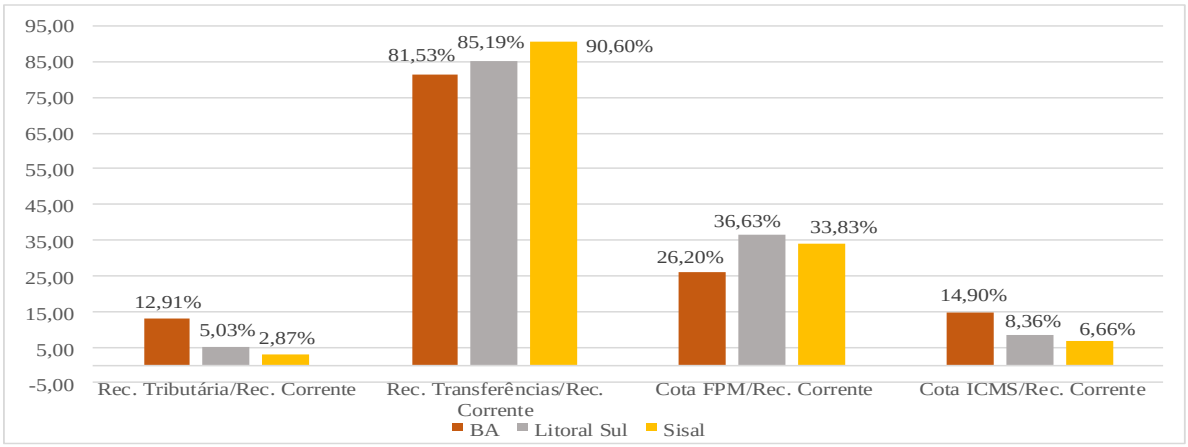

Figura 22 - Finanças públicas da Bahia, Território Litoral Sul e do Território do Sisal

Fonte: Tesouro Nacional (BRASIL, 2014).

As receitas advindas das transferências alcançam 85,19% das receitas correntes do Território Litoral Sul, percentual semelhante ao da Bahia (81,53%), mas pouco inferior ao do Território do Sisal (90,60%). Esses percentuais corroboram os resultados anteriores, os quais sugerem que há forte dependência dos municípios dos recursos repassados pelo governo federal e/ou estadual. Detalhando essas contas públicas, constata-se que a participação da

Cota-Parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (Cota-Parte do ICMS) é inferior à Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (Cota-Parte do FPM), tanto para o Território Litoral Sul como para o Território do Sisal (Figura 22).

Os dados relativos ao meio rural trazem informações importantes quanto aos dois territórios pesquisados. O Índice de *Gini* Estrutura Fundiária apresentado na Tabela 28 revela que no Território Litoral Sul a propriedade da terra tem concentração média à forte (0,688), diferente das condições do Território do Sisal (0,747), da Bahia (0,840) e do Brasil (0,872), de concentração de terras forte a muito forte. A Figura 23 mostra que metade (50,06%) dos estabelecimentos do Litoral Sul são de pequenas propriedades, que possui área entre 0 e 20 hectares; no Sisal essas propriedades perfazem 77,71% do total, semelhante ao caso da Bahia (71,09%). Propriedades com área entre 20 e 50 hectares, são 21,05% no Litoral Sul e 13,53% no Sisal. Por isso, o Litoral Sul registra área média dos estabelecimentos agropecuários de 67,67 hectares, próxima à do Brasil (64,47 hectares), mas o Sisal possui área média bem menor, 22,39 hectares (Tabela 28).

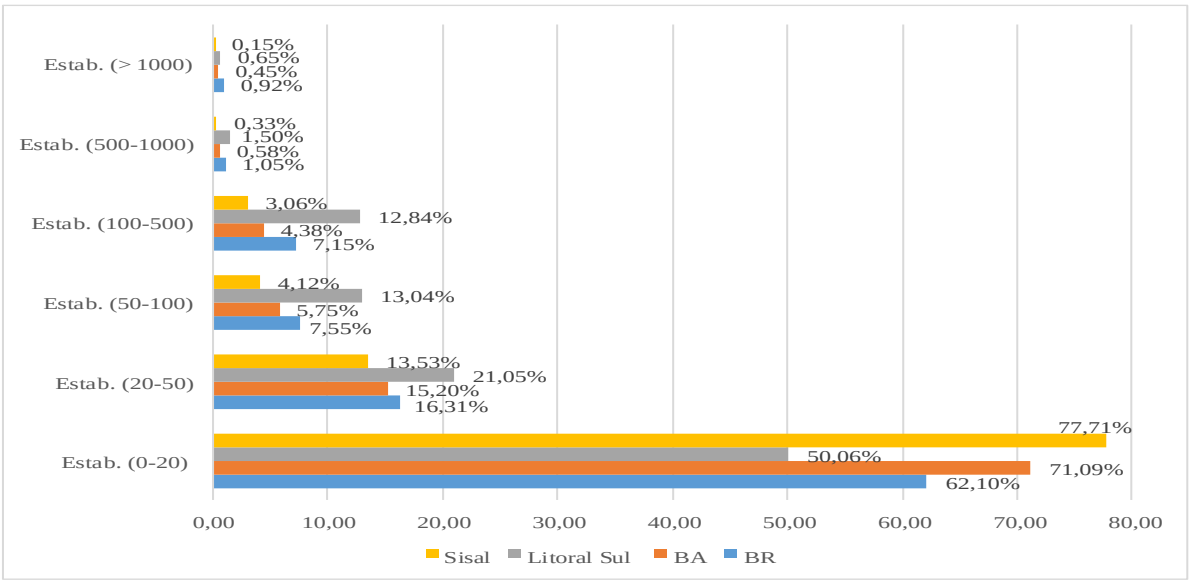

Figura 23 - Estrutura fundiária do Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e do Território do Sisal

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013).

A Tabela 28 ainda apresenta medidas de modernização dos estabelecimentos agropecuários. Quanto ao percentual de estabelecimentos com acesso à energia elétrica, o Território Litoral Sul (45,07%), o Território do Sisal (42,42%) e a Bahia (49,80%) estão aquém da situação brasileira (69,59%). Quanto à orientação técnica, menos de 10% dos estabelecimentos do Litoral Sul e do Brasil tem acesso a esses serviços; no Sisal e na Bahia a

situação é bem pior, pois somente 1,87% e 2,48% dos estabelecimentos obtiveram orientação técnica, respectivamente. A Figura 24 indica que o valor dos financiamentos por estabelecimentos do Litoral Sul (R$1.047,90) é semelhante ao da Bahia (R$1.295,13), mas inferior ao do Brasil (R$4.133,6). O Território do Sisal apresenta ínfimo valor dos financiamentos por estabelecimento, R$311,85. O mesmo ocorre com o valor dos investimentos por estabelecimento, já que o Território Litoral Sul registra maior recurso (R$2.681,85) que o do Sisal (R$569,99).

A Figura 24 também apresenta as condições de produtividade econômica dos estabelecimentos agropecuários. O valor da produção por financiamento do Território Litoral Sul (R$63.481,51) é muito superior ao do Território do Sisal (R$18.298,69); igualmente supera o valor da produção por financiamento da Bahia (R$9.092,61) e do Brasil (R$7.614,97). O mesmo acontece com o valor da produção por investimentos, valor da produção por pessoal ocupado na agropecuária e valor total da produção por estabelecimento, dado que o Território Litoral Sul supera o Território do Sisal.

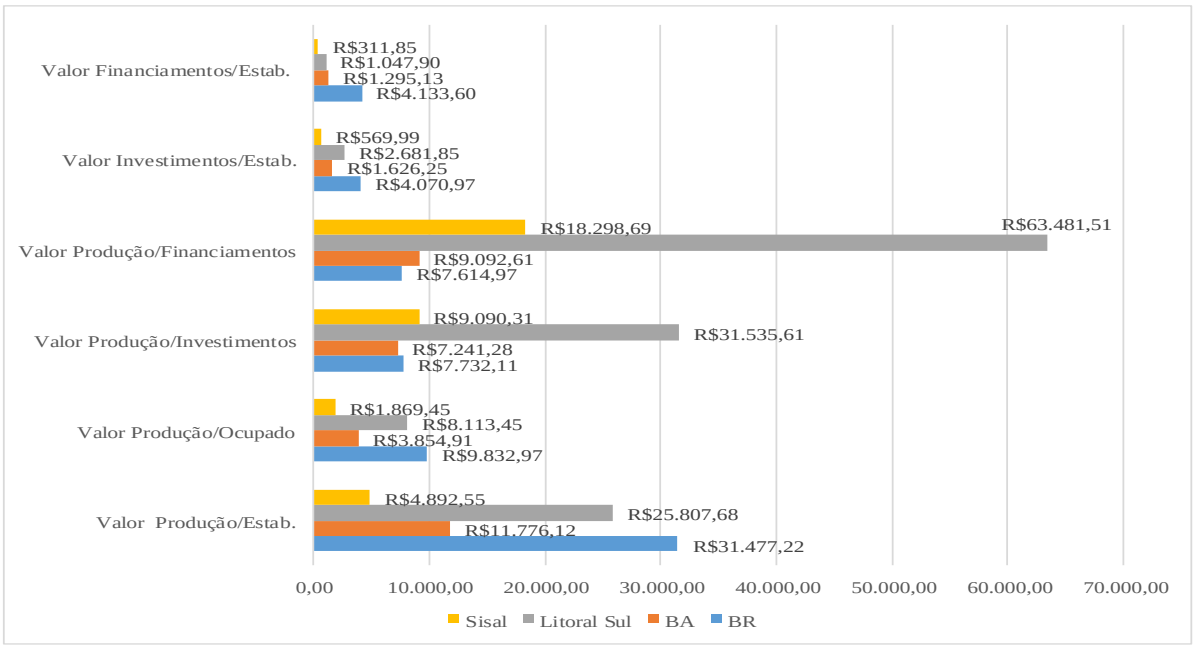

Figura 24 - Modernização e produtividade econômica dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e do Território do Sisal

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013).

A situação ambiental, avaliada por aspectos rurais, está apresentada na Figura 25. Considerando o percentual da área com matas e florestas naturais, o Território Litoral Sul (19,18%) preserva um pouco mais do que o Território do Sisal (14,75%); ambos com níveis

inferiores ao da Bahia (28,71%) e do Brasil (26,07%). A área com pastagens naturais é maior no Litoral Sul (24,25%) do que no Sisal (18,28%). O Território do Sisal utiliza mais queimadas do que o Território Litoral Sul. O uso de agrotóxicos, adubação e corretivos é semelhante nos dois territórios, contudo com níveis inferiores aos utilizados pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

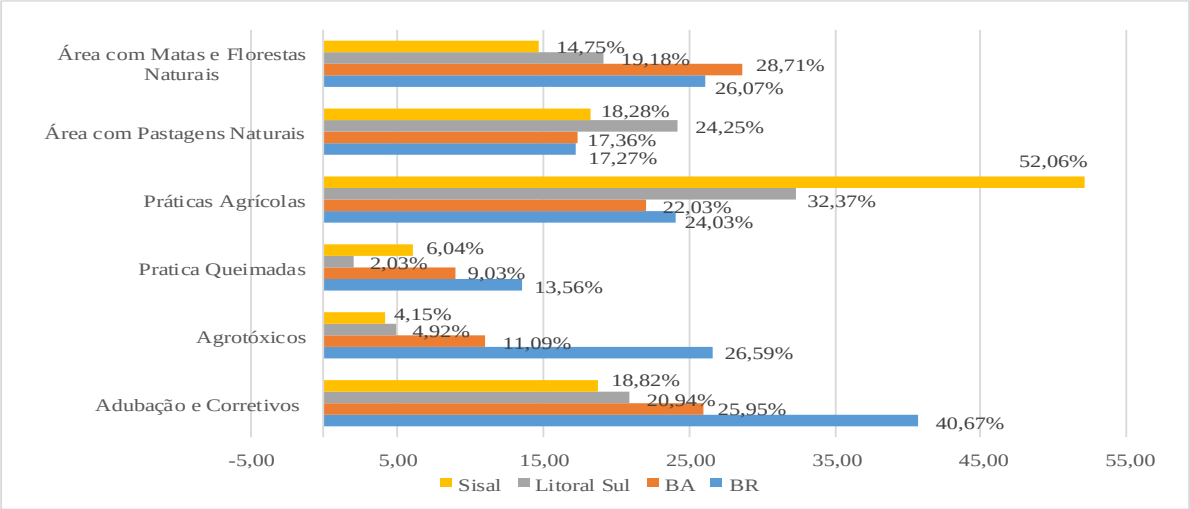

Figura 25 - Situação ambiental dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e Território do Sisal

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013).

A Tabela 29 trata da situação educacional, da saúde e longevidade da população. A taxa de analfabetismo do Território Litoral Sul (26,47%) e do Território do Sisal (27,62%) são superiores a taxa baiana (17,73%) e brasileira (10,19%). Todavia, a expectativa de anos de estudo do Litoral Sul (7,95 anos) é inferior ao Sisal (8,56 anos), que é semelhante ao da Bahia (8,63 anos); mas, todos inferiores ao do Brasil (9,54 anos). A mortalidade infantil do Território Litoral Sul (26,42) é semelhante a do Território do Sisal (28,05), porém bastante superior à do Brasil (16,7). A esperança de vida ao nascer do Litoral Sul (70,44 anos) é análoga à da Bahia (71,97 anos), e pouco superior ao do Sisal (69,87 anos). Praticamente o Território Litoral Sul (56,83%) e o Território do Sisal (56,74%) possuem a mesma razão de dependência, que é mais alta do que da Bahia (48,92%) e do Brasil (45,92%).

Tabela 29 - Situação educacional, da saúde e da longevidade da população do Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e Território do Sisal

Território	Taxa de Analfabetismo (%)	Expectativa Anos de Estudo (anos)	Esperança Vida ao Nascer (anos)	Mortalidade até 1 Ano	Razão de Dependência (%)
BR	10,19	9,54	73,94	16,7	45,92
BA	17,73	8,63	71,97	21,73	48,92
Litoral Sul	26,47	7,95	70,44	26,42	56,83
Sisal	27,62	8,56	69,87	28,05	56,74

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013) e Atlas de Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Segundo a Figura 26, a taxa de desocupação do Território Litoral Sul (11,9%) é quase o dobro da registrada no Território do Sisal (6,99%), que é mais próxima à do Brasil (7,29%). Já o grau de formalização do Litoral Sul (36,15%) é superior a do Sisal (21,75%), porém ambas muito reduzidas quando comparadas aos casos baiano (42,91%) e brasileiro (59,32%). No Território do Sisal 47,79% dos ocupados atuam no setor agropecuário; no Território Litoral Sul 33,95% dos ocupados pertencem ao setor primário, sugerindo que o Sisal tem um perfil mais rural.

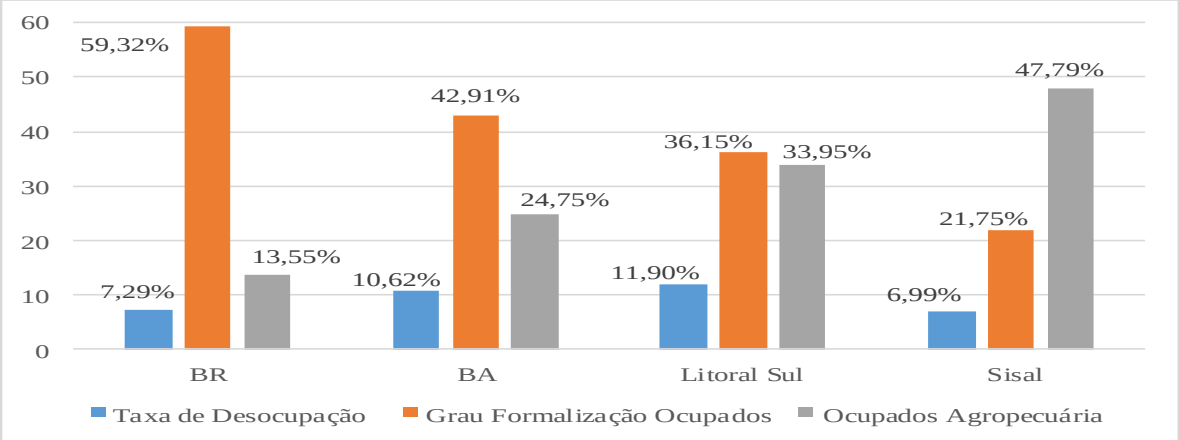

Figura 26 - Situação ocupacional no Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e Território do Sisal

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

As características dos domicílios estão apresentadas na Figura 27. Tanto o Território do Sisal (19,56%), como o Território Litoral Sul (10,60%) estão com reduzidos percentuais da população residindo em domicílios com acesso a banheiro e água encanada, quando na Bahia (77,6%) e no Brasil (87,16%) grande maioria da população tem acesso a esses bens e serviços.

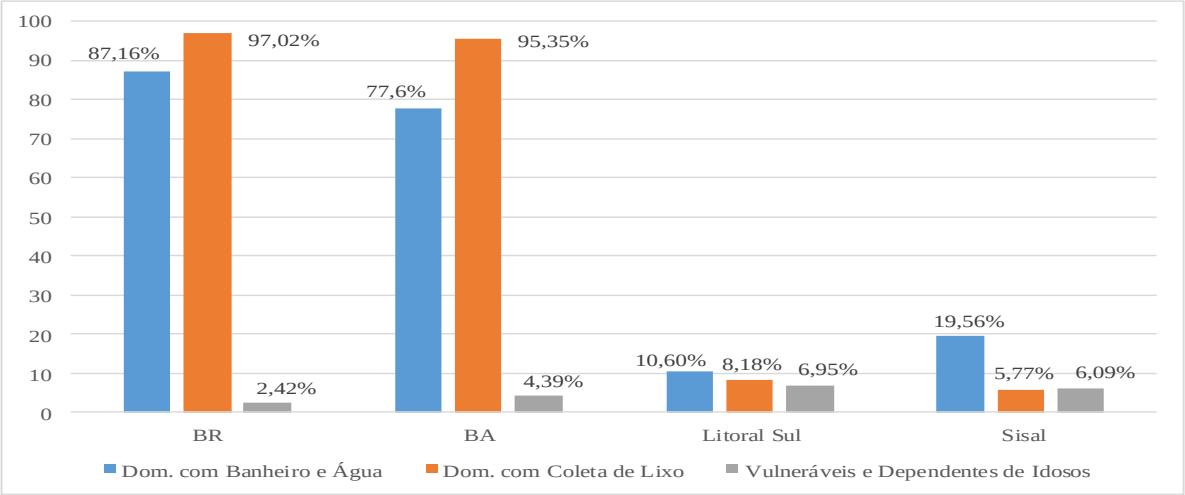

Figura 27 - Características dos domicílios do Brasil, Bahia, Território Litoral Sul e Território do Sisal

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

A Figura 27 também indica que o percentual da população com acesso à coleta de lixo no Território Litoral Sul (8,18%) e no Teritório do Sisal (5,77%) é muito reduzida, fato que não ocorre na Bahia e no Brasil. Quanto ao percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependente de idosos, o Território Litoral Sul (6,95%) e o Território do Sisal (6,09%) apresentam situação semelhante, mas com percentuais mais elevados que na Bahia (4,39%) e no Brasil (2,42%).

5.2 Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) dos municípios do Território Litoral Sul e do Território do Sisal

Essa seção tem por objetivo "Propor um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) para os municípios do Território Litoral Sul e do Território do Sisal". Como um indicador sintético um índice possibilita medir aspectos de uma realidade, fenômeno ou problema, como as desigualdades regionais. Citando Stankiewicz (2010), para Stege (2011, p.43):

> Os indicadores são instrumentos importantes, pois permitem a comparação do progresso entre diferentes países ou dentro de um mesmo país, entre seus estados ou municípios. Dessa forma, os indicadores podem ser utilizados na tomada de decisões, contribuindo para que os recursos sejam destinados às áreas realmente mais carentes.

Por isso, inicialmente será apresentada algumas considerações metodológicas sobre a estimativa do IDR, para em seguida discutir os resultados procurando verificar se os municípios pertencentes a um mesmo território são ou não homogêneos.

5.2.1 Metodologia: considerações sobre a estimativa do IDR

Para estimar o IDR dos municípios do Território Litoral Sul e do Território do Sisal, foram considerados 414 municípios[33] do estado da Bahia. Primeiramente foi realizada uma triagem[34] das variáveis, buscando informações essenciais à análise do desenvolvimento rural e que estivessem relacionadas aos critérios e objetivos dos programas públicos de cunho territorial. Por isso, das 95 variáveis apresentadas nos Quadros 4 ao 14, foram selecionadas 25, a saber: X_5, X_7, X_{10}, X_{11}, X_{13}, X_{14}, X_{20}, X_{24}, X_{25}, X_{27}, X_{28}, X_{37}, X_{45}, X_{46}, X_{51}, X_{57}, X_{59}, X_{67}, X_{71}, X_{73}, X_{74}, X_{85}, X_{86}, X_{92} e X_{93}.

Após essa triagem, tornou-se necessária a inversão do comportamento de algumas variáveis para que estas fossem representadas no sentido positivo (quanto maior proporção de sua ocorrência, maior o desenvolvimento). Isto aconteceu com as variáveis X_{10} (percentual de pobres), X_{11} (percentual de extremamente pobres), X_{14} (Índice de *Gini*), X_{24} (Percentual de estabelecimentos não associados), X_{37} (Índice de *Gini* estrutura fundiária), X_{57} (Percentual da área plantada com a principal cultura), X_{67} (Taxa de analfabetismo), X_{73} (Taxa de desocupação) e X_{86} (Mortalidade até 1 ano de idade), invertidas da seguinte forma:

$$X_{10} = 100 - X_{10}$$
$$X_{11} = 100 - X_{11}$$
$$X_{14} = 1 - X_{14}$$
$$X_{24} = 100 - X_{24}$$
$$X_{37} = 1 - X_{37}$$
$$X_{57} = 100 - X_{57}$$
$$X_{67} = 1 - X_{67}$$
$$X_{73} = 1 - X_{73}$$
$$X_{86} = 1000 - X_{86}$$

Considerando o caráter multidimensional do desenvolvimento rural, a estatística multivariada, especificamente a AF pelo MCP[35] foi aplicada para a estimativa do IDR, conforme trabalhos realizados por Cheng et al (2013), Stege (2011) e Melo e Parré (2007). Isto é, a partir das 25 variáveis selecionadas aplicou-se a AF, determinando o número fixo de sete componentes principais, quando foram estimados os escores fatoriais.

[33] Maiores detalhes quanto à seleção dos municípios baianos ver Capítulo 4, especialmente a seção 4.3.1.
[34] No Capítulo 4, especificamente na seção 4.3.1, as variáveis já tinham sido selecionadas para representarem o desenvolvimento, todavia não necessariamente de caráter rural e territorial. Aqui procurou-se selecionar principalmente as variáveis que representassem a pobreza, o rural e o territorial.
[35] O Capítulo 4, especialmente a seção 4.3.2, traz detalhes sobre a modelagem multivariada, especificamente sobre o modelo de AF pelo MCP.

Segundo Cheng et al (2013), Stege (2011) e Melo e Parré (2007) os escores fatoriais possuem distribuição normal com média zero e variância unitária, por isso são capazes de indicar a posição relativa de cada observação em relação à determinado fator. Como podem assumir valores positivos ou negativos, em módulo quanto mais elevado o valor do escore fatorial mais determinada observação tem elevada influência sobre aquele fator. Dessa forma, a partir da matriz dos escores fatoriais é possível construir um índice para hierarquizar as observações, denominado de Índice Bruto de Desenvolvimento (IBD), como apresentado na expressão a seguir:

$$IBD = \sum_{i=1}^{p} W_i F_i \tag{8}$$

$$W_i = \frac{\lambda_i}{\sum_{i=1}^{p} \lambda_i} \tag{9}$$

$$F_i = \sum_{j=1}^{m} w_{ij} x_{ij} \tag{10}$$

Onde W_i é o peso do componente principal i e F_i é o valor do componente principal i. *Assim*, W_i é a proporção da variância explicada por cada fator e F_i são os escores fatoriais. Ademais, λ_i é a taxa de contribuição do componente principal i, p é o número total de componentes principais selecionados, m é o número total de variáveis, x_{ij} é o valor padronizado da variável j relacionado à observação i, e w_{ij} é o peso da variável j referente à observação i.

De tal modo, Cheng et al (2013), Stege (2011) e Melo e Parré (2007) estimaram o IBD por meio do cálculo da média ponderada dos fatores pertencentes a cada observação, tomando a valor de cada fator ponderado pela sua variância, pois a AF pelo MCP faz com que o primeiro fator contenha o maior percentual de explicação da variância total das variáveis, o segundo fator contenha o segundo maior percentual, e assim por diante. A ponderação pela proporção da variância total elucida a importância relativa de cada fator.

Com base no IBD interpola-se os resultados considerando o maior valor como 100 e o menor valor como 0, estimando o IDR para cada município, os quais foram classificados da seguinte forma:

- Desenvolvimento extremamente alto (EA ou 1) se apresentassem resultados com três desvios-padrão acima da média;
- Desenvolvimento muito alto (MA ou 2) se apresentassem resultados entre dois e três desvios-padrão acima da média;

- Desenvolvimento alto (A ou 3) se apresentassem resultados entre um e dois desvios-padrão acima da média;
- Desenvolvimento médio alto (MDA ou 4) se apresentassem resultados entre a média e um desvio-padrão acima da média;
- Desenvolvimento médio baixo (MDB ou 5) se apresentassem resultados no intervalo entre a média e um desvio-padrão abaixo da média;
- Desenvolvimento baixo (B ou 6) se apresentassem resultados no intervalo entre um e dois desvios-padrão abaixo da média;
- Desenvolvimento muito baixo (MB ou 7) se apresentassem resultados no intervalo entre dois e três desvios-padrão abaixo da média;
- Desenvolvimento extremamente baixo (EB ou 8) se apresentassem resultados com três desvios-padrão abaixo da média.

Quadro 16 - Categorias de desenvolvimento rural

Categoria	Sigla	Desvios-padrão (σ) em torno da média	Número correspondente
Extremamente alto	EA	$EA \geq (M + 3\sigma)$	1
Muito alto	MA	$(M + 2\sigma) \leq MA < (M + 3\sigma)$	2
Alto	A	$(M + 1\sigma) \leq A < (M + 2\sigma)$	3
Médio alto	MDA	$(M) \leq MDA < (M + 1\sigma)$	4
Médio baixo	MDB	$(M - 1\sigma) \leq MDB < (M)$	5
Baixo	B	$(M - 2\sigma) \leq B < (M - 1\sigma)$	6
Muito Baixo	MB	$(M - 3\sigma) \leq MB < (M - 2\sigma)$	7
Extremamente baixo	EB	$EB \leq (M - 3\sigma)$	8

Fonte: Adaptado de Stege (2011).

Assim sendo, a estimativa do grau de desenvolvimento rural de cada município do estado da Bahia foi realizada através dos escores fatoriais, ou seja, dos valores dos fatores para cada um dos 414 municípios. E a classificação em categorias de desenvolvimento foi realizada considerando o Quadro 16.

5.2.2 Resultados do IDR para o Território Litoral Sul e Território do Sisal

O IDR foi estimado considerando todos os 414 municípios baianos. Então, a classificação do IDR para um determinado município é relativa à posição daquele município aos demais municípios do estado da Bahia. A Figura 28 apresenta o Território Litoral Sul, com identificação das categorias dos IDR em 2010. Nenhum município desse território foi classificado com o IDR extremamente alto (EA ou 1), sendo que apenas o município de

Itabuna possui IDR muito alto (MA ou 2). Descrevendo os dados originais utilizados para a estimativa do IDR, verifica-se pela Tabela 25 que Itabuna é um município com perfil urbano, pois registra apenas 2,45% da população residente no meio rural. Do total dos estabelecimentos agropecuários, 62,8% são pertencentes a agricultores familiares, todavia a participação da agropecuária no valor adicionado total é de apenas 0,7% e o índice de *Gini* Estrutura Fundiária é de 0,721 (indicando concentração de terras de forte a muito forte). O valor da produção por estabelecimento agropecuário é de R$29.031,29, sendo que o valor da produção por pessoal ocupado no setor agropecuário é de R$8.323,59 e 69,99% dos estabelecimentos agropecuários possuem energia elétrica.

Dos indicadores da situação ambiental, verifica-se que em Itabuna 98,36% da área dos estabelecimentos agropecuários está sendo utilizada com as plantações da cultura principal e somente 13,95% de toda a área possui matas e florestas naturais. Dos indicadores de participação social, verifica-se que 62,92% dos estabelecimentos agropecuários não são associados (nem a cooperativas e nem a entidades de classe); mas 84,85% dos eleitores compareceram às eleições (Tabela 30).

Em todo o território, Itabuna registra o mais elevado PIB per capita, R$12.612,82, e 75,89% da renda é proveniente de rendimentos do trabalho; mas a taxa de desocupação é de 13,37% e o grau de formalização dos ocupados é de apenas 57,6%. O IDH-M é considerado alto (0,712) e o Índice de *Gini* de 0,560 indica elevada concentração de renda. O município possui 17,09% da população em estado de pobreza e 6,12% em situação de extrema pobreza. A taxa de analfabetismo é de 10,94% e a expectativa é de 9,36 anos de estudo. A esperança de vida ao nascer é de 73,42 anos de idade e 18,1% das crianças nascidas morrem antes de completar um ano de idade (Tabela 31).

A Figura 28 indica que o município de Ilhéus foi o único classificado como IDR alto (A ou 3). Ilhéus possui pequena proporção da população residindo no meio rural, 15,72%, mas do total dos estabelecimentos 57,38% pertence a agricultores familiares e somente 4,74% do valor adicionado total é gerado pelo setor agropecuário; o Índice de *Gini* Estrutura Fundiária (0,712) revela concentração forte a muito forte das terras. O município registra valor da produção por estabelecimento no montante de R$24.417,21 e valor da produção por pessoal ocupado no setor agropecuário de R$6.985,29, quando 53,97% dos estabelecimentos tem acesso à energia elétrica (Tabela 30).

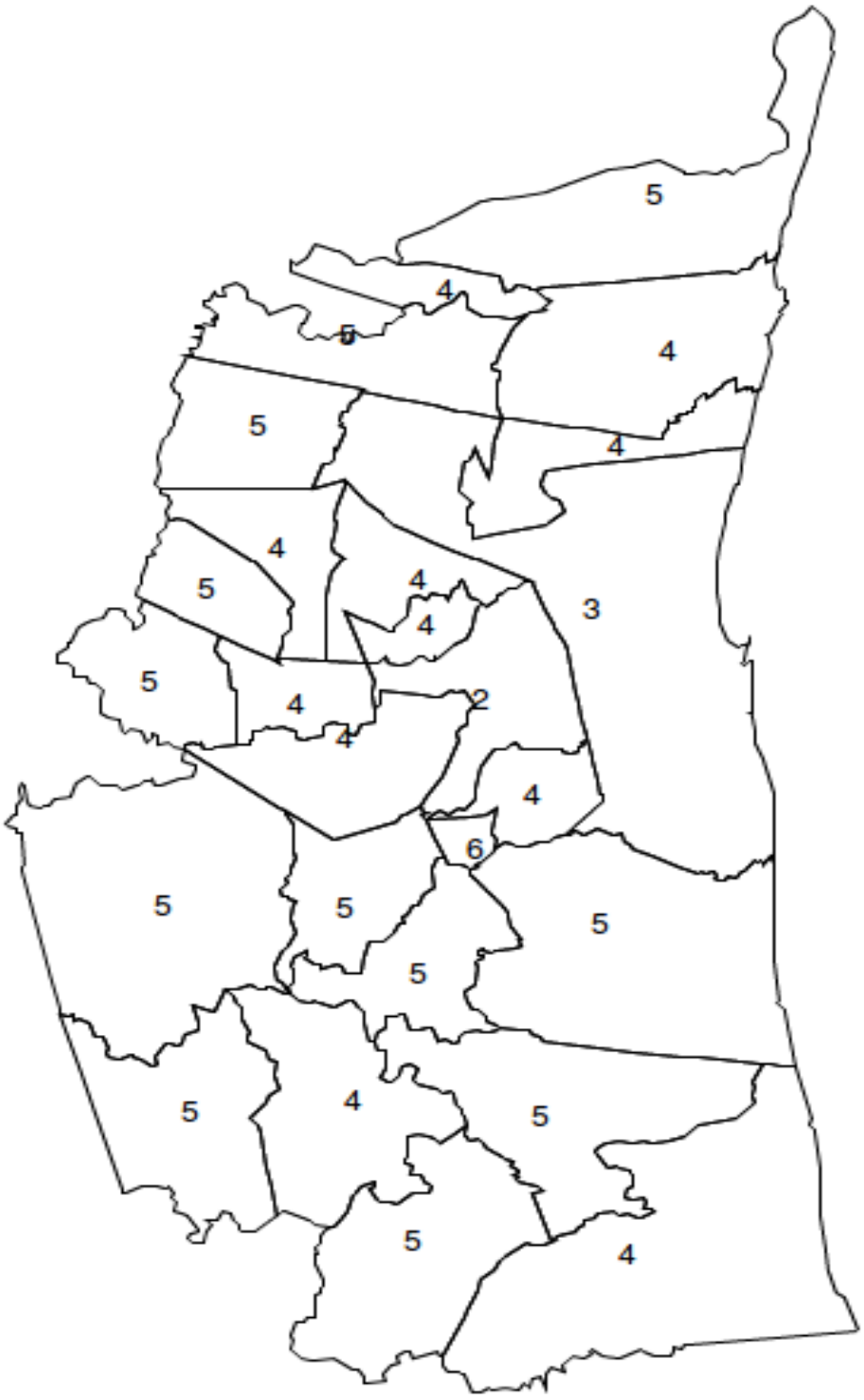

Figura 28 - Território Litoral Sul, com identificação das categorias dos Índices de Desenvolvimento Rural (IDR), em 2010

Fonte: Dados de pesquisa.

Considerando a questão ambiental em Ilhéus, a Tabela 30 mostra que, do total área plantada, 94,19% está ocupado com a principal cultura e 22,32% com matas e florestas naturais. Com relação à participação social, 78,06% dos estabelecimentos agropecuários do município não são associados (nem a cooperativas e nem a entidades de classes), e 78,14% dos eleitores compareceram às urnas para exercer seus direitos políticos.

O PIB per capita de Ilhéus é de R$12.243,02, o segundo maior do território; 71,15% dos rendimentos são oriundos do trabalho, mas a taxa de desocupação é de 12,08% e o grau de formalização entre os ocupados é de 54,71%. O IDH-M (0,690) classifica o município como de desenvolvimento médio e o Índice de *Gini* (0,580) indica elevada concentração de renda. Do total da população, 19,66% são classificados como pobres e 6,86% com extremamente pobres. A taxa de analfabetismo é de 13,25% e a expectativa é 8,61 anos de estudo. A expectativa de vida é de 73,47 anos e a mortalidade infantil alcança 18% das crianças, quando somente 8,53% dos domicílios ilheenses possuem banheiro e água encanada e apenas 5,27% possuem o serviço de coleta de lixo (Tabela 31).

Conforme a Figura 28, os municípios do Território Litoral Sul com IDR médio alto (MA ou 4) são: Ubaitaba, Itacaré, Uruçuca, Coaraci, Itajuípe, Barro Preto, Ibicaraí, Itapé, Buerarema, Camacan e Canavieiras. Contudo, observando as características desses municípios é possível verificar muitas diferenças. Enquanto Coaraci possui 8,75% da população residindo no meio rural, Itacaré possui 43,9%. Dos estabelecimentos agropecuários, Barro Preto possui 41,9% de propriedade dos agricultores familiares e Itacaré 87,66%. Em Ubaitaba do valor adicionado total, 5,05% é relativo ao setor agropecuário, mas em Barro Preto esse percentual chega a 21,71%. A estrutura fundiária é menos concentrada em Ibicaraí (Índice de *Gini* = 0,533) e mais concentrada em Canavieiras (Índice de *Gini* = 0,746) (Tabela 30).

A Tabela 30 indica que o maior valor da produção por estabelecimento é o de Barro Preto (R$51,504,76) e o menor é o de Itacaré (R$5.688,70). O valor da produção por pessoal ocupado no setor agropecuário é maior em Coaraci (R$11,985,01) e menor em Itacaré (R$2.641,03). Do total de estabelecimentos, 65,24% possui energia elétrica em Barro Preto, enquanto apenas 22,86% possuem esse serviço em Canavieiras.

Tabela 30 - Características rurais, situação ambiental e participação social dos municípios do Território Litoral Sul, estado da Bahia

Município	Pop. Rural (%)	Estab. Agric. Familiares (%)	Participação Agropecuária no V.A. (%)	Índice *Gini* Estrutura Fundiária	Valor Produção por Estab. (R$)	Valor Produção por Pessoal Ocupado (R$)	Estab. com Energia Elétrica (%)	Área Plantada Principal Cultura (%)	Área Matas e Florestas Naturais (%)	Estab. Não Associados (%)	Eleitores Compareceram (%)
Almadina	20,09	50,22	23,38	0,655	26.959,64	9.512,66	56,50	91,67	18,51	91,48	87,17
Arataca	46,23	53,19	36,75	0,626	30.808,86	6.369,99	47,23	93,07	37,62	81,44	91,39
Aurelino Leal	15,95	49,34	19,68	0,696	29.378,85	11.351,49	55,51	92,32	9,16	99,12	71,80
Barro Preto	17,95	41,90	21,71	0,545	51.504,76	9.631,34	65,24	90,86	8,42	78,57	93,39
Buerarema	17,89	78,16	6,24	0,580	18.553,37	7.110,76	56,98	97,29	17,56	91,46	91,94
Camacan	21,57	58,78	7,74	0,634	25.729,51	7.884,10	52,93	92,68	28,48	76,93	89,40
Canavieiras	19,89	72,52	19,53	0,746	21.317,69	8.776,49	22,86	71,71	17,62	85,72	74,98
Coaraci	8,75	46,77	9,83	0,648	31.315,67	11.985,01	34,79	92,51	14,65	97,00	92,47
Floresta Azul	31,12	70,28	18,38	0,715	23.087,86	8.373,95	40,31	95,79	6,90	98,19	93,66
Ibicaraí	26,31	48,31	7,04	0,533	20.114,86	5.971,92	58,45	94,55	20,46	85,47	90,81
Ilhéus	15,72	57,38	4,74	0,712	24.417,21	6.985,29	53,97	94,19	22,32	78,06	78,14
Itabuna	2,45	62,80	0,70	0,721	29.031,29	8.323,59	69,99	98,36	13,95	62,92	84,85
Itacaré	43,90	87,66	16,09	0,743	5.688,70	2.641,03	25,94	89,13	25,38	96,07	79,71
Itaju do Colônia	19,82	25,93	28,99	0,635	66.876,54	13.599,16	55,97	84,78	11,29	79,01	93,00
Itajuípe	20,12	46,56	9,64	0,569	20.294,36	5.237,61	51,98	91,4	9,45	94,36	87,92
Itapé	34,70	43,27	19,86	0,660	17.987,98	5.760,59	55,29	97,05	7,81	87,50	82,99
Itapitanga	25,63	68,31	17,54	0,831	14.654,93	5.539,49	31,69	91,42	6,62	99,06	77,33
Jussari	24,68	62,53	22,52	0,776	23.477,09	8.842,64	40,43	95,46	12,63	77,90	92,16
Maraú	81,36	74,27	24,82	0,763	18.491,89	6.718,38	26,76	73,8	43,52	96,43	79,31
Mascote	20,23	56,25	17,39	0,649	40.023,90	18.673,24	33,09	98,02	15,83	93,57	88,70
Pau Brasil	31,98	63,38	19,16	0,730	13.942,38	4.708,73	52,42	98,39	15,69	86,43	88,78
Santa Luzia	39,51	76,52	17,66	0,672	15.635,35	6.655,40	30,83	34,32	31,17	93,77	75,04
São José da Vitória	9,68	67,34	9,40	0,732	21.698,49	6.542,42	31,16	96,69	28,56	99,50	89,22
Ubaitaba	14,95	79,71	5,05	0,737	11.394,29	4.353,71	39,14	92,45	10,36	99,14	76,57
Una	37,66	69,80	23,47	0,858	38.646,57	9.919,71	32,42	71,81	49,42	85,85	73,26
Uruçuca	20,46	65,87	14,09	0,723	29.967,56	9.481,04	50,07	95,72	15,41	87,59	92,30

Fonte: TSE (BRASIL, 2008b); Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013), Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013).

Tabela 31 - Características econômicas, da situação ocupacional, da desigualdade e do desenvolvimento dos municípios do Território Litoral Sul, estado da Bahia

Município	PIB per capita (R$)	Renda do Trabalho (%)	Taxa de Desocupação (%)	Grau de Formalização (%)	IDH	Índice de *Gini*	Pobres (%)	Extrem. Pobres (%)	Taxa Analfabetismo (%)	Expect. Anos Estudo (anos)	Esperança Vida Nascer (anos)	Mortalidade Até 1 Ano (%)
Almadina	4.804,62	58,9	13,91	31,39	0,563	0,460	38,08	12,12	34,22	8,85	70,07	27,2
Arataca	5.981,24	72,07	6,51	24,04	0,559	0,470	38,64	12,78	34,35	7,71	70,46	26
Aurelino Leal	4.583,96	69,82	9,99	24,53	0,568	0,450	36,60	12,91	29,26	7,6	70,55	25,8
Barro Preto	5.289,01	68,51	11,31	45,16	0,602	0,490	34,48	15,21	28,31	7,78	69,63	28,6
Buerarema	5.937,11	63,37	11,72	30,01	0,613	0,530	34,68	13,31	25,03	6,44	71,33	23,5
Camacan	5.451,29	75,01	14,99	39,72	0,581	0,600	38,74	16,75	24,57	7,41	71,07	24,2
Canavieiras	5.158,86	67,89	11,41	27,65	0,590	0,510	30,85	12,62	21,05	7,22	72,74	19,8
Coaraci	4.906,79	64,46	12,09	35,99	0,613	0,540	29,86	11,34	25,16	8,4	70,69	25,4
Floresta Azul	4.314,17	58,83	12,22	29,69	0,557	0,450	38,11	19,11	30,89	7,69	68,88	30,9
Ibicaraí	4.698,54	63,69	13,57	37,62	0,625	0,530	32,19	13,41	23,03	8,25	70,81	25
Ilhéus	12.243,02	71,15	12,08	54,71	0,690	0,580	19,66	6,86	13,25	8,61	73,47	18
Itabuna	12.615,82	75,89	13,37	57,6	0,712	0,560	17,09	6,12	10,94	9,36	73,42	18,1
Itacaré	4.668,06	78,29	7,77	34,28	0,583	0,550	36,47	16,08	24,63	6,95	73,42	18,1
Itaju do Colônia	5.591,87	71,14	12,99	43,22	0,592	0,480	37,65	12,46	27,77	8,47	68,45	32,4
Itajuípe	7.228,97	67,46	11,41	49,56	0,599	0,490	28,49	10,53	23,42	8,15	70,52	25,8
Itapé	4.451,75	65,81	19,2	47,3	0,599	0,470	34,17	13,40	24,93	8,26	70,66	25,4
Itapitanga	4.407,27	63,48	15,82	33,18	0,571	0,430	36,57	15,75	27,63	8,41	70,81	25
Jussari	5.362,99	60,87	15,63	41,87	0,567	0,510	37,14	14,75	31,81	7,43	66,93	37,8
Maraú	4.824,77	53,19	5,32	23,24	0,593	0,710	44,19	22,23	27,25	6,84	73,08	18,9
Mascote	4.347,34	71,92	15,51	33,17	0,581	0,580	46,08	24,05	32,95	8,53	69,64	28,5
Pau Brasil	4.187,98	69,29	6,96	32,62	0,583	0,560	41,50	22,52	30,67	7,73	68,6	31,9
Santa Luzia	4.214,78	72,01	7,14	27,18	0,556	0,460	35,70	13,38	32,31	7,79	71,07	24,2
São José Vitória	4.114,26	64,86	11,29	32,19	0,546	0,450	38,68	12,55	30,62	8,57	66,16	40,7
Ubaitaba	7.070,03	73,62	8,45	30,23	0,611	0,560	35,38	13,75	23,19	8,26	71,04	24,3
Una	5.693,86	73,73	14,42	33,67	0,560	0,520	34,41	17,45	27,41	7,56	67,61	35,3
Uruçuca	4.829,76	70,44	14,34	40,05	0,616	0,480	25,88	9,46	23,58	8,31	70,45	26

Fonte: IBGE (2013), Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013) e Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Considerando a situação ambiental, 97,29% da área plantada nos estabelecimentos agropecuários de Buerarema está ocupada com a principal cultura; já em Canavieira esse percentual não passa de 71,71%. Camacan possui 28,48% da área com matas e florestas naturais, contudo Itapé preserva apenas 7,81% de sua área. Em relação à participação social, 99,14% dos estabelecimentos agropecuários de Ubaitaba não são associados (nem a cooperativas, nem a entidades de classe); em Camacan esse percentual é mais reduzido (76,93%). Do total de eleitores alistados em Barro Preto, 93,39% compareceram às eleições; já em Canavieiras somente 74,98% participaram do processo de escolha dos seus representantes públicos (Tabela 30).

Entre os municípios com IDR médio alto (MA ou 4), o maior PIB per capita é o de Itajuípe (R$7.228,97) e o menor PIB per capita é o Itapé (R$4.451,75). O maior percentual dos rendimentos oriundos do trabalho ocorre em Itacaré (78,29%) e o menor percentual é registrado em Buerarema (63,37%). A maior taxa de desocupação incide em Itapé (19,2%) e a menor em Itacaré (7,77%). Itajuípe possui o maior grau de formalização, 49,56%, e Canavieira o menor, 27,65% (Tabela 31).

A Tabela 31 indica que Ibicaraí apresenta médio nível de desenvolvimento (o maior IDH-M = 0,625), e Camacan possui baixo nível de desenvolvimento (o menor IDH-M = 0,581). Considerando o Índice de *Gini*, a maior desigualdade de renda é a do município de Camacan (0,600) e a menor desigualdade de renda é a do município de Itapé (0,470). O maior percentual da população em situação de pobreza e de extrema pobreza está em Camacan (38,74% e 16,75%, respectivamente) e o menor em Uruçuca (25,88% e 9,46%, respectivamente). A maior taxa de analfabetismo ocorre em Barro Preto (28,31%) e a menor em Canavieira (21,05%), todavia Uruçuca registra a maior expectativa em anos de estudo (8,31) e Buerarema a menor expectativa (6,44 anos).

A maior esperança de vida ao nascer está em Itacaré (73,42 anos) e a menor está em Barro Preto (69,63 anos), consequentemente, esse município registra o maior taxa de mortalidade infantil (28,6) e Itacaré o menor percentual (18,1). Itacaré possui o maior percentual de pessoas residindo em domicílios com acesso a banheiro e a água encanada (17,56%) e o menor percentual está em Coaraci (4,13%). Itacaré também apresenta o maior percentual de pessoas residindo em domicílios com acesso à coleta de lixo (12,68%) e Coaraci o menor percentual (3,51%) (Tabela 31).

De acordo com a Figura 28, os municípios do Território Litoral Sul com IDR médio baixo (MB ou 5) são: Maraú, Aurelino Leal, Itapitanga, Almadina, Floresta Azul, Itaju do Colônia, Jussari, Arataca, Una, Pau Brasil, Santa Luzia e Mascote. Destes, Maraú possui o

maior percentual de população rural, 81,36%, e Aurelino Leal tem a menor proporção, 15,95%. Santa Luzia apresenta o maior percentual de estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares, 76,52%, e Itaju do Colônia o menor percentual, 25,93%. O município com maior participação da agropecuária no valor adicionado é Arataca (36,75%), Itapitanga, Mascote e Santa Luzia registram pequena participação desse setor no valor adicionado, em torno de 17% cada um (Tabela 30).

Considerando o Índice de *Gini*, a estrutura fundiária de concentração forte a muito forte está em Itapitanga (0,831) e em Una (0,858), e a menos concentrada está em Arataca (0,626), que tem concentração média à forte. O maior valor da produção por estabelecimento está em Itaju do Colônia (R$66.876,54) e a menor em Pau Brasil (R$13.942,38). O maior valor da produção por pessoal ocupado está em Mascote (R$18.673,24) e o menor está em Pau Brasil (R$4.708,73). Almadina possui o maior percentual de estabelecimentos com acesso à energia elétrica, 56,5%, e Maraú o menor percentual, 26,76% (Tabela 30).

Em relação à situação ambiental, Mascote (98,02%) e Pau Brasil (98,39%) registram maior percentual da área ocupada com a principal cultura; ao contrário, Santa Luzia apresenta o menor percentual (34,32%). Una possui a maior percentual de área com matas e florestas naturais, 49,42%; por outro lado, Floresta Azul (6,9%) e Itapitanga (6,62%) pouco possuem deste tipo de área. Todos os municípios com IDR médio baixo (MB ou 5) apresentam reduzida participação social, pois acima acima de 77% não são associados a cooperativas e/ou entidades de classe. Mesmo considerando a participação no processo eleitoral, que é obrigatório, em Aurelino Leal, Santa Luzia e Una apenas cerca de 70% dos eleitores compareceram (Tabela 30).

De acordo com a Tabela 31, entre os municípios de IDR médio baixo o PIB per capita gira em torno de R$4.187,98 (Pau Brasil) a R$5.981,24 (Arataca). O percentual da renda do trabalho é mais elevado em Una (73,73%) e mais reduzida em Maraú (53,19%). Itapitanga, Jussari, Mascote e Uma, cada um desses municípios registra aproximadamente 15% de taxa de desocupação, cada um desses municípios; e Maraú somente 5,32% de taxa de desocupação. O maior grau de formalização está em Itajú do Colônia, 43,22%, e o menor em Maraú, 23,24%.

Todos os municípios tem IDH-M baixo, mas a maior desigualdade na distribuição dos rendimentos está em Maraú (0,710) e a menor está em Itapitanga, 0,430. Todos os municípios registram elevada proporção da população em situação de pobreza e de extrema pobreza; todavia em Maraú, Mascote e Pau Brasil mais de 60% da população está nessa condição. Em geral, a taxa de analfabetismo é de aproximadamente 30%, Mas em Maraú a expectativa de

anos de estudo é de apenas 6,84 anos, enquanto em Almadina chega a 8,85 anos. A mortalidade infantil chega a 37,8 em Jussari, que tem a menor esperança de vida ao nascer (66,93 anos); já Maraú possui a menor mortalidade infantil (18,9) e a maior esperança de vida ao nascer (73,08 anos) (Tabela 31).

Ainda de acordo com a Figura 28, o município do Território Litoral Sul com IDR baixo (B ou 6) é São José da Vitória. Esse município tem pequena proporção da população residindo no meio rural (9,68%), mas considerável participação de estabelecimentos cuja propriedade é de agricultores familiares (67,34%). A participação do setor agropecuário no valor adicionado também é reduzida, 9,4%, mas a propriedade de terra tem concentração forte a muito forte (0,732). Do total, somente 31,16% dos estabelecimentos agropecuários possuem energia elétrica, numa limitada modernização (Tabela 30).

Em relação à situação ambiental, São José da Vitória ocupa 96,69% da área com a principal cultura, mas apresenta 28,56% da sua área preservada com matas e florestas naturais. O município tem ínfima participação social, dado que 99,5% dos estabelecimentos agropecuários não são associados a cooperativas e/ou entidades de classe; mesmo sendo obrigatório somente 89,22% dos eleitores compareceram às urnas para elegerem seus representantes (Tabela 30).

São José da Vitória apresenta reduzido PIB per capita (R$4.114,26), somente 64,86% dos rendimentos advindos do trabalho, significativa taxa de desocupação (11,29%), e reduzido grau de formalização (32,19%). O município possui baixo IDH-M (0,546), mas reduzida desigualdade na distribuição da renda (Índice de *Gini* = 0,450); contudo o percentual da população em situação de pobreza (38,68%) e de extrema pobreza (12,55%) é elevado. A taxa de analfabetismo (30,62%), a mortalidade infantil (40,7) e a esperança de vida ao nascer (66,16 anos) explicitam as condições precárias da população (Tabela 31).

A Figura 29 apresenta o Território do Sisal, com identificação das categorias dos IDR, em 2010. Nenhum município alcançou IDR extremamente alto (EA ou 1) e muito alto (MA ou 2). Apenas Serrinha foi classificado como IDR alto (A ou 3). A Tabela 32 mostra que Serrinha tem elevado percentual da população residindo no meio rural (41,86%), 84,81% dos estabelecimentos agropecuários de propriedade de agricultores familiares, mas apenas 3,52% de participação do setor agropecuário no valor adicionado. O Índice de *Gini* estrutura fundiária (0,783) indica que a propriedade de terras tem concentração forte a muito forte, com 77,31% dos estabelecimentos modernizados por possuírem energia elétrica. Do total da área plantada, 52,31% está ocupada com a principal cultura, porém apenas 7,4% da área está

preservada com matas e florestas naturais. Em relação à participação social, quase metade dos estabelecimentos não são associados a cooperativas e/ou entidades de classes.

Em Serrinha, o PIB per capita não é elevado (R$6.906,87), apenas 65,5% dos rendimentos é oriundo do trabalho e a taxa de desocupação é baixa (8,32%), mas o grau de formalização dos ocupados é muito reduzido (33,04%). O município registra médio IDH-M e baixa concentração na distribuição dos rendimentos, contudo significativo percentual da população em situação de pobreza (32,4%) e de extrema pobreza (14,65%). A taxa de analfabetismo (19,64%) e a mortalidade infantil (21,09) são elevadas, mas a expectativa de anos de estudo (8,54) e a esperança de vida ao nascer (71,92 anos) são indicadores do alto IDR do município de Serrinha (Tabela 33).

A Figura 29 indica que os municípios de Santaluz, Valente, São Domingos, Retirolândia, Conceição do Coite, Ichu e Candeal são classificados como de médio-alto IDR (MA ou 4). Todos os municípios tem elevado percentual da população residindo no meio rural, com destaque para Candeal (60,92%). Do mesmo modo, todos os municípios registram grande maioria dos estabelecimentos de propriedade de agricultores familiares. A participação do setor agropecuário no valor adicionado é maior em São Domingos, 26,3%; e menor em Conceição do Coité e Ichu. Retirolândia (0,661) e São Domingos (0,682) tem concentração de terras de média à forte, e os demais concentração forte a muito forte (Tabela 32).

O valor da produção por estabelecimento é maior em Santaluz (R$8.988,01) e menor em Candeal (R$3.789,75). O valor da produção por pessoal ocupado é maior em Santaluz (R$3.401,28) e menor em Ichu (R$1.368,31). Ichu tem o maior percentual de estabelecimentos modernizados por possuírem energia elétrica, 60,28%, e São Domingos apresenta o menor percentual (16,31%). Exceto Candeal (41,29%) e Ichu (37,65%), os demais municípios ocupam grande percentual da área plantada com a principal cultura; é bem reduzida a área preservada com matas e florestas naturais em cada um dos municípios. Candeal apresenta a menor participação social por registrar o maior percentual de estabelecimentos não associados a cooperativas e/ou entidades de classes, 52,82%; ao contrário Valente registra o menor percentual de estabelecimentos nessa situação, indicando maior participação social (Tabela 33).

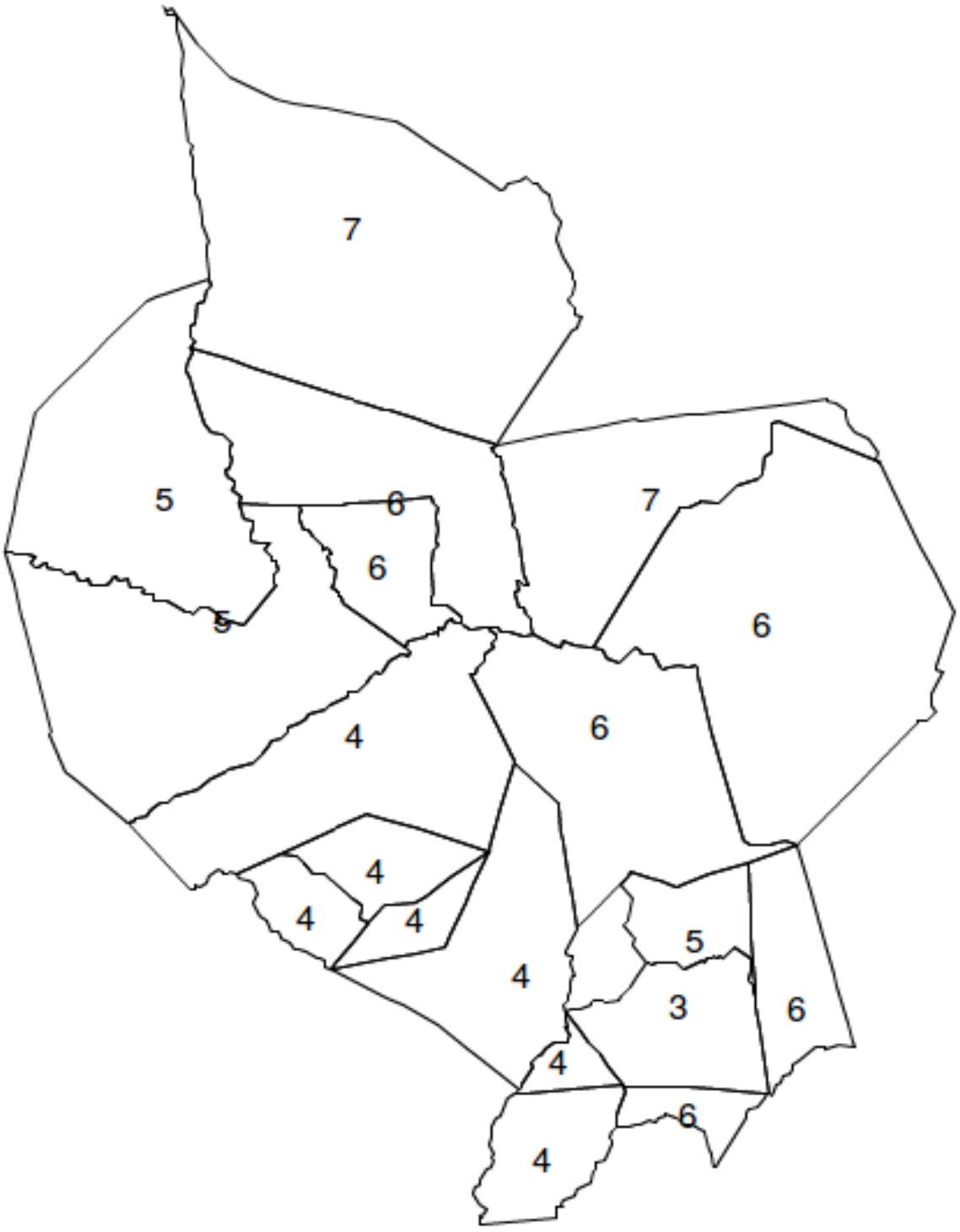

Figura 29 - Território do Sisal, com identificação das categorias dos Índices de Desenvolvimento Rural (IDR), em 2010

Fonte: Dados de pesquisa.

Tabela 32 - Características rurais, situação ambiental e participação social dos municípios do Território do Sisal, estado da Bahia

Município	Pop. Rural (%)	Estab. Agric. Familiares (%)	Participação Agropecuária no V.A. (%)	Índice *Gini* Estrutura Fundiária	Valor Produção por Estab. (R$)	Valor Produção por Pessoal Ocupado (R$)	Estab. com Energia Elétrica (%)	Área Plantada Principal Cultura (%)	Área Matas e Florestas Naturais (%)	Estab. Não Associados (%)	Eleitores Compareceram (%)
Araci	61,98	88,83	10,88	0,789	5.632,54	2.027,39	28,94	51,32	17,70	50,93	79,99
Biritinga	76,29	91,28	15,14	0,773	2.904,50	1.064,17	58,42	44,42	25,49	45,79	91,70
Candeal	60,92	83,89	9,63	0,755	3.789,75	1.473,36	34,62	41,29	5,51	52,82	96,19
Cansanção	66,51	91,64	13,35	0,775	3.786,81	1.384,10	32,03	31,14	14,17	57,24	80,35
Conceição do Coité	41,52	91,09	8,02	0,794	5.955,45	2.218,03	58,58	80,45	8,36	38,27	93,60
Ichu	35,97	78,83	8,06	0,731	3.990,73	1.368,31	60,28	37,65	6,47	41,58	97,53
Itiúba	73,14	90,59	9,84	0,652	10.989,54	4.246,92	34,51	46,57	13,79	35,06	80,88
Lamarão	78,19	90,35	10,88	0,795	1.472,52	540,43	69,28	44,93	3,48	54,13	80,01
Monte Santo	83,10	91,23	10,60	0,721	2.748,36	1.000,77	31,11	35,22	21,37	46,59	78,59
Nordestina	68,30	87,18	6,96	0,767	2.731,64	969,90	52,40	83,52	31,50	40,72	80,63
Queimadas	49,22	81,91	12,45	0,804	5.804,95	2.213,58	33,03	80,22	9,01	39,72	90,48
Quijingue	76,58	88,41	23,63	0,727	6.428,22	2.191,46	21,19	44,65	33,72	61,29	92,69
Retirolândia	44,24	89,09	15,06	0,661	4.396,20	1.993,30	41,17	86,88	1,82	19,85	96,08
Santaluz	38,55	84,10	14,39	0,781	8.988,01	3.401,28	32,99	94,2	10,86	31,53	89,82
São Domingos	35,88	91,31	26,30	0,682	5.351,69	2.452,43	16,31	88,82	16,16	30,72	94,40
Serrinha	41,86	84,81	3,52	0,783	3.110,02	972,27	77,31	52,31	7,40	47,71	90,78
Teofilândia	68,85	93,56	9,23	0,731	2.913,03	953,42	54,52	42,25	8,96	42,77	86,60
Tucano	58,11	87,11	12,85	0,750	4.630,95	1.927,47	26,49	49,21	33,41	63,67	82,03
Valente	45,09	81,69	17,55	0,714	7.333,55	3.120,88	42,87	89,4	11,12	16,42	92,60

Fonte: TSE (BRASIL, 2008b); Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013), Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013).

Tabela 33 - Características econômicas, da situação ocupacional, da desigualdade e do desenvolvimento dos municípios do Território do Sisal, estado da Bahia

Município	PIB per capita (R$)	Renda do Trabalho (%)	Taxa de Desocupação (%)	Grau Formalização (%)	IDH	Índice de *Gini*	Pobres (%)	Extrem. Pobres (%)	Taxa Analfabetismo (%)	Expectativa Anos Estudo (anos)	Esperança Vida Nascer (anos)	Mortalidade Até 1 Ano (%)
Araci	3.922,65	55,15	6,45	14,54	0,534	0,570	52,70	31,46	37,37	6,94	69,79	28
Biritinga	4.274,67	51,47	5,03	17,94	0,538	0,550	52,84	33,74	28,1	7,42	69,26	29,7
Candeal	3.324,11	52,13	5,74	19,98	0,587	0,440	36,55	13,40	27,86	8,44	72,19	21,2
Cansanção	3.890,36	52,9	4,53	14,96	0,557	0,570	53,28	32,99	31,39	8,72	69,69	28,4
Conceição do Coité	5.279,48	68,36	6,39	24,99	0,611	0,480	32,42	15,15	21,3	8,49	70,14	27
Ichu	4.333,59	53,56	6,34	26,2	0,631	0,470	34,31	17,20	15,2	9,35	71,23	23,8
Itiúba	3.757,40	51,71	5,04	17,72	0,544	0,560	54,50	34,21	28,54	7,56	71,47	23,1
Lamarão	3.163,39	43,88	8,01	15,74	0,518	0,500	53,56	29,10	35,38	7,81	69,79	28
Monte Santo	3.763,46	48,28	4,55	15,07	0,506	0,550	55,01	35,11	38,64	7,91	66,96	37,6
Nordestina	3.530,84	44,66	10,08	16,91	0,560	0,540	54,61	35,62	32,31	9,64	69,58	28,7
Queimadas	4.363,30	54,61	11,56	21,3	0,592	0,510	43,24	22,80	25,7	9,23	70,84	24,9
Quijingue	4.081,61	51,36	4,07	13,76	0,544	0,580	50,84	33,80	37,73	8,8	66,36	39,9
Retirolândia	5.242,89	62,03	8,67	28,85	0,636	0,460	31,79	11,39	20,44	10,23	71,36	23,4
Santaluz	4.317,87	63,2	9,41	19,15	0,598	0,490	38,74	18,60	25,42	8,84	70,82	25
São Domingos	5.138,41	65,1	7,84	27,45	0,640	0,470	27,18	10,06	23,51	9,22	70,39	26,2
Serrinha	6.906,87	65,5	8,32	33,04	0,622	0,510	32,40	14,65	19,64	8,54	71,92	21,9
Teofilândia	3.759,33	61,56	6,08	33,94	0,566	0,550	41,56	25,87	27,32	8,24	69,22	29,8
Tucano	4.000,86	65,64	8,49	16,25	0,579	0,650	47,22	26,66	31,84	8,38	67,69	35
Valente	5.194,91	73,53	6,12	35,47	0,637	0,490	21,48	5,99	17,17	8,94	68,75	31,4

Fonte: IBGE (2013), Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013) e Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Na Tabela 33 é possível verificar que o PIB per capita dos municípios é baixo, mas que Conceição do Coité, Retirolândia, São Domingos e Valente possuem os maiores produtos. O maior percentual dos rendimentos advindo do trabalho é de Valente, 73,53%, e o menor é de Candeal, 52,13%. Santaluz apresenta a maior taxa de desocupação, 9,41%, e Valente o maior grau de formalização, 35,47%. Candeal e Santaluz registram baixo IDH-M, os demais municípios possuem IDH-M médio. O Índice de *Gini* indica que a distribuição de renda dos municípios é muito semelhante, e não muito concentrada. Excetuando-se a população de Valente, com 21,48% de pobres e 5,99% de extremamente pobres, os outros municípios possuem elevada proporção de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Embora Ichu e Valente tenham as menores taxas de analfabetismo, respectivamente, 15,2% e 17,17%, é em Retirolândia que há a maior expectativa de anos de estudo, 10,23. Valente surpreende com a menor esperança de vida ao nascer, 68,75 anos e a maior taxa de mortalidade infantil, 31,4.

A Figura 29 indica que Itiúba, Queimadas e Teofilândia são classificados como municípios de médio-baixo IDR (MB ou 5). Exceto Queimadas (49,22%), os demais têm mais da metade da população vivendo no meio rural. Acima de 80% dos estabelecimentos pertencem a agricultores familiares, mas a participação do setor agropecuário no valor adicionado não passa de 12,45%. Itiúba tem propriedades de terras com concentração média a forte, os outros municípios concentração forte a muito forte. Itiúba também possui o maior valor da produção por estabelecimento (R$10.989,54) e por pessoal ocupado no setor agropecuário (R$4.246,92). Mas, é em Teofilândia que há mais propriedades modernizadas, com acesso à energia elétrica, 54,52%. Queimadas apresenta o maior percentual da área ocupada com a principal cultura, 80,22%, e como os demais municípios reduzida área com matas e florestas naturais. A participação social é praticamente a mesma em cada município, já que aproximadamente 40% não são associados a cooperativas e/ou a entidades de classe (Tabela 32).

Todos os municípios com médio-baixo IDR (MB ou 5), apresentados na Figura 29, registram baixo PIB per capita, tendo Queimadas o maior valor, R$4.363,30, porém a maior taxa de desocupação, 11,56%. Teofilândia possui o maior percentual de rendimentos advindos do trabalho, 61,56%, e o maior grau de formalização, 33,94%. Todos os municípios têm IDH-M baixo e pequena desigualdade de renda. Contudo, é muito elevado o percentual da população em condições de pobreza e extrema pobreza, ultrapassando 65% em cada município. O mesmo ocorre com a taxa de analfabetismo, que é semelhante e elevada, embora

Queimadas registre 9,23 anos de estudo. A mortalidade infantil também é alta, porque supera 23%, embora a esperança de vida ao nascer chegue próximo aos 70 anos de idade (Tabela 33).

A Figura 29 indica que Cansansão, Nordestina, Araci, Tucano, Biritinga e Lamarão são classificados como municípios de baixo IDR (B ou 6). Lamarão possui o maior percentual da população residindo no meio rural, 78,19% e Tucano o menor percentual, 58,11%. Cada município registra acima de 77% dos estabelecimentos agropecuários de propriedade de agricultores familiares. Biritinga tem a maior participação do setor agropecuário no valor adicionado, 15,14%, e Nordestina a menor participação, 6,96%. O Índice de *Gini* estrutura fundiária indica que todos os municípios apresentam concentração de terras forte a muito forte. Araci possui o maior valor da produção por estabelecimento e por pessoal ocupado no setor agropecuário; ao contrário, Lamarão apresenta o menor valor da produção tanto por estabelecimento, quanto por pessoal ocupado (Tabela 32).

Em Tucano, apenas 26,49% dos estabelecimentos agropecuários estão modernizados em termos de acesso à energia elétrica, mas em Lamarão 69,28% dos estabelecimentos possui esse serviço. Em Nordestina 83,52% da área plantada está ocupada com a principal cultura; já em Cansanção este percentual é de pouco mais de 30%. A área com matas e florestas naturais é maior em Tucano, 33,41%, e extremamente reduzida em Lamarão, 3,48%. Os proprietários dos estabelecimentos agropecuários de Tucano tem pouca participação social, pois 63,67% não participam de cooperativas e/ou entidades de classes. Em quase todos os municípios a participação na escolha dos representantes públicos no processo eleitoral obrigatório gira em torno de 80% do total de eleitores (Tabela 32).

Os municípios de baixo IDR (B ou 6) do território do Sisal (Figura 29) registram baixo PIB per capita, entre R$3.163,39 (Lamarão) e R$4.274,67 (Biritinga). O município com o maior percentual da renda advinda do trabalho é Tucano, 65,64% e o menor percentual está em Lamarão, 43,88%. Do total da PEA, 10,08% está desocupada em Nordestina; mas, em Cansanção este percentual é de 4,53%. O grau de formalização é muito semelhante entre os municípios, em torno de 15 a 18%. Todos os municípios tem baixo IDH-M. Afora Tucano que apresenta maior desigualdade na distribuição da renda, os demais estão no mesmo patamar. Reunindo o percentual da população em situação de pobreza e de extrema pobreza, Tucano registra o menor percentual, mas que alcança 73,88%; em Nordestina esse percentual chega a 90,23%. Os municípios também possuem elevada taxa de analfabetismo, acima de 28%. A esperança de vida ao nascer gira em torno de 67 a 69 anos; e a mortalidade infantil ocorre entre 28 a 35 crianças das 1.000 nascidas vivas (Tabela 33).

A Figura 29 indica que Monte Santo e Quinjingue são classificados como municípios de muito-baixo IDR (MB ou 7). Esses municípios podem ser nomeados como municípios rurais, pois mais de 76% da sua população reside no meio rural; mais de 80% dos estabelecimentos são pertencentes a agricultores familiares; e, tem participação entre 10% e 20% do setor agropecuário no valor adicionado. O Índice de *Gini* defini que os dois municípios de concentração de terras forte a muito forte. Quinjingue tem valor da produção por estabelecimento e por pessoal ocupado na agropecuária muito superior aos valores de Monte Santo, embora tenha menor nível de modernização, dado que apenas 21,19% dos estabelecimentos agropecuários tema acesso à energia elétrica, enquanto em Monte Santo 31,11% dos estabelecimentos têm acesso. Contudo, Quinjingue tem maior nível de preservação do meio ambiente e de participação social que Monte Santo (Tabela 32).

O PIB per capita e o percentual da renda proveniente do trabalho é um pouco maior em Quinjingue do que em Monte Santo, mesmo que a taxa de desocupação e o grau de formalização sejam semelhantes nos dois municípios. Em Quinjingue e em Monte Santo o IDH-M é baixo e a pobreza e extrema pobreza são elevadas, alcançando mais de 84% da população, que registra taxa de analfabetismo em torno de 40%, esperança de vida ao nascer de aproximadamente 66 anos e mortalidade infantil acima de 37 crianças por 1.000 nascidas vivas (Tabela 33).

5.3 Considerações finais

Na primeira parte desse capítulo foram apresentadas e discutidas as características dos territórios rurais baianos, que participam concomitantemente dos programas TRs, TCs e TIs. Para tanto, foram selecionados o Território Litoral Sul e o Território do Sisal como referências de territórios mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, respectivamente. Além disso, a intenção foi agregar mais informações dos territórios que já foram objeto de pesquisa da SDT/MDA.

Os resultados apresentados indicam que o Território Litoral Sul e o Território do Sisal possuem semelhanças e diferenças. Comparando-os aos territórios espanhóis, os dois territórios baianos são extensos em área e em população, fatores que limitam a coesão territorial. Considerando a população média, a densidade demográfica, o percentual da população residente no meio rural e o percentual de estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares, o Território do Sisal tem o perfil mais rural do que o Território Litoral Sul, estando mais próximos aos critérios estabelecidos pelos programas TRs, TCs e TIs.

Quanto ao elevado percentual da população em condições de pobreza e de extrema pobreza, ao baixo IDH-M, PIB per capita e capacidade autônoma de geração de receitas municipais, como indicadores de desempenho econômico, mesmo o Território do Sisal apresentando condições mais precárias que o Território Litoral Sul, os dois territórios estão condizentes com as exigências dos programas TRs, TCs e TIs.

A estrutura fundiária é mais concentrada e o potencial agropecuário é mais desqualificado no Território do Sisal do que no Território Litoral Sul. Em relação à situação ambiental, no Território Litoral Sul adota-se mais práticas benéficas ao meio ambiente; das práticas prejudiciais ao ambiente natural os dois territórios se assemelham. O mesmo ocorre com as condições de saúde e da educação, ambos os territórios carecem de maiores investimentos públicos.

Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de desocupação e o grau de formalização nos dois territórios estão aquém dos níveis baiano e brasileiro. Pelo percentual de ocupados no setor agropecuário, o Território do Sisal tem o perfil mais rural do que o Território Litoral Sul. Os domicílios do Território Litoral Sul e do Território do Sisal possuem pouco acesso a banheiros, à água encanada e são mais vulneráveis à pobreza, quando comparado aos domicílios da Bahia e do Brasil.

Na segunda parte desse capítulo foi estimado e avaliado o IDR dos municípios do estado da Bahia, com ênfase para aqueles pertencentes ao Território Litoral Sul e ao Território do Sisal. No Território Litoral Sul nenhum município foi qualificado com IDR extremamente alto. Apenas Itabuna alcançou o IDR muito alto e Ilhéus o IDR alto. Esses resultados corroboram que Itabuna e Ilhéus são municípios pólos e os mais dinâmicos da região, mas que apresentam características que os diferenciam. Itabuna tem perfil mais urbano e melhores condições econômicas e sociais quando comparado a Ilhéus.

Os municípios classificados com IDR médio alto no Território Litoral Sul são: Ubaitaba, Itacaré, Uruçuca, Coaraci, Itajuípe, Barro Preto, Ibicaraí, Itapé, Buerarema, Camacan e Canavieiras. Entre esses municípios algumas diferenças foram verificadas: Itajuípe tem o maior PIB per capita; Itacaré tem o perfil mais rural e melhores condições sociais; Barro Preto tem perfil menos rural e apresenta as piores condições sociais. Os municípios qualificados com IDR médio baixo são: Maraú, Aurelino Leal, Itapitanga, Almadina, Floresta Azul, Itaju do Colônia, Jussari, Arataca, Una, Pau Brasil, Santa Luzia e Mascote. Do mesmo modo esses municípios apresentam algumas diferenças: Arataca possui o maior PIB per capita, e em Maraú as condições econômicas e sociais são precárias. São José

da Vitória é o único município rotulado como de IDR baixo, consequência da complexa situação que se encontra o conjunto de indicadores econômicos e sociais.

No Território do Sisal, nenhum município foi classificado com IDR extremamente alto e muito alto. Apenas Serrinha foi considerado com IDR alto, mesmo com inúmeras fragilidades e grande carência de investimentos que sejam capazes de gerar melhor desempenho econômico e social. Os municípios classificados com IDR médio alto são: Santaluz, Valente, São Domingos, Retirolândia, Conceição do Coité, Ichu e Candeal. Esses municípios são bastante semelhantes, embora Valente apresente os melhores indicadores sociais e Candeal os piores.

No Território do Sisal os municípios denominados de IDR médio baixo são: Itiúba, Queimadas e Teofilândia. Classificados com IDR baixo são: Cansanção, Nordestina, Araci, Tucano, Biritinga e Lamarão. Monte Santo e Quinjingue fazem parte do grupo que apresenta IDR muito baixo. Nesse território, à medida que os municípios foram sendo classificados de IDR médio baixo a muito baixo, foram apresentando perfil rural, com grande percentual das propriedades pertencentes a agricultores familiares, de reduzido desempenho econômico e com complexas condições sociais.

CAPÍTULO 6 – CLUSTERS ESPACIAIS E IDEIA-GUIA: PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS PARA DELIMITAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA BAHIA

Esse capítulo tem a finalidade de "Propor metodologias para a delimitação dos territórios rurais do estado da Bahia", por isso procura "Avaliar os atributos dos municípios de um mesmo território, a partir dos critérios estabelecidos como condição para participar dos programas públicos territoriais", no intuito de verificar se esses municípios realmente atendem às exigências dos programas TRs, TCs e TIs, e se são homogêneos entre si, de acordo com a noção teórica, analítica e normativa de território.

A partir dessas informações e da análise espacial, foi possível "Identificar os C*lusters* Espaciais, comparando-os aos territórios instituídos". Além disso, o capítulo busca "Discutir a ideia-guia, em termos de atividades econômicas e do fluxo de deslocamento ocorridos em cada território". As análises foram realizadas para o Território Litoral Sul e para o Território do Sisal pelas razões expostas no início do Capítulo 5.

Dessa forma, esse capítulo está dividido em seis seções. A primeira seção apresenta resumidamente os critérios estabelecidos pelos formuladores dos programas TRs, TCs e TIs, que definem as condições necessárias para que um município participe de tais programas territoriais. A segunda seção descreve detalhadamente a metodologia referente à estatística descritiva univariada. Na terceira seção são apresentados os resultados das estatísticas descritivas univariada, no intuito de avaliar o nível de homogeneidade dos municípios que compõem o Território Litoral Sul e o Território do Sisal.

A quarta seção trata da Análise Espacial, pois apresenta o modelo de *Cluster* Espacial, os procedimentos adotados nesta pesquisa para identificação dos *Clusters* Espaciais e os resultados estimados para o Território Litoral Sul e Território do Sisal, como uma proposição de delimitação para esses dois territórios. A quinta seção apresenta as atividades econômicas, com ênfase no agropecuário, e os fluxos de deslocamento, capazes de identificarem a ideia-guia e a identidade territorial presente em cada território estudado, que podem indicar formas alternativas de delimitação para os referidos territórios baianos. A sexta e última seção traz as considerações finais.

6.1 Considerações sobre as variáveis representativas dos critérios estabelecidos para a inserção de municípios nos programas TRs, TCs e TIs

Conforme discutido minuciosamente no Capítulo 1 (especificamente na seção 1.5 e 1.6) e no Capítulo 2 (especialmente na seção 2.5), para participar dos programas TRs, TCs e

TIs os grupos de municípios devem possuir características que estejam de conformidade com seguintes critérios:

i) TRs:

A proposta do programa é selecionar territórios com baixo dinamismo, elevada pobreza e concentração do público prioritário (agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário e famílias assentadas).

ii) TCs:

A proposta do programa é selecionar territórios incorporados ao programa TRs, com menor IDH territorial, maior concentração de beneficiários do programa Bolsa Família, maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas, baixo dinamismo econômico, maior organização social e menor Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB).

iii) TIs:

O governo da Bahia incorporou ao programa TIs as diretrizes dos programas nacionais (TRs e TCs), considerando o modelo capaz respeitar as especificidades de cada local, reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável, incorporando questões ligadas ao meio urbano e às demais atividades econômicas que não se vinculam ao campo.

Sendo assim, para avaliar as características dos municípios que compõem cada território, foram selecionadas seis variáveis:

i) Percentual da população residente no meio rural (X_5);
ii) Percentual dos estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares (X_7);
iii) Percentual da população em situação de pobreza (X_{10});
iv) Percentual da população em situação de extrema pobreza (X_{11});
v) IDH-M (X_{13});
vi) PIB per capita (X_{27})

Deste modo, os dados do Território Litoral Sul e Território do Sisal, referentes a essas variáveis, serão inicialmente avaliados por meio do método estatístico descritivo.

6.2 Metodologia: a estatística descritiva univariada

A estatística descritiva permite compreender o comportamento dos dados por meio de medidas-resumo (que identificam tendências, variabilidades e valores atípicos). A estatística descritiva univariada, ou de uma única variável, estima medidas que representam uma série de

dados, como as medidas de posição, medidas de dispersão, medidas de assimetria e distribuição de frequências, por exemplo). Segundo Fávero et al (2009, p. 52), "[...] a estatística descritiva univariada tem por objetivo principal o estudo aprofundado do comportamento de determinada variável de cada vez, em relação a valores centrais, dispersões ou às formas de distribuição de seus valores em torno da média".

Nesse trabalho foram utilizadas medidas de posição, do tipo medidas de tendência central, especificamente a média aritmética, e medidas de dispersão ou variabilidade, designadamente a variância, o desvio padrão e o coeficiente de variação. As medidas de posição resumem uma série de dados em apenas um valor representativo (FÁVERO et al, 2009). No caso da média aritmética de uma variável X ($\overline{X}$), tem-se:

$$\overline{X} = \frac{\sum_{i=1}^{n} X_i}{n} \tag{11}$$

No cálculo da média aritmética n representa o número total de observações no conjunto de dados, X_i representa cada um dos valores da variável X, para $i = 1, ..., n$.

A variância (S^2) é uma medida de variabilidade, e mede a dispersão dos dados em torno da média. Quanto maior a variância, mais afastados os dados estão da média da variável (FÁVERO et al, 2009). A variância é calculada por:

$$\sigma^2 = \frac{\sum_{i=1}^{n} (X_i - \overline{X})^2}{n} \text{ (para a população)} \tag{12}$$

$$S^2 = \frac{\sum_{i=1}^{n} (X_i - \overline{X})^2}{n-1} \text{ (para amostras)} \tag{13}$$

O desvio padrão (S) é a raiz quadrada da variância e representa a média das distâncias das observações em relação à média da variável. Quanto maior o S mais as observações apresentam valores distantes da média (FÁVERO et al, 2009). O S é calculado por:

$$\sigma = \frac{\sum_{i=1}^{n} (X_i - \overline{X})^2}{n} \text{ (para a população)} \tag{14}$$

$$S = \frac{\sum_{i=1}^{n} (X_i - \overline{X})^2}{n-1} \text{ (para amostras)} \tag{15}$$

O Coeficiente de Variação (CV) também é uma medida de variabilidade e mede a homogeneidade dos dados em relação à média (FÁVERO et al, 2009). Sua fórmula é:

$$CV = \frac{S}{\overline{X}} x100\% \quad (16)$$

O valor obtido do *CV* é dado em percentual e é interpretado da seguinte forma: i) Se o *CV* for acima de 30%, o conjunto de dados é classificado como heterogêneo; e ii) Se o *CV* for abaixo de 30%, o conjunto de dados é classificado como homogêneo (FÁVERO et al, 2009).

6.3 Resultados das estatísticas descritivas dos atributos dos municípios do Território Litoral Sul e Território do Sisal

Essa seção objetiva "Avaliar os atributos dos municípios de um mesmo território, a partir dos critérios estabelecidos como condição para participar dos programas públicos territoriais", para verificar se esses municípios realmente atendem às exigências dos programas TRs, TCs e TIs, e se são homogêneos entre si. Considerando somente as variáveis relacionadas aos critérios que definem a participação dos municípios em territórios rurais, as estatísticas descritivas presentes na Tabela 34 indicam que há significativa diferença entre os municípios que compõem o Território Litoral Sul, principalmente em termos do percentual da população residente rural, percentual da população em condições de extrema pobreza e PIB per capita, indicadores com coeficiente de variação de 50,06%, 45,66% e 38,08%, respectivamente.

Tabela 34 - Estatísticas descritivas dos atributos do Território Litoral Sul, estado da Bahia

Variável/Estatística	Estatísticas descritivas				
	Mín.	Máx.	Média	DP	CV
Percentual da população residente rural	2,79	84,49	32,40	16,22	50,06
Percentual de estab. de agricultores familiares	25,93	87,66	60,66	14,18	23,38
Percentual de pobres	17,09	46,08	34,67	6,51	18,79
Percentual de extremamente pobres	6,12	24,05	14,27	6,51	45,66
IDH-M	0,546	0,712	0,593	0,038	6,46
PIB per capita	4.114,26	12.615,82	5.653,01	2.152,53	38,08

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013), Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013) e Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

No Território Litoral Sul, o município de Itabuna tem perfil urbano, com apenas 2,79% da população residindo no meio rural; por outro lado Maraú tem 84,49% de pessoas morando no meio rural. Ao mesmo tempo que 6,12% da população de Ilhéus vive em extrema pobreza, em Mascote esse percentual chega a 24,5%. O PIB per capita de São José da Vitória é de somente R$4.114,26; já Itabuna alcança R$12.615,82 (Tabela 36).

A Tabela 34 indica que as menores discrepâncias entre os municípios do Território Litoral Sul ocorrem em termos dos atributos percentual de estabelecimentos pertencentes a

agricultores familiares, percentual da população em condições de pobreza e IDH-M, cujos coeficientes de variação são, respectivamente, 23,38%, 18,79% e 6,46%.

Nesse território, Itacaré possui 87,66% dos estabelecimentos agropecuários de propriedade de agricultores familiares, contudo Itaju do Colônia possui apenas 25,93% com esse perfil de proprietários agrícolas. Itabuna registra o menor percentual de pessoas vivendo na pobreza, 17,09%; mas a pobreza em Mascote alcança 46,08% das pessoas. Pelo IDH-M de 0,546 o município de São José da Vitória é classificado como de baixo desenvolvimento municipal, mas Itabuna é qualificado como um município de alto nível de desenvolvimento (IDH-M de 0,712) (Tabela 36).

Comparando os dados da Tabela 34 com os dados da Tabela 35, há menor discrepância entre os municípios do Território do Sisal do que no Território Litoral Sul quando se avalia informações atreladas aos critérios de inserção destes nos programas públicos de cunho territorial. Com coeficiente de variação de 41,91%, o percentual da população em condições de extrema pobreza é o atributo que mais diverge entre os municípios do Território do Sisal, pois Valente possui somente 5,99% das pessoas vivendo como extremamente pobres, mas em Nordestina 35,62% se encontram nesta situação (Tabela 37).

Tabela 35 - Estatísticas descritivas dos atributos do Território do Sisal, estado da Bahia

Variável/Estatística	Estatísticas descritivas				
	Mín.	Máx.	Média	DP	CV
Percentual da população residente rural	35,88	83,10	58,12	15,96	27,46
Percentual de estab. de agricultores familiares	78,83	93,56	87,73	4,11	4,68
Percentual de pobres	21,48	55,01	42,85	10,80	25,20
Percentual de extremamente pobres	5,99	35,62	23,57	9,88	41,91
IDH-M	0,506	0,640	0,579	0,043	7,36
PIB per capita	3.163,39	6.906,87	4.328,74	891,20	20,59

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013), Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013) e Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Tabela 36 - Atributos dos municípios do Território Litoral Sul, estado da Bahia

Município/Variável	Percentual população residente rural (%)	Percentual estabelecimentos agricultores familiares (%)	Percentual de pobres (%)	Percentual de extremamente pobres (%)	IDH-M	PIB per Capita (R$)
Almadina	31,11	50,22	38,08	12,12	0,563	4.804,62
Arataca	51,12	53,19	38,64	12,78	0,559	5.981,24
Aurelino Leal	18,71	49,34	36,60	12,91	0,568	4.583,96
Barro Preto	40,03	41,90	34,48	15,21	0,602	5.289,01
Buerarema	15,01	78,16	34,68	13,31	0,613	5.937,11
Camacan	21,81	58,78	38,74	16,75	0,581	5.451,29
Canavieiras	25,42	72,52	30,85	12,62	0,590	5.158,86
Coaraci	16,45	46,77	29,86	11,34	0,613	4.906,79
Floresta Azul	35,01	70,28	38,11	19,11	0,557	4.314,17
Ibicaraí	33,01	48,31	32,19	13,41	0,625	4.698,54
Ilhéus	27,01	57,38	19,66	6,86	0,690	12.243,02
Itabuna	**2,79**	62,80	**17,09**	**6,12**	**0,712**	**12.615,82**
Itacaré	56,12	**87,66**	36,47	16,08	0,583	4.668,06
Itaju do Colônia	24,93	**25,93**	37,65	12,46	0,592	5.591,87
Itajuípe	28,38	46,56	28,49	10,53	0,599	7.228,97
Itapé	40,80	43,27	34,17	13,40	0,599	4.451,75
Itapitanga	31,66	68,31	36,57	15,75	0,571	4.407,27
Jussari	32,19	62,53	37,14	14,75	0,567	5.362,99
Maraú	**84,49**	74,27	44,19	22,23	0,593	4.824,77
Mascote	26,35	56,25	**46,08**	**24,05**	0,581	4.347,34
Pau Brasil	33,02	63,38	41,50	22,52	0,583	4.187,98
Santa Luzia	46,27	76,52	35,70	13,38	0,556	4.214,78
São José da Vitória	17,00	67,34	38,68	12,55	**0,546**	**4.114,26**
Ubaitaba	22,10	79,71	35,38	13,75	0,611	7.070,03
Una	51,14	69,80	34,41	17,45	0,560	5.693,86
Uruçuca	30,34	65,87	25,88	9,46	0,616	4.829,76

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013), Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013) e Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

Pela Tabela 35 verifica-se que há importante diferença entre os municípios do Território do Sisal no que diz respeito ao percentual da população residindo no meio rural, percentual de pobres e PIB per capita, que apresentaram coeficiente de variação de respectivamente 27,46%, 25,20% e 20,59%. Em relação ao percentual da população rural, em São Domingos 35,88% das pessoas vivem no meio rural; em Monte Santo o percentual chega a 83,10%. Quanto ao percentual de pobres, no território existe município com 21,48% da população em situação de pobreza, como em Valente, mas existe município com 55,01% de pessoas pobres, como em Monte Santo. Embora seja reduzido em todos os municípios, o PIB per capita também difere entre uma e outra área: Lamarão gerou somente R$3.163,39 do PIB por habitante, todavia Serrinha gerou pouco mais que o dobro, R$6.906,39 (Tabela 37).

Ainda na Tabela 35 é possível verificar os atributos que tornam os municípios do Território do Sisal mais semelhantes: IDH-M, com coeficiente de variação de 7,36%, e o percentual de estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares, com coeficiente de variação de 4,68%. Monte Santo, com IDH-M de 0,506, é classificado como de baixo desenvolvimento municipal, mas São Domingos alcançou IDH-M de 0,640, sendo designado como de médio desenvolvimento municipal. Todavia, nesse território os municípios são mais idênticos quanto ao percentual de estabelecimentos de propriedade dos agricultores familiares: em Ichu 78,83% dos estabelecimentos são familiares e em Teofilândia 93,56% (Tabela 37).

Assim, ao comparar as estatísticas descritivas dos atributos relacionados aos critérios que definem a participação dos municípios nos programas TRs, TCs e TIs, verifica-se que o Território Litoral Sul é mais heterogêneo do que o Território do Sisal. O Território Litoral Sul é muito heterogêneo em relação ao percentual da população residente no meio rural, porque por esse indicador existem municípios urbanos, como Itabuna, mas existem municípios com perfil rural, como Maraú. Do mesmo modo, o percentual da população vivendo em situação de extrema pobreza e o PIB per capita é bastante diferenciado entre os municípios. Nesse território, o percentual de pobres e o percentual de estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares tornam os municípios mais semelhantes.

Tabela 37 - Atributos dos municípios do Território do Sisal, Bahia

Município/Variável	Percentual população residente rural (%)	Percentual estabelecimentos agricultores familiares (%)	Percentual de pobres (%)	Percentual de extremamente pobres (%)	IDH-M	PIB per capita (R$)
Araci	61,98	88,83	52,70	31,46	0,534	3.922,65
Biritinga	76,29	91,28	52,84	33,74	0,538	4.274,67
Candeal	60,92	83,89	36,55	13,40	0,587	3.324,11
Cansanção	66,51	91,64	53,28	32,99	0,557	3.890,36
Conceição do Coité	41,52	91,09	32,42	15,15	0,611	5.279,48
Ichu	35,97	**78,83**	34,31	17,20	0,631	4.333,59
Itiúba	73,14	90,59	54,50	34,21	0,544	3.757,40
Lamarão	78,19	90,35	53,56	29,10	0,518	**3.163,39**
Monte Santo	**83,10**	91,23	**55,01**	35,11	**0,506**	3.763,46
Nordestina	68,30	87,18	54,61	**35,62**	0,560	3.530,84
Queimadas	49,22	81,91	43,24	22,80	0,592	4.363,30
Quijingue	76,58	88,41	50,84	33,80	0,544	4.081,61
Retirolândia	44,24	89,09	31,79	11,39	0,636	5.242,89
Santaluz	38,55	84,10	38,74	18,60	0,598	4.317,87
São Domingos	**35,88**	91,31	27,18	10,06	**0,640**	5.138,41
Serrinha	41,86	84,81	32,40	14,65	0,622	**6.906,87**
Teofilândia	68,85	**93,56**	41,56	25,87	0,566	3.759,33
Tucano	58,11	87,11	47,22	26,66	0,579	4.000,86
Valente	45,09	81,69	**21,48**	**5,99**	0,637	5.194,91

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2013), Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013) e Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).

No geral, o Território do Sisal é menos heterogêneo que o Território Litoral Sul. No Território do Sisal os municípios se diferenciam principalmente quanto ao percentual da população vivendo em condições de extrema pobreza. Em relação ao percentual da população residente no meio rural, percentual da população em situação de pobreza e PIB per capita, os municípios são menos heterogêneos. Contudo, no que diz respeito ao IDH-M e percentual de estabelecimentos de propriedade de agricultores familiares, os municípios são muito semelhantes, por registrarem médio a baixo desenvolvimento municipal, e grande maioria dos estabelecimentos do tipo familiar.

6.4 Territórios X *Clusters* Espaciais: uma análise para o Território Litoral Sul e Território do Sisal

Essa seção objetiva "Identificar os C*lusters* Espaciais, comparando-os aos territórios instituídos", e "Propor ajustes na delimitação dos territórios rurais". Por isso, inicialmente são apresentados o modelo da análise e os procedimentos adotados para a estimativa dos *Clusters* Espaciais. Em seguida os *Clusters* Espaciais do Território Litoral Sul e do Território do Sisal, são estimados a partir dos *Clusters* Espaciais do estado da Bahia. Ao longo da discussão esses *clusters* são comparados aos territórios instituídos pelos programas TRs, TCs e TIs, no intuito de sugerir adequações para as delimitações estabelecidas pelo governo federal e estadual.

6.4.1 O modelo de análise de Cluster Espacial

Em várias áreas do conhecimento há grande interesse no agrupamento de dados espaciais, com o intuito de identificar padrões de dependência espacial por meio de medidas de auto correlação espacial. Na área do desenvolvimento econômico e considerando que os problemas reais têm um caráter multidimensional, também têm sido aplicados os métodos de agrupamento[36] para a distribuição espacial das unidades, baseados em informações de dados multi variados (SCRUCCA, 2005). Por isso, nessa subseção é proposto um procedimento para explorar e descobrir padrões de aglomeração espacial, através da implementação do algoritmo popular de partição conhecido como K-média, que incorpora a estrutura de dados espaciais através do uso de medidas de auto correlação espacial.

[36] Nessa Tese, no Capítulo 3, especificamente na seção 3.3, estão elencados alguns trabalhos científicos que aplicaram métodos de agrupamentos, tais como a Análise de *Cluster* (AC), para estimar *Clusters*, com a finalidade de avaliar questões relacionadas ao desenvolvimento.

- **Considerações sobre os dados espaciais**

Ao considerarmos valores de *p* variáveis estatísticas e *n* unidades de área de uma região de estudo, estamos trabalhando com dados estruturais, que são muitas vezes caracterizados por uma divisão arbitrária da área, determinada por um número fixo e contável de unidades geopolíticas, tais como as áreas administrativas, setores censitários, etc. Esses tipos de dados são geralmente relacionados às técnicas de análise espacial (SCRUCCA, 2005).

Na análise espacial as observações, em corte transversal ou em painel, representam regiões, tais como países, estados, mesorregiões, microrregiões, municípios, bairros, distritos e etc., através das quais é possível especificar, estimar e testar modelos teóricos, cujos efeitos espaciais como dependência espacial e heterogeneidade espacial são tratados (ALMEIDA, 2012).

A dependência espacial ocorre quando as unidades não são independentes entre si, porque há interação entre os agentes através das regiões, processo que está sujeito à Lei de *Tobler* ou Primeira Lei da Geografia, que afirma que tudo depende de todo o restante, porém o que está mais próximo depende mais do que aquilo que está mais distante. Assim, a proximidade está relacionada à questão da distância relativa entre as regiões; distância geográfica, social, econômica, política e etc. (ALMEIDA, 2012; SCRUCCA, 2005).

A dependência espacial ocorre quando o valor de uma variável *x* numa determinada região *i* depende do valor dessa mesma variável nas regiões *j* que são próximas, além das variáveis exógenas *Y*. A dependência espacial é resultado de processos espaciais, como a difusão, troca de bens e serviços, transferência de renda e comportamento estratégico, por exemplo (ALMEIDA, 2012).

O processo de difusão ocorre quando há transbordamento de um atributo de uma região para outras regiões. A título de exemplo, o processo de troca de bens e serviços e de transferência de renda ocorre quando há comércio entre as regiões, ligações para frente e para trás de um sistema de insumos-produto e/ou quando a renda auferida em uma região é despendida em outra região. O comportamento estratégico está relacionado aos eventos de uma região que influenciam ou são influenciados por eventos em outras regiões, em termos de competição e/ou cooperação (ALMEIDA, 2012).

A heterogeneidade espacial se dá quando fenômenos que ocorrem ao longo das regiões não apresentam estabilidade estrutural. Nesses casos, num subconjunto da base de dados espaciais a relação entre variáveis pode ser linear, mas no outro subconjunto essa relação pode

ser não-linear, apresentando como possível solução a subdivisão do conjunto de observações (ALMEIDA, 2012).

Dessa forma, dados espaciais são aqueles ordenados no domínio do espaço ou no domínio do espaço-tempo, cuja natureza indica a referência em termos de localização geográfica do atributo, descrevendo como os dados estão arranjados no espaço. Na coleta e armazenamento de dados espaciais o pesquisador deve registrar a localização da variação do atributo relacionado ao fenômeno em estudo; é preciso trabalhar com o atributo "quanto" combinado com o atributo "onde" (ALMEIDA, 2012).

Por suas características, segundo Almeida (2012), alguns problemas estão relacionados aos dados espaciais:

i) O georreferenciamento: a posição relativa ou absoluta dos dados no mapa importa por transmitir informações valiosas;
ii) A multidirecionalidade: os dados observados em regiões interagem em todas as direções;
iii) A multidimensionalidade: o grau ou a dimensão da dependência espacial pode ser distinto conforme a direção em que ocorre.

Almeida (2012) ainda pontua outros problemas específicos dos dados espaciais: a falácia ecológica, o problema da unidade de área modificável, o efeito de beira e a influência dos *outliers* espaciais. O problema da inferência ecológica diz respeito aos erros cometidos por deduzir o comportamento do indivíduo baseado em análises de dados agregados. Contudo, há de se considerar duas situações: a primeira, na qual alguns casos os comportamentos individuais são altamente influenciados pelo comportamento do grupo de indivíduos; segundo, na ausência de dados individuais só é possível utilizar dados agregados por área.

O problema da unidade de área modificável está relacionado à sensibilidade dos resultados à definição do critério utilizado para a agregação espacial dos dados, pois à medida que o número de unidades espaciais aumenta ou diminui os resultados são diferentes. O problema do efeito de beira elucida que as observações de áreas fronteiriças estão correlacionadas espacialmente com as observações de áreas que não fazem parte da área de estudo. Ademais, as áreas fronteiriças têm menos vizinhos que as áreas interioranas, e por isso possuem menos informações para a construção dos valores médios e para a estimativa da dependência espacial. Os *outliers* espaciais são observações que apresentam uma dependência espacial distinta das demais observações vizinhas (ALMEIDA, 2012).

- **Matrizes de ponderação espacial**

Para Scrucca (2005), a existência de associação espacial entre os vizinhos locais pode ser avaliada por meio de indicadores de autocorrelação espacial. Segundo Almeida (2012, p.74) "A autocorrelação espacial significa que o valor de uma variável de interesse *x* numa certa região *i* tende a estar associado ao valor dessa variável nas regiões vizinhas *j"*, e pode ser expressa pela matriz de variância-covariância:

$$Cov(x_i, x_j) = E(x_i x_j) + E(x_i)E(x_j) \neq 0 \text{ para } i \neq j \quad (17)$$

A matriz de variância-covariância tem dimensão *n* por *n* e permite mensurar a dependência espacial. Recentemente, os padrões locais de associação espacial têm sido identificados através de matrizes de pesos espaciais, que expressam a estrutura de contiguidade das unidades espaciais de uma área. Dessa forma, o processo de análise espacial deve ser iniciado ao especificar uma matriz de ponderação espacial (*W*), que reflete um determinado arranjo espacial das interações do fenômeno pesquisado, pois a conexão entre duas regiões é descrita numa célula da matriz, que é denominada de peso espacial (ALMEIDA, 2012; SCRUCCA, 2005).

Sendo assim, apresentada de maneira mais formal, uma matriz de peso espacial é uma matriz quadrada de dimensão *n* por *n*, em que os pesos espaciais w_{ij} representam o nível de conexão entre regiões de acordo com determinado critério de proximidade (seja geográfico ou socioeconômico), indicando a influência da região *j* sobre a região *i*. Para Almeida (2012), no caso da proximidade geográfica, esta pode ser definida conforme a contiguidade e/ou conforme a distância. Quanto à contiguidade, a matriz de pesos espaciais deve ser estimada de acordo com a noção de vizinhança: no caso duas regiões partilhem uma fronteira é atribuído um valor unitário (1), ou no caso contrário é atribuído um valor nulo (0), como formalmente apresentado abaixo:

$$w_{ij} = \begin{cases} 1 \text{ se } i \text{ e } j \text{ são contíguos} \\ 0 \text{ se } i \text{ e } j \text{ não são contíguos} \end{cases} \quad (18)$$

Assim, $w_{ii} = 0$ dado que a região não pode ser considerada vizinha de si mesma, tornando a diagonal principal da matriz de contiguidade composta por valores nulos.

Segundo Almeida (2012), na definição de pesos espaciais a distância geográfica é utilizada como um dos critérios de proximidade, em que a matriz *W* é a matriz de *k* vizinhos mais próximos, $w_{ij}(k)$. Essa matriz binária *W* pode ter sua medida de proximidade definida por meio da distância geográfica (em quilômetros), como formalmente apresentado a seguir:

$$w_{ij}(k) = \begin{cases} 1 \text{ se } d_{ij} \leq d_i(k) \\ 0 \text{ se } d_{ij} > d_i(k) \end{cases} \quad (19)$$

Em que $d_i(k)$ é a distância de corte para a região *i*, de modo que essa região tenha *k* vizinhos. É assumido que $w_{ii}(k) = 0$ e que $d_i(k)$ seja a menor distância para a região *i* de modo que ela possua precisamente *k* vizinhos. Dessa forma, duas regiões são consideradas vizinhas se estiverem dentro de uma distância de corte necessária para que se tenha o número predeterminado de vizinhos (ALMEIDA, 2012).

Segundo Almeida (2012), também é possível definir a proximidade pela distância inversa a partir dos pontos centroides dos polígonos representando as regiões ou baseada na distância da principal cidade da região, por entender que quanto menos distante estiverem duas regiões, maior a interação entre elas; relação descrita formalmente a seguir:

$$w_{ij}(d_{ij}) = f(d_{ij}) \qquad f' < 0 \quad (20)$$

Uma das métricas mais utilizada para a estimativa da distância é a distância euclidiana, uma forma aproximada de calcular as distâncias entre duas regiões em linha reta[37] e com base nas coordenadas (ALMEIDA, 2012). A distância euclidiana é definida como:

$$d_{ij} = \sqrt{[(u_i - v_j)^2 + (u_i - v_j)^2]} \quad (21)$$

Para Almeida (2012), a interação espacial também pode ser representada por argumentos socioeconômicos, cujas matrizes possuem três diferentes naturezas: i) matrizes baseadas no conceito de similaridade; ii) matrizes baseadas no conceito de dissimilaridade; e iii) matrizes baseadas em fluxos. No caso das matrizes baseadas no conceito de similaridade, as distâncias são definidas pelas diferenças de similaridade, através das diferenças das características demográficas, sociais e econômicas, independente das regiões estarem distantes ou próximas geograficamente. Assim, os pesos espaciais, $w_{ij}(d_{SE})$, baseados nas distâncias socioeconômicas (d_{SE}), da matriz *W*, são definidos por:

$$w_{ij}(d_{SE}) = \frac{1}{|x_i - x_j|} \quad (22)$$

Onde *x* é a variável socioeconômica. Nesse caso deve-se utilizar o módulo da diferença para que os pesos não sejam negativos.

Já a matriz socioeconômica de dissimilaridade parte do princípio de que regiões dissimilares possuem maior conectividade entre si, com pesos espaciais do tipo:

[37] Esta forma subestima a verdadeira distância que separa as regiões porque não leva em consideração a curvatura da terra (ALMEIDA, 2012).

$$w_{ij}(d_{SE}) = \left| x_i - x_j \right| \tag{23}$$

Em que um maior peso para a influência da região *j* sobre *i* é dado para a maior dissimilaridade (ALMEIDA, 2012).

É possível estimar uma matriz socioeconômica ao definir os pesos espaciais (w_{ij}) a partir dos fluxos dos indicadores socioeconômicos. Por exemplo, no caso do comércio (exportações e importações), os pesos podem ser definidos da seguinte forma: $w_{ij} = 1$ se a intensidade das relações forem superiores à média; do contrário, $w_{ij} = 0$ (ALMEIDA, 2012).

Ao normalizar na linha a matriz de pesos espaciais é possível detectar as assimetrias, pois a influência da região *i* sobre a região *j* pode ser diferente da influência da região *j* sobre a região *i*, isto é, $w_{ij} \neq w_{ji}$. Segundo Almeida (2012), para normalizar uma matriz divide-se cada célula de pesos espaciais (correspondente a cada linha) pelo somatório do peso das respectivas linhas, como expresso a seguir:

$$w_{ij}^{*} = \frac{w_{ij}}{\sum_j w_{ij}} \qquad \text{(para matriz } W \text{ do tipo binária)} \tag{24}$$

$$\sum_j w_{ij}^{*} = 1 \tag{25}$$

$$w_{ij}^{*}(k) = \frac{w_{ij}(k)}{\sum_j w_{ij}(k)} \qquad \text{(para matriz } W \text{ do tipo } k \text{ vizinhos mais próximos)} \tag{26}$$

$$w_{ij}^{*}(d) = \frac{w_{ij}(d)}{\sum_j w_{ij}(d)} \qquad \text{(para matriz } W \text{ do tipo distância inversa)} \tag{27}$$

$$w_{ij}^{*}(d_{SE}) = \frac{w_{ij}(d_{SE})}{\sum_j w_{ij}(d_{SE})} \qquad \text{(para matriz } W \text{ do tipo distância socioeconômica similar)} \tag{28}$$

As matrizes de ponderação espacial devem apresentar as seguintes propriedades:

i) $0 \leq w_{ij} < \infty$ (29)

ii) $\sum_j w_{ij}^{*} \neq 0$ (30)

iii) $w_{ii} = 0$ (31)

iv) $E(w_{ij}\varepsilon) = 0$ (32)

A primeira propriedade exige que os pesos espaciais sejam não negativos, pois não há sentido econômico numa interação negativa entre regiões; pesos espaciais finitos geram

somas das linhas e das colunas próximos a um número finito. A segunda propriedade é representada por alguma linha ou coluna que contenha somente zeros, indicando uma região isolada; o problema maior ocorre quando essa região é importante. A terceira propriedade esclarece que nenhuma região pode influenciar a si mesma. A quarta propriedade estabelece que os pesos devem ser exógenos, o que torna desvantajoso o uso da matriz do tipo socioeconômica e vantajoso o uso da matriz do tipo pesos binários (ALMEIDA, 2012).

Assim, é preciso decidir que variável será usada para mensurar o nível de conexão entre as regiões. Frequentemente a proximidade entre as regiões é utilizada, não sendo limitada aos aspectos geográficos, mas envolvendo também aspectos socioeconômicos ou qualquer outro que seja significativo para o fenômeno pesquisado. O problema que não há um teste formal, que garanta se a matriz é ótima, e que auxilie o pesquisador quanto à escolha da matriz *W*, que é definida de forma arbitrária. Além disso, os resultados são sensíveis à escolha do tipo de aspecto que gerará a matriz de ponderação espacial. Na prática, a escolha adequada da matriz de ponderação espacial envolve um processo de tentativa e erro. O que se sugere é que a matriz esteja de conformidade com as características do fenômeno estudado, que respeite as propriedades anteriormente descritas e que capture a maior autocorrelação espacial (ALMEIDA, 2012).

- **Análise exploratória dos dados espaciais (AEDE)**

A Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) é um conjunto de técnicas que descreve as distribuições espaciais, identifica os *outliers* espaciais (localidades atípicas) e os *clusters* espaciais (padrões de associação espacial). As variáveis densas ou intensivas[38] são mais adequadas para a AEDE, porque as variáveis extensivas são correlacionadas espuriamente com a área ou população total (ALMEIDA, 2012).

Para realizar a AEDE primeiramente é preciso testar a hipótese de que os dados espaciais sejam distribuídos aleatoriamente, indicando que os valores de uma variável numa região não depende dos valores dessa variável nas regiões vizinhas. Nesse sentido, o coeficiente de correlação espacial é o indicador que apresenta a sequência espacial da ordenação de um conjunto de dados, pois é estimado pela razão de uma medida de autocovariância e uma medida de variação total dos dados (ALMEIDA, 2012). As medidas de autocovariância mais conhecidas, são:

[38] São variáveis que indicam intensidade, como as que são divididas por algum indicador, tornando-se um indicador per capita ou por área (ALMEIDA, 2012).

i) Produto-cruzado: $y_i \cdot y_j$

ii) Quadrado da diferença: $(y_i - y_j)^2$

iii) Módulo da diferença: $|y_i - y_j|$

Contudo, a autocovariância depende do tipo de escala de medida das variáveis, impedindo a comparação das autocovariâncias de variáveis medidas por diferentes escalas. Sendo assim, torna-se necessário dividir a autocovarância pela variância para eliminar a influência da escala de medida. Na sequência, é preciso definir a matriz de ponderação espacial (*W*). As estatísticas de autocorrelação espacial mais aplicadas nos estudos espaciais, como *I* de *Moran* (*I*), Diagrama de Dispersão de *Moran* e *Getis-Ord* (*G*), também utilizam esses três elementos: i) Uma medida de autocovariância; ii) Uma medida de variância; e iii) Uma matriz de ponderação espacial (ALMEIDA, 2012).

- **Estatísticas globais de autocorrelação espacial**

Um índice de autocorrelação espacial mede a associação espacial nos dados considerando simultaneamente as informações locacionais e de atributos. Existem dois tipos de índices: i) medidas globais, que resumem a associação espacial com respeito a toda a região; e ii) medidas locais, que se referem à associação de um único local em relação aos seus vizinhos (SCRUCCA, 2005). A seguir serão apresentadas algumas medidas de associação espacial global.

✓ **Estatística *I Moran* global**

Segundo Almeida (2012) e Scrucca (2005), o coeficiente de autocorrelação espacial *I Moran*, de natureza global, usa a medida na forma de produto cruzado, como está algebricamente apresentado a seguir:

$$I = \frac{n}{\sum_{i=1}^{n}\sum_{j=1}^{n} w_{ij}} \frac{\sum_{i=1}^{n}\sum_{j=1}^{n} w_{ij} z_i z_j}{\sum_{i=1}^{n} z_i^2} \tag{33}$$

Em que n é o número de regiões, w_{ij} é um elemento da matriz de ponderação espacial que mede a contiguidade espacial entre os dados locais i e j; z denota os valores da variável

padronizada de forma que $z_i = (x_i - \bar{x})$ e $z_j = (x_j - \bar{x})$. A operação $\sum\sum w_{ij}$ indica que todos os elementos da matriz *W* devem ser somados.

Se a matriz *W* for normalizada na linha, o termo $\sum\sum w_{ij}$ resulta em *n*, e a expressão anterior passa a:

$$I = \frac{\sum_{i=1}^{n}\sum_{j=1}^{n} w_{ij} z_i z_j}{\sum_{i=1}^{n} z_i^2} \tag{34}$$

Por fim, testa-se a hipótese nula de aleatoriedade espacial[39], considerando que o *I Moran* tem valor esperado de:

$$E(I) = -\frac{1}{n-1} \tag{35}$$

Para Scrucca (2005), o valor observado para *I* pode ser comparado à distribuição sobre a hipótese nula de ausência de autocorrelação espacial, ou seja, quando os valores de x_i são independentes dos valores de x_j $(i \neq j)$ em locais vizinhos; isso equivale dizer que os dados são distribuídos aleatoriamente nos locais. No caso da distribuição normal da variável aleatória *X* ou sob amostragem padronizada, a distribuição de *I* é assintoticamente normal, a esperança e a variância podem ser derivadas. Portanto, a inferência pode ser baseada na razão:

$$Z(I) = \frac{I - E(I)}{\sqrt{Var(I)}} \tag{36}$$

O valor esperado, *E(I)*, é o valor que seria estimado se não houver padrão espacial nos dados. À medida que *n* aumenta, o *E(I)* aproxima-se de zero, por isso que a estatística *I* é semelhante mas não é igual a um coeficiente de autocorrelação, que assume valor zero. Assim dentro dos limites de significância estatística, valores de *I* maiores que *E(I)* indicam autocorrelação espacial positiva, e valores de *I* menores do que *E(I)* apontam para uma autocorrelação espacial negativa (ALMEIDA, 2012).

O *I Moran* varia entre -1 e 1, denominada autocorrelação espacial negativa e positiva, respectivamente. A autocorrelação espacial positiva define similaridade[40], em que altos valores de uma variável de interesse tende a estar rodeados por altos valores dessa variável em regiões vizinhas, e baixos valores de uma variável de interesse tende a estar rodeados por baixos valores dessa variável em regiões vizinhas. A autocorrelação espacial negativa define

[39] O conceito de aleatoriedade espacial implica que os valores observados em uma localização não dependem dos valores observados de qualquer vizinho local (Scrucca, 2005).
[40] Quando os pares de desvios em relação à média são predominantementes positivos (SCRUCCA, 2005).

dissimilaridade[41], em que altos valores de uma variável de interesse tende a estar circundados por baixos valores dessa variável em regiões vizinhas, e baixos valores de uma variável de interesse tende a estar circundados por altos valores dessa variável em regiões vizinhas (ALMEIDA, 2012; SCRUCCA, 2005).

Portanto, o *I Moran* fornece três tipos de informação: i) O nível de significância indica se os dados estão ou não distribuídos aleatoriamente; ii) O sinal positivo revela que os dados estão concentrados através das regiões e o sinal negativo indica dispersão dos dados; e iii) A magnitude da estatística informa o nível de autocorrelação espacial, em que quanto mais próximo de um, mais forte é a concentração; quanto mais próximo de -1, mais dispersos são os dados (ALMEIDA, 2012).

- ✓ **Estatística *G* de *Getis-Ord* global**

Segundo Almeida (2012) e Scrucca (2005), a estatística *G* de *Getis-Ord*, também de natureza global, define um conjunto de vizinhos para cada região considerando as observações que se encontram dentro de uma distância de corte (*cut-off*) fixa (*d*) da região. Quando uma determinada região respeita a condição de distância, ela assume valor unitário por ser considerada conectada; se a região não respeita aquela condição de distância, assume valor nulo e é considerada não conectada. Dessa forma, é preciso estimar a matriz *W(d)* de pesos binários e simétricos para estimar a estatística *G*, conforme definido na expressão abaixo:

$$G(d) = \frac{\sum_{i=1}^{n}\sum_{j=1}^{n} w_{ij}(d)x_i x_j}{\sum_{i=1}^{n}\sum_{j=1}^{n} x_i x_j} \qquad \text{para } j \neq i \tag{37}$$

Em que x_i é o valor observado de uma variável *x* na região *i*, x_j é o valor observado de uma variável *x* na região *j*, w_{ij} representa um elemento da matriz de ponderação espacial.

Na expressão da estatística *G* tanto o numerador como o denominador são expressos na forma de produto cruzado. Diferentemente do *I Moran*, o *G* de *Getis-Ord* não é definido na forma de desvios de média e é computado somente para valores positivos (ALMEIDA, 2012).

Interpreta-se a estatística *G* a partir dos valores assumidos pela estatística *Z* padronizada, *Z(G)*, conforme expressão a seguir:

[41] Quando os pares de desvios em relação à média são predominantementes negativos (SCRUCCA, 2005).

$$Z(G) = \frac{[G - E(G)]}{DP(G)} \tag{38}$$

Em que *DP(G)* é o desvio padrão teórico e *E(G)* é o valor esperado, conforme expressão abaixo:

$$E(G) = \frac{W}{n(n-1)} \tag{39}$$

Testa-se a hipótese nula (H_0) de que os dados não são concentrados. Contudo, segundo Almeida (2012, p.113), "[...] a não rejeição de H_0 não implica automaticamente que se conclua pela ausência de autocorrelação espacial. Pode ser que os valores da variável de interesse esteja autocorrelacionados espacialmente de forma negativa [...]".

Z(G) significativo e positivo, concebe um agrupamento de altos valores, indicando que uma região com elevado valor para a variável *x* é cercada por regiões que possuem elevado valor para *x*. Por outro lado, *Z(G)* significativo e negativo, concebe um agrupamento de baixos valores, indicando que uma região com baixo valor para a variável *x* é cercada por regiões que possuem baixo valor para *x*. Assim, a estatística *G* assume valores [0,1], onde os valores próximos de 1 indicam *clusters* de elevados valores, enquanto valores próximos de 0 indicam *clusters* de baixos valores. Dessa forma, a estatística é designada como uma medida de concentração espacial, pois estima apenas autocorrelação espacial positiva, não sendo possível calcular a estatística *G* se a variável conter valores não positivos (negativos ou nulos) (ALMEIDA, 2012; SCRUCCA, 2005).

Todavia, Almeida (2012) chama a atenção que nem sempre padrões globais de autocorrelação espacial estão de conformidade com padrões locais de autocorrelação espacial, porque há casos em que a ausência de autocorrelação global oculta situações de autocorrelação local presentes nas observações de um subconjunto de regiões da área pesquisada. Srucca (2005) destaca que as medidas de associação espacial globais salientam a dependência espacial média da área de estudo, portanto elas serão úteis apenas se a dependência espacial é relativamente uniforme na área de estudo. Se o processo espacial subjacente não é estacionário, medidas globais podem não ser representativas, em especial se o tamanho da área de estudo é relativamente grande. Por isso, torna-se fundamental estimar a autocorrelação local.

- **Estatísticas locais de autocorrelação espacial**

Se as medidas globais de autocorrelação espacial são usadas para resumir as características típicas de associação para toda a área, as medidas locais de autocorrelação espacial são capazes de identificar a presença de desvios dos padrões globais de associação espacial para lugares específicos, tais como arranjos produtivos locais ou *outliers* locais (SCRUCCA, 2005).

Existem diferentes propostas de medidas locais, mas duas em particular merecem destaque, porque estão relacionadas com as medidas globais anteriores de associação espacial: o *I Moran* local e o *Getis-Ord* local.

✓ **Estatística *I Moran* local**

A estatística *I Moran* local (I_i) estima padrões locais de autocorrelação espacial, estatisticamente significativos; é um *Local Indicator of Spatial Association* (LISA), que satisfaz a dois critérios: i) É capaz de indicar *clusters* espaciais para cada observação; e ii) O somatório dos indicadores locais para todas as regiões é proporcional ao indicador de autocorrelação espacial global (ALMEIDA, 2012; SCRUCCA, 2005).

Conforme Almeida (2012, p.126) o coeficiente I_i observado numa região *i* para uma variável *x* padronizada pode ser configurado como na expressão abaixo relacionada:

$$I_i = \frac{z_i \sum_{j=1}^{n} w_{ij} z_j}{\sum_{j=1}^{n} z_j^2 / n} \tag{40}$$

Para a interpretação é preciso atentar que o I_i é estimado a partir de variáveis padronizadas (*z*), dessa forma o valor da variável deve ser comparada com a média da respectiva variável considerando todas as regiões da área pesquisada. Quanto maior o valor positivo de I_i mais similiares são os *clusters* locais ao redor do *i-éssimo* local, porque se desviam fortemente em relação à média, seja positiva ou negativamente. Em contrapartida, quanto maior o valor negativo de I_i mais dissimilares são os vizinhos do *i-éssimo* local (SCRUCCA, 2005). Como consequência, uma região não vai se encontrar em nenhum agrupamento quando o valor da variável para essa região não é diferente, em termos estatísticos, da média de todas as regiões (ALMEIDA, 2012).

Assim, a estatística I_i pode ser usada para indicar instabilidade local, ou seja, desvios locais do padrão global de associação espacial, que são "*hot spots*" ou *outliers* locais.

O valor esperado de I_i sob a hipótese de normalidade é dado por:

$$E(I_i) = \frac{-w_i}{(n-1)} \tag{41}$$

Onde w_i é a soma dos elementos da linha da matriz *W*, isto é, $w_i = \sum_j w_{ij}$.

Assim, para cada observação é estimado um I_i, obtendo *n* estimativas da estatística I_i e os seus respectivos níveis de significância (ALMEIDA, 2012).

- ✓ **Estatística *G* de *Getis-Ord* local**

Segundo Almeida (2012) e Scrucca (2005), a estatística local *G* de *Getis-Ord*, G_i, procura estimar a associação espacial local, a partir de um indicador de concentração espacial, em que para cada observação *i* a estatística G_i avalia em que medida esta observação é rodeada por alto ou por baixos valores para a variável *x*. Esta medida é calculada como a soma de todos os valores dos dados da vizinhança do *i-éssimo* local em relação à soma de todos os valores dos dados, de acordo com a expressão a seguir:

$$G_i = \frac{\sum_{j=1}^{n} w_{ij} x_j}{\sum_{j=1}^{n} x_j} \tag{42}$$

No numerador, o somatório em *j* denota que somente os valores dos vizinhos próximos da região *i* serão utilizados, de acordo com um critério de vizinhança presente na matriz de ponderação espacial, *W*. Por exemplo, se a matriz *W* utilizada é estimada considerando um raio ao redor da região *i* a partir de uma distância de corte (em quilômetros), as regiões que estiverem dentro daquele raio são consideradas vizinhas e recebem um valor unitário [$w_{ij}(d)$=1] na célula da matriz *W*; caso contrário, atribui-se um valor nulo [$w_{ij}(d)$=0] na célula da matriz *W* (ALMEIDA, 2012).

De acordo com Almeida (2012) e Scrucca (2005), existem duas medidas de instabilidade local, G_i e G_i^*. Em G_i todos os valores da variável *x* são incluídos no denominador, exceto aquele pertencente à observação *i*. Em G_i^* todos os valores da variável *x* são incluídos no denominador, inclusive aquele pertencente à observação *i*.

$$G_i^* = \frac{\sum_{j=1}^{n} w_{ij} x_j}{\sum_{j=1}^{n} x_j} \quad (43)$$

Para Almeida (2012) e Scrucca (2005), as estatísticas G_i e G_i^* informam o padrão espacial da concentração, se "*hot spot"* ou "*cool spot"*, e a inferência sobre a sua significância é realizada a partir da normal padronizada $Z(G_i)$ ou $Z(G_i^*)$, calculadas a partir de:

$$E(G_i^*) = \frac{w_i}{n} \quad (44)$$

$$z(G_i^*) = \frac{\sum_{j=1}^{n} w_{ij} x_j - \bar{x} w_i}{\sqrt{\frac{s^2}{n-1}\left(n\left(\sum_{j=1}^{n} w_{ij}^2 \right) - w_i^2 \right)}} \quad (45)$$

Onde $w_i = \sum_j w_{ij}$, $\bar{x} = \sum_i x_i / n$ e $s^2 = \sum_i (x_i - \bar{x})^2 / n$.

A interpretação é realizada pelo sinal de *Z*, de modo que *Z* significativo e positivo indica *cluster* espacial com altos valores (*hot spot*). Ao contrário, *Z* significativo e negativo indica *cluster* espacial com baixos valores (*cool spot*) (ALMEIDA, 2012; SCRUCCA, 2005). No mais, Almeida (2012, p.123-124) destaca: "[esses] indicadores locais não conseguem capturar a autocorrelação espacial negativa, indicativa do padrão espacial da dispersão, somente capturando a autocorrelação espacial positiva, sinalizadora do padrão espacial da concentração".

✓ *I Moran* local (I_i) ou *G* de *Getis-Ord* local (G_i)?

Mas, qual estatística de autocorrelação local é mais adequada para estimar a instabilidade local? Almeida (2012) e Scrucca (2005) enfatizam que a interpretação das estatísticas G_i e G_i^* é diferente da interpretação da estatística I_i. Para os autores, as estatísticas G_i e G_i^* distinguem os *clusters* de altos (*hot spots*) e baixos (*cool spots*) valores, isto é distinguem *clusters* de elevada e reduzida concentração espacial, mas não capturam a presença de autocorrelação espacial negativa. O I_i negativo tem a vantagem de identificar *outliers* espaciais, ao indicar associação espacial de valores dissimilares (baixos valores circundados por altos valores e altos valores circundados por baixos valores). Assim, a estatística I_i é capaz de detectar autocorrelações espaciais positivas e negativas, mas *clusters*

de altos e baixos valores não são distinguidos. Por isso as estatísticas G_i e I_i podem ser vistas como ferramentas complementares, por detectar e medir aspectos diferentes de associação espacial. Dependendo do contexto, usar uma ou outra medida pode ajudar a revelar padrões interessantes dos dados. Por exemplo, se o objetivo principal é identificar *clusters* a estatística G_i deve ser preferida, mas se o objetivo pretendido é detectar "*hot spots*" ou *outliers* espaciais então a estatística I_i deve ser aplicada.

6.4.2 Os procedimentos adotados para a identificação dos *Clusters* Espaciais

Como discutido na subseção anterior, a análise de *Cluster* Espacial pretende encontrar a estrutura de grupos para objetos com base em seus atributos multivariados. A maioria dos métodos de agrupamento pode ser dividido em duas classes: i) Métodos Hierárquicos, que produzem uma sequência de conjuntos aninhados; e ii) Métodos Não Hierárquicos, que procuram dividir otimamente objetos em um número fixo de *clusters* (SCRUCCA, 2005).

Nesse trabalho foi adotada a segunda classe de método, ao implementar o algoritmo popularmente conhecido como *K*-médias, para um conjunto de seis variáveis espaciais[42] (percentual da população residente rural, percentual dos estabelecimentos de agricultores familiares, percentual de pobres, percentual de extremamente pobres, IDH-M e PIB per capita) dos 26 municípios do Território Litoral Sul e dos dezenove municípios[43] do Território do Sisal.

Foi utilizado o programa estatístico *Data Analysis and Statistical Software (STATA)* e o *Software* R, de acordo com um conjunto de *do-files* e *scripts* (Anexo I). O procedimento de agrupamento de dados espaciais pelo Método Não Hierárquico, inspirado no trabalho realizado por Scrucca (2005) sobre a Itália, foi baseado no algoritmo a seguir:

1. Dada uma matriz de pesos espaciais, *W*, calculou-se para cada *p*-variável a estatística local Getis-*Ord* padronizada, z(G_i), reunindo os valores na matriz *Z* de dimensão (*n x p*). Sendo assim, cada coluna de Z expressa o padrão de autocorrelação local para uma variável, enquanto que cada linha de Z fornece o perfil dos *clusters* em torno de cada unidade local;

[42] Essas variáveis também foram utilizadas na seção 6.1, por representarem os critérios estabelecidos pelos programas TRs, TCs e TIs para selecionarem os municípios participantes da política de desenvolvimento territorial.

[43] Como já salientado, também nesse capítulo considera-se o Território do Sisal composto por dezenove municípios porque não foi considerado o desmembramento do município de Serrinha ocorrido no ano 2000.

2. Aplicou-se o algoritmo *K-means* (K-médias) para este conjunto de novas variáveis espacialmente construídas. Esta etapa permitiu agrupar observações baseadas nas características espaciais multivariadas, que contam com informações locacionais e de atributos. O método de aglomeração *K*-médias possibilitou encontrar a partição ótima que minimiza a seguinte função-objetivo:

$$WSS = \sum_{k=1}^{K} \sum_{C(i)=k} \left\| z_i - \bar{z}_k \right\|^2 \qquad (46)$$

Onde z_i é a *i-éssima* linha da matriz *Z*, $\bar{z}_k$ para $k = 1, ..., K$ são os centroides dos *clusters*, e a medida de dissimilaridade utilizada dentro do *cluster* foi a distância euclidiana, conforme expressão a seguir:

$$d_{ij} = \sqrt{\sum_{k=1}^{p} \left(x_{ik} - x_{jk} \right)^2} \qquad (47)$$

O algoritmo começou com um conjunto inicial de centroides $(\bar{z}_1, \bar{z}_2, ..., \bar{z}_K)$ e alternou as unidades para o "centroide mais próximo".

Ou seja, no Método Não Hierárquico, uma vez definido pelo pesquisador o número de *clusters*, o procedimento para agrupar indivíduos (e não variáveis) é dinâmico e interativo, com a finalidade de identificar a melhor solução, pois é reduzida a probabilidade de erro na classificação de um determinado sujeito num determinado *cluster*. Essa técnica busca estimar uma partição de *n* elementos em *K* grupos (*clusters*) respeitando dois requisitos: a coesão interna e isolamento (separação) dos *clusters* constituídos (FÁVERO et al, 2009; MAROCO, 2003).

Fávero et al (2009) e Maroco (2003) salientam que o método *K-means* (*K*-médias) é empregado para agrupar grande número de observações, e produz somente uma solução para o número de *clusters* predefinido, ao utilizar o algoritmo *Nearest Centroid Sorting*, para determinar a alocação das observações em cada *cluster* e o critério de distância euclidiana para composição dos grupos.

Fávero et al (2009) e Maroco (2003) esclarecem que, no método *K-means*, como primeiro passo do algoritmo, as primeiras *n* observações são utilizadas como centroides iniciais de agrupamentos criando os *clusters* temporários. Os autores também descrevem que esse método visa minimizar a variância interna aos grupos e maximizar a variância entre os diferentes grupos.

Dessa forma, de acordo com Fávero et al (2009, p.218-219) e Moroco (2003, p.322), no método *K-means* o processo é composto de três passos:

i) Partição inicial dos indivíduos em *K clusters* predefinidos;

ii) Cálculo dos centroides iniciais de agrupamento (base para a alocação dos indivíduos) para cada um dos *K clusters*; e cálculo da distância euclidiana dos centroides à cada sujeito da base de dados;

iii) Agrupamento dos sujeitos aos *clusters* cujos centroides se encontram mais próximos, e voltar ao passo (ii) até que não ocorra variação significativa na distância mínima de cada sujeito da base de dados a cada um dos centroides do *K clusters*.

3. Por fim, a configuração final é selecionada com base no número ideal de agrupamentos sugerido pela estatística *GAP*, em que a seleção do número ideal de *clusters* pode ser baseada na estatística do tipo R^2 associada ao teste *F*. A função *GAP* é definida como:

$$GAP(k) = R_k^2 - \overline{R}_k^{*2} \tag{48}$$

$$R_k^2 = 1 - \frac{WSS_k}{TSS} \tag{49}$$

Onde *TSS* é a soma dos quadrados, WSS_k é minimização da soma dos quadrados dentro de cada *cluster* para *k clusters*. Assim, a estatística R_k^2 fornece a proporção da variância explicada através de uma configuração de *k clusters*. No entanto, ela não pode ser usada uma vez que é uma função não-decrescente de *k*, por isso utiliza-se:

$$\overline{R}_k^{*2} = \frac{1}{B}\sum_{b=1}^{B} R_{k,b}^{*2}. \tag{50}$$

Seja Z_b^* uma matriz de dados permutados, obtida por permutação dos elementos dentro de cada coluna de *Z*. Para um grande número de permutações nós calculamos a estatística $R_{k,b}^{2*}$, obtida com a aplicação do algoritmo *K*-médias para *k clusters* com *b = 1,..., B* dados permutados, onde o número ótimo de *clusters*, $\hat{k}$, é o valor que maximiza a função $\hat{k} = \arg_k \max GAP(k)$. Portanto, a estatística *GAP* está naturalmente ligada a R^2, mas não tem os seus inconvenientes e pode ser efetivamente usada para selecionar a configuração ótima de *clusters*.

6.4.3 Clusters Espaciais como proposta de delimitação para o Território Litoral Sul e para o Território do Sisal

Nesta subseção são apresentados os resultados encontrados após a realização dos procedimentos de identificação dos *Clusters* Espaciais. Como discutido na subseção 6.4.2, o processo de aglomeração foi efetivado pelo Método Não Hierárquico e através da

implementação do algoritmo *K-means* (*K*-médias). Para a análise dos dados espaciais primeiramente foi necessário estimar a matriz de pesos espaciais. Tal definição é exógena porque normalmente ela é baseada na disposição geográfica das observações ou na contiguidade espacial. Nessa pesquisa foi adotada a matriz de pesos espaciais, *W*, do tipo binária, em que $w_{ij} = 1$ se *i* e *j* são municípios vizinhos e $w_{ij} = 0$, caso contrário.

Após definir a matriz de peso espacial, padronizamos as estatísticas G_i, calculadas para cada uma das seis variáveis espaciais, a saber: percentual da população residente no meio rural, percentual dos estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares, percentual da população em condições de pobreza, percentual da população em condições de extrema pobreza, IDH-M e PIB per capita. Esse procedimento foi realizado tanto para os 26 municípios do Território Litoral Sul, como para os 19 municípios do Território do Sisal. Então a matriz *Z* (26x6) e a matriz *Z* (19x6) com as referidas estatísticas locais padronizadas foram utilizadas no procedimento de agrupamento por meio do *software STATA*. Somente a estatística *GAP* foi estimada pelo *software R*.

O *output* do *software R*, referente à estatística GAP, atendendo a regra de "determinação do número de *clusters* recomendado pela maioria dos índices", sugere que dois tipos de *Clusters* Espaciais constituem o número ótimo para aglomerar os municípios do Território Litoral Sul. Considerando todas as estatísticas e critérios, o número ótimo de tipos de *Clusters* Espaciais está descrito na Tabela 38. Essa tabela indica que nove diferentes estatísticas/critérios apontam dois tipos de *Clusters* Espaciais como o número ótimo para agrupar os municípios do Território Litoral Sul.

Tabela 38 - Propostas para agrupamento dos 26 municípios do Território Litoral Sul, a partir da estatística GAP, considerando todas as estatísticas e critérios, segundo output do software R

Considerando todas as estatísticas/critérios	Proposta: número ótimo de tipos de *Clusters* Espaciais
9	2
3	3
2	4
1	5
2	6
4	7
1	9
2	10

Fonte: Dados de pesquisa.

Segundo a Figura 30 e o Quadro 17, para 2 tipos de *Clusters* Espaciais um total de quatro diferentes agrupamentos são formados no Território Litoral Sul, e em cada um os municípios são contíguos. Os municípios Maraú, Itacaré e Ubaitaba fazem parte do *Cluster*

Espacial 1. Esses municípios são semelhantes em relação ao elevado percentual de agricultores familiares, acima de 74% do total de estabelecimentos agropecuários. Maraú tem o maior percentual da população em situação de pobreza (44,19%) e em situação de extrema pobreza (22,23%), todavia, os demais municípios estão em situação próxima. Afora Ubaitaba, que registra médio IDH-M (0,611), os outros municípios possuem baixo IDH-M. Do mesmo modo, o PIB per capita de Ubaitaba (R$7.070,03) é mais elevado do que os demais municípios do *Cluster* Espacial 1, de aproximadamente R$4.000,00 (Tabela 36).

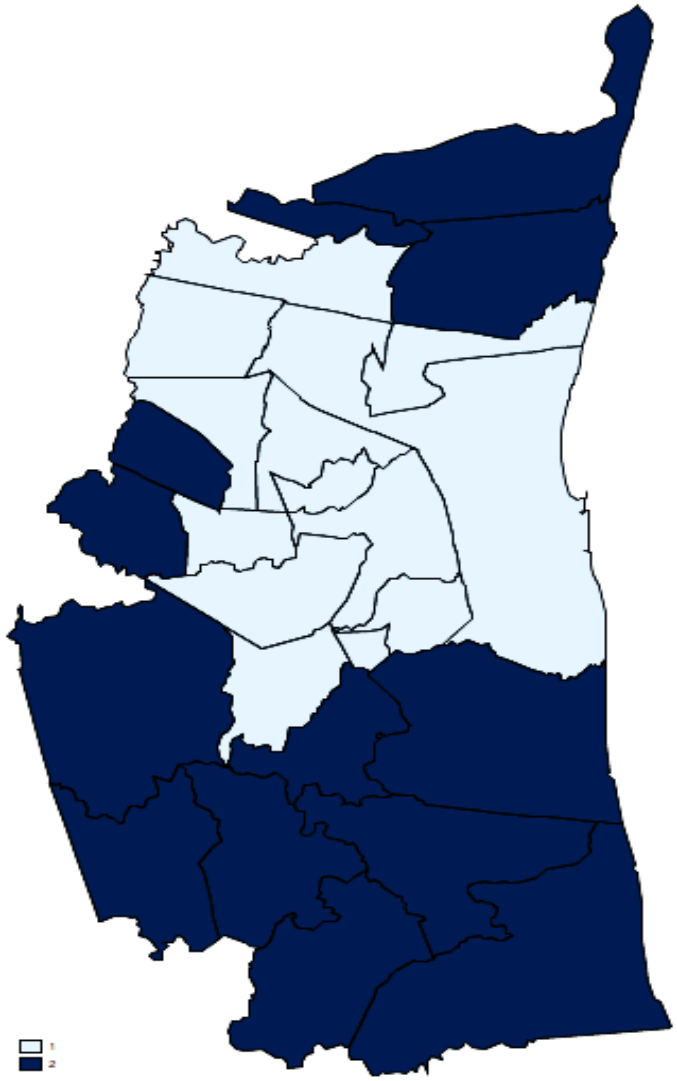

Figura 30 - Agregação dos municípios do Território Litoral Sul utilizando a metodologia proposta por Scrucca (2005): configuração com dois tipos de Clusters Espaciais (em quatro diferentes agupamentos) de acordo com a regra da maioria dos critérios da estatística

Fonte: Dados de pesquisa.

De acordo com a Figura 30 e o Quadro 17, os municípios Uruçuca, Aurelino Leal, Itapitanga, Ilhéus, Coaraci, Itajuípe, Barro Preto, Itabuna, Ibicaraí, Itapé, Buerarema, São José da Vitória e Jussari fazem parte do *Cluster* Espacial 2. Nesse *cluster*, com a exceção dos municípios de Ilhéus (19,66%), Itabuna (17,09%) e Uruçuca (25,88%), os demais apresentam percentual de população pobre próximo a 30% (Tabela 31). Itabuna é o único município desse *cluster* que apresenta alto IDH-M (0,712); para os municípios restantes, um grupo é classificado como de baixo desenvolvimento municipal e o outro grupo classificado como de médio desenvolvimento municipal. Itajuípe e principalmente Itabuna e Ilhéus geraram os maiores PIB per capita, no valor de R$12.615,82, R$12.243,02 e R$7.228,97, respectivamente; os demais municípios registram PIB per capita entre R$4.114,26 e R$5.937,11 (Tabela 36).

Quadro 17 - Território Litoral Sul configurado em dois tipos de Clusters Espaciais (e em quatro diferentes agrupamentos) a partir da estatística GAP, de acordo com a regra da maioria dos critérios do Software R

Município	Territórios			*Cluster* Espacial
	Rural	Cidadania	Identidade	
Almadina	Rural	Cidadania	Identidade	3
Arataca	Rural	Cidadania	Identidade	4
Aurelino Leal	Rural	Cidadania	Identidade	2
Barro Preto	Rural	Cidadania	Identidade	2
Buerarema	Rural	Cidadania	Identidade	2
Camacan	Rural	Cidadania	Identidade	4
Canavieiras	Rural	Cidadania	Identidade	4
Coaraci	Rural	Cidadania	Identidade	2
Floresta Azul	Rural	Cidadania	Identidade	3
Ibicaraí	Rural	Cidadania	Identidade	2
Ilhéus	Rural	Cidadania	Identidade	2
Itabuna	Rural	Cidadania	Identidade	2
Itacaré	Rural	Cidadania	Identidade	1
Itaju do Colônia	Rural	Cidadania	Identidade	4
Itajuípe	Rural	Cidadania	Identidade	2
Itapé	Rural	Cidadania	Identidade	2
Itapitanga	Rural	Cidadania	Identidade	2
Jussari	Rural	Cidadania	Identidade	2
Maraú	Rural	Cidadania	Identidade	1
Mascote	Rural	Cidadania	Identidade	4
Pau Brasil	Rural	Cidadania	Identidade	4
Santa Luzia	Rural	Cidadania	Identidade	4
São José da Vitória	Rural	Cidadania	Identidade	2
Ubaitaba	Rural	Cidadania	Identidade	1
Una	Rural	Cidadania	Identidade	4
Uruçuca	Rural	Cidadania	Identidade	2

Fonte: Dados de pesquisa.

A Figura 30 e o Quadro 17 indicam que os municípios Almadina e Floresta Azul fazem parte do *Cluster* Espacial 3, e apresentam semelhança quanto ao percentual de pessoas

em situação de pobreza, por volta de 40% da população residente. O baixo nível de desenvolvimento medido pelo IDH-M e PIB per capita de aproximadamente R$4.000,00 também é um traço dos municípios pertencentes a esse *cluster* (Tabela 36).

Os municípios Itajú do Colônia, Pau Brasil, Camacan, Arataca, Una, Santa Luzia, Canavieiras e Mascote fazem parte do *Cluster* Espacial 4 (Figura 30 e Quadro 17). Mascote e Pau Brasil registram os maiores percentuais da população em situação de pobreza (46,08% e 41,5%, respectivamente) e em situação de extrema pobreza (24,05% e 22,52%, respectivamente), todavia os demais municípios também possuem elevados e semelhantes percentuais de pessoas pobres e extremamente pobres. Todos os municípios estão com baixos IDH-M e reduzido PIB per capita, entre R$4.214,78 e R$5.981,24 (Tabela 36).

Ainda de acordo com a Tabela 38, três diferentes estatísticas/critérios apontam três tipos de *Clusters* Espaciais como o número ótimo para a aglomeração dos municípios do Território Litoral Sul. Segundo a Figura 31 e o Quadro 18, um total de quatro agrupamentos são formados e em cada um os municípios são contíguos, a exceção de Floresta Azul. Os municípios Maraú, Itacaré e Ubaitaba fazem parte do *Cluster* Espacial 1, e como já descrito, são idênticos em relação ao elevado percentual de estabelecimentos pertencentes aos agricultores familiares. Todos os municípios tem elevado percentual da população em situação de pobreza e de extrema pobreza, embora Maraú se destaque como o maior percentual para esses indicadores. Ubaitaba é o município com melhores condições quanto ao IDH-M e PIB per capita (Tabela 36).

A Figura 31 e o Quadro 18 indicam que o *Cluster* Espacial 2 é formado pelos municípios Uruçuca, Aurelino Leal, Itapitanga, Coaraci, Almadina, Ibicaraí, Itapé, Jussari, São José da Vitória e Una. Nesse *cluster* há um grupo de municípios com grande percentual de estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares, em torno de 43% e 50%; e outro grupo de municípios com maioria dos estabelecimentos agropecuários de propriedade dos agricultores familiares, por volta de 62% e 69% do total (Tabela 36).

Há muita semelhança entre os municípios do *Cluster* Espacial 2 quanto ao percentual da população de pobres, pois à exceção de Uruçuca (25,88%) e Coaraci (29,86%), os outros municípios registram cerca de 30% ou mais de pessoas pobres. Embora Una tenha o maior percentual da população em situação de extrema pobreza (17,45%) e Uruçuca o menor percentual de extremamente pobres (9,46%), os outros municípios desse *cluster* são muito semelhantes na proporção de pessoas extremamente pobres. Coaraci e Ibicaraí são considerados como municípios de médio IDH-M, todavia os demais são classificados como

municípios de baixo IDH-M. Nesse *cluster* o PIB per capita gerado pelos municípios registra valores entre R$4.114,26 e R$5.693,86 (Tabela 36).

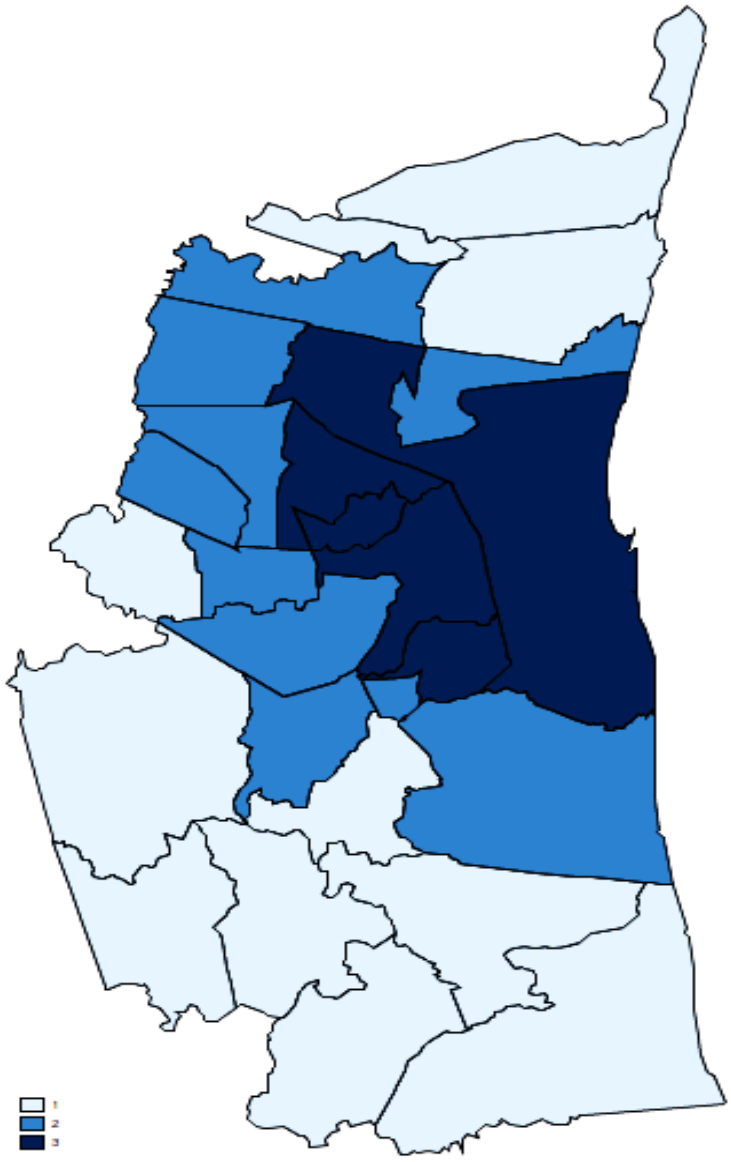

Figura 31 - Agregação dos municípios do Território Litoral Sul utilizando a metodologia proposta por Scrucca (2005): configuração com três tipos de Clusters Espaciais (em quatro diferentes agrupamentos) de acordo com a regra da maioria dos critérios da estatística GAP

Fonte: Dados de pesquisa.

Quadro 18 - Território Litoral Sul configurado em três tipos de Clusters Espaciais (e em quatro diferentes agrupamentos) a partir da estatística GAP, de acordo com a regra da maioria dos critérios do Software R

Município	Territórios			*Cluster* Espacial
	Rural	Cidadania	Identidade	
Almadina	Rural	Cidadania	Identidade	2
Arataca	Rural	Cidadania	Identidade	4
Aurelino Leal	Rural	Cidadania	Identidade	2
Barro Preto	Rural	Cidadania	Identidade	3
Buerarema	Rural	Cidadania	Identidade	3
Camacan	Rural	Cidadania	Identidade	4
Canavieiras	Rural	Cidadania	Identidade	4
Coaraci	Rural	Cidadania	Identidade	2
Floresta Azul	Rural	Cidadania	Identidade	4
Ibicaraí	Rural	Cidadania	Identidade	2
Ilhéus	Rural	Cidadania	Identidade	3
Itabuna	Rural	Cidadania	Identidade	3
Itacaré	Rural	Cidadania	Identidade	1
Itaju do Colônia	Rural	Cidadania	Identidade	4
Itajuípe	Rural	Cidadania	Identidade	3
Itapé	Rural	Cidadania	Identidade	2
Itapitanga	Rural	Cidadania	Identidade	2
Jussari	Rural	Cidadania	Identidade	2
Maraú	Rural	Cidadania	Identidade	1
Mascote	Rural	Cidadania	Identidade	4
Pau Brasil	Rural	Cidadania	Identidade	4
Santa Luzia	Rural	Cidadania	Identidade	4
São José da Vitória	Rural	Cidadania	Identidade	2
Ubaitaba	Rural	Cidadania	Identidade	1
Una	Rural	Cidadania	Identidade	2
Uruçuca	Rural	Cidadania	Identidade	2

Fonte: Dados de pesquisa.

Através da Figura 31 e do Quadro 18 é possível verificar que o *Cluster* Espacial 3 é formado pelos municípios Ilhéus, Itajuípe, Barro Preto, Itabuna e Buerarema. A exceção do município Itabuna, que possui mínimo percentual da população residindo no meio rural 2,45%, e ter caráter de centro regional mais urbano, os demais municípios, inclusive Ilhéus, outro centro regional, registram semelhantes percentuais de pessoas residindo no meio rural, entre 15% e 20% da população total. Embora Buerarema seja o município com maior percentual de estabelecimentos com proprietários agricultores familiares, 78,16%, Itabuna e Ilhéus também registram elevado percentual de estabelecimentos agropecuários nessa situação, respectivamente, 62,8% e 57,38%, respectivamente (Tabela 36).

No *Cluster* Espacial 3 o percentual da população em situação de pobreza e extrema pobreza é menor nos municípios de Itabuna e Ilhéus; pois nos demais municípios o percentual de pobres gira em torno de 30% e o percentual de extremamente pobres ocorre entre 10% e 15% do total da população. Itabuna está num patamar de alto IDH-M, e apenas Itajuípe registra baixo desenvolvimento municipal, contudo os outros municípios desse *cluster*

registram médio IDH-M. Itabuna e Ilhéus possuem os maiores PIB per capita, no valor de aproximadamente R$12.000,00; o PIB per capita de Itajuípe é de R$7.228,97; mas esse indicador apresenta valor em torno de R$5.000,00 para os demais municípios (Tabela 36).

O *Cluster* Espacial 4 é composto pelos municípios Floresta Azul, Itaju do Colônia, Pau Brasil, Camacan, Arataca, Santa Luzia, Mascote e Canavieiras (Figura 31 e Quadro 18). Os municípios são semelhantes quanto ao elevado percentual de pobres, em torno de 30% a 38% da população, embora Mascote e Pau Brasil sobressaiam, com 46,08% e 41,05%, respectivamente. O mesmo ocorre com o percentual da população em situação de extrema pobreza. Todos os municípios desse *cluster* têm baixo IDH-M e reduzido PIB per capita, entre R$4.187,98 e R$5.981,24 (Tabela 36).

O *output* do *software R*, da estatística GAP, atendendo a regra de "determinação do número de *clusters* recomendado pela maioria dos índices", sugere que dois tipos de *Clusters* Espaciais constituem o número ótimo de aglomeração para os municípios do Território do Sisal. Considerando todas as estatísticas e critérios, o número ótimo de *Clusters* Espaciais está descrito na Tabela 39.

Tabela 39 - Propostas para agrupamento dos dezenove municípios do Território do Sisal, a partir da estatística GAP, considerando todas as estatísticas e critérios, segundo output do software R

Considerando todas as estatísticas/critérios	Proposta: número ótimo de tipos de *Clusters* Espaciais
9	2
4	3
1	4
1	6
1	7
3	8
2	9
3	10

Fonte: Dados de pesquisa.

De acordo com a Tabela 39, nove diferentes estatísticas/critérios apontam dois tipos de *Clusters* Espaciais como o número ótimo para a aglomeração dos municípios do Território do Sisal. Segundo a Figura 32 e o Quadro 19, dois diferentes agrupamentos são propostos, sendo cada um formado por municípios contíguos. Os municípios Monte Santo, Itiúba, Queimadas, Nordestina, Cansanção, Quinjingue, Araci, Tucano, Biritinga, Teofilândia, Serrinha e Lamarão fazem parte do *Cluster* Espacial 1. Os municípios desse *cluster* possuem mais de 58% da população residente no meio rural, a exceção de Queimadas e Serrinha, cujo percentual da população rural é de 49,22% e 41,86%, respectivamente (Tabela 37).

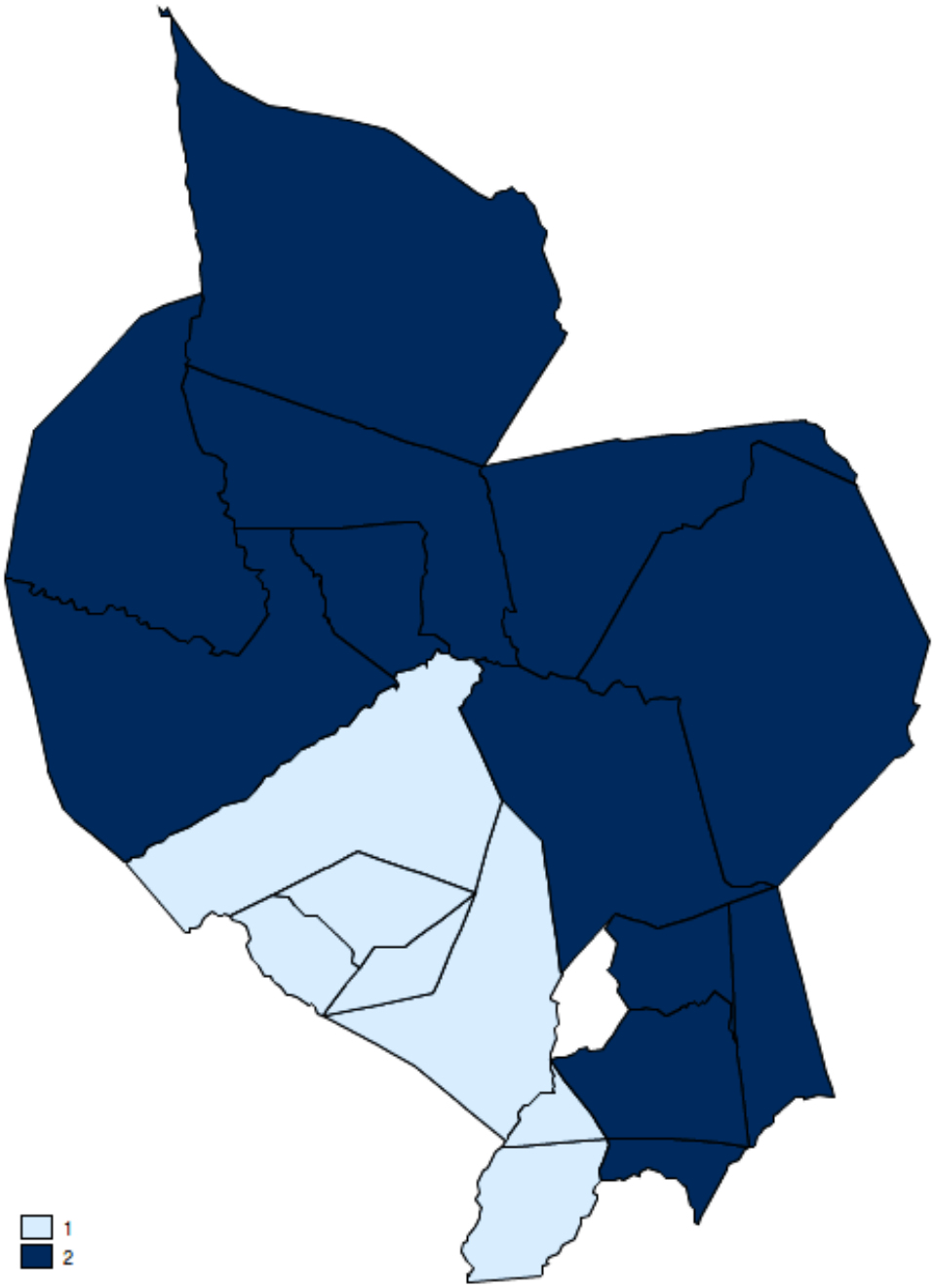

Figura 32 - Agregação dos municípios do Território do Sisal utilizando a metodologia proposta por Scrucca (2005): configuração com dois tipos de Clusters Espaciais (em dois diferentes agrupamentos) de acordo com a regra da maioria dos critérios da estatística GAP

Fonte: Dados de pesquisa.

No *Cluster* Espacial 1 mais de 80% dos estabelecimentos é de propriedade de agricultores familiares. Desconsiderando Serrinha que possui 32,4% da população em situação de pobreza, os demais municípios registram percentual de população pobre acima de 40%. O percentual da população em situação de extrema pobreza também é significativo, pois está acima de 25%, se não considerarmos Serrinha (14,65%) e Queimadas (22,8%) que se encontram em melhor condição. Todos os municípios registram baixo IDH-M, e reduzido PIB per capita, entre R$3.163,39 e R$4.363.30, à exceção de Serrinha, que registra valores mais altos para esses indicadores (Tabela 37).

De acordo como a Figura 32 e o Quadro 19, o *Cluster* Espacial 2 é composto pelos municípios Santaluz, São Domingos, Valente, Retirolândia, Conceição do Coité, Ichu e Candeal, os quais registam mais de 81% de estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares. Os municípios desse *cluster* apresentam percentual da população pobre acima de 31%, exceto São Domingos e Valente, que registram percentuais menores, 27,18% e 21,48%, respectivamente. Embora Candeal e Santaluz estejam classificados como municípios de baixo desenvolvimento municipal, os demais são designados como municípios de médio desenvolvimento (Tabela 37).

Quadro 19 - Território do Sisal configurado em dois tipos de Clusters Espaciais (e em dois diferentes agrupamentos) a partir da estatística GAP, de acordo com a regra da maioria dos critérios do software R

Município	Territórios			*Cluster* Espacial
	Rural	Cidadania	Identidade	
Araci	Rural	Cidadania	Identidade	1
Biritinga	Rural	Cidadania	Identidade	1
Candeal	Rural	Cidadania	Identidade	2
Cansanção	Rural	Cidadania	Identidade	1
Conceição do Coité	Rural	Cidadania	Identidade	2
Ichu	Rural	Cidadania	Identidade	2
Itiúba	Rural	Cidadania	Identidade	1
Lamarão	Rural	Cidadania	Identidade	1
Monte Santo	Rural	Cidadania	Identidade	1
Nordestina	Rural	Cidadania	Identidade	1
Queimadas	Rural	Cidadania	Identidade	1
Quijingue	Rural	Cidadania	Identidade	1
Retirolândia	Rural	Cidadania	Identidade	2
Santaluz	Rural	Cidadania	Identidade	2
São Domingos	Rural	Cidadania	Identidade	2
Serrinha (Serrinha + Barrocas)	Rural	Cidadania	Identidade	1
Teofilândia	Rural	Cidadania	Identidade	1
Tucano	Rural	Cidadania	Identidade	1
Valente	Rural	Cidadania	Identidade	2

Fonte: Dados de pesquisa.

Ainda de acordo com a Tabela 39, 4 diferentes estatísticas/critérios apontam três tipos de *Clusters* Espaciais como o número ótimo para a aglomeração dos municípios do Território do Sisal. Segundo a Figura 33 e o Quadro 20, um total de quatro diferentes agrupamentos foram identificados, sendo cada um formado por municípios contíguos. Fazem parte do *Cluster* Espacial 1 os municípios Monte Santo, Itiúba, Cansanção, Quinjingue, Tucano e Araci. Dentre esses municípios, Tucano tem o menor número de pessoas morando no meio rural, todavia um percentual que alcança 58,11%; os demais municípios também registram a maioria da população residindo no meio rural, mas num percentual que ultrapassa 61% (Tabela 37).

No *Cluster* Espacial 1 a grande maioria dos municípios possuem estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares; percentual que supera os 87%. Com a exceção de Tucano, que registra 47,22% de população pobre e 26,66% de população extremamente pobre, os demais possuem mais da metade da população em situação de pobreza e mais de 30% em situação de extrema pobreza. Todos alcançaram baixo IDH-M e PIB per capita entre R$3.757,40 e R$4.081,61 (Tabela 37).

A Figura 33 e o Quadro 20 apontam que o *Cluster* Espacial 2 é formado pelos municípios Queimadas e Nordestina, os quais possuem idêntico percentual de estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares, em torno de 80%, elevado percentual da população em situação de pobreza, acima de 43%, e elevado percentual da população em situação de extrema pobreza, acima de 22%. Os dois municípios tem baixo IDH-M e PIB per capita que não ultrapassa R$4.363,30 (Tabela 37).

Segundo a Figura 33 e o Quadro 20, o *Cluster* Espacial 3 é formado pelos municípios Santaluz, São Domingos, Valente, Retirolândia, Conceição do Coité e Ichu. Esses municípios apresentam elevado percentual de estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares, acima de 78%. O percentual da população em condições de pobreza excede 30%, exceto para os municípios de São Domingos (27,18%) e Valente (21,48%). Os municípios registram médio IDH-M e PIB per capita muito semelhante, em torno de R$5.000,00. Somente os municípios de Santaluz e Ichu, os quais além do percentual mais elevado da população em situação de extrema pobreza (18,6% e 17,2%, respectivamente), registram menores PIB per capita, em torno de R$4.000,000. Santaluz também registra baixo IDH-M (Tabela 37).

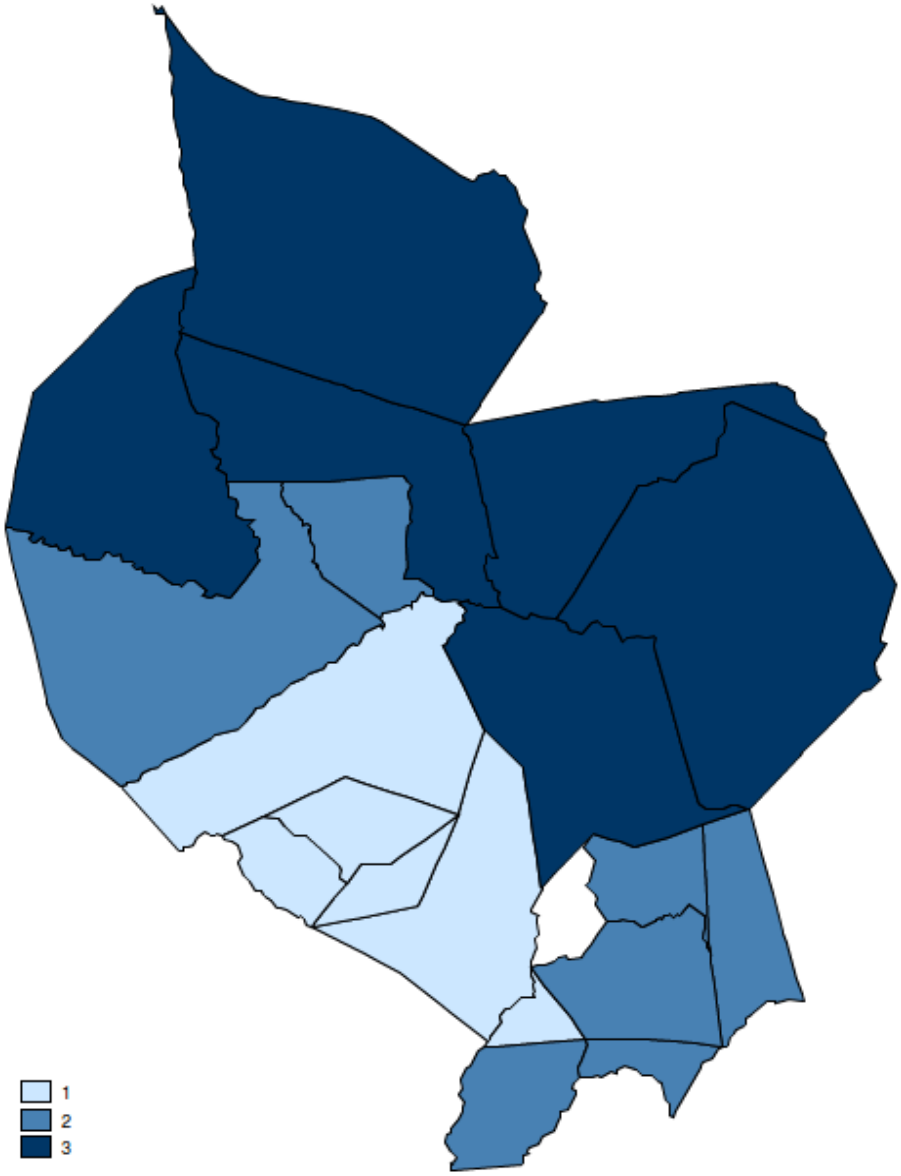

Figura 33 - Agregação dos municípios do Território do Sisal utilizando a metodologia proposta por Scrucca (2005): configuração com três tipos de Clusters Espaciais (e em quatro diferentes agrupamentos) de acordo com a regra da maioria dos critérios da estatística GAP

Fonte: Dados de pesquisa.

A Figura 33 e o Quadro 20 mostram que o *Cluster* Espacial 4 é constituído pelos municípios Teofilândia, Biritinga, Serrinha, Lamarão e Candeal. A exceção de Serrinha, que possui 41,86% da população residindo no meio rural, todos os outros municípios registram população rural acima de 60%. Os estabelecimentos de agricultores familiares são grande maioria em todos os municípios, pois mais 83% dos estabelecimentos agropecuários encontram-se nessa classificação.

Quadro 20 - Território do Sisal configurado em três tipos de Clusters Espaciais (e em quatro diferentes agrupamentos) a partir da estatística GAP, de acordo com a regra da maioria dos critérios do software R

Município	Territórios			*Cluster* Espacial
	Rural	Cidadania	Identidade	
Araci	Rural	Cidadania	Identidade	1
Biritinga	Rural	Cidadania	Identidade	4
Candeal	Rural	Cidadania	Identidade	4
Cansanção	Rural	Cidadania	Identidade	1
Conceição do Coité	Rural	Cidadania	Identidade	3
Ichu	Rural	Cidadania	Identidade	3
Itiúba	Rural	Cidadania	Identidade	1
Lamarão	Rural	Cidadania	Identidade	4
Monte Santo	Rural	Cidadania	Identidade	1
Nordestina	Rural	Cidadania	Identidade	2
Queimadas	Rural	Cidadania	Identidade	2
Quijingue	Rural	Cidadania	Identidade	1
Retirolândia	Rural	Cidadania	Identidade	3
Santaluz	Rural	Cidadania	Identidade	3
São Domingos	Rural	Cidadania	Identidade	3
Serrinha (Serrinha + Barrocas)	Rural	Cidadania	Identidade	4
Teofilândia	Rural	Cidadania	Identidade	4
Tucano	Rural	Cidadania	Identidade	1
Valente	Rural	Cidadania	Identidade	3

Fonte: Dados de pesquisa.

Considerando a população em situação de pobreza e de extrema pobreza, todos os municípios do *Cluster* Espacial 4 estão com elevados percentuais, principalmente Biritinga e Lamarão, que registram mais de 80% da população nessas condições. O município Serrinha possui médio IDH-M (0,662) e o maior PIB per capita (R$6.906,87); os demais municípios foram qualificados como de baixo IDH-M e apresentam menor PIB per capita (entre R$3.163,39 e R$4,274,67), de acordo com a Tabela 37.

6.5 Ideia-guia e identidade territorial como proposta de delimitação para o Território Litoral Sul e para o Território do Sisal

Essa seção objetiva "Apresentar a ideia-guia dos municípios que compõem o Território Litoral Sul e o Território do Sisal, no intuito de verificar se os territórios constituídos possuem identidade territorial", em termos das culturas agrícolas, efetivo da pecuária, das atividades econômicas e do fluxo de deslocamento das pessoas ocupadas, variáveis definidas no Anexo G. Além disso, esses indicadores servem de embasamento para uma proposta de delimitação de territórios que sejam homogêneos.

- **Território Litoral Sul**

A Tabela 40 destaca que os estabelecimentos agropecuários de todos os municípios do Território Litoral Sul destinam a maior proporção da área plantada (ou destinada à colheita) com a cultura do cacau, principalmente em Pau Brasil (98,39%), Itabuna (98,36%) e Mascote (98,02%), municípios próximos não contínuos, localizados mais na parte central e no sudoeste do território (Figura 18). Em Canavieiras (71,71%), Una (71,81%) e Maraú (73,80%) estão os menores percentuais da área ocupada com cacauais, mas que representam taxas bastante elevadas.

Embora ocupe pequena proporção da área plantada, a banana é mais cultivada nos municípios circunvizinhos, localizados na área norte e noroeste do território, a exemplo de Maraú (3,99%), Ubaitaba (5,49%), Aurelino Leal (5,25%), Itacaré (3,07%), Itapitanga (3,75%), Coaraci (4,36%), Almadina (3,98%) e Itajuípe (5,33%). O município Itajú do Colônia também ocupa significativa área com plantações de banana, 6%, mas não tem vizinhança com os municípios citados anteriormente (Tabela 40; Figura 18).

A mandioca ocupa área plantada ainda mais reduzida, mas está presente nos municípios circunvizinhos Maraú (1,81%), Ubaitaba (2,06%), Aurelino Leal (2,39%) e Itacaré (2,19%), localizado na parte norte do território. Também se registra plantio da mandioca em pequena proporção da área de outros grupos de municípios vizinhos: i) Almadina (1,91%), Floresta Azul e Ibicaraí (2,38%), localizados na área oeste do território; ii) Una (3,01%) e principalmente Canavieiras (10,74%) possuem o maior plantio dessa cultura, e esses municípios ficam localizados na parte sudeste e sul do território, próximos ao litoral (Tabela 40; Figura 18).

Tabela 40 - Percentual da área plantada (ou destinada à colheita) dentre as principais culturas agrícolas identificadas nos municípios do Território Litoral Sul, estado da Bahia

Municípios	Principais Culturas Agrícolas								
	Cacau	Banana	Mandioca	Café	Borracha	Coco da baía	Milho	Cana de açúcar	Palmito
Almadina	91,67	3,98	1,91	0,96					
Arataca	93,07	0,15	0,84	5,83					0,05
Aurelino Leal	92,32	5,25	2,39			0,04			
Barro Preto	90,86		0,10		7,62				
Buerarema	97,29	0,60	0,96	0,63					0,21
Camacan	92,68		0,61	5,46	0,34				0,40
Canavieiras	71,71	0,12	10,74	0,17		17,10			
Coaraci	92,51	4,36	0,87	0,65	0,61				
Floresta Azul	95,79	0,98	1,57	0,65			0,49		
Ibicaraí	94,55	1,79	2,38				0,71	0,18	
Ilhéus	94,19	0,49	1,10		2,54	1,02			
Itabuna	98,36	0,17			0,86		0,26	0,14	
Itacaré	89,13	3,07	2,19		0,61	4,44			
Itaju do Colônia	84,78	6,00	1,50				1,72	6,00	
Itajuípe	91,40	5,33	1,65	0,53				0,53	
Itapé	97,05	0,88	1,26					0,82	
Itapitanga	91,42	3,75	1,20	0,75				1,69	
Jussari	95,46	0,42	0,42	3,22				0,42	
Maraú	73,80	3,99	1,81		8,43	9,16			
Mascote	98,02	0,24	0,57	1,17					
Pau Brasil	98,39	0,56	0,32	0,55				0,18	
Santa Luzia	94,20		0,96	2,21	1,28	0,58			
São José da Vitória	96,69	1,21	1,38	0,38				0,34	
Ubaitaba	92,45	5,49	2,06						
Una	71,81		3,01		13,87	1,96			
Uruçuca	95,72	0,64	1,52		1,52	0,41			

Fonte: PAM 2006 (IBGE, 2014).

As plantações de café estão mais presentes nas áreas plantadas de Jussari (3,22%), Arataca (5,83%), Camacan (5,46%) e Santa Luzia (2,21%), municípios que são contíguos e localizados na área sudoeste e sul do território. A borracha ocupa pequena parte da área plantada no município de Ilhéus (2,54%) e principalmente de Una (13,87%), que são vizinhos e ficam localizados a leste e sudeste do território; mas também é encontrada em Barro Preto (7,62%), município próximo e em Maraú (8,43%), que já fica localizado mais distante de Una e Ilhéus (Tabela 40; Figura 18).

Como esperado, o coco da baía é mais cultivado em municípios litorâneos, por isso está presente em Maraú (9,16%) e Itacaré (4,44%), que são municípios contíguos, localizados no norte do território; mas também é encontrado no sudeste e sul do território, em Una (1,96%) e Canavieiras, com significativa proporção da área plantada, 17,10%. O milho está cultivado em reduzida área dos estabelecimentos e em poucos municípios: Itabuna (0,26%), Ibicaraí (0,71%), Floresta Azul (0,49%) e Itajú do Colônia (1,72%), municípios circunvizinhos e localizados na parte centro-oeste do território. A cana de açúcar é encontrada principalmente em Itajú do Colônia (6%), todavia ocupa reduzida área dos estabelecimentos de municípios dispersamente distribuídos ao longo do território. Semelhantemente o palmito está presente em poucas áreas de Buerarema (0,21%), Arataca (0,05%) e Camacan (0,4%), localizados na parte centro-sul do território (Tabela 40; Figura 18).

A Tabela 41 apresenta os municípios circunvizinhos do Território Litoral Sul em que o número de bovinos ultrapassa mais da metade do total do efetivo da pecuária: Ubaitaba (90,44%), Aurelino Leal (84,17%), Itapitanga (90,48%), Coaraci (57,95%), Almadina (75,58%), Floresta Azul (74,16%), Ibicaraí (53,45%), Itaju do Colônia (91,53%), Jussari (82,86%), Pau Brasil (70,69%), Camacan (66,96%), Mascote (65,96%) e Canavieiras (65,06%). Esses municípios estão localizados na área norte, passando pelo oeste, até chegar ao sudoeste, ou seja, municípios distantes da parte central e litorânea do território (Figura 18).

No Território Litoral Sul somente poucos estabelecimentos agropecuários de Pau Brasil (0,18%), Ilhéus (0,38%) e Jussari (3,15%) criam bubalinos (búfalos), mas esses municípios não são contíguos. Mesmo em reduzida proporção, todos os municípios criam equinos (cavalos), com destaque para Almadina (3,33%), Floresta Azul (3,10%), Itaju do Colônia (3,15%) e Pau Brasil (3,2%), que além de apresentarem os maiores percentuais, são municípios contíguos, posicionados na parte noroeste e sudoeste do território (Tabela 41; Figura 18).

Além disso, é reduzido, pois não chega a 1%, o percentual de estabelecimentos que cria asininos (jumentos) em todos os municípios do Território Litoral Sul. São José da Vitória (4,17%), Arataca (5,73%) e Camacan (5,01%) forma um grupo de municípios circunvizinhos da área centro-sul do território, que cria muares (mula ou burro) em proporções semelhantes. Igualmente Uruçuca (7,13%), Ilhéus (4,85%), Itajuípe (6,52%) e Barro Preto (6,67%), se agrupam como outro conjunto de municípios contíguos localizados na parte central e leste que apresentam proporções análogas em termos de criação de muares (Tabela 41; Figura 18).

Tabela 41 - Percentual do efetivo da pecuária, por tipo, nos municípios do Território Litoral Sul do estado da Bahia

Município	Efetivo da Pecuária										
	Bovinos (%)	Bubalinos (%)	Equinos (%)	Asininos (%)	Muar (%)	Caprinos (%)	Ovinos (%)	Suinos (%)	Aves (%)	Outras Aves (%)	Total
Almadina	75,58	X	3,33	0,20	2,59	X	0,47	1,49	14,77	1,57	100
Arataca	14,22	0,00	0,55	0,25	5,73	X	X	0,90	73,12	5,23	100
Aurelino Leal	84,17	X	3,69	0,05	2,38	0,40	0,89	0,34	7,48	0,60	100
Barro Preto	36,75	0,00	1,98	0,24	6,67	0,00	X	1,27	48,69	4,40	100
Buerarema	38,44	X	2,74	0,34	4,90	X	0,33	1,02	49,04	3,19	100
Camacan	66,96	X	2,10	0,62	5,01	0,26	1,93	1,64	18,13	3,36	100
Canavieiras	65,06	0,00	2,13	0,29	0,78	0,12	1,80	1,60	26,43	1,79	100
Coaraci	57,95	0,00	1,96	0,33	3,60	0,28	0,54	0,83	32,99	1,52	100
Floresta Azul	74,16	0,00	3,10	0,32	1,73	0,32	1,61	0,84	15,93	1,98	100
Ibicaraí	53,45	0,00	2,33	0,74	1,69	0,05	0,58	1,48	36,56	3,12	100
Ilhéus	23,97	0,38	1,52	0,48	4,85	0,22	1,24	1,01	61,19	5,13	100
Itabuna	40,35	0,00	1,65	0,18	2,13	0,09	0,67	18,84	32,58	3,51	100
Itacaré	13,09	0,00	0,47	0,33	4,57	X	0,83	1,08	78,29	1,33	100
Itaju do Colônia	91,53	X	3,15	0,21	0,74	0,67	1,82	0,29	1,40	0,19	100
Itajuípe	27,16	0,00	1,19	0,41	6,52	X	0,64	1,05	56,88	6,14	100
Itapé	38,02	0,00	1,76	0,20	0,74	0,47	0,95	0,63	56,41	0,83	100
Itapitanga	90,48	0,00	3,09	0,22	1,32	0,30	1,50	0,15	2,51	0,43	100
Jussari	82,86	3,15	2,59	0,23	2,21	0,39	0,70	0,60	6,70	0,58	100
Maraú	26,00	X	1,01	0,92	5,96	X	1,07	0,68	61,70	2,67	100
Mascote	65,96	X	2,47	0,39	2,40	0,28	0,58	1,37	24,76	1,79	100
Pau Brasil	70,69	0,18	3,20	0,47	1,94	0,69	0,93	0,54	19,04	2,33	100
Santa Luzia	41,47	X	1,68	0,35	3,60	0,12	0,89	2,21	45,15	4,52	100
São José da Vitória	42,49	0,00	1,37	0,08	4,17	X	0,94	1,38	47,39	2,18	100
Ubaitaba	90,44	0,00	0,17	0,00	1,59	0,00	0,00	0,63	7,16	X	100
Una	48,55	0,00	1,32	0,44	3,89	0,14	5,16	1,46	36,59	2,43	100
Uruçuca	17,57	X	0,67	0,29	7,13	X	X	1,09	69,97	3,28	100

Fonte: PPM 2006 (IBGE, 2014).

O efetivo de caprinos, ovinos e suínos está presente em todos os municípios e em pequenas proporções. Isoladamente o município de Una registra significativa proporção de cabeças de ovinos, 5,16%, e o município de Itabuna importante proporção de cabeças de suínos, 18,84%. O efetivo de aves é maioria em Maraú (61,7%), Itacaré (78,29%), Uruçuca (69,97%), Ilhéus (61,19%), Itajuípe (56,88%), municípios circunvizinhos localizados desde a área norte até o leste do território. Arataca também registra grande efetivo de aves, contudo não apresenta contiguidade com os municípios citados anteriormente (Tabela 41; Figura 18).

A Tabela 42 apresenta as principais atividades econômicas quando se considera a remuneração anual de acordo com a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). Os resultados dessa tabela corroboram com os resultados anteriores, de que no Território Litoral Sul, afora o setor da administração pública em geral, o cultivo de cacau e a criação de bovinos tem grande destaque como atividade econômica. Quanto ao setor de administração pública, os municípios menos dinâmicos e mais pobres, com baixo IDH-M, como Almadina, Aurelino Leal e São José da Vitória apresentam-se mais dependente dessa atividade.

Conforme a Tabela 42, apenas Itabuna não apresenta o cultivo do cacau como uma das principais atividades econômicas. Por outro lado, a cacauicultura é importante atividade econômica em Barro Preto (38%), Uruçuca (15%), Jussari (12%) e Buerarema (11%). Barro Preto (38%) faz vizinhança com Itajuípe (7%), Coaraci (6%), Almadina (8%), Floresta Azul (8%) e Itapé (7%), na parte centro-oeste do território. Uruçuca (15%) faz vizinhança com Itacaré (6%), Maraú (9%), Aurelino Leal (7%) e Itapitanga (9%), localizados na área norte (incluindo nordeste e noroeste) do território. Jussari (12%) faz vizinhança com São José da Vitória (6%), Buerarema (11%), Una (8%), Arataca (8%), Camacan (5%) e Mascote (5%), todos vizinhos e localizados na parte centro-sul do território (Figura 18). Assim, pela proximidade geográfica cada um desses grupos de municípios poderia ser constituído um diferente território mesmo que apresentem o cacau como uma das principais atividades econômicas.

Os municípios Itaju do Colônia (11%) e Itapé (10%) são circunvizinhos localizados a oeste do território e estão entre os que apresentam a criação de bovinos de corte como uma das atividades mais importantes. Essa atividade é também significativa em Itapitanga (10%), mas que se distancia geograficamente de Itajú do Colônia e de Itapé. Pau Brasil, Itajú do Colônia e Itapé, municípios vizinhos localizados no sudoeste e oeste, se destacam pela atividade de criação de bovinos de leite (Tabela 42; Figura 18).

Tabela 42 - Principais atividades econômicas dos municípios do Território Litoral Sul (Bahia)

	Principais Atividades Econômicas							
Município	Administ. pública em geral (%)	Cultivo de cacau (%)	Criação de bovinos para corte (%)	Criação de bovinos para leite (%)	Hotéis (%)	Restaurantes e similares (%)	Atividades de atendimento hospitalar (%)	Comércio varejista de combustíveis (%)
Almadina	83	8	2	1				
Arataca	75	8						
Aurelino Leal	83	7	2					1
Barro Preto	55	38						
Buerarema	56	11						4
Camacan	38	5					3	
Canavieiras	63	2	2					
Coaraci	69	6						
Floresta Azul	73	8	4					
Ibicaraí	58	4						
Ilhéus	41	2						
Itabuna	19						8	
Itacaré	58	6			9	3		
Itaju Colônia	69	3	11	2				
Itajuípe	53	7						
Itapé	62	7	10	2				
Itapitanga	67	5	10					
Jussari	75	12	2					
Maraú	67	9			7	2		
Mascote	75	5	2			2		
Pau Brasil	78	2		2				
Santa Luzia	74	4	2					3
São J. Vitória	83	6	1					1
Ubaitaba	42	2					2	
Una	43	8			22			
Uruçuca	37	15						

Fonte: RAIS/CAGED (2010).

Como esperado, a atividade hoteleira é mais presente em municípios próximos à praia, como é o caso de Una (22%), localizada no sudeste do território, Itacaré (9%) e Maraú (7%), mais ao norte do território. No mesmo sentido a atividade de restaurantes e similares é mais presente em Itacaré (3%) e Maraú (2%), municípios litorâneos e circunvizinhos; além de Mascote (2%). Outro destaque é a atividade de atendimento hospitalar, principalmente em Itabuna (8%), Camacan (3%) e Ubaitaba (2%), cada um desses municípios localizado em áreas extremas do território. Entretanto, é importante salientar que as atividades relacionadas ao setor agropecuário e aos serviços apresentam elevado nível de informalidade, por isso acredita-se que tanto a atividade cacaueira como a criação de bovinos e as atividades

relacionadas ao turismo (hotelaria, restaurantes e similares) absorvam percentuais superiores aos que estão dispostos na Tabela 42.

Considerando as pessoas ocupadas que moram em uma cidade e trabalham em outra, a Tabela 43 apresenta o fluxo de deslocamento dos municípios do Território Litoral Sul. De Almadina se desloca 2,1% para Itabuna, 1,4% para Itapetinga (que fica em outro território, há 119,4 km de distância) e 0,1% para Coaraci. De Arataca 0,8% se desloca para Camacan. De Aurelino Leal se desloca 13% para Ubaitaba, 1,8% para Itacaré, 1% para Maraú e 1% para Itabuna, que fica mais distante. De Barro Preto se desloca 13% para Itabuna e 1,7% para Itapetinga. De Buerarema se desloca 6,1% para Itabuna, 1,5% para Ilhéus.

De Camacan se desloca 1,2% para Itabuna, 0,9% para Arataca e 0,8% para Una. De Canavieiras se desloca 2,2% para Una. De Coaraci se desloca 2,8% para Itabuna e 1,9% para Itajuípe. De Floresta Azul se desloca 3,4% para Ibicaraí, 3,2% para Itabuna e 1,9% para Itapetinga. De Ibicaraí se desloca 4,7% para Itabuna, 1,3% para Itapetinga e 1% para Floresta Azul. De Ilhéus se desloca 1,6% para Itabuna. De Itabuna se desloca 2,5% para Ilhéus. De Itajú do Colônia se desloca 1,8% para Itabuna, 0,9% para Itajuípe e 0,8% para Porto Seguro. De Itajuípe se desloca 8,6% para Itabuna e 1,6% para Ilhéus (Tabela 43).

De Itapé se desloca 12,8% para Itabuna e 0,9% para Ibicaraí. De Itapitanga se desloca 1,2% para Itabuna. De Jussari se desloca 1,8% para Arataca e 1,4% para Itabuna. De Mascote se desloca 1,2% para Porto Seguro e 1% para Camacan. De Pau Brasil se desloca 1,4% para Camacan e 0,8% para Porto Seguro. De Santa Luzia se desloca 1,2% para Camacan. De São José da Vitória se desloca 5,4% para Itabuna, 4,4% para Una, 3,9% para Buerarema e 2,5% para Arataca e 0,9% para Jussari. De Ubaitaba se desloca 3,4% para Maraú, 2,3% para Itacaré e 0,8% para Aurelino Leal. De Una se desloca 1% para Ilhéus. De Uruçuca se desloca 3,2% para Ilhéus, 2,4% para Itabuna e 1% para Itacaré (Tabela 43).

Conforme a Tabela 43, em geral os municípios do Território Litoral Sul que mais atraem mão de obra são: Itabuna e Ilhéus, na área centro-leste; Itacaré na parte norte; eCamacan, Arataca e Una, municípios circunvizinhos localizados mais ao sul (sudoeste e sudeste) do território. Itabuna atrai fluxos de deslocamento advindos da grande maioria dos municípios, principalmente de Barro Preto (13%), Itapé (12,8%), Itajuípe (8,6%), Buerarema (6,1%) e São José da Vitória (5,4%), todos municípios contíguos localizados na parte central do território (Figura 18)

Tabela 43 - Fluxo de deslocamento das pessoas ocupadas nos municípios do Território Litoral Sul

Nº	Municipio de Origem: do Território Litoral Sul	Pessoas Ocupadas em Deslocamento		Município de Destino: do Território Litoral Sul (%)																									Município de Destino: de Outro Território	
		Total	(%)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	Município	%
1	Almadina	1.769	7	-	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	**1,0**	0,0	0,0	0,9	**2,1**	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Itapetinga	**1,4**
2	Arataca	3.837	2,5	0,0	-	0,0	0,0	0,0	**0,8**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	Porto Seguro	0,2
3	Aurelino Leal	4.715	19,3	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	**1,0**	**1,8**	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	**1,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	**13,0**	0,0	0,5	Salvador	0,3
4	Barro Preto	2.140	17,5	0,0	0,1	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,5	**13,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	Itapetinga	**1,7**
5	Buerarema	5.578	9,9	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	**1,5**	**6,1**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	Belmonte	0,3
6	Camacan	9.729	7,5	0,0	**0,9**	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	**1,2**	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,6	0,4	**0,8**	0,0	Itamaraju	0,4
7	Canavieiras	11.881	3,6	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	-	0,0	0,0	0,0	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	**2,2**	0,0	Itamaraju	0,1
8	Coaraci	6.463	6,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,5	**2,8**	0,0	0,0	**1,9**	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ibicuí	0,2
9	Floresta Azul	2.938	11,6	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	**3,4**	0,4	**3,2**	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Itapetinga	**1,9**
10	Ibicaraí	7.827	11,6	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,3	**1,0**	-	0,7	**4,7**	0,0	0,1	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Itapetinga	**1,3**
11	Ilhéus	76.610	4,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	**1,6**	0,3	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	0,2	Porto Seguro	0,1
12	Itabuna	84.834	5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	**2,5**	-	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	Itapetinga	0,1
13	Itacaré	10.167	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	1,0	Serra Grande	0,1
14	Itaju do Colônia	2.644	8	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,3	0,1	**1,8**	0,0	-	0,0	**0,9**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,7	0,2	0,0	Porto Seguro	**0,8**
15	Itajuípe	7.615	14,7	0,1	0,0	0,0	0,4	0,2	0,3	0,0	0,7	0,0	0,1	**1,6**	**8.6**	0,1	0,0	-	0,3	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,2	0,6	Porto Seguro	0,3
16	Itapé	3.443	17,5	0,0	0,0	0,0	0,1	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	**0,9**	0,7	**12,8**	0,0	0,1	0,1	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Itapetinga	0,3
17	Itapitanga	3.079	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,2	**1,2**	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	Ubatá	0,4
18	Jussari	2.016	4,8	0,0	**1,8**	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	**1,4**	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	-	0,1	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	Eunápolis	0,2
19	Maraú	7.540	2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	Salvador	0,4
20	Mascote	4.093	8,3	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	**1,0**	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,1	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	Porto Seguro	**1,2**
21	Pau Brasil	3.552	4,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	**1,4**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	Porto Seguro	**0,8**
22	Santa Luzia	5.087	4,7	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	**1,2**	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	-	0,1	0,0	0,1	0,0	Porto Seguro	0,2
23	São J. Vitória	1.798	21	0,0	**2,5**	0,0	0,0	**3,9**	0,2	0,0	0,3	0,0	0,0	0,6	**5,4**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	**0,9**	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,1	**4,4**	0,4	Porto Seguro	0,7
24	Ubaitaba	7.973	9,5	0,0	0,0	**0,8**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,3	**2,3**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	**3,4**	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	Gongogi	0,3
25	Una	9.061	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	**1,0**	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	Eunápolis	0,1
26	Uruçuca	7.173	9,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	**3,2**	**2,4**	**1,0**	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	Itapetinga	0,4

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013).

Ilhéus atrai fluxos de Buerarema (1,5%), Itabuna (2,5%), Itajuípe (1,6%), Una (1%) e Uruçuca (3,2%), municípios adjacentes da área centro-leste do território. Em Itacaré existem importantes fluxos de deslocamento advindos de Aurelino Leal (1,8%), Ubaitaba (2,3%) e de Uruçuca (1%), municípios circunvizinhos localizados na área norte (nordeste e noroeste) do território. Camacan atrai fluxos de Arataca (0,8%), Mascote (1%), Pau Brasil (1,4%) e Santa Luzia (1,2%), todos municípios contíguos, localizados no sudoeste do território. Arataca atrai fluxos de Camacan (0,9%), Jussari (1,8%) e São José da Vitória (2,5%), municípios pertencentes às partes central e sudoeste do território. Una atrai fluxos de deslocamento originados de Canavieiras (2,2%) e de São José da Vitória (4,4%), municípios vizinhos localizados na parte sudeste e sul do território. Por fim, mesmo pertencendo a outros territórios a economia de Itapetinga e de Porto Seguro tem provocado significativos deslocamentos dos ocupados de alguns municípios do Território Litoral Sul (Tabela 43; Figura 18).

- **Território do Sisal**

A Tabela 44 destaca que, no Território do Sisal, elevada proporção da área é plantada (ou destinada à colheita) com a cultura do sisal, principalmente nos municípios Santaluz (92,93%), Valente (89,4%), São Domingos (88,82%), Retirolândia (86,88%), Nordestina (83,52%), Conceição do Coité (80,45%) e Queimadas (80,22%). Em Barrocas (65,35%) e Araci (51,32%) o sisal também ocupa grande parte da área plantada. É importante salientar que todos esses municípios são circunvizinhos, e ficam localizados na parte sudoeste do território (Figura 19).

A Tabela 44 ainda indica que a cultura do feijão está presente em todos os municípios do Território do Sisal, porém os maiores produtores são: Tucano (49,21%), Lamarão (44,93%), Quinjingue (44,65%), Biritinga (44,42%), Serrinha (42,5%), Teofilândia (42,25%) e Candeal (41,29%). Esses municípios são contíguos e ficam localizados na parte que vai do leste até o sul do território. Do mesmo modo as plantações de milho estão presentes em todos os municípios, com destaque para: Lamarão (44,48%), Quinjingue (43,98%), Biritinga (43,72%), Serrinha (42,37%), Teofilândia (41,91%) e Candeal (41,29%). Com a exceção de Quinjingue, os demais municípios são circunvizinhos e ficam localizados na parte sul do território (Figura 19).

Tabela 44 - Percentual da área plantada (ou destinada à colheita) dentre as principais culturas agrícolas identificadas nos municípios do Território do Sisal do estado da Bahia

Município	Principais Culturas						
	Sisal ou agave (fibra)	Feijão (em grão)	Milho (em grão)	Mandioca	Batata doce	Castanha de caju	Mamona (baga)
Araci	51,32	19,91	19,61	7,88			0,64
Barrocas	65,35	16,94	16,9	0,79	0,02		
Biritinga		44,42	43,72	3,5		5,95	
Candeal	2,2	41,29	41,29	15,14			
Cansanção	19,07	31,14	30,57	12,56			4,52
Conceição do Coité	80,45	7,62	7,62	4,23	0,05		
Ichu	2,86	37,65	37,65	21,84			
Itiúba	46,57	21,02	12,74	11,51			7,63
Lamarão		44,93	44,48	5,34		4,45	
Monte Santo	16,12	35,22	34,53	13,81			0,2
Nordestina	83,52	6,26	6,26	3,76	0,15		
Queimadas	80,22	8,02	8,02	3,34	0,21		
Quinjingue	5,33	44,65	43,98	5,06		0,67	
Retirolândia	86,88	5,07	5,07	2,9	0,09		
Santaluz	92,93	2,84	2,84	1,29	0,08		
São Domingos	88,82	3,7	3,7	3,7	0,07		
Serrinha	0,34	42,5	42,37	13,14		1,25	
Teofilândia	12,01	42,25	41,91	3,21	0,49		
Tucano		49,21	32,81	5,96		3,73	
Valente	89,4	3,89	3,89	2,72	0,08		

Fonte: PAM 2006 (IBGE, 2014).

Existem municípios no Território do Sisal que ocupam grande parte da área plantada com o cultivo de feijão e de milho, distribuindo as duas culturas de forma bastante semelhante, que é o caso de dois grupos de municípios contíguos: i) Biritinga, Candeal, Ichu, Lamarão, Serrinha e Teofilândia, mais ao sul do território; e ii) Monte Santo, Cansanção e Quinjingue, mais ao norte e nordeste do território (Tabela 44; Figura 19).

Todos os municípios plantam mandioca, contudo em proporções menores do que as verificadas para o sisal, feijão e milho. Os maiores produtores de mandioca também se dividem em dois grupos de municípios circunvizinhos: i) Ichu (21,84%), Candeal (15,14%) e Serrinha (13,14%), localizados no sul do território; e ii) Monte Santo (13,81%) e Cansanção (12,56%), situados ao norte do território. A batata doce, a castanha de caju e a mamona ocupam cada uma reduzidas áreas em poucos municípios do território (Tabela 44; Figura 19).

A Tabela 45 expõe as particularidades do efetivo da pecuária dos municípios do Território do Sisal. Em todos os municípios existem estabelecimentos agropecuários com criação de bovinos, todavia os maiores rebanhos estão em dois grupos de municípios contíguos: i) Candeal (51,28%), Ichu (31,43%) e Lamarão (21,85%), localizados no extremo

sul; e ii) Itiúba (43,59%), Queimadas (39,83%) e Santaluz (27,5%), situados no oeste do território (Figura 19).

A Tabela 45 ainda esclarece que os bubalinos estão presentes em poucos municípios (e em reduzido percentual de estabelecimentos, que por questões de sigilo não podem ser identificados, e por isso recebem o símbolo "X"). A criação de equinos, asininos, muares e suínos está presente em todos os municípios, mas em pequenas proporções. Todos os municípios possuem efetivo de caprinos, com destaque para Monte Santo (24,87%), Nordestina (18,05%) e Cansanção (17,06%), que são municípios contíguos, localizados ao norte (até o noroeste) do território (Figura 19).

Em todos os municípios há criação de ovinos, e em grande parte desses os percentuais são bastante significativos, principalmente em dois diferentes grupos de municípios conexos: i) São Domingos (40,6%), Retirolândia (36,67%), Valente (35,79%) e Santaluz (35,35%), localizados no sudoeste do território; e ii) Quinjingue (33,18%), Tucano (32,85%) e Monte Santo (32,23%), localizados na área norte (e nordeste) do território. Do mesmo modo as aves são criadas em todos os municípios, com destaque para Birintinga (68,66%), Serrinha (67,85%) e Lamarão (60,61%), municípios circunvizinhos localizados na parte extremo sul (e sudeste) do território (Tabela 45; Figura 19).

A Tabela 46 apresenta as principais atividades econômicas do Território do Sisal quando se considera a remuneração anual de acordo com a CNAE. Afora o setor da administração pública em geral, a construção de edifícios e o comércio varejista de produtos farmacêuticos aparecem como as principais atividades presentes em alguns municípios.

De acordo com a Tabela 46, quanto ao setor de administração pública, os municípios menos dinâmicos e mais pobres, com baixo IDH-M, a exemplo de Lamarão (95%), Quinjingue (94%) e Monte Santo (91%), dependem mais desse setor de atividade. A atividade de construção de edifícios é importante em: i) Quinjingue (1%) e Araci (4%), municípios contíguos localizados mais ao leste do território; e ii) Teofilândia (6%), Serrinha (3%), Conceição do Coité (2%), Biritinga (1%), Lamarão (1%), municípios circunvizinhos situados no sul (e sudeste) do território (Figura 19).

Tabela 45 - Percentual do efetivo da pecuária, por tipo, nos municípios do Território do Sisal do estado da Bahia

Município	Efetivo da Pecuária										
	Bovinos (%)	Bubalinos (%)	Equinos (%)	Asininos (%)	Muar (%)	Caprinos (%)	Ovinos (%)	Suinos (%)	Aves (%)	Outras Aves (%)	Total
Araci	22,10	X	0,89	1,72	0,51	13,81	26,95	1,33	31,67	1,02	100
Barrocas	22,92	0,00	0,77	1,23	0,37	4,05	29,31	3,65	35,99	1,73	100
Biritinga	20,01	0,00	1,81	0,76	0,25	0,82	4,87	1,47	68,66	1,33	100
Candeal	51,28	0,00	2,66	0,88	0,27	1,74	13,19	2,70	23,62	3,66	100
Cansanção	22,32	X	1,29	1,00	0,36	17,06	19,70	2,24	34,80	1,24	100
Conceição do Coité	19,83	0,00	0,69	1,11	0,38	5,00	22,95	3,54	40,70	5,79	100
Ichu	31,43	0,00	1,16	1,08	0,27	1,11	12,84	4,42	43,07	4,62	100
Itiúba	43,59	0,00	1,23	0,92	0,29	10,86	27,68	1,92	13,03	0,48	100
Lamarão	21,85	0,00	2,13	0,88	0,28	0,31	7,38	2,70	60,61	3,86	100
Monte Santo	12,96	0,00	0,70	0,76	0,22	24,87	32,23	4,06	23,46	0,75	100
Nordestina	18,58	0,00	1,02	1,40	0,45	18,05	23,46	3,32	32,35	1,37	100
Queimadas	39,83	0,00	1,21	0,86	0,30	10,31	23,47	1,84	19,93	2,26	100
Quijingue	21,18	X	1,30	1,09	0,49	13,89	33,18	2,03	26,12	0,72	100
Retirolândia	12,58	0,00	0,37	0,83	0,34	7,61	36,67	1,73	38,20	1,66	100
Santaluz	27,50	0,00	0,81	0,63	0,33	15,11	35,35	1,14	17,98	1,13	100
São Domingos	26,90	0,00	0,70	0,67	0,24	8,85	40,60	1,04	19,37	1,63	100
Serrinha	18,02	X	1,08	0,32	0,37	1,75	6,35	2,90	67,85	1,35	100
Teofilândia	18,72	0,00	1,53	1,76	0,36	3,26	17,22	3,99	51,25	1,91	100
Tucano	22,03	X	1,36	1,40	0,44	9,60	32,85	1,34	29,30	1,69	100
Valente	17,34	0,00	0,58	0,54	0,34	12,97	35,79	1,88	29,37	1,18	100

Fonte: PPM 2006 (IBGE, 2014).

Tabela 46 - Principais atividades econômicas dos municípios do Território do Sisal (Bahia)

Município	Principais Atividades Econômicas						
	Administ. pública em geral (%)	Construção de edifícios (%)	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas (%)	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão (%)	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material (%)	Cooperativas de crédito rural (%)	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores (%)
Araci	81	4				1	
Barrocas	22						
Biritinga	78	1					
Candeal	79		1				
Cansanção	85						1
Conceição do Coité	46	2		7	8		
Ichu	89						
Itiúba	76		2				
Lamarão	95	1					
Monte Santo	91						1
Nordestina	70						
Queimadas	67		1				
Quijingue	94	1	1				
Retirolândia	66			6			
Santaluz	42					1	
S. Domingos	83		1	1			
Serrinha	33	3			5		
Teofilândia	70	6					
Tucano	78		1				2
Valente	44				18	5	

Fonte: RAIS/CAGED (2010).

A atividade do comércio varejista de produtos farmacêuticos se destaca em dois grupos de municípios adjacentes: i) Itiúba (2%) e Queimadas (1%), localizados na parte oeste do território; e ii) Quinjingue (1%) e Tucano (1%), localizados na área leste do território. Os municípios São Domingos (1%) e Candeal (1%), embora se localizem em diferentes direções, também registram a referida atividade com uma das mais importantes. A atividade de preparação e fiação de fibras têxteis naturais (exceto algodão) é registrada em Conceição do Coité (7%), Retirolândia (6%) e São Domingos (1%), municípios circunvizinhos, localizados no sudoeste do território. A fabricação de partes para calçados (de qualquer material) está presente em Valente (18%), Conceição do Coité (8%) e Serrinha (5%), municípios próximos, localizados no sul (e sudoeste) do território. As cooperativas de crédito rural constam como importante atividade em Valente (5%), Santaluz (1%) e Araci (1%), municípios contíguos e localizados na parte central e sudoeste do território (Tabela 46; Figura 19).

Considerando as pessoas ocupadas que moram em uma cidade e trabalham em outra, a Tabela 47 apresenta o fluxo de deslocamento nos municípios do Território do Sisal. De Araci, Monte Santo, Quinjingue e Tucano para outros municípios ocorrem raros e reduzidos percentuais de pessoas se deslocando. De Barrocas se desloca 0,8% dos ocupados para Conceição do Coité e 1,7% para Serrinha, municípios circunvizinhos; todavia, percentual muito superior, 6,8% se desloca para Salvador (município pertencente a outro território e que fica à 213 km de distância). De Biritinga para municípios do mesmo território são diminutos os percentuais de deslocamento, porém 1,2% se desloca para Salvador (a 222 km de distância). De Candeal 0,6% se desloca para Ichu e 0,5% para Serrinha, mas percentual maior dos ocupados se desloca para municípios de outros territórios, como Feira de Santana (4,6%) e Salvador (1,9%), que se fica a 58 km e 178 km, respectivamente.

De acordo com a Tabela 47, de Cansanção se desloca 0,5% dos ocupados para Monte Santo; os demais deslocamentos são diminutos. De Conceição do Coité 0,5% se desloca para Serrinha e 1,9% para Salvador. De Ichu se desloca 0,5% para Candeal, 1,9% para Conceição do Coité, 1,2% para Serrinha, 1,7% para Salvador e 4,7% para Feira de Santana. De Itiúba se desloca 0,5% para Cansação, 0,5% para Queimadas, 0,5% para Salvador e 0,7% para Andorinha. De Lamarão se desloca 2,4% para Serrinha, 2% para Salvador e 0,9% para Camaçari. Nordestina apresenta deslocamento significativo para Cansanção (0,8%); e Queimadas para Cansanção (0,5%) e para Salvador (0,5%).

Retirolândia registra significativos deslocamentos dos ocupados para Conceição do Coité (2,7%), Santaluz (0,7%), Valente (1,3%), Feira de Santana (1,2%) e Salvador (5,1%). De Santaluz se desloca 0,6% para Queimadas e 1,1% para Salvador. De São Domingos se desloca 1,2% para Retirolândia, 1,5% para Valente, 1,3% para Feira de Santana e 2,4% para Salvador. De Serrinha se desloca 0,5% para Barrocas, 0,9% para Teofilândia, 0,8% para Feira de Santana e 2,7% para Salvador. De Teofilândia se desloca 0,7% para Araci, 1,6% para Barrocas, 1,2% para Serrinha, 0,8% para Feira de Santana e 3,8% para Salvador. De Valente se desloca 0,5% para Conceição do Coité, 0,7% para Santaluz e 1,9% para Salvador (Tabela 47).

Tabela 47 - Fluxo de deslocamento das pessoas ocupadas nos municípios do Território do Sisal

Nº	Municipio de Origem: do Território do Sisal	Pessoas Ocupadas em Deslocamento		Município de Destino: do Território do Sisal (%)																			Município de Destino: de Outro Território			
		Total	(%)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	Município	%	Município	%
1	Araci	20.546	3,8	–	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	Salvador	0,5	Feira Santana	0,3
2	Barrocas	7.147	19,7	0,4	–	0,1	0,0	0,0	**0,8**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	**1,7**	0,3	0,0	0,0	Salvador	**6,8**	Feira Santana	0,6
3	Biritinga	6.059	5,4	0,2	0,0	–	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,3	0,0	0,0	Salvador	**1,2**	Feira Santana	0,4
4	Candeal	4.010	10,2	0,1	0,0	0,0	–	0,0	0,0	**0,6**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	**0,5**	0,0	0,0	0,0	Feira Santana	**4,6**	Salvador	**1,9**
5	Cansanção	13.857	1,9	0,1	0,0	0,0	0,0	–	0,0	0,0	0,1	0,0	**0,5**	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Salvador	0,1	Catu	0,1
6	Conceição Coité	29.832	5,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	–	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	**0,5**	0,1	0,0	0,1	Salvador	**1,9**	Feira Santana	0,3
7	Ichu	2.208	13,0	0,2	0,0	0,0	**0,5**	0,0	**1,9**	–	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	**1,2**	0,1	0,0	0,0	Feira Santana	**4,7**	Salvador	**1,7**
8	Itiúba	13.725	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	**0,5**	0,0	0,0	–	0,0	0,0	0,1	**0,5**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	Salvador	0,5	Andorinha	0,7
9	Lamarão	3.765	8,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	–	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	**2,4**	0,0	0,0	0,0	Salvador	**2,0**	Camaçari	**0,9**
10	Monte Santo	20.182	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	–	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Salvador	0,2		
11	Nordestina	4.351	3,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	–	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Feira Santana	0,3		
12	Queimadas	9.666	5,6	0,0	0,0	0,0	0,0	**0,6**	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,4	–	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	Salvador	0,5	Ponto Novo	0,4
13	Quinjingue	10.538	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	–	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	Euclides Cunha	**1,1**	Barreiras	0,6
14	Retirolândia	5.326	15,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	**2,7**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	–	**0,7**	0,0	0,4	0,0	0,0	**1,3**	Salvador	**5,1**	Feira Santana	**1,2**
15	Santaluz	13.946	6,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	**0,6**	0,0	0,0	–	0,0	0,1	0,4	0,0	0,4	Salvador	**1,1**	Feira Santana	0,4
16	São Domingos	4.499	15,4	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	**1,2**	0,1	–	0,3	0,0	0,0	**1,5**	Salvador	**2,4**	Feira Santana	**1,3**
17	Serrinha	33.197	9,7	0,3	**0,5**	0,4	0,0	0,0	0,3	0,3	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	–	**0,9**	0,0	0,0	Salvador	**2,7**	Feira Santana	**0,8**
18	Teofilândia	8.822	18,1	**0,7**	**1,6**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	**1,2**	–	0,0	0,0	Salvador	**3,8**	Feira Santana	**0,8**
19	Tucano	21.137	4,8	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	–	0,0	Salvador	0,5	Euclides Cunha	0,3
20	Valente	12.058	8,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	**0,5**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	**0,7**	0,2	0,0	0,0	0,0	–	Salvador	**1,9**	Feira Santana	0,4

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013).

Em geral, os municípios do Território do Sisal que mais atraem fluxos de deslocamento de pessoas ocupadas são: Serrinha, Conceição do Coité e Cansanção. Serrinha atrai mão de obra de Barrocas (1,7%), Candeal (0,5%), Conceição do Coité (0,5%), Ichu (1,2%), Lamarão (2,4%) e Teofilândia (1,2%), municípios contíguos e localizados na área sul (e sudeste) do território. Conceição do Coité atrai pessoas oriundas de Barrocas (0,8%), de Ichu (1,9%), de Retirolândia (2,7%) e de Valente (0,5%), municípios circunvizinhos e localizados ao sul (e sudoeste) do território. Cansanção atrai pessoas advindas de Itiúba (0,5%), de Nordestina (0,8%) e de Queimadas (0,6%), municípios contíguos e localizados na parte oeste do território. Contudo, é necessário salientar que Feira de Santana e Salvador, municípios pertencentes a outros territórios, atraem percentual importante dos ocupados dos municípios do Território do Sisal (Tabela 47).

6.6 Considerações finais

Considerando os dados originais relacionados aos critérios que estabelecem a participação ou não de um município e/ou território nos programas TRs, TCs e TIs, verificou-se que o Território Litoral Sul é mais heterogêneo que o Território do Sisal. No Território Litoral Sul há diferenças significativas entre os municípios quanto ao percentual da população residente no meio rural, estabelecimentos cuja propriedade é familiar, população em condições de pobreza e de extrema pobreza e PIB per capita. Alguns municípios têm perfil rural, com maioria das propriedades pertencentes a agricultores familiares, outros não. Itabuna e Ilhéus apresentam melhores condições socioeconômicas, mas existem municípios como Mascote e São José da Vitória, com elevados níveis de pobreza e de extrema pobreza, e desempenho econômico. No Território do Sisal os municípios são mais homogêneos quanto aos indicadores selecionados, principalmente no que diz respeito ao elevado percentual de agricultores familiares e baixo IDH-M. Em média, a maioria das pessoas reside no meio rural, os estabelecimentos agropecuários são de propriedade de agricultores familiares; grande maioria da população vive em condições de pobreza e de extrema pobreza e reduzido PIB per capita, tudo isto contribuindo para o baixo IDH-M. Ou seja, no Território do Sisal a baixa renda e os elevados níveis de pobreza são generalizados.

Portanto, diante desses resultados, e por esses mesmos indicadores, através da análise de *Cluster* Espaciais, como resultado da estatística GAP, faram apresentadas duas propostas de subdivisão, tanto para o Território Litoral Sul, como para o Território do Sisal. Para o Território Litoral Sul, primeiramente foi sugerida a delimitação em dois tipos de *Clusters*

Espaciais em quatro diferentes agrupamentos de municípios: *Cluster* Espacial 1 (Maraú, Itacaré e Ubaitaba), *Cluster* Espacial 2 (Uruçuca, Aurelino Leal, Itapitanga, Ilhéus, Coaraci, Itajuípe, Barro Preto, Itabuna, Ibicaraí, Itapé, Buerarema, São José da Vitória e Jussari), *Cluster* Espacial 3 (Almadina e Floresta Azul) e *Cluster* Espacial 4 (Itajú do Colônia, Pau Brasil, Camacan, Arataca, Una, Santa Luzia, Canavieiras e Mascote).

Outra possibilidade proposta foi subdividir o Território Litoral Sul em três tipos de *Clusters* Espaciais em quatro diferentes agrupamentos de municípios: *Cluster* Espaciais 1 (Maraú, Itacaré e Ubaitaba), *Cluster* Espacial 2 (Uruçuca, Aurelino Leal, Itapitanga, Coaraci, Almadina, Ibicaraí, Itapé, Jussari, São José da Vitória e Una), *Cluster* Espacial 3 (Ilhéus, Itajuípe, Barro Preto, Itabuna e Buerarema) e *Cluster* Espacial 4 (Floresta Azul, Itaju do Colônia, Pau Brasil, Camacan, Arataca, Santa Luzia, Mascote e Canavieiras).

Para o Território do Sisal foi recomendado inicialmente dois tipos de *Clusters* Espaciais em dois diferentes agrupamentos de municípios: *Cluster* Espacial 1 (Monte Santo, Itiúba, Queimadas, Nordestina, Cansanção, Quinjingue, Araci, Tucano, Biritinga, Teofilândia, Serrinha e Lamarão) e o *Cluster* Espacial 2 (Santaluz, São Domingos, Valente, Retirolândia, Conceição do Coité, Ichu e Candeal). Outra sugestão é a subdivisão do Território do Sisal em três tipos de *Clusters* Espaciais e em quatro diferentes agrupamentos de municípios: *Cluster* Espacial 1 (Monte Santo, Itiúba, Cansanção, Quinjingue, Tucano e Araci), *Cluster* Espacial 2 (Queimadas e Nordestina), *Cluster* Espacial 3 (Santaluz, São Domingos, Valente, Retirolândia, Conceição do Coité e Ichu) e o *Cluster* Espacial 4 (Teofilândia, Biritinga, Serrinha, Lamarão e Candeal).

Acredita-se que estas indicações de subdivisão para o Território Litoral Sul e Território do Sisal apresentam novas delimitações de territórios mais próximos do que é verificado na Espanha, territórios com menores áreas, população total, população média e densidade demográfica. Assim, essas novas demarcações promoveriam a coesão territorial, econômica, social e cultural, por selecionar municípios fisicamente próximos e que vivenciam os mesmos problemas, carentes de semelhantes recursos e ações públicas, que tornariam os programas territoriais rurais mais eficientes no combate à pobreza e promoção do desenvolvimento.

Considerados *proxies* da ideia-guia e identidade territorial, as variáveis "principais culturas, efetivo da pecuária, principais atividades econômicas e o fluxo de deslocamento dos ocupados entre os municípios do território", também serviram como embasamento para propostas de subdivisão do Território Litoral Sul e Território do Sisal. As principais culturas

do Território Litoral Sul indicam diferentes grupos de municípios produtores. O cacau está presente em todo território, mas principalmente em Itabuna, Pau Brasil e Mascote.

As demais culturas ocupam reduzido percentual da área plantada e em número menor de municípios. A banana é mais cultivada na área norte e noroeste do território, especialmente em Maraú, Ubaitaba, Aurelino Leal, Itacaré, Itapitanga, Coaraci, Almadina e Itajuípe. A mandioca está mais presente na área norte do território (em Maraú, Ubaitaba, Aurelino Leal e Itacaré), na parte oeste (em Almadina, Floresta Azul e Ibicaraí) e na parte sudeste e sul (Una e Canavieiras). As plantações de café se localizam mais na área sudoeste e sul do território (Jussari, Arataca, Camacan e Santa Luzia). A borracha está mais presente na parte leste e sudeste do território (Ilhéus e Una). O coco da baía ocupa maior proporção da área ao norte (Maraú e Itacaré) e ao sudeste e sul (Una e Canavieiras), municípios próximos ao mar. Já o milho está mais presente na parte centro-oeste (Itabuna, Ibicaraí, Floresta Azul e Itajú do Colônia).

Dessa forma, considerando a principais culturas agrícolas do Território Litoral Sul, o cultivo do cacau ocupa maior percentual da área plantada na parte centro-sul; a banana na área norte e noroeste; a mandioca na área na parte norte e oeste; o café na área sudoeste e sul; a borracha na parte leste e sudeste; o coco da baía no litoral ao norte e ao sul e o milho na área centro-oeste.

Quanto ao efetivo da pecuária do Território Litoral Sul, os bovinos representam o maior percentual de cabeças nos municípios ao longo da parte norte, passando pelo oeste até chegar ao sudoeste do território, na parte afastada do litoral (em Ubaitaba, Aurelino Leal, Itapitanga, Coaraci, Almadina, Floresta Azul, Ibicaraí, Itajú do Colônia, Jussari, Pau Brasil, Camacan, Mascote e Canavieiras). Os equinos são mais encontrados na área noroeste e sudoeste do território (em Almadina, Floresta Azul, Itaju do Colônia e Pau Brasil). O efetivo de muares é maior na parte centro-sul (em São José da Vitória, Arataca e Camacan) e na parte central e leste do território (em Uruçuca, Ilhéus, Itajuípe e Barro Preto). O efetivo de aves é maior na área norte e leste do território (em Maraú, Itacaré, Uruçuca, Ilhéus e Itajuípe).

Se tratando das principais atividades econômicas do Território Litoral Sul, a administração pública em geral se apresenta como uma das mais importantes, principalmente em municípios pouco dinâmicos e mais pobres, especialmente em Almadina, Aurelino Leal e São José da Vitória. A atividade cacaueira se destaca na área norte (incluindo nordeste e noroeste) do território (Uruçuca, Itacaré, Maraú, Aurelino Leal e Itapitanga), na parte centro-oeste (Barro Preto Itajuípe, Coaraci, Almadina, Floresta Azul e Itapé) e na área centro-sul (Jussari, São José da Vitória, Buerarema, Una, Arataca, Camacan e Mascote). A atividade de

criação de bovinos para corte e para leite é uma das principais atividades no sudoeste e oeste do território (em Itaju do Colônia e Itapé). A atividade hoteleira, de restaurantes e similares, possui significativa importância na parte litorânea, tanto ao norte (Maraú e Itacaré) como ao sul do território (Mascote e Una).

Considerando o fluxo de deslocamento dos ocupados, em geral os municípios do Território Litoral Sul que mais atraem mão de obra são: Itabuna e Ilhéus, na área centro-leste; Itacaré na parte norte; Camacan, Arataca e Una, mais ao sul (sudoeste e sudeste) do território. Cabe salientar que dentre esses Itabuna se destaca como grande pólo.

As principais culturas do Território do Sisal indicam diferentes grupos de municípios produtores. Quase todos os municípios cultivam o sisal, porém os maiores percentuais da área plantada estão presentes no sudoeste do território (em Santaluz, Valente, São Domingos, Retirolândia, Nordestina, Conceição do Coité, Queimadas, Barrocas e Araci). O feijão é mais cultivado na parte que vai do leste até o sul do território (em Tucano, Lamarão, Quinjingue, Biritinga, Serrinha, Teofilândia e Candeal). O milho ocupa grande parte da área plantada do sul (Lamarão, Biritinga, Serrinha, Teofilândia e Candeal). O cultivo de milho e de feijão ocupa partes semelhantes da área plantada na parte norte e nordeste (em Monte Santo, Cansanção e Quinjingue) e na parte do sul do território (em Biritinga, Candeal, Ichu, Lamarão, Serrinha e Teofilândia). A mandioca é plantada em menor proporção do que o sisal, feijão e milho, sendo mais encontrada na parte norte (Monte Santo e Cansanção) e no sul do território (Ichu, Candeal e Serrinha).

Considerando o efetivo da pecuária do Território do Sisal, identifica-se o rebanho bovino em todo o território, principalmente na parte oeste (em Itiúba, Queimadas e Santaluz) e na parte do extremo sul (Candeal, Ichu e Lamarão). Os rebanhos de bubalinos são quase exceção. Os equinos, asininos, muares e suínos são criados em poucos municípios e em pequenas proporções. Existem rebanhos de caprinos em todos os municípios, porém esses são significativos na área norte (e noroeste) do território (Monte Santo, Nordestina e Cansanção). Os ovinos também estão presentes em todos os municípios, especialmente na parte norte (e nordeste) (Monte Santo, Qunjingue e Tucano) e sudoeste (São Domingos, Retirolândia, Valente e Santaluz). Elevados percentuais de cabeça de aves são criadas na área extremo sul (e sudeste) do território (Biritinga, Serrinha e Lamarão).

Em relação às principais atividades econômicas do Território do Sisal, a administração pública em geral é identificada como a mais importante em todos os municípios, principalmente nos mais pobres e menos dinâmicos, a exemplo de Lamarão, Quinjingue e Monte Santo. A construção de edifícios é uma atividade importante na parte leste (em

Quinjingue e Araci) e no sul (e sudeste) do território (em Teofilândia, Serrinha, Conceição do Coité, Biritinga e Lamarão).

O comércio varejista de produtos farmacêuticos se destaca como atividade econômica na parte oeste do território (em Itiúba e Queimadas) e na área leste (em Quinjingue e Tucano). A preparação e fiação de fibras têxteis naturais é uma atividade que se sobressai na parte sudoeste do território (em Conceição do Coité, Retirolândia e São Domingos). A fabricação de partes para calçados se destaca no sul (e sudoeste) (em Valente, Conceição do Coité e Serrinha). Já as cooperativas de crédito rural são importantes como atividades econômicas na área central e sudoeste do território (em Valente, Santaluz e Araci).

A identidade territorial do Território do Sisal também pode ser identificada por meio dos fluxos de pessoas ocupadas em deslocamento. Nesse sentido, Serrinha, Conceição do Coité e Cansanção são os municípios que mais atraem, podendo representar polos da área extremo sul, sul e oeste do Território do Sisal, respectivamente. Todavia, cabe destacar que parte significativa dos ocupados estão se deslocando para municípios pertencentes a outros territórios, a exemplo de Feira de Santana e Salvador.

Portanto, os resultados revelam que, dependendo da variável de estudo (população rural, agricultores familiares, população pobre e extremamente pobre, IDH-M, PIB per capita, principais atividades econômicas ou fluxo de deslocamento de pessoas ocupadas), diferentes possibilidades de delimitação para os territórios são possíveis. O tipo de método adotado também influencia nas alternativas de demarcação dos territórios. O que importa é que a variável selecionada e o método adotado permitam identificar a ideia-guia já existente e a identidade representativa da coesão territorial, muitas vezes desprovida de apoio das políticas públicas, mas que são capazes de promover o desenvolvimento rural do Território Litoral Sul e do Território do Sisal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho de tese teve por objetivo geral "Discutir a delimitação dos territórios rurais do estado da Bahia, a partir da identificação das tipologias municipais", no intuito de verificar se os territórios rurais baianos, instituídos pelo governo federal e estadual, possuem atributos condizentes com os critérios que condicionam suas participações nos programas (TRs, TIs e TCs) de desenvolvimento territorial rural, e coerentes com a definição teórica, analítica e normativa de territórios.

Sendo assim, o Capítulo 1 serviu para destacar que, pelas suas características, a metodologia Leader, desenvolvida na UE, serviu como referência às políticas de desenvolvimento da ALC e do Brasil, resguardadas suas especificidades. Esse capítulo ainda ressalta que, como resultado das mudanças econômicas, do avanço do paradigma neoliberal e das desigualdades no Brasil, desde o primeiro mandato do presidente FHC foram instituídas políticas de desenvolvimento de cunho territorial, contando com a participação dos municípios, como o PCS, o PRONAF e o PCA. Logo no seu primeiro governo o presidente Lula instituiu o PFZ e os CONSADS, mantendo o planejamento descentralizado para redução da pobreza e das desigualdades. Porém, foi com os programas TRs e TCs que houve ampliação do entendimento e das ações relacionadas ao desenvolvimento territorial rural.

Conforme exposto no Capítulo 2, como resultado da diversidade geográfica e da sua forma de ocupação, o território baiano é heterogêneo quanto à distribuição das atividades econômicas e da renda. No início do século XX políticas públicas de caráter intervencionistas foram instituídas, ora voltadas ao setor agropecuário, ora atreladas ao programa nacional de substituição de importações, quando cabia à Bahia desenvolver bens intermediários para complementar o progresso brasileiro. No final do século XX o planejamento público se rendeu ao ideário neoliberal, e o estado da Bahia por várias vezes foi regionalizado, sempre no intuito de transformar algumas áreas atraentes aos capitais privados.

Como resultado, logo no início dos anos 2000 os diferentes dados comprovam a disparidade na distribuição das importantes atividades econômicas e da renda ao longo do território baiano, aonde o progresso chega à RMS, por exemplo, mas o nível de pobreza e desigualdade social é maior em algumas áreas específicas, principalmente no interior e no meio rural. Sendo assim, o programa federal TRs foi imediatamente instituído no estado da Bahia, com o apoio do governo estadual que reconheceu e acatou esse modelo de política e de planejamento, e instituiu o programa TIs. O programa TCs também foi logo incorporado nos territórios baianos. Por isso, em 2010, ao considerar concomitantemente os três programas, a

Bahia conta com nove territórios rurais, a saber: i) Irecê; ii) Velho Chico; iii) Chapada Diamantina; iv) Sisal; v) Litoral Sul; vi) Baixo Sul; vii) Sertão do São Francisco; viii) Semiárido Nordeste II; e ix) Itaparica.

A partir das transformações socioeconômicas e institucionais, no Capítulo 3 foi possível identificar as novas abordagens teóricas, analíticas e normativas do desenvolvimento rural. Como consequência, os estudos recentes sugerem alterações de enfoque, de uma perspectiva exclusivamente dirigida ao setor agropecuário para outra, que procura alcançar o rural como espaço e não setor econômico, a descentralização das políticas públicas e a conjugação das ações do tipo *top-down* ("de cima para baixo") e ações do tipo *bottom-up* ("de baixo para cima"); do produtor para as redes de atores, compreendendo o território como a unidade de referência apropriada para os processos de reestruturação da sociedade e de promoção do desenvolvimento rural.

Esse capítulo também apresenta a aplicabilidade dos conceitos e definições do desenvolvimento rural, trazendo um rol de trabalhos científicos com suas multíplices variáveis, os quais comprovam a capacidade das técnicas multivariadas (AF e Análise Espacial) para avaliar o desenvolvimento de diferentes áreas, regiões e países. Por isso, esses trabalhos serviram de parâmetro para a escolha dos dados, métodos e técnicas necessários ao estudo dos territórios rurais baianos, delimitados pelos programas TRs, TIs e TCs, cujos resultados estão descritos nos últimos capítulos.

O Capítulo 4 apresenta a descrição das características socioeconômicas, culturais, ambientais do estado da Bahia, tendo como referência as condições brasileiras. Os resultados apontaram que a Bahia tem perfil rural, com estabelecimentos de propriedade familiar, porém a concentração de terras é forte a muito forte. Além disso, a produtividade econômica dos estabelecimentos agropecuários é alta quando se considera o valor dos financiamentos, porém é reduzida a partir dos investimentos e do pessoal ocupado no setor. A modernização (em termos de acesso à energia elétrica e orientação técnica) também é diminuta.

Na Bahia, o PIB per capita é muito inferior ao do Brasil, e a participação do setor de serviços no valor adicionado é muito superior à do setor agropecuário. A economia baiana é pouco autônoma e bastante dependente das transferências intergovernamentais (principalmente do FPM). Os rendimentos são bastante reduzidos, seja por qualquer medida utilizada, e há considerável desigualdade de renda; são elevados os níveis de pobreza e de dependência do programa BF.

A Bahia é muito semelhante ao Brasil quanto à situação ambiental, pois em ambas as áreas os estabelecimentos agropecuários carecem de políticas de conscientização e apoio à

preservação do meio ambiente, a fim de manter e/ou ampliar as áreas naturais e as práticas agrícolas de preservação do solo. Pela ótica dos domicílios rurais, a Bahia necessita de investimentos públicos que ampliem os serviços de coleta de lixo e, principalmente, a rede geral de esgotamento pluvial, que evitam contaminações.

É preciso ampliar a frequência de crianças e adultos nos estabelecimentos de ensino baianos, pois a taxa de analfabetismo é elevada, sendo que poucos conseguiram concluir o ensino fundamental, o ensino médio e principalmente o ensino superior. A taxa de desocupação é alta e o grau de formalização não alcança metade dos ocupados, os quais estão mais presentes no setor de serviços e no setor agropecuário. A mortalidade infantil precisa ser reduzida, embora a esperança de vida ao nascer seja de mais de 70 anos. Grande maioria dos domicílios familiares possui energia elétrica e coleta de lixo; tendo o acesso mais limitado a banheiros e água encanada. O estado registra reduzida participação social e médio IDH-M.

Ainda no Capítulo 4 o grupo de informações foi sintetizado através da AF, no sentido de extrair os componentes principais representativos da realidade do espaço baiano. Os fatores extraídos foram nomeados pelas características das variáveis reunidas por cada fator, a saber: presença da população rural, agricultores familiares, indígenas e assentados; relação inversa entre o setor serviços públicos e industrial; relação inversa entre o setor de serviços privados e o setor agropecuário; associação entre médios e grandes estabelecimentos agropecuários e a área média dos estabelecimentos; relação inversa entre os pequenos estabelecimentos agropecuários e o Índice de *Gini* estrutura fundiária; associação entre produtividade econômica e infraestrutura agropecuária; percentual da área natural nos estabelecimentos; domicílios rurais com serviços de esgoto e coleta de lixo; e degradação do solo, inclusive com a presença de monocultura.

Os fatores estimados pela AF também destacam: pobreza medida pela renda e desigualdade de renda; associações de representação econômica, política e de entidades de classes; relação entre escolaridade e taxa de analfabetismo; associação entre crianças fora da escola e expectativa de anos de estudo; formalidade no setor comercial e de serviços e entre os empregadores; taxa de atividade entre trabalhadores conta própria; número de trabalhadores do setor público; relação entre mortalidade infantil e sobrevivência de adultos; associação entre fecundidade e razão de dependência; relação entre escolaridade, infraestrutura dos domicílios e vulnerabilidade da população; e domicílios com acesso ao serviço de coleta de lixo. Assim, cada um dos 25 fatores estimados corroboram as primeiras análises baseadas na disposição dos dados originais.

Considerando o IDH-M, o Território Litoral Sul e o Território do Sisal representam o território rural baiano com maior e menor nível de desenvolvimento, respectivamente, por isso esses territórios foram selecionados como objetos das estimativas e das análises realizadas nos Capítulos 5 e 6, os quais procuraram avaliar em quais aspectos os territórios são ou não semelhantes entre si, e verificar se são ou não constituídos por municípios homogêneos.

Fundamentado nas referências teóricas, analíticas e normativas, e nos resultados apresentados por Jesus (2013), que avaliou os territórios espanhóis, Território *Médio Guadalquivir e* o Território *Guadajoz* e *Campiña*, ao "Descrever as características do Território Litoral Sul e do Território do Sisal", e realizar uma análise comparativa entre esses territórios, os resultados apontados no Capítulo 5 permitem verificar que ambos registram elevado número de municípios, área e população residente, que dificultam a coesão histórica, cultural, social e econômica. Assim, por esses dados os dois territórios pesquisados apresentam recorte que não permite caracterizá-los como territórios.

Através dos critérios estabelecidos pelos programas TRs, TIs e TCs, apresentados por Silva (2012), Correa (2010), Ortega (2008) e Brasil (2005c), os indicadores população média, densidade demográfica, população rural, estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares e ocupados no setor agropecuário, permitem afirmar que o Território do Sisal tem o perfil mais rural e coerente com as exigências dos programas públicos do que o Território Litoral Sul. Do mesmo modo, os níveis do PIB per capita, capacidade autônoma de geração de receitas municipais, desocupação, formalização, pobreza e extrema pobreza e do IDH-M comprovam que o Território do Sisal apresenta condições mais precárias que o Território Litoral Sul, embora os dois territórios estejam condizentes com os critérios estabelecidos como condição para participar dos programas TRs, TCs e TIs.

No Sisal há maior concentração fundiária, menor potencial agropecuário e maior uso de práticas benéficas ao meio ambiente do que no Litoral Sul. Todavia, as condições de saúde, educação e dos domicílios (os quais possuem pouco acesso a banheiros, à água encanada e são mais vulneráveis à pobreza), revelam que os dois territórios estão aquém dos níveis baiano e brasileiro.

O Capítulo 5 também objetivou "Propor um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) para os municípios do Território Litoral Sul e do Território do Sisal", a partir das características do conjunto de municípios baianos. No Litoral Sul, nenhum dos 26 municípios foi qualificado com IDR extremamente alto. Apenas Itabuna alcançou o IDR muito alto e Ilhéus o IDR alto, municípios vizinhos que são historicamente os mais dinâmicos da região,

mas que apresentam características que os diferenciam: Itabuna tem perfil mais urbano e, considerando alguns indicadores, possui melhores condições econômicas e sociais quando comparado a Ilhéus.

No Território Litoral Sul, onze municípios são classificados com IDR médio alto: Ubaitaba, Itacaré, Uruçuca, Coaraci, Itajuípe, Barro Preto, Ibicaraí, Itapé, Buerarema, Camacan e Canavieiras. Nesse território doze municípios são qualificados com IDR médio baixo: Maraú, Aurelino Leal, Itapitanga, Almadina, Floresta Azul, Itaju do Colônia, Jussari, Arataca, Una, Pau Brasil, Santa Luzia e Mascote. São José da Vitória é o único município rotulado como de IDR baixo.

No Território do Sisal, nenhum município foi classificado com IDR extremamente alto e muito alto. Apenas Serrinha foi considerado com IDR alto. Dos dezenove municípios, sete foram classificados com IDR médio alto: Santaluz, Valente, São Domingos, Retirolândia, Conceição do Coité, Ichu e Candeal. São três os municípios qualificados com IDR médio baixo: Itiúba, Queimadas e Teofilândia. Número maior, pois são seis os municípios classificados com IDR baixo: Cansanção, Nordestina, Araci, Tucano, Biritinga e Lamarão. Monte Santo e Quinjingue fazem parte do grupo de municípios que apresenta IDR muito baixo. Nesse território, à medida que os municípios foram sendo classificados de IDR médio baixo a muito baixo, foram apresentando perfil rural, com grande percentual das propriedades pertencentes a agricultores familiares, com reduzido desempenho econômico e complexas condições sociais.

Assim, comparando os dois territórios, verifica-se que, semelhantemente, nenhum possui municípios com IDR extremamente alto. No Território Litoral Sul Itabuna alcançou IDR muito alto, mas no Território do Sisal nenhum município alcançou essa posição. Tanto no Litoral Sul como no Sisal apenas um município foi classificado com IDR alto, que foi o caso de Ilhéus e de Serrinha, respectivamente. Municípios qualificados com nível de IDR médio alto, médio baixo e baixo são identificados nos dois territórios pesquisados. Somente no Sisal existem municípios rotulados como de IDR muito baixo.

Portanto, os resultados do IDR do Território Litoral Sul e do Território do Sisal apontam que há grande heterogeneidade do desenvolvimento rural entre os municípios de um mesmo território. Ademais, comparando os dois territórios, vale ressaltar que o Território do Sisal é mais homogêneo do que o Território Litoral Sul, porque apresenta número maior de municípios classificados com níveis inferiores do IDR.

Através de variáveis consideradas representativas dos critérios estabelecidos como condição para participar dos programas públicos territoriais, no Capítulo 6 foram avaliados os

atributos dos municípios de um mesmo território. As análises estatísticas-descritiva, especialmente o *CV*, indicaram que há mais heterogeneidade entre os municípios do Território Litoral Sul do que entre os municípios do Território do Sisal.

No Território Litoral Sul há expressiva diferença entre os municípios quando é considerado o percentual da população residente no meio rural, de estabelecimentos de agricultores familiares, da população em condições de pobreza e de extrema pobreza, e valores do PIB per capita. Alguns municípios tem perfil rural, com maioria das propriedades pertencentes a agricultores familiares, outros não, a exemplo de Itabuna. Itabuna e Ilhéus apresentam melhores condições socioeconômicas, todavia Mascote e São José da Vitória registram elevados níveis de pobreza e de extrema pobreza, e reduzido desempenho econômico. No Território do Sisal os municípios são mais homogêneos quanto aos mesmos indicadores. Nesse território a maioria da população reside no meio rural, os estabelecimentos agropecuários são do tipo familiar, a pobreza e a extrema pobreza alcança grande maioria das pessoas, o PIB per capita e o IDH-M são reduzidos. Ou seja, no Sisal a baixa renda e os elevados níveis de pobreza são mais generalizadas.

Diante dos resultados apresentados nos primeiros capítulos dessa Tese, que descrevem as desigualdades existentes entre os municípios e territórios baianos, o Capítulo 6 teve o intuito de "Propor metodologias para a delimitação dos territórios rurais do estado da Bahia", que indiquem alternativas de demarcações para os territórios, de modo que esses apresentem maior coesão econômica, social, cultural, por exemplo. A primeira metodologia proposta para a delimitação dos territórios baianos foi a estimativa de *Clusters* Espaciais, por meio dos indicadores relacionados aos critérios de inclusão ou não de municípios nos programas territoriais. Os resultados apontam dois ou três tipos de *Clusters* Espaciais, tanto para o Território Litoral Sul como para o Território do Sisal, aglomerações compostas por municípios circunvizinhos e com características homogêneas.

A delimitação do Litoral Sul em 2 tipos de *Clusters* Espaciais (e em quatro diferentes agrupamentos de municípios) gera a seguinte composição: *Cluster* Espacial 1 (Maraú, Itacaré e Ubaitaba), *Cluster* Espacial 2 (Uruçuca, Aurelino Leal, Itapitanga, Ilhéus, Coaraci, Itajuípe, Barro Preto, Itabuna, Ibicaraí, Itapé, Buerarema, São José da Vitória e Jussari), *Cluster* Espacial 3 (Almadina e Floresta Azul) e *Cluster* Espacial 4 (Itajú do Colônia, Pau Brasil, Camacan, Arataca, Una, Santa Luzia, Canavieiras e Mascote).

Outra opção é subdividir o Litoral Sul em três tipos de *Clusters* Espaciais (e em quatro diferentes agrupamentos de municípios), com a seguinte configuração: *Cluster* Espaciais 1 (Maraú, Itacaré e Ubaitaba), *Cluster* Espacial 2 (Uruçuca, Aurelino Leal, Itapitanga, Coaraci,

Almadina, Ibicaraí, Itapé, Jussari, São José da Vitória e Una), *Cluster* Espacial 3 (Ilhéus, Itajuípe, Barro Preto, Itabuna e Buerarema) e *Cluster* Espacial 4 (Floresta Azul, Itaju do Colônia, Pau Brasil, Camacan, Arataca, Santa Luzia, Mascote e Canavieiras).

A delimitação do Território do Sisal em dois tipos de *Clusters* Espaciais (e em dois diferentes agrupamentos de municípios) resulta na seguinte combinação: *Cluster* Espacial 1 (Monte Santo, Itiúba, Queimadas, Nordestina, Cansanção, Quinjingue, Araci, Tucano, Biritinga, Teofilândia, Serrinha e Lamarão) e o *Cluster* Espacial 2 (Santaluz, São Domingos, Valente, Retirolândia, Conceição do Coité, Ichu e Candeal).

Outra sugestão é a subdivisão do Sisal em 3 tipos de *Clusters* Espaciais (e em quatro diferentes agrupamentos de municípios): *Cluster* Espacial 1 (Monte Santo, Itiúba, Cansanção, Quinjingue, Tucano e Araci), *Cluster* Espacial 2 (Queimadas e Nordestina), *Cluster* Espacial 3 (Santaluz, São Domingos, Valente, Retirolândia, Conceição do Coité e Ichu) e o *Cluster* Espacial 4 (Teofilândia, Biritinga, Serrinha, Lamarão e Candeal).

Inspirados nas discussões teóricas, analíticas e normativas, apresentada pela iniciativa Leader, SDT/MDA, Jesus (2013), Silva (2012) e Ortega (2008), por exemplo, dentre as alternativas de demarcação apresentadas, deve-se preferir aquelas que propõem um menor número de municípios em um determinado *Cluster* Espacial (ou território rural). Acredita-se que os contornos de territórios semelhantes aos da Espanha, territórios com menores áreas, população total, população média e densidade demográfica, facilitariam a coesão econômica, social e cultural, por agregar municípios fisicamente próximos, com identidade territorial, que vivenciam os mesmos problemas, carentes de semelhantes recursos e ações públicas, tornando os programas territoriais rurais mais eficientes no combate à pobreza e promoção do desenvolvimento. Sendo assim, a partir da identificação dos *Clusters* Espaciais, considera-se que o Território Litoral Sul e o Território do Sisal não foram constituídos territórios, sugerindo que os recortes apresentados pelos agrupamentos sejam aplicados pelos programas TRs, TIs e TCs.

Segundo Ortega (2008), no processo de desenvolvimento é relevante uma identidade local, capaz de construir uma "ideia guia" que oriente o pacto territorial. Por isso, o Capítulo 6 também busca "Discutir a ideia-guia, a identidade territorial" como outra possibilidade de critério metodológico aplicável para delimitação dos territórios baianos. Para tanto, como *proxies* da ideia-guia foram utilizadas as informações das atividades econômicas (principalmente das culturas e do efetivo da pecuária) e dos fluxos de deslocamento entre municípios, realizados pelas pessoas ocupadas.

De acordo com a área plantada (ou destinada à colheita), as principais culturas sugerem diferentes grupos de municípios produtores. A produção de cacau ocupa grande maioria da área plantada praticamente em todos os municípios do Território Litoral Sul. As demais culturas ocupam reduzido percentual da área plantada de alguns municípios. A banana é mais cultivada na área norte e noroeste (em Maraú, Ubaitaba, Aurelino Leal, Itacaré, Itapitanga, Coaraci, Almadina e Itajuípe). A mandioca está mais presente na área norte (em Maraú, Ubaitaba, Aurelino Leal e Itacaré), oeste (em Almadina, Floresta Azul e Ibicaraí), e no sudeste e sul (Una e Canavieiras). O café ocupa mais as áreas sudoeste e sul (em Jussari, Arataca, Camacan e Santa Luzia). A borracha está mais presente na parte leste e sudeste do território (em Ilhéus e Una). O coco da baía ocupa maior proporção da área ao norte (em Maraú e Itacaré) e ao sudeste e sul (em Una e Canavieiras), em municípios próximos ao mar. Já o milho está mais presente na parte centro-oeste (em Itabuna, Ibicaraí, Floresta Azul e Itajú do Colônia).

Em síntese, considerando a área plantada (ou destinada à colheita) no Território Litoral Sul, a banana é uma das principais culturas na área norte e noroeste; a mandioca na parte norte e oeste; milho na área centro-oeste; o cacau na parte centro-sul; a borracha na parte leste e sudeste; o café na área sudoeste e sul; e o coco da baía no litoral ao norte e ao sul. Esta distribuição das diferentes culturas ao longo do território, apresentam a ideia-guia presente em cada subárea, e servem de referência para a subdivisão do Litoral Sul em alguns territórios representativos de identidade territorial.

A partir do efetivo da pecuária do Território Litoral Sul, verifica-se que os bovinos de destacam desde a parte norte até o sudoeste, mais na parte interiorana (em Ubaitaba, Aurelino Leal, Itapitanga, Coaraci, Almadina, Floresta Azul, Ibicaraí, Itajú do Colônia, Jussari, Pau Brasil, Camacan, Mascote e Canavieiras). Os equinos se sobressaem na área noroeste e sudoeste (em Almadina, Floresta Azul, Itaju do Colônia e Pau Brasil), talvez dando suporte à criação de bovinos. O efetivo de muares é maior na parte centro-sul (em São José da Vitória, Arataca e Camacan) e na parte central e leste (em Uruçuca, Ilhéus, Itajuípe e Barro Preto). As aves predominam na área norte e leste (em Maraú, Itacaré, Uruçuca, Ilhéus e Itajuípe). Do mesmo modo, esta distribuição do efetivo da pecuária pode servir de inspiração a uma nova delimitação de territórios rurais.

Se tratando das principais atividades econômicas medidas pelo rendimento dos ocupados, no Território Litoral Sul, afora a administração pública em geral, que se destaca principalmente em municípios pouco dinâmicos e mais pobres, a atividade cacaueira é mais importante na área norte, incluindo nordeste e noroeste (em Uruçuca, Itacaré, Maraú,

Aurelino Leal e Itapitanga), na parte centro-oeste (em Barro Preto Itajuípe, Coaraci, Almadina, Floresta Azul e Itapé) e na área centro-sul (em Jussari, São José da Vitória, Buerarema, Una, Arataca, Camacan e Mascote). A criação de bovinos de corte e de leite é uma das principais atividades no sudoeste e oeste (em Itaju do Colônia e Itapé). A atividade hoteleira, de restaurantes e similares se sobressai na parte litorânea, tanto ao norte (em Maraú e Itacaré) como ao sul (em Mascote e Una). Essas informações esclarecem e reforçam os resultados anteriores.

Avaliando o fluxo de deslocamento entre municípios, realizado pelas pessoas ocupadas, os municípios do Território Litoral Sul que mais atraem mão de obra são: Itabuna e Ilhéus, na área centro-leste; Itacaré na parte norte; Camacan, Arataca e Una, mais ao sul (sudoeste e sudeste). Contudo, cabe salientar que, dentre esses, os fluxos de deslocamento para Itabuna são preponderantes.

Considerando as principais culturas, no Território do Sisal quase totalidade dos municípios cultivam o sisal, com destaque para aqueles localizados no oeste, sudoeste e sul (em Santaluz, Valente, São Domingos, Retirolândia, Nordestina, Conceição do Coité, Queimadas, Barrocas e Araci). O feijão é mais cultivado na parte que vai do leste, passando pelo sudeste até ao sul (em Tucano, Lamarão, Quinjingue, Biritinga, Serrinha, Teofilândia e Candeal). O milho ocupa grande parte da área plantada no sudeste e sul (Lamarão, Biritinga, Serrinha, Teofilândia e Candeal). O cultivo de milho e de feijão juntos se destacam na área norte e nordeste (em Monte Santo, Cansanção e Quinjingue) e na parte sudeste e sul (em Biritinga, Candeal, Ichu, Lamarão, Serrinha e Teofilândia). A mandioca é plantada em menor proporção do que o sisal, feijão e milho, estando mais presente na área norte (em Monte Santo e Cansanção) e no sul (em Ichu, Candeal e Serrinha).

Em resumo, analisando a área plantada (ou destinada à colheita) no Território do Sisal, verifica-se que há dois grupos distintos de municípios produtores: ao norte, nordeste, leste, sudeste até o sul as culturas mais importantes são o milho, o feijão e a mandioca; do outro lado do território, na parte oeste, sudoeste e sul destaca-se o cultivo do sisal. Esses resultados ratificam as conclusões apresentadas por Silva (2012), que afirma ser o sisal ideia guia para alguns municípios desse território, mas não para aqueles que têm outras atividades representativas de suas identidades.

Considerando o efetivo da pecuária, no Território do Sisal o rebanho bovino é criado especialmente na parte oeste (em Itiúba, Queimadas e Santaluz) e sul (em Candeal, Ichu e Lamarão). Os rebanhos de caprinos são significativos na área norte e noroeste (em Monte Santo, Nordestina e Cansanção). Os ovinos estão presentes principalmente na parte norte,

nordeste (em Monte Santo, Quinjingue e Tucano) e sudoeste (São Domingos, Retirolândia, Valente e Santaluz). As criações de aves ocorrem com maior proporção na área sul e sudeste (em Biritinga, Serrinha e Lamarão). Cabe destacar como o incomum efetivo de rebanhos de caprinos e de ovinos é importante na parte norte (noroeste e nordeste) do Território do Sisal, uma ideia-guia diferenciada, porque não é muito comum na maior parte dos municípios baianos e nordestinos, e que bem organizada pode gerar significativos retornos econômicos.

Do mesmo modo que no Território Litoral Sul, no Território do Sisal a administração pública em geral sobressai como atividade econômica exatamente nos municípios mais pobres e menos dinâmicos, a exemplo de Lamarão, Quinjingue e Monte Santo. A construção de edifícios é uma atividade importante na parte leste (em Quinjingue e Araci), sul e sudeste (em Teofilândia, Serrinha, Conceição do Coité, Biritinga e Lamarão).

O comércio varejista de produtos farmacêuticos se destaca no oeste (em Itiúba e Queimadas) e no leste (em Quinjingue e Tucano). A preparação e fiação de fibras têxteis naturais está mais presente no sudoeste (em Conceição do Coité, Retirolândia e São Domingos). A fabricação de partes para calçados é predominante no sul e sudoeste (em Valente, Conceição do Coité e Serrinha) e a cooperativa de crédito rural é uma das principais atividades na área central e sudoeste (em Valente, Santaluz e Araci). As principais atividades que envolvem fibras têxteis, partes de calçados e cooperativas de crédito parecem atividades complementares à produção do sisal, e que ressaltam uma ideia-guia nessa parte do território.

A identidade do Território do Sisal também pode ser identificada por meio dos fluxos de pessoas ocupadas em deslocamento. Nesse caso, os municípios de Serrinha e Conceição do Coité, localizados no sul, e o município de Cansanção, situado ao oeste, são os que mais atraem. Porém, cabe destacar que muitos ocupados estão se deslocando para municípios pertencentes a outros territórios, a exemplo de Feira de Santana e Salvador. Tudo indica que o maior desempenho econômico dos municípios do Território do Sisal poderia reverter esse fluxo de deslocamento para dentro do próprio território.

Assim, os resultados revelam que, o Território Litoral Sul e o Território do Sisal são extensos (em área e população), e formados por municípios com características heterogêneas, contrariando as recomendações teóricas, analíticas e normativas. Ou seja, com base nas diferentes variáveis e nas inovadoras metodologias utilizadas nesse trabalho, verificou-se que as duas áreas pesquisadas não caracterizam territórios.

Portanto, dependendo da variável de estudo e do tipo de método alternativo escolhido, os resultados apontam que há diferentes possibilidades de subdivisão para os territórios; recortes que podem ser aplicáveis pelas políticas públicas. O importante é identificar as

características demográficas, sociais, culturais, econômicas, ambientais; identificar os problemas, os desafios, as possibilidades, a identidade representativa da coesão territorial, e a ideia-guia capaz de promover o desenvolvimento rural, mas muitas vezes desprovida de apoio das políticas públicas. Por isso, conforme afirma Ortega (2008), é fundamental que as políticas reconheçam a importância das bases sociais e não se limitem a ampararem as atividades agropecuárias, mas que colaborem para a inserção da população rural em novos mercados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Para uma teoria de estudos territoriais**. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. 2006. Desarrollo rural – Organizaciones, instituciones y territórios. Buenos Aires: Ciccus, p. 51-70.

_____. **A dimensão territorial do desenvolvimento**. Conselho Federal de Economia. 2011. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=365&Itemid...>. Acesso em: 7 abril 2015.

ALMEIDA, E. **Econometria espacial aplicada**. Campinas: Alínea, 2012.

ALVES, L. A. A. **Desempenho da economia baiana nos últimos 50 anos:** uma análise com base nas grandes áreas. In: Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, v.1, 2003. (Série estudos e pesquisas, 60). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1184&Itemid=110>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Bahia em Números**. Salvador: SEI, v.4, 2002. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=110>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Dinâmica sociodemográfica da Bahia**: 1980-2002. Salvador: SEI, v.1, 2003. 2v. (Série Estudos e Pesquisas, 60). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1184&Itemid=110>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. Secretaria do Planejamento - Seplan. **Plano plurianual – PPA 2008-2011**. Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/20100302_110520_04_PPA_ESTRAT_DE_DESENVOLVIMENTO.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2014.

_____. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. **Evolução e caracterização das manchas de pobreza na Bahia (1991-2000)**. (Série estudos e pesquisas, 79). Salvador: SEI, 2008.

_____. Secretaria do Planejamento - Seplan. **Resolução CEDETER nº 02, de 25 de fevereiro de 2011**. Dispõe sobre a normatização da dinâmica de funcionamento, organização e homologação dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETER. Diário Oficial Ano – XCV – nº 20.498 e 20.499, Salvador, Bahia, 26 e 27 de fevereiro de 2011a. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/2012/12/resolucao_-02_homologacao_-dos_colegiados_territoriais.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2014.

_____. Secretaria de Planejamento - Seplan. **Resolução CEDETER nº 03, de 25 de fevereiro de 2011**. Dispõe sobre a normatização e critérios para reconfiguração dos limites e toponímias dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, estabelecidos na Lei nº 10.705 de 14 de novembro de 2007. Diário Oficial Ano – XCV – nº 20.498 e 20.499. Salvador, Bahia, 26 e 27 de fevereiro de 2011b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/2012/12/resolucao_-03_reconfiguracao_territorial.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2014.

_____. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Bahia em Números 2011**. Salvador: SEI, v.1, 2012.

_____. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **PIB Municipal**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pps/municipal/apresentacao_pib_2010.pdf>. Acesso em: 06 set. 2013a.

_____. Secretaria do Planejamento - Seplan. **Territórios de identidade**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade>. Acesso em: 15 nov. 2013b.

_____. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **A Bahia no Nordeste e no Brasil**: indicadores econômicos comparados 2002-2009. Salvador: SEI, v.3, 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=78&Itemid=110>. Acesso em: 10 dez. 2013c.

_____. Secretaria do Planejamento - Seplan. **Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010.** Institui o programa Territórios de Identidade e dá outras providências. Disponível em: <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>. Acesso em: 05 jan. 2014.

BECERRA, A. T.; BRAVO, X. Evolución del desarrollo rural en Europa y en España: las áreas rurales de metodología Leader. **Revista Electrónic@ de Medioambiente**. 2008. UCM. Disponível em: <https://www.ucm.es/data/cont/media/www/pag-41230/TOLON%20LASTRA%20.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BRANDÃO, C. A. **Visões teóricas sobre desenvolvimento regional e a questão das escalas (mundial, nacional, subnacional e local) nas políticas regionais contemporâneas**. 2011. (mimeo).

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2004-2007**. Brasília: MP, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. Série Documentos Institucionais: n.3. **Referências para a gestão social de territórios rurais**. Brasília, Novembro de 2005a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. Série Documentos Institucionais: n.2. **Marco Referencial para apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais.** Brasília. Junho de 2005b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. Série Documentos institucionais: n.1**. Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil.** Brasília: DF. Março de 2005c.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação-Geral de Contabilidade. **Receitas públicas**: manual de procedimentos aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. 3ª Ed. Brasília: 2006a.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, 2006b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo agropecuário 2006:** Agricultura familiar - primeiros resultados; Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, 2006c.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2008-2011**: projeto de lei. Brasília: MP, 2007.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008** (Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências). 2008a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. **Territórios da Cidadania**: Integração de políticas públicas para reduzir as desigualdades. Março de 2009. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>. Acesso em: 02 nov. 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. (Relatórios metodológicos, v. 41).

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Sistema de Informações Territoriais (SIT)**. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download.php>. Acesso em: 15 nov. 2013b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. **Territórios da Cidadania**. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2013c.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral - TSE**. 2008b. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/quadroComparecimento.htm>. Acesso em: 25 out. 2014.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil - Dados Contábeis dos Municípios**. Ano 2010. Volume LVI. Disponível em: <http://www3.stn.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 01 agosto 2014. Brasília (DF): Janeiro de 2014.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1997470>. Acesso em: 31 out. 2014a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 20 out. 2014b.

CAVALCANTI, D. M.; SILVA, J. L. M.; QUEIROZ, M. F. M. Hiato de renda urbano e rural na Bahia: uma análise do período 2001 a 2009. In: **Anais do VIII Encontro de Economia Baiana**, Set. 2012. Disponível em: <www.eeb.ufba.br/includes/download-anais.php?id=156>. Acesso em: 06 set. 2013.

CHENG, Y.; WANG, Y.; WANG, Z.; LUO, X. Changing Rural Development Inequality in Jilin Province, Northeast China. **Chin. Geogra. Sci**. 2013, vol. 23, n. 5, p. 620–633, Springer Science Press doi: 10.1007/s11769-013-0629-2 Disponível em: <www.springerlink.com/content/1002-0063>. Acesso em: 05 jun. 2014.

COMUNIDADE EUROPEIA. **A abordagem Leader**: um guia básico. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. 2006.

CORRÊA, V. P. Territórios da Cidadania da Região Nordeste: uma análise preliminar do perfil dos municípios componentes. In: ALMEIDA FILHO, N.; RAMOS, P. **Segurança alimentar**: produção agrícola e desenvolvimento territorial. Campinas: Alínea, 2010, p. 133-167.

CORRÊA, V. P.; SILVA, F. F.; NEDER, H. D. Índice de desenvolvimento rural e políticas públicas – análise das liberações do PRONAF nas regiões Nordeste e Sul do Brasil. In: ORTEGA, A. C. (Org.). **Território, políticas públicas e estratégias e desenvolvimento**. Campinas: Alínea. 2007.

COUTO FILHO, V. A. **Em busca do desenvolvimento territorial.** In: TAKAGI, M.; BALSADI, O. V. (Org.). Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Agrário Rural – NEAD. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/89/Agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

CUNHA, A. S. A. **Crescimento econômico no estado do Maranhão**: uma análise espacial dos dados para o período de 1991 a 2000. 2008. 55 f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Economia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

FÁVERO, L. P. L.; BELFIORE, P. P.; CHAN, B. L.; SILVA, F. L. **Análise de Dados**: Modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FAVARETO, A. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial. In: TIBURCIO, B. (Org.) **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil**: avanços e desafios. Brasília, IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12).

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2000.

GOVERNO DA ESPANHA. Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino. **Leader en España (1991-2011)**: una contribución activa al desarrollo rural – Red rural nacional. Madri: Espanha, novembro de 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sidra**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em: 08 set. 2013.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 06 set. 2013

_____. **Produção agrícola municipal**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2013/default.shtm>. Acesso em: 01 dez. 2014

_____. **Produção pecuária municipal**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2013/default.shtm>. Acesso em: 01 nov. 2014

JESUS, C. M. **Desenvolvimento territorial rural**: análise comparada entre os territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha. 2013. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Desenvolvimento; Programa de Pós-Graduação em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. **Anais do XLIII Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Cuiabá-MT, 2004.

LACERDA, F. C. C. Aspectos multidimensionais da pobreza rural na Bahia: análise comparativa 2001/2006/2009. **Revista Desenbahia**, n.15, set. 2011

LACERDA, F. C. C. **A pobreza da Bahia sob o prisma multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. 2009. 212

f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: atlas, 1991.

LEMOS, M. B.; ASSUNÇÃO, J. J. Desenvolvimento agrícola brasileiro: uma proposta de regionalização. **Economia**, v.3, no 1, jan./jun. 2002, p.159-192.

MAIA, A. G.; QUADROS, W. J. Tipologia municipal de classes sociocupacionais: uma nova dimensão para análise das desigualdades territoriais no Brasil. **RESR**, Piracicaba (SP), v.47, n.2, p.389-418, abr/jun 2009.

MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS**. Lisboa: Silabo, 2003.

MELO, C. O.; PARRÉ, J. L. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. **RER**, Rio de Janeiro, v.45, n.2, p.329-365, abr/jun 2007.

MELO, R. F. **Análise do desenvolvimento rural na região do triângulo mineiro e alto Paranaíba**: caracterização dos municípios com base em indicadores populacionais, econômicos, ambientais e de bem-estar social. 2005. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MIDLEJ, M. M. B. C. **Universidade e região**: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz. 2004. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

NORONHA, S. No compasso da inclusão. VII Encontro de Economia Baiana. **Rumos**. set./out., 2011.

OLIVEIRA, N. S. M. N.; MEDEIROS, E. R.; CAMARA, M. R. G.; SOUZA, S. C. I. Análise do desenvolvimento municipal baiano sob a ótica da análise espacial em 2000 e 2010. **Revista Desenbahia**, v.11, nº 19, Salvador, mar. 2014, p. 93-117.

ORTEGA, A. C. Caso Brasil. In: FAIGUENBAUM, S.; ORTEGA, C.; BAQUERO, F. S. (Org.). **Pobreza rural y políticas públicas en América Latina y Caribe**. Tomo I. FAO – Santiago, Chile, FAO, 2013, p. 102-141.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas: Alínea; Uberlândia: Edufu, 2008.

ORTEGA, A. C.; CARDOSO, A. C. Potenciais e limites de uma política de desenvolvimento local: o PRONAF à luz do Leader. **Revista de Economia e Sociologia Rural - Sober**, v.40, n.2, abr./jun., 2002.

PERICO, R. E. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Fundação João Pinheiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/>. Acesso em: 25 set. 2014.

POMPONET, A. S. **Plano Plurianual Participativo 2008-2011 na Bahia**: uma análise. 2012. 140f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SCHEJTMAN, A. BERDEGUÉ, J. Desarrollo territorial rural. RIMISP, Santiago/Chile, febrero, 2003, 54 p.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre. Ano 6, n.11, jan./jun. 2004, p. 88-125.

SCRUCCA, L. **Clustering multivariate spatial data based on local measures of spatial autocorrelation**: an application to the labour market of Umbria. Out. 2005. Disponível em: <http://www.ec.unipg.it/DEFS/uploads/spatcluster.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2014.

SILVA, F. P. M. S. **Desenvolvimento territorial**: a experiência do Território do Sisal na Bahia. 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento; Programa de Pós-Graduação em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SOUZA, E. J. C. **Políticas territoriais do Estado da Bahia**: regionalização e planejamento. 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

STEGE, A. L. **Desenvolvimento rural nas microrregiões do Brasil**: um estudo multidimensional. 137f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá). Maringá (Paraná), 2011.

SUMPSI, J. M. Desarrollo rural con enfoque territorial: diferencias y semejanzas de la Unión Europea y América Latina. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.) **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

TONIN, J. M.; CALDEIRA, T. A.; LIMA, J. E. Desenvolvimento rural no Estado de Mato Grosso: determinantes e hierarquização. **Desafio**: Revista de Economia e Administração. Campo Grande (MS), v.10, n.20, p.38-56, jan./abr. 2009.

TORRES, M. O.; VOSTI, S. A.; MANETA, M. P.; WALLENDER, W. W.; RODRIGUES, L. N.; BASSOI, L. H.; YOUNG, J. A. Padrões espaciais da pobreza rural: uma análise exploratória na Bacia do Rio São Francisco, Brasil. **Nova Economia.** Belo Horizonte, 21 (1), p.45-66, jan./abril de 2011.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v.3, n.5, p.5-19, set. 2002.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento rural**: o Brasil precisa de um projeto. Texto para CONTAG, 1998. 55 p.

VIEIRA, E.; CAVALCANTI, R.; MACEDO, W. **Economia baiana**: desempenho e perspectivas. Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia). Artigo Técnico 01/00, jul. 2000. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201115481562_Economia_Baiana.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013

VIEIRA, M. R. **A experiência de modernização da administração pública do estado da Bahia nos últimos cinquenta anos (1955 a 2004)**. 2006. 231f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador (Unifacs), Salvador, 2006.

YILMAZ, B., DAŞDEMIR, İ.; ATMIŞ, E.; LISE, W. Factors affecting rural development in Turkey: Bartın case study. **Forest Policy and Economics**, 12 (2010), p.239–249. Disponível em: < http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1389934110000183>. Acesso em: 25 jul. 2014.

APÊNDICES

Apêndice A - Regiões Urbanas (1958)

Regiões Urbanas	Características Principais	Áreas de Influência
Ilhéus e Itabuna	Relacionada à produção do cacau, à importância do Porto de Ilhéus e da rede rodoviária beneficiando em torno de Itabuna.	De Camamu a Belmonte, pelo litoral. Para oeste: Macarani, Itapetinga, Iguaí, Ibicuí, Poções, Encruzilhada e Itambé.
Feira de Santana	Entrocamento rodoviário e feira do gado. A cidade como ponto de contato de diferentes zonas geoeconômicas.	Parte da zona do Recôncavo, de Feira de Santana, da encosta da Chapada Diamantina e de Jequié.
Jequié	Variedade fisiográficas e geoeconômicas. Importância da estrada de ferro Nazaré-Jequié.	Jaguaquara, Santa Inês, Ubaíra, Itaquara, Jequiriça, Mutuípe, Itiruçu, Maracás, Boa Nova, Ipiaú, Poções, Ubatã.
Juazeiro	Centro de transportes (navegação fluvial, ferroviário). Juazeiro como entreposto de Salvador e Recife.	Regiões fisiográficas de Barreiras, Sertão do S. Francisco, Médio S. Francisco e do Baixo Médio S. Francisco.
Vitória da Conquista	Organização do espaço a partir de rodovias.	Zonas fisiográficas de Conquista e Serra Geral. Boa Nova e Poções, Encruzilhada, Itambé, Itapetinga, Ibicuí e Iguaí.
Alagoinhas	Antigo centro ferroviário.	Eixo da viação férrea e de rodovias que cortam Irará, Serrinha, Catu, Pojuca, Mata de S. João, Camaçari, em direção norte até Ribeira do Pombal e Tucano.
Senhor do Bonfim	Centro rodoferroviário.	Jaguarari, Itiúba, Queimadas e Santaluz, e Campo Formoso, Pindobaçu, etc.
Jacobina	Importante variedade da produção agrícola.	Irecê e Morro do Chapéu. Macajuba, Mairi, Itaberaba, Mundo Novo, Riachão do Jacuípe, Coité, Pindobaçu, Saúde.
Salvador	Exerce funções típicas de capital regional.	Valença, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Gandu.

Fonte: Silva (2012) citando Spinola (2003).

ANEXOS

Anexo A – Resumo do planejamento territorial do governo da Bahia do período 1966-1973

1966	1967	1968	1972	1973
Regiões Administrativas 1) Salvador 2) Feira de Santana 3) Ilhéus/Itabuna 4) Vitória da Conquista 5) Jequié 6) Alagoinhas 7) Juazeiro 8) Jacobina 9) Valença 10) Serrinha 11) Brumado 12) Senhor do Bonfim 13) Xique-xique 14) Itaberaba 15) Santo Antônio Jesus 16) Santa Maria Vitória 17) Barreiras 18) Caetité 19) Medeiros Neto 20) Seabra 21) Ribeira do Pombal	**Microrregiões Homogêneas** 1) Chapada do Alto Rio Grande 2) Chapadões do Rio 3) Baixo Médio São Francisco 4) Médio do São Francisco 5) Chapada Diamantina Setentrional 6) Chapada Diamantina Meridional 7) Serra Geral da Bahia 8) Senhor do Bonfim 9) Piemonte da Diamantina 10) Corredeiras São Francisco 11) Sertão de Canudos 12) Serrinha 13) Feira de Santana 14) Jequié 15) Planalto de Conquista 16) Pastoril de Itapetinga 17) Sertão de Paulo Afonso 18) Agreste de Alagoinhas 19) Litoral Norte Baiano 20) Salvador 21) Recôncavo 22) Tabuleiros de Valença 23) Encosta do Planalto de Conquista 24) Cacaueira 25) Interiorana Extremo Sul da Bahia 26) Litorânea Extremo Sul da Bahia	**Microrregiões Programadas** 1) Recôncavo 2) Extremo Sul 3) Litoral Sul 4) Feira de Santana 5) Barreiras 6) Nordeste 7) Serrinha 8) Lapa 9) Vitória da Conquista 10) Jequié 11) Juazeiro 12) Barra 13) Irecê 14) Andaraí 15) Brumado 16) Jacobina	**Regiões Funcionais Urbanas** 1) Salvador 2) Feira de Santana 3) Ilhéus-Itabuna 4) Senhor do Bonfim 5) Vitória da Conquista 6) Alagoinhas 7) Juazeiro 8) Paulo Afonso 9) Itaberaba 10) Jacobina 11) Barreiras 12) Guanambi 13) Valença 14) Serrinha 15) Itapetinga 16) Jequié 17) Bom Jesus da Lapa 18) Brumado 19) Caetité 20) Ipiaú 21) Barra 22) Xique-Xique	**Regiões Administrativas** 1) Barreiras 2) Santa Maria da Vitória 3) Irecê 4) Caetité 5) Juazeiro 6) Jacobina 7) Itaberaba 8) Vitória da Conquista 9) Paulo Afonso 10) Serrinha 11) Feira de Santana 12) Jequié 13) Itapetinga 14) Alagoinhas 15) Salvador 16) Itabuna/Ilhéus 17) Itamaraju

Fonte: Souza (2008); Silva (2012).

Anexo B – Resumo do planejamento territorial do governo da Bahia do período 1990-2007

1991	Década de 1990	1999	Período 2004-2007
Regiões de Influência Urbana 1) Salvador 2) Alagoinhas 3) Feira de Santana 4) Santo Antônio de Jesus 5) Valença 6) Itapetinga 7) Itabuna-Ilhéus 8) Teixeira de Freitas 9) Eunápolis 10) Ipiaú 11) Vitória da Conquista 12) Jequié 13) Itaberaba 14) Serrinha 15) Ribeira do Pombal 16) Paulo Afonso 17) Senhor do Bonfim 18) Guanambi-Caetité 19) Ibotirama 20) Santa Maria da Vitória 21) Seabra 22) Juazeiro 23) Jacobina 24) Irecê 25) Brumado 26) Barreiras	**Regiões Econômicas** 1) Oeste 2) Médio São Francisco 3) Baixo Médio São Francisco 4) Irecê 5) Chapada Diamantina 6) Serra Gera 7) Piemonte da Diamantina 8) Paraguaçu 9) Sudoeste 10) Nordeste 11) Litoral Norte 12) Metropolitana de Salvador 13) Recôncavo Sul 14) Litoral Sul 15) Extremo Sul	**Eixos de Desenvolvimento** 1) Metropolitano 2) Grande Recôncavo 3) São Francisco 4) Mata Atlântica 5) Planalto 6) Extremo Sul 7) Chapada 8) Nordeste	**Eixos de Desenvolvimento** 1) Oeste do São Francisco 2) Médio São Francisco 3) Baixo Médio São Francisco 4) Centro Leste São Francisco 5) Chapada Sul 6) Planalto Central 7) Chapada Norte 8) Planalto Sudoeste 9) Nordeste 10) Grande Recôncavo 11) Metropolitano 12) Mata Atlântica 13) Extremo Sul

Fonte: Souza (2008); Silva (2012).

Anexo C – Resumo do planejamento territorial para o estado da Bahia no período 2005-2008

2005	2007	2008
Territórios Rurais (TRs) 1) Irecê 2) Velho Chico 3) Chapada Diamantina 4) Sisal 5) Sul 6) Baixo Sul 7) Extremo Sul 8) Itapetinga 9) Vale do Jiquiriça 10) Sertão do São Francisco 11) Oeste Baiano 12) Bacia do Paramirim 13) Sertão Produtivo 14) Piemonte do Paraguaçu 15) Bacia do Jacuípe 16) Piemonte 17) Semi-árido Nordeste II 18) Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte 19) Portal do Sertão 20) Vitória da Conquista 21) Recôncavo 22) Jequié 23) Bacia do Rio Corrente	**Territórios de Identidade (TIs)** 1) Irecê 2) Velho Chico 3) Chapada Diamantina 4) Sisal 5) Litoral Sul 6) Baixo Sul 7) Extremo Sul 8) Itapetinga 9) Vale do Jiquiriça 10) Sertão do São Francisco 11) Oeste Baiano 12) Bacia do Paramirim 13) Sertão Produtivo 14) Piemonte do Paraguaçu 15) Bacia do Jacuípe 16) Piemonte da Diamantina 17) Semi-árido Nordeste II 18) Agreste Alagoinhas/Litoral Norte 19) Portal do Sertão 20) Vitória da Conquista 21) Recôncavo 22) Médio Rio de Contas 23) Bacia do Rio Corrente 24) Itaparica 25) Piemonte Norte do Itapicuru 26) Metropolitano de Salvador	**Territórios da Cidadania (TCs)** 1) Irecê 2) Velho Chico 3) Chapada Diamantina 4) Sisal 5) Litoral Sul 6) Baixo Sul 7) Sertão do São Francisco 8) Semi-árido Nordeste II

Fonte: Souza (2008); Silva (2012).

Anexo D – Territórios Rurais (TRs) do estado da Bahia em vigor no ano de 2010

Território Rural	Municípios	Total
1. Irecê	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Xique-Xique.	20
2. Velho Chico	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato.	16
3. Chapada Diamantina	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Tapiramutá, Utinga, Wagner.	24
4. Sisal	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.	20
5. Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajudo Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca.	26
6. Baixo Sul	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.	14
7. Sertão São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaça, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá.	10
8. Semi-árido Nordeste II	Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto.	18
9. Itaparica (BA/PE)	Abaré, Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Chorrochó, Floresta, Glória, Itacuruba, Jatobá, Mucururé, Paulo Afonso, Petrolândia, Rodelas, Tacaratu.	13
10. Bacia do Jacuípe	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea do Roça, Várzea do Poço.	15
11. Bacia do Rio Corrente	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho.	11
12. Piemonte do Paraguaçu	Boa vista do Tupim, Iaçu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha.	12
13. Sertão Produtivo	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi.	19
Total de municípios		218

Fonte: BRASIL (2013).

Anexo E – Territórios de Identidade (TIs) do estado da Bahia em vigor no ano de 2010

Território Identidade	Municípios	Total
1. Irecê	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Xique-Xique.	20
2. Velho Chico	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato.	16
3. Chapada Diamantina	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Tapiramutá, Utinga, Wagner.	24
4. Sisal	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.	20
5. Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajudo Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca.	26
6. Baixo Sul	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.	14
7. Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaça, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá.	10
8. Semi-árido Nordeste II	Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto.	18
9. Itaparica (BA/PE)	Abaré, Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Chorrochó, Floresta, Glória, Itacuruba, Jatobá, Mucururé, Paulo Afonso, Petrolândia, Rodelas, Tacaratu.	06
10. Bacia do Jacuípe	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea do Roça, Várzea do Poço.	15
11. Bacia do Rio Corrente	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho.	11
12. Piemonte do Paraguaçu	Boa Vista do Tupim, Iaçu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá.	12
13. Sertão Produtivo	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi.	19
14. Extremo Sul	Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda.	13
15. Médio Sudoesteda Bahia	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguaí, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquiniqui, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória.	13
16. Vale do Jequiriça	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elisio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçú, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lagedo do Tabocal, Lage, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra.	20

17. Bacia do Rio Grande	Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão. Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Wanderley.	14
18. Bacia da Paramirim	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires, Tanque Novo.	09
19. Piemonte da Diamantina	Caem, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Sáude, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova.	10
20. Litoral Norte e Agreste Baiano	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araças, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real, Sátiro Dias.	22
21. Portal do Sertão	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Barbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova.	17
22. Vitória da Conquista	Anagé, Aracatu, Barra Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista.	24
23. Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Marogogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Sapeaçu, Saubara, Varzedo.	20
24. Médio Rios das Contas	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagiba, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã.	16
25. Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha, Antonio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim.	09
26. Metropolitana de Salvador	Camaçari, Candeias, Dias D´Avila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas das Margaridas, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho, Vera Cruz.	11
27. Costa do Descobrimento	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália.	08
Total de municípios		417

Fonte: BAHIA (2013).

Anexo F – Territórios da Cidadania (TCs) do estado da Bahia em vigor no ano de 2010

Território Cidadania	Municípios	Total
1. Irecê	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Xique-Xique.	20
2. Velho Chico	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato.	16
3. Chapada Diamantina	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Tapiramutá, Utinga, Wagner.	24
4. Sisal	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.	20
5. Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajudo Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca,	26
6. Baixo Sul	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.	14
7. Sertão São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaça, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá.	10
8. Semi-árido Nordeste II	Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto.	18
9. Itaparica (BA/PE)	Abaré, Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Chorrochó, Floresta, Glória, Itacuruba, Jatobá, Mucururé, Paulo Afonso, Petrolândia, Rodelas, Tacaratu.	13
Total de municípios		161

Fonte: BRASIL (2013).

Anexo G – Código, nome, definição, período e fonte das variáveis

Código da variável	Nome da variável	Definição da variável	Data	Fonte
Variáveis que caracterizam aspectos geográficos e demográficos				
X_1	Área do município	Municípios são as unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. Sua criação, incorporação, fusão ou desmembramento se faz pela Lei Complementar estadual, observada a continuidade territorial, a unidade histórico-cultural do ambiente urbano. Sua área é medida em quilômetros quadrados (km^2).	2010	IBGE: SIDRA (Tabela 1301)
X_2	População residente	Constituída pelos moradores no domicílio na data de referência.	2010	IBGE: SIDRA (Tabela 202)
X_3	Densidade demográfica	População residente/Área do município.	2010	IBGE
	População residente urbana	É a população residente na área urbana, considerada aquela área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal. São classificadas como áreas urbanizadas aquelas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana.	2010	IBGE
X_4	Percentual da população residente urbana	População urbana/População residente.	2010	IBGE
	População residente rural	É a população residente na área rural. Área rural é definida como toda área externa ao perímetro urbano, em que a área urbana é aquela interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal. Cidade é a localidade onde está sediada a prefeitura municipal, constituída pela área urbana do distrito-sede.	2010	IBGE: SIDRA (Tabela 202)
X_5	Percentual da população residente rural	População rural/População residente.	2010	IBGE
	População indígena	Pessoa que se declarou indígena ou índia. Esta classificação se aplicou tanto aos indígenas que vivem em terras indígenas como aos que vivem fora delas.	2010	IBGE: SIDRA (Tabela 136)
X_6	Percentual da população indígena	População indígena/População residente.	2010	IBGE
	Estabelecimentos de agricultores familiares	Conforme a Lei nº 11.326/2006, a agricultura familiar foi assim definida: considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: i) não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 1109)

X_7	Percentual dos estabelecimentos de agricultores familiares	Estabelecimentos de agricultores familiares/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Estabelecimentos de proprietários assentados	Estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário cuja forma de obtenção de terras se deu via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardam titulação. A Portaria nº.6, de 31 de janeiro de 2013, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo em vista o disposto na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 estabelece os parâmetros a serem observados pelo MDA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no estabelecimento da ordem de prioridade territorial para as ações de obtenção de terras e os critérios, requisitos e procedimentos básicos para a seleção de candidatos a beneficiários da Reforma agrária.	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 1018)
X_8	Percentual dos estabelecimentos de proprietários assentados	Estabelecimentos de proprietários assentados/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Pessoas ocupadas	Pessoa de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, no município de origem.	2010	IBGE: SIDRA (Tabela 2031)
	Pessoas ocupadas em deslocamento	Pessoa de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal: outro município.	2010	IBGE: SIDRA (Tabela 3602)
X_9	Percentual de pessoas ocupadas em deslocamento	Pessoas ocupadas em deslocamento para outro município/Pessoas ocupadas.	2010	IBGE
Variáveis que caracterizam a situação da pobreza, do desenvolvimento, da desigualdade e da renda da população				
X_{10}	Percentual de pobres	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013
X_{11}	Percentual de extremamente pobres	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013
	Famílias beneficiadas pelo "Programa Bolsa Família"	O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. A gestão do programa instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios.	2010	MDS
	Famílias residentes em domicílios particulares	Número de famílias residentes em domicílios particulares. Foram consideradas famílias do tipo: única e convivente (principal, segunda, terceira, quarta, quinta ou mais). O domicílio foi classificado em: domicílio particular (permanente ou improvisado) ou domicílio coletivo. Considerou-se domicílio particular a moradia onde, na data de referência, o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, por dependência doméstica ou por normas de convivência.	2010	IBGE: SIDRA (Tabela 229)

X_{12}	Percentual de famílias beneficiadas pelo "Programa Bolsa Família"	Famílias beneficiadas pelo "Programa Bolsa Família"/Famílias residentes em domicílios particulares.	2010	
X_{13}	IDH-M	O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: a longevidade, que reflete as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer; a educação, medida pela combinação da taxa de alfabetização de adultos e taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino*;* a renda, medida baseada no PIB per capita ajustado ao custo de vida local como paridade do poder de compra (PPC). O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. As faixas do IDH-M são: entre 0 e 0,499 (muito baixo); entre 0,500 e 599 (baixo); entre 0,600 e 0,699 (médio); entre 0,700 e 0,799 (alto) e entre 0,80 e 1,0 (muito alto).	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013
X_{14}	Índice de *Gini*	É uma medida para avaliação do grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos. Apresenta valor mínimo de zero (0) na situação de igualdade perfeita da distribuição de rendimentos, em que todos têm a mesma renda. Quando apresenta valor igual a um (1) indica extrema desigualdade em que apenas um indivíduo se apropria de toda a renda. Ele é menos sensível a desigualdade associada à pobreza e riqueza extrema, refletindo mais a distribuição nos segmentos da renda média.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013
X_{15}	Índice de *Theil*	Mede a desigualdade de distribuição da renda. É o logaritmo da razão entre a média aritmética e a média geométrica da distribuição da renda. Se a razão entre as médias for igual a 1, Theil será igual a zero, indicando perfeita distribuição. Quanto maior a razão entre as médias, maior será o valor para o índice de Theil, e pior será a distribuição de renda.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013
X_{16}	Rendimento per capita	Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013
X_{17}	Rendimento per capita médio do décimo mais rico		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013
X_{18}	Rendimento médio dos ocupados		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013
X_{19}	Percentual dos ocupados com rendimento de até 1 salário		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano

	mínimo			2013
X_{20}	Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013
Variáveis que caracterizam a participação social				
	Estabelecimentos associados a cooperativas	As sociedades cooperativas em geral estão reguladas pela Lei n.º 5.764, de 1971. São sociedades de pessoas de natureza civil, com forma jurídica própria, constituídas para prestar serviços aos associados. Suas características são: adesão voluntária e variabilidade do capital social, representado por cotas-partes, dentre outras. A Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2001 do Código Civil também dispõe sobre as características das sociedades cooperativas.	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 840)
X_{21}	Percentual dos estabelecimentos associados a cooperativas	Estabelecimentos associados a cooperativas/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Estabelecimentos associados a entidades de classes	Entende-se por entidade de classe, uma sociedade de empresas ou pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos seus associados. São alguns exemplos de entidades de classe, as confederações, as federações, as associações, os sindicatos e as entidades profissionais entre outros.	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 840)
X_{22}	Percentual dos estabelecimentos associados a entidades de classes	Estabelecimentos associados a entidades de classes/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Estabelecimentos associados a cooperativas e entidades de classes	Estabelecimentos associados a cooperativas e entidades de classes concomitantemente/Estabelecimentos agropecuários	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 840)
X_{23}	Percentual dos estabelecimentos associados a cooperativas e entidades de classes	Estabelecimentos associados a cooperativas e entidades de classes/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Estabelecimentos não associados	Estabelecimentos não associados a cooperativas e/ou entidades de classe.	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 840)
X_{24}	Percentual dos estabelecimentos não associados	Estabelecimentos não associados/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Eleitores alistados	Quantidade de eleitores alistados. Eleitor é o cidadão brasileiro, devidamente alistado na forma da lei, no gozo dos seus direitos políticos e apto a exercer a soberania popular, através do sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. A inscrição eleitoral é condição essencial para que o brasileiro maior de 18 anos tenha condições de exercitar seus direitos políticos. O alistamento é uma das condições de elegibilidade estabelecidas pela Constituição Federal em seu art. 14, § 3º, III.	2008	TSE
	Eleitores que compareceram nas	Eleitores alistados que compareceram nas eleições (votando nominalmente, em	2008	TSE

	eleições	branco ou em nulo) para prefeito no primeiro turno.		
X_{25}	Percentual de eleitores que compareceram nas eleições	Eleitores que compareceram nas eleições/Eleitores alistados.	2008	TSE
Variáveis que representam a estrutura das atividades econômicas e as finanças públicas				
X_{26}	Produto Interno Bruto (PIB)	Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o produto interno bruto é igual à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também igual à soma das rendas primárias. PIB de 2010 a preços correntes do ano, em R$ mil (IBGE).	2010	IBGE: Produto Interno Bruto dos Municípios – SIDRA (Tabela 21).
X_{27}	PIB per capita	Consiste na divisão do PIB pela população residente. PIB per capita de 2010, em R$1,00.	2010	IBGE
	Valor adicionado total	Soma do valor que cada atividade econômica agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao PIB pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Valor adicionado bruto total a preços correntes de 2010, em R$ mil.	2010	IBGE: Produto Interno Bruto dos Municípios – SIDRA (Tabela 21)
	Valor adicionado da agropecuária	É o valor adicionado bruto da agropecuária, que engloba as atividades agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal e pesca. Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes de 2010, em R$ mil.	2010	IBGE: Produto Interno Bruto dos Municípios – SIDRA (Tabela 21)
X_{28}	Participação da agropecuária no valor adicionado total	Valor adicionado bruto da agropecuária/Valor adicionado bruto total.	2010	IBGE
	Valor adicionado da indústria	É o valor adicionado bruto da indústria, constituída por: indústria extrativa; indústria de transformação; construção civil e produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana. Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes de 2010, em R$ mil.	2010	IBGE: Produto Interno Bruto dos Municípios – SIDRA (Tabela 21)
X_{29}	Participação da indústria no valor adicionado total	Valor adicionado bruto da indústria/Valor adicionado bruto total.	2010	IBGE
	Valor adicionado dos serviços	É o valor adicionado bruto dos serviços, constituídos por: comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias e aluguéis; serviços prestados às empresas; administração, saúde e educação públicas e seguridade social; educação e saúde mercantis; e serviços prestados às famílias e associativos e serviços domésticos. Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes de 2010, em R$ mil.	2010	IBGE: Produto Interno Bruto dos Municípios – SIDRA (Tabela 21)
X_{30}	Participação dos serviços no valor	Valor adicionado bruto dos serviços/Valor adicionado bruto total.	2010	IBGE

	adicionado total			
	Valor adicionado dos serviços públicos	Considerando somente os serviços da administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Valor adicionado bruto dos serviços públicos a preços correntes de 2010, em R$ mil.	2010	IBGE: Produto Interno Bruto dos Municípios – SIDRA (Tabela 21)
	Valor adicionado dos serviços privados	Do valor adicionado dos serviços (públicos e privados), desconsidera-se os serviços da administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Valor adicionado bruto dos serviços privados a preços correntes de 2010, em R$ mil.	2010	IBGE
X_{31}	Participação dos serviços públicos no valor adicionado total	Valor adicionado bruto dos serviços públicos/Valor adicionado bruto total.	2010	IBGE
X_{32}	Participação dos serviços privados no valor adicionado total	Valor adicionado bruto dos serviços privados/Valor adicionado bruto total.	2010	IBGE
	Receita corrente	É o somatório de todas as receitas do município, das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, consideradas as deduções conforme o ente União, Estado, Distrito Federal e Municípios. Receita corrente, a preços correntes de 2010, em R$1,00.	2010	Tesouro Nacional
	Receita tributária	Registra o valor total da arrecadação da receita tributária[44] (impostos, taxas e contribuições de melhoria). Receita tributária, a preços correntes de 2010, em R$1,00.	2010	Tesouro Nacional
X_{33}	Participação da receita tributária na receita corrente	Receita tributária/Receita corrente.	2010	Tesouro Nacional
	Receita de transferências correntes	Registra o valor dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços. As transferências intergovernamentais registra o valor total das receitas recebidas por meio de transferências ocorridas entre diferentes esferas de governo. Receita de transferências correntes, a preços correntes de 2010, em R$1,00.	2010	Tesouro Nacional
X_{34}	Participação da receita de transferências correntes na receita corrente	Receita de transferências correntes/Receita corrente.	2010	Tesouro Nacional
	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	A Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios, Cota-Parte do FPM, registra o valor total das receitas recebidas por transferência constitucional composta por 22,5% da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre os produtos industrializados, de acordo com art. 159 da	2010	Tesouro Nacional

[44] As receitas tributárias fazem parte das receitas próprias, pois as receitas próprias são as receitas enquadradas como Tributárias, Patrimoniais, de Serviços, Industriais e outros, que não sejam decorrentes de transações que guardem características de transferências, mesmo que de outras esferas governamentais, como convênios, e operações de créditos (BRASIL, 2006).

		Constituição Federal. Os coeficientes do FPM, exceto os municípios de capital, são calculados com base no número de habitantes e revistos anualmente. Receita da Cota-Parte do FPM, a preços correntes de 2010, em R$1,00.		
X_{35}	Participação da Cota-Parte do FPM na receita corrente	Cota-Parte do FPM/Receitas correntes.	2010	Tesouro Nacional
	Cota-Parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	O ICMS é de competência dos Estados. Tem como fato gerador as operações relativas à circulação de mercadorias e às prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. Incide ainda sobre a entrada de mercadoria importada. A receita da Cota-Parte do ICMS registra o valor da arrecadação de receita de transferência corrente da participação de municípios na arrecadação do imposto sobre o ICMS, por parte do Estado, segundo a Lei Complementar nº 87 de 13/09/96. Receita da Cota-Parte do ICMS, a preços correntes de 2010, em R$1,00.	2010	Tesouro Nacional
X_{36}	Participação da Cota-Parte do ICMS na receita corrente	Cota-Parte do ICMS/Receitas correntes.	2010	Tesouro Nacional
Variáveis que representam a estrutura fundiária				
X_{37}	Índice de *Gini* (referente à estrutura fundiária)	Faixas do Índice de *Gini*: 0,000 a 0,100 (concentração nula); 0,101 a 0,250 (concentração nula a fraca); 0,251 a 0,500 (concentração fraca a média); 0,501 a 700 (concentração média a forte); 0,701 a 900 (concentração forte a muito forte); 0,901 a 1,000 (concentração muito forte à absoluta) (SOUZA et al, 2007.	2006	IBGE
	Área dos estabelecimentos agropecuários	Compreende a totalidade das terras que formavam o estabelecimento. Na utilização da área dos estabelecimentos, considera-se todo terreno de área contínua e as seguintes categorias: lavouras permanentes, lavouras temporárias, terras em descanso, pastagens naturais, pastagens plantadas, matas naturais, matas plantadas, terras produtivas não utilizadas e terras inaproveitáveis. O Censo mais recente detalha o cultivo de flores, matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.), terras inaproveitáveis para a agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.), dentre outras. A área dos estabelecimentos corresponde à conversão, para hectare, da unidade de área (alqueire, tarefa, quadra, etc.). Um (1) hectare corresponde a 10.000 m^2.	2006	IBGE: Censo Agropecuário – SIDRA (Tabela 315 e 787)
	Estabelecimentos agropecuários	Estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independe de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda. Excluíram-se da investigação os quintais de residências e hortas domésticas.	2006	IBGE: Censo Agropecuário – SIDRA (Tabela 312 e 787)
X_{38}	Área média dos estabelecimentos	Área dos estabelecimentos agropecuários/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE

	agropecuários			
	Estabelecimentos agropecuários: 0-20 hectares	Número de estabelecimentos agropecuários que possuem área entre 0-20 hectares.	2006	IBGE: Censo Agropecuário – SIDRA (Tabela 312 e 787)
X_{39}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 0-20 hectares	Estabelecimentos agropecuários (0-20 hectares)/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Estabelecimentos agropecuários: 20-50 hectares	Número de estabelecimentos agropecuários que possuem área entre 20-50 hectares.	2006	IBGE: Censo Agropecuário – SIDRA (Tabela 312 e 787)
X_{40}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 20-50 hectares	Estabelecimentos agropecuários (20-50 hectares)/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Estabelecimentos agropecuários: 50-100 hectares	Número de estabelecimentos agropecuários que possuem área entre 50-100 hectares.	2006	IBGE: Censo Agropecuário – SIDRA (Tabela 312 e 787)
X_{41}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 50-100 hectares	Estabelecimentos agropecuários (50-100 hectares)/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Estabelecimentos agropecuários: 100-500 hectares	Número de estabelecimentos agropecuários que possuem área entre 100-500 hectares.	2006	IBGE: Censo Agropecuário – SIDRA (Tabela 312 e 787)
X_{42}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 100-500 hectares	Estabelecimentos agropecuários (100-500 hectares)/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Estabelecimentos agropecuários: 500-1000 hectares	Número de estabelecimentos agropecuários que possuem área entre 500-1000 hectares.	2006	IBGE: Censo Agropecuário – SIDRA (Tabela 312 e 787)
X_{43}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários: 500-1000 hectares	Estabelecimentos agropecuários (500-1000 hectares)/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Estabelecimentos agropecuários: acima de 1000 hectares	Número de estabelecimentos agropecuários que possuem área acima de 1000 hectares.	2006	IBGE: Censo Agropecuário – SIDRA (Tabela 312 e 787)
X_{44}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários: acima de 1000 hectares	Estabelecimentos agropecuários (acima de 1000 hectares)/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
Variáveis que representam o potencial agropecuário (produtividade econômica e modernização)				
	Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários	Em 1995/1996 o valor da produção é resultado da produção vegetal e da produção animal. Produção vegetal refere-se às principais culturas permanentes e temporárias, da horticultura, da extração vegetal e da silvicultura. Produção animal refere-se à criação de animais de grande, médio e pequeno porte. Em 2006 o valor da produção corresponde ao valor obtido do quantitativo entre os valores totais da	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 23 e 836)

		produção animal, vegetal, e do valor agregado da agroindústria. Para manter a compatibilidade das informações, em 2006 considerou-se apenas o valor da produção vegetal e animal. O valor da produção do ano de 2006 está expresso a preços correntes, em R$ mil.		
X_{45}	Valor da produção por estabelecimento agropecuário	Valor da produção agropecuária/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Pessoal ocupado no setor agropecuário	Em 2006 foram consideradas todas as pessoas que trabalharam em atividades agropecuárias ou em atividades não agropecuárias de apoio às atividades agropecuárias. Não foram considerados os empregados que trabalharam exclusivamente em tarefas domésticas. Investigou-se o total de empregados (permanentes, temporários e parceiros). Foram consideradas as pessoas com 14 anos ou mais em 31/12/2006.	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 320 e 956)
X_{46}	Valor da produção por pessoal ocupado no setor agropecuário	Valor da produção agropecuária/Pessoal ocupado no setor agropecuário.	2006	IBGE
	Valor dos investimentos realizados pelos estabelecimentos agropecuários	Foi investigado o valor total gastos, em R$ mil, com novas culturas permanentes, novas terras incorporadas ao estabelecimento; com o preparo da terra; novas matas plantadas e pastagens plantadas. Investigou-se, também, o valor total dos investimentos empregados na construção ou reforma de imóveis, bem como na construção de estradas, cercas, depósitos, silos, estábulos; no investimento de implantação de sistemas de irrigação com máquinas, bombas, pivôs, sistematização de terrenos; na aquisição de veículos, máquinas e tratores, novos e usados.	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 11Mn e 830)
X_{47}	Valor da produção por valor dos investimentos realizados pelos estabelecimentos agropecuários	Valor da produção agropecuária/Valor dos investimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Valor dos financiamentos contraídos pelos estabelecimentos agropecuários	Valor dos financiamentos agropecuários obtidos, em R$ mil. Pesquisou-se sobre a obtenção de financiamentos e empréstimos pelo estabelecimento agropecuário em 2006, junto a bancos (inclusive os provenientes de programas oficiais do Governo, como o Pronaf, Procera, Progera, Proterra, entre outros); cooperativas de crédito; comerciantes de matérias-primas; fornecedores de insumos e de equipamentos; empresa integradora; outras instituições financeira, exceto bancos e cooperativas; e junto a organizações não governamentais (ONG), parentes e amigos.	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 11Mn e 829)
X_{48}	Valor da produção por valor dos financiamentos contraídos pelos estabelecimentos agropecuários	Valor da produção agropecuária/Valor dos financiamentos agropecuários.	2006	IBGE
X_{49}	Valor dos investimentos realizados por estabelecimento agropecuários	Valor dos investimentos nos estabelecimentos/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
X_{50}	Valor dos financiamentos	Valor dos financiamentos agropecuários/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE

	contraídos por estabelecimento agropecuários			
	Estabelecimentos agropecuários que possuem energia elétrica	Total de estabelecimentos agropecuários, em unidades, que utilizam energia elétrica própria, comprada e obtida por cessão em 1995/1996. Para manter a compatibilidade das informações, em 2006, considerou-se a energia elétrica própria por ser gerada no estabelecimento (por energia solar, vento-eólica, hidráulica, e queima de combustíveis) e externa (externa comprada e externa obtida por cessão).	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 3Mn e 3346)
X_{51}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários que possuem energia elétrica	Estabelecimentos que utilizam energia elétrica/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica	Como orientação técnica ou assistência técnica considerou-se a assistência habitualmente/regularmente prestada por profissionais habilitados, como engenheiros agrônomos e florestais, veterinários, zootecnistas, engenheiros agrícolas, biólogos, técnicos agrícolas, tecnologistas de alimentos e/ou economistas domésticos, com a finalidade de transmitir conhecimento e orientar os produtores agropecuários. Investigou-se, a procedência da orientação técnica recebida, a saber: Governos federal, estadual ou municipal - quando prestada por técnicos de órgãos governamentais, como Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), Universidades, Secretarias de Agricultura e Empresas de Extensão Rural.	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 3Mn e 777)
X_{52}	Percentual dos estabelecimentos agropecuários que recebeu orientação técnica	Estabelecimentos que receberam orientação técnica/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
Variáveis que representam a situação ambiental				
	Estabelecimentos que utilizam adubação e corretivos	Foi investigado se os estabelecimentos habitualmente utilizavam práticas de adubação e de corretivos. Quanto à adubação, a pesquisa de 2006 foi mais detalhada, buscando identificar quais os estabelecimentos que utilizaram produtos químicos ou orgânicos na referida prática, tais como: adubo químico nitrogenado ou não nitrogenado, esterco e urina de animal, adubação verde, vinhaça, húmus de minhoca, biofertilizantes, inoculantes (fixadores de nitrogênio) e composto orgânico. Também foi investigado se nos estabelecimentos faziam ou não aplicação de calcário ou de outros corretivos do pH do solo, para combater a acidez.	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 3Mn, 850 e 1245)
X_{53}	Percentual dos estabelecimentos que utiliza adubação e corretivos	Estabelecimentos que utilizam adubação e corretivos/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Estabelecimentos que utilizam agrotóxicos	Pesquisou-se o número de estabelecimentos que promoveram o controle de pragas e doenças, com utilização de agrotóxicos, em lavouras, pastagens, florestas, produtos de viveiros, produtos armazenados ou estocados.	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 3Mn e 1008)
X_{54}	Percentual dos estabelecimentos que utiliza agrotóxicos	Estabelecimentos que utilizam agrotóxicos/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE

	Estabelecimentos que utilizam queimadas	Prática agrícola de queimar massa vegetal para limpeza de pastos, limpeza de terrenos ou para facilitar a colheita.	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 837)
X_{55}	Percentual dos estabelecimentos que utiliza queimada	Estabelecimentos que utilizam a queimada/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Estabelecimentos que utilizam práticas agrícolas	Pousio é a prática agrícola que consiste na técnica de se destinar uma área, normalmente utilizada para plantio, sem nenhuma utilização por um tempo determinado, para que ela possa recuperar sua fertilidade. Recuperação de pastos é a prática agrícola que consiste na utilização de áreas de pastagens com culturas temporárias com a finalidade de recuperar a sua fertilidade. A rotação de culturas é a prática agrícola que consiste na alternância dos cultivos de gramíneas, leguminosas e outras, podendo ter períodos intercalados de pousio, com a finalidade de recuperar a fertilidade do solo.	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 3Mn, 837 e 1246)
X_{56}	Percentual dos estabelecimentos que utiliza práticas agrícolas	Estabelecimentos que utilizam o pousio, recuperação de pastos, rotação de pastagens e de culturas/Estabelecimentos agropecuários.	2006	IBGE
	Área plantada com a principal cultura agrícola	Área plantada (ou destinada à colheita) com a principal cultura agrícola.	2006	IBGE: PAM (Tabela 16)
	Área plantada total	Área plantada (ou destinada à colheita) total.	2006	IBGE: PAM (Tabela 16)
X_{57}	Percentual da área plantada com a principal cultura agrícola	Área plantada com a principal cultura agrícola/Área plantada total.	2006	IBGE
	Área de pastagens naturais	Área de mato ralo, caatinga, cerrado, capoeirão, etc., aproveitadas para pastoreio de animais. Também incluem as áreas com espécies florestais variadas (árvores e palmáceas) usadas para lavoura e criação de animais.	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 316 e 854)
X_{58}	Percentual da área de pastagens naturais	Área de pastagens naturais/Área dos estabelecimentos.	2006	IBGE
	Área de matas e florestas naturais	Área de mata e florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal. Também incluem as áreas de matas e florestas naturais (exceto aquelas destinadas à preservação permanente e à sistemas agroflorestais).	2006	IBGE: SIDRA (Tabela 316 e 854)
X_{59}	Percentual da área de matas e florestas naturais	Área de matas e florestas naturais/ Área dos estabelecimentos.		
	Domicílios particulares permanentes	Número de domicílios particulares permanentes. Considerou-se domicílio o local estruturalmente separado e independente que, na data de referência, destinava-se a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que estava sendo utilizado como tal. Quanto ao tipo podem ser: casa, casa de vila, casa em condomínio, apartamentos em edifícios ou apart-hotéis, casa de cômodos, cortiço ou "cabeça de porco" (unidade de moradia multifamiliar), oca ou maloca e estabelecimentos institucionais (como hospitais, leprosários, asilos, mosteiros, quartéis, escolas, prisões e assemelhados).	2010	IBGE: SIDRA (Tabela 1444 e 1394)

	Domicílios rurais particulares permanentes	Os domicílios de situação rural são aqueles localizados nas áreas rurais, definidas como áreas externas aos perímetros urbanos, inclusive nos aglomerados rurais de extensão urbana, povoados, núcleos e outros.	2010	IBGE: SIDRA (Tabela 1444 e 1394)
	Domicílios urbanos particulares permanentes	Os domicílios de situação urbana são aqueles localizados nas áreas urbanas, que são as áreas internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definido por Lei Municipal. As áreas urbanas são classificadas em área urbanizada, área não urbanizada e área urbana isolada.	2010	IBGE: SIDRA (Tabela 1444 e 1394)
	Domicílios rurais com esgotamento sanitário do tipo rede geral	O esgotamento sanitário do tipo "rede geral de esgoto ou pluvial" é aquele que a canalização das águas servidas e dos dejetos provenientes do banheiro ou sanitário estava ligada a um sistema de coleta que os conduzia a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada.	2010	IBGE: SIDRA (Tabela 1444 e 1394)
X_{60}	Percentual dos domicílios rurais com esgotamento sanitário do tipo rede geral	Domicílios rurais com esgotamento sanitário do tipo rede geral ou pluvial/Domicílios rurais particulares permanentes.	2010	IBGE
	Domicílios urbanos com esgotamento sanitário do tipo rede geral	O esgotamento sanitário do tipo "rede geral de esgoto ou pluvial" é aquele que a canalização das águas servidas e dos dejetos provenientes do banheiro ou sanitário estava ligada a um sistema de coleta que os conduzia a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada.	2010	IBGE: SIDRA (Tabela 1444 e 1394)
X_{61}	Percentual dos domicílios urbanos com esgotamento sanitário do tipo rede geral	Domicílios com esgotamento sanitário do tipo rede geral ou pluvial/Domicílios urbanos particulares permanentes.	2010	IBGE
	Domicílios rurais com lixo coletado por serviço de limpeza	Número de domicílios rurais particulares permanentes com lixo coletado por serviço de limpeza e em caçamba de serviço de limpeza. Coletado diretamente por serviço de limpeza – quando o lixo do domicílio era coletado diretamente por serviço de empresa pública ou privada. Colocado em caçamba de serviço de limpeza – quando o lixo do domicílio era depositado em uma caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por serviço de empresa pública ou privada.	2010	IBGE: SIDRA (Tabela 1447 e 1395)
X_{62}	Percentual dos domicílios rurais com lixo coletado por serviço de limpeza	Domicílios rurais com lixo coletado por serviço de limpeza e em caçamba de serviço de limpeza/Domicílios rurais particulares permanentes.	2010	
	Domicílios urbanos com lixo coletado por serviço de limpeza	Número de domicílios urbanos particulares permanentes com lixo coletado por serviço de limpeza e em caçamba de serviço de limpeza. Coletado diretamente por serviço de limpeza – quando o lixo do domicílio era coletado diretamente por serviço de empresa pública ou privada. Colocado em caçamba de serviço de limpeza – quando o lixo do domicílio era depositado em uma caçamba, tanque ou	2010	IBGE: SIDRA (Tabela 1447 e 1395)

		depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por serviço de empresa pública ou privada.		
X_{63}	Percentual dos domicílios urbanos com lixo coletado por serviço de limpeza	Domicílios urbanos com lixo coletado por serviço de limpeza e em caçamba de serviço de limpeza/Domicílios urbanos particulares permanentes.	2010	IBGE
Variáveis que caracterizam o aspecto educacional da população				
X_{64}	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)		2011	INEP
X_{65}	Percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{66}	Percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{67}	Taxa de analfabetismo	Razão entre a população com 18 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{68}	Percentual da população com ensino fundamental completo		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{69}	Percentual da população com ensino médio completo		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{70}	Percentual da população com ensino superior completo		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{71}	Expectativa de anos de estudo	Número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
Variáveis que caracterizam a situação ocupacional da população				
X_{72}	Taxa de atividade	Razão entre as pessoas de 18 anos ou mais de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior à pesquisa.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{73}	Taxa de desocupação	Corresponde ao percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária (18 anos ou mais) que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano

		semana anterior à data do Censo, mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa.		2013.
X_{74}	Grau de formalização dos ocupados	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais formalmente ocupadas e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100. Foram considerados como formalmente ocupados os empregados com carteira de trabalho assinada, os militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, os empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos, assim como os empregadores e trabalhadores por conta própria que eram contribuintes de instituto de previdência oficial.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{75}	Percentual dos ocupados no setor agropecuário		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{76}	Percentual dos ocupados no setor extrativo mineral		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{77}	Percentual dos ocupados na indústria de transformação		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{78}	Percentual dos ocupados no setor de construção		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{79}	Percentual dos ocupados no setor de comércio com 18 anos ou mais		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{80}	Percentual dos ocupados no setor de serviços		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{81}	Percentual de trabalhadores do setor público		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{82}	Percentual de trabalhadores por conta própria		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{83}	Percentual de empregadores		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
Variáveis que caracterizam os aspectos da saúde e longevidade da população				
X_{84}	Taxa de fecundidade	Número médio de filhos que uma mulher deverá ter ao terminar o período	2010	PNUD: Atlas do

		reprodutivo (15 a 49 anos de idade).		Desenvolvimento Humano 2013.
X_{85}	Esperança de vida ao nascer	Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalecentes no ano do Censo.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{86}	Mortalidade até 1 ano de idade	Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{87}	Mortalidade até 5 anos de idade	Probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos, por 1000 crianças nascidas vivas.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{88}	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos de idade	Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até os 60 anos, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade do ano do Censo.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{89}	Razão de dependência	Razão de dependência é medida pela razão entre o número de pessoas com 14 anos ou menos e de 65 anos ou mais de idade (população dependente) e o número de pessoas com idade de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa) multiplicado por 100.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{90}	Taxa de envelhecimento	Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população total multiplicado por 100.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
Variáveis que caracterizam os domicílios familiares				
X_{91}	Percentual de pessoas em domicílios sem energia elétrica	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios particulares permanentes sem iluminação elétrica e as pessoas residentes em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{92}	Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provem de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{93}	Percentual de pessoas em domicílios com paredes inadequadas	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios cujas paredes não são de alvenaria nem de madeira aparelhada e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
X_{94}	Percentual de pessoas em domicílio sem que ninguém tenha		2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano

	fundamental completo			2013.
X_{95}	Percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo de 2010) e nos quais a principal fonte de renda provém de moradores com 65 anos ou mais de idade e população total residente em domicílios particulares permanentes.	2010	PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.
Variáveis que caracterizam a identidade territorial em termos do deslocamento e das atividades econômicas				
X_{96}	Fluxo de pessoas em deslocamento	Semelhantemente a variável X_9, aqui considera-se a pessoa de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, cujo trabalho principal é exercido em outro município, que não o município de residência. Diferentemente da variável X_9, aqui considera-se do total de ocupados do município de origem o percentual que se desloca diariamente para outro município à trabalho, descrevendo qual é o município de origem e qual é o município de destino. É com base no censo demográfico 2010 e inclui todas as pessoas que moram em uma cidade e trabalham em outra mesmo que não trabalhem todos os dias ou tenham trabalhado apenas uma época do ano, mas este foi o trabalho principal.	2010	IBGE/IPEA
X_{97}	Principais atividades econômicas	De acordo com a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), foi estimado o montante total de salários pagos nos 12 meses do ano de 2012, sem incluir gratificações, indenizações, nem 13º e etc. Assim, o montante total da massa salarial por atividade CNAE tornou-se um proxy da renda gerada e da presença de cada atividade econômica, procurando identificar as seism principais e/ou mais presentes em cada município. Como a administração pública apresentou presença maciça, principalmente nos menores municípios, escolheu-se desconsiderá-la na análise.	2012	RAIS/CAGED
X_{98}	Principais culturas agrícolas	Procurou-se identificar as três principais culturas agrícolas de cada município, considerando a área plantada.	2012	IBGE: PAM
X_{99}	Principais efetivos dos rebanhos	Considerou-se o número total de cabeças de grande porte (bovinos, bubalinos, equinos, asininos e muares), de médio porte (suíno, caprino e ovino), e de pequeno porte (galos, frangos, frangas, pintos, galinhas, codornas e coelhos).	2012	IBGE: PPM

Anexo H – Terriórios (TRs, TIs e TCs) classificados segundo IDH-M pela média simples e IDH-M pela média ponderada

Territórios (TR, TI e TC)	IDH-M pela média Simples (2010)	IDH-M pela média Ponderada (2010)
Litoral Sul	0,593	0,646
Itaparica	0,613	0,646
Sertão do São Francisco	0,585	0,615
Irecê	0,596	0,607
Chapada Diamantina	0,592	0,594
Velho Chico	0,583	0,591
Baixo Sul	0,576	0,589
Sisal	0,581	0,579
Semiárido Nordeste II	0,559	0,564

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2014).